

BRINCAR, JOGAR, VIVER



Programa Esporte e Lazer da Cidade Volume I



MINISTÉRIO
DO ESPORTE



APRESENTAÇÃO

Esporte e lazer são direitos fundamentais para a garantia do desenvolvimento social. O Governo Lula vem trabalhando para que estas áreas sejam tratadas como políticas de Estado, contribuindo para a qualidade de vida da população brasileira, primando pela emancipação e pelo desenvolvimento humano. Milhares de pessoas, das mais variadas faixas etárias, já sabem muito bem disso, pois fazem parte do Programa Esporte e Lazer da Cidade, participando ativamente de oficinas esportivas, de capoeira, de teatro e dança, brinquedotecas, gincanas, jogos, ginástica e muitas outras atividades. Para atendê-las, mais de cinco mil pessoas das comunidades atuam como monitores, o que gera ocupação e renda.

Com o propósito de democratizar os processos de decisão, implementação e avaliação desta política pública foi realizada a 1ª Reunião Nacional dos Agentes do Programa Esporte e Lazer da Cidade, em Brasília, de 31 de agosto a 03 de setembro de 2006. Além do rico debate sobre a questão metodológica, na busca da auto-organização das comunidades em torno das políticas públicas de esporte e lazer, o encontro desencadeou uma importante relação entre a experiência popular e a produção acadêmica sobre a área. Alcançou-se plenamente os objetivos: foram muitas as possibilidades de questionamento, problematização e aprofundamento das perspectivas de ação, que apontam para o desenvolvimento de alternativas para ampliação e qualificação do Programa, em todo o Brasil.

Estes volumes procuram trazer um panorama geral do Programa Esporte e Lazer da Cidade, reunindo as contribuições apresentadas no primeiro encontro, contadas passo a passo por seus próprios protagonistas. Trata-se de uma ação onde a população, em parceria com o poder público, através do esporte e do lazer, constrói um novo destino.

BRINCAR, JOGAR, VIVER
Programa Esporte e Lazer da Cidade
Volume I

Presidente da República*Luiz Inácio Lula da Silva***Ministro do Esporte***Orlando Silva de Jesus Júnior***Secretária Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer***Rejane Penna Rodrigues***Coordenação Geral – 1ª Reunião Nacional de Agentes do Programa Esporte e Lazer da Cidade***Cláudia Regina Bonalume**Andréa Nascimento Ewerton**Ana Maria Félix dos Santos***Organização***Nelson Carvalho Marcellino**Marcelo Pereira de Almeida Ferreira*

BRINCAR, JOGAR, VIVER
Programa Esporte e Lazer da Cidade
Volume I

ORGANIZAÇÃO:
MARCELO PEREIRA DE ALMEIDA FERREIRA E
NELSON CARVALHO MARCELLINO

BRINCAR, JOGAR, VIVER

Programa Esporte e Lazer da Cidade - Volume I - nº 01 (Janeiro/2007)

ISBN 978-85-60719-00-6

1. Educação

Tiragem: 1.875 exemplares

Os conceitos e interpretações contidos nos trabalhos assinados são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

SUMÁRIO

Apresentação

Nelson Carvalho Marcellino e Marcelo Pereira de Almeida Ferreira....10

Introdução

Programa Esporte e Lazer da Cidade

Rejane Penna Rodrigues..... 13

Módulo I – Palestras

Práticas Corporais na Comunidade:

Pensando a Inclusão na Perspectiva do Gênero

Maria do Carmo Saraiva 18

O Esporte e Lazer da Cidade e as Fases da Vida

Eneida Feix..... 25

Educação Intergeracional: Privilegiar o Lazer para Possibilitar o Diálogo Cultural entre as Gerações

Edmundo de Drummond Alves Junior 41

Qualidade de Vida na Velhice

Silene Sumire Okuma 55

Esporte e Lazer da Cidade:

Formação e Desenvolvimento de Quadros

Nelson Carvalho Marcellino 64

A Cidade, o Cidadão, o Lazer e a Animação Cultural

Victor Andrade de Melo 72

Módulo II – Oficinas

As Artes no Programa Esporte e Lazer da Cidade: a Experiência de Recife

Karla Juliana Pinto da Silva 92

As Técnicas do Narrador

Ângela Barcellos Café..... 98

Dança e suas Manifestações Culturais

Fátima Nogueira Gonçalves de Sousa106

Oficina “Gestão do Projetos”

Cláudio Gualberto.....119

Brinquedos e Brincadeiras Populares no Programa Esporte e Lazer da Cidade <i>Diná Teresa Ramos de Oliveira</i>	127
Artes Marciais, Lutas e Esportes: Possibilidades de Novas Ações no Campo da Cultura Corporal em Projetos no Campo do Esporte e do Lazer <i>José Ribamar Pereira Filho</i>	139
Oficina: Atividade Física, Esporte e Lazer na Terceira Idade <i>Daisy Cristina Fabretti Guimarães</i>	145
Capoterapia: a Ginga da Inclusão Social <i>Mestre Gilvan</i>	155
Planejamento Participativo nos Projetos Sociais de Esporte e Lazer <i>Patrícia Zingoni</i>	159
Ginástica Geral: Perspectivas no Programa Esporte e Lazer da Cidade <i>Nara Rejane Cruz de Oliveira</i>	173
Organização Social do Conhecimento: um Diálogo com a Educação Popular a partir de Paulo Freire <i>Robson dos Santos Bastos e Zaira Valeska Dantas da Fonseca</i> ...	183
A Arte Marcial do Teatro do Oprimido com a Representação do Esporte <i>Geo Britto</i>	191
Prestação de Contas <i>Luiz Carlos Fonseca</i>	197
Módulo III – Tópicos Operacionais do Programa Esporte e Lazer da Cidade: Controle Social no Programa Esporte e Lazer da Cidade <i>Cláudia Regina Bonalume</i>	206
Acompanhamento, Monitoramento, Fiscalização e Avaliação no Programa Esporte e Lazer da Cidade <i>Andréa Nascimento Ewerton</i>	218

**Perfil e Formação dos Agentes Comunitários
e a Organização do Trabalho Pedagógico***Andréa Nascimento Ewerton e**Marcelo Pereira de Almeida Ferreira.....224***Ciência, Tecnologia e Informação para o
Desenvolvimento do Esporte e do Lazer***Carlos Magno Xavier Correa, Douglas Morato Ferrari e**José Montanha Soares.....235*

Apresentação

*Nelson Carvalho Marcellino¹
Marcelo Pereira de Almeida Ferreira²*

A partir da Constituição de 1988, o lazer passou a ser direito social de todos os cidadãos brasileiros. Isso é assegurado também, praticamente, em todas as constituições estaduais e leis orgânicas de municípios de nosso país.

No entanto, de um lado a política de hierarquização de necessidades, de outro a pouca difusão de pesquisas e de sistematização, a partir de discussões e experiências concretas vivenciadas em políticas públicas inovadoras, diferentes daquelas do evento por si só, e os poucos recursos disponíveis, fazem com que a área ainda careça de ações que abranjam de forma efetiva os Municípios, os Estados e a esfera Federal.

Qual o lugar desse direito nos órgãos de governo? A confusão é gritante, com secretarias e departamentos de cultura, esporte, lazer, turismo, arte... Quais as estratégias mais adequadas para a formulação de políticas? Que itens devem compô-las?

A apresentação de novos estudos na área com a realização de Congressos – como o Encontro Nacional de Recreação e Lazer (ENAREL), na sua XVIII edição, abrigando nas cinco últimas o Encontro de Gestores Públicos de Esporte e Lazer, o Seminário Nacional de Políticas Públicas em Esporte e Lazer na sua VI edição – e a força que a área vem ganhando em eventos mais amplos – caso do Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (CONBRACE), com o desenvolvimento de dois Grupos de Trabalho Temático, um em Recreação e Lazer, e outro em Políticas Públicas em Educação Física, Esporte e Lazer, entre outros eventos significativos nas áreas de Educação Física, Turismo e Ciências Humanas, etc. – vêm mudando, pouco a pouco, o panorama quanto à pesquisa. O número de grupos de pesquisa sobre a temática vem crescendo muito, nos últimos anos, no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq. A organização dos gestores públicos na Associação de Gestores Municipais de Esporte e Lazer³ (ASMEL) e no Fórum Nacional de Secretários e Gestores Estaduais de Esporte

¹ Sociólogo, doutor em Educação, livre docente em Educação Física – Estudos do Lazer, docente do mestrado em Educação Física da Faculdade de Ciências da Saúde, da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), coordenador do Núcleo do Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer (Rede CEDES) do Ministério do Esporte, líder do Grupo de Pesquisas do Lazer (GPL) e pesquisador do CNPq.

² Professor licenciado em Educação Física, mestre em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco, está como coordenador geral de Apoio, Capacitação e Eventos Esportivos da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer e coordenador pedagógico do Programa Esporte e Lazer da Cidade na gestão do Governo Federal (2003-2006).

³ asmel@uol.com.br.

e Lazer⁴ também vem contribuindo para a troca de experiências e organização do setor.

Importante contribuição tem sido dada pelo Governo Federal, através do Ministério do Esporte⁵, realizando a I Conferência Nacional do Esporte, em 2004, com a temática "Esporte, Lazer e Desenvolvimento Humano", cujo documento final⁶ serviu de referência para a construção da Política Nacional do Esporte⁷, aprovada pelo Conselho Nacional do Esporte em junho de 2005, com forte ênfase na inclusão social. A I Conferência indicou também a necessidade de criação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer, temática da II Conferência, realizada em abril de 2006, discutida em quatro eixos: (1) estrutura: organização, agentes e competências; (2) recursos humanos e formação; (3) gestão e controle social; e (4) financiamento.

Alguns setores ligados ao esporte, presentes à II Conferência Nacional, defenderam a retirada do termo *lazer* do Sistema. Essa atitude, se por um lado mostra avanço no entendimento da amplitude do âmbito do lazer e seu caráter transversal em termos de políticas públicas, por outro lado ignora que, como as políticas governamentais são formuladas, ainda de forma departamentalizada, dissociar o lazer do esporte, agora, diferentemente do que faz a Constituição, as constituições estaduais e as leis orgânicas dos municípios, seria retirá-lo também do âmbito das políticas públicas.

Muito ainda precisa ser feito antes que o lazer seja vivido plenamente como um direito social pela nossa população, para que o Sistema Nacional de Esporte e Lazer se consolide e funcione enquanto sistema, ou para que o lazer se torne um programa de governo, ligado a uma Secretaria Especial, por exemplo.

Mas muito já foi feito também, em termos de Programas de Ação, no âmbito no Ministério do Esporte, nesse seu primeiro mandato de funcionamento, e particularmente na Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer. Este livro procura documentar as produções desenvolvidas por palestrantes,icineiros, coordenadores, agentes, pesquisadores, e outros profissionais, ligados ao Programa Esporte e Lazer da Cidade, desenvolvido por essa Secretaria, por ocasião da Reunião de Gestores do Programa⁸, realizada em 2006, em Brasília (DF).

O livro é composto por dois volumes divididos em cinco módu-

⁴ <http://www.sejel.sp.gov.br/sejel/ContentBuilder.do?open=subforumsecretarios&pagina=estatutosecretario> – acesso em 15.05.2006.

⁵ <http://portal.esporte.gov.br/> - acesso em 15.05.2006.

⁶ http://portal.esporte.gov.br/conferencianacional/1_conferencia/documento_final_visualizacao.jsp – acesso em 15.05.2006.

⁷ http://portal.esporte.gov.br/arquivos/conferencianacional/textoII_fundamentacao_sobre_sistema_23_01_06.doc – acesso em 15.05.2006

⁸ I Reunião Nacional dos Agentes do Programa Esporte e Lazer da Cidade.

los. No primeiro volume, são apresentados três módulos: (I) Palestras, (II) Oficinas e (III) Tópicos operacionais do Programa Esporte e Lazer da Cidade. Integram o segundo volume mais dois módulos: (IV) Relatos de experiências, do projeto social do Programa Esporte e Lazer da Cidade, e (V) Rede CEDES, Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer, apresentando algumas pesquisas desenvolvidas pela Rede.

A obra é necessária como instrumento de documentação de um Programa de governo, sua divulgação, formação de multiplicadores, e como forma de, ao final de um mandato, deixar registrada uma experiência de governo, e ao torná-la pública, submetê-la ao debate.

O livro destina-se não apenas às cidades já atingidas até agora pelo Programa, onde poderá servir como base para reflexão, mas também para gestores em localidades ainda não atendidas, gerando possível efeito multiplicador, bem como para pesquisadores, professores e estudantes da área, sempre como forma de difusão de conhecimento e retorno de críticas que visem o aprimoramento da ação.

Que o desfrutar deste trabalho possa também contribuir para a formação de tantos outros gestores, oficinheiros, agentes comunitários, professores, pesquisadores e estudantes e, mais ainda, possa fortalecer o longo caminho a ser percorrido no sentido da consolidação do esporte e do lazer como direito social.

Programa Esporte e Lazer da Cidade

Rejane Penna Rodrigues⁹

"No espaço político, está a qualidade de nossa história, o que significa, ademais, que qualidade só pode ser uma conquista humana. Qualidade nunca é dada, como dado físico, mas construída. É elaboração histórica, o que se cria, em contraposição às circunstâncias dadas".
(Pedro Demo)

O avanço da cultura democrática traz consigo um processo de aprofundamento da consciência dos direitos e deveres do cidadão, associados a um novo perfil de Estado.

Na última década, os governos locais vêm adquirindo uma nova dimensão política, pois é no município que a população vive e é nele que toda e qualquer forma de política, de ações governamentais, interfere diretamente.

As novas formas de dominação e exclusão surgidas também produziram nesse período, de forma espontânea ou não, novas formas de autonomia e de "inclusão alternativa" ao lado ou contra o Estado, uma esfera pública, não-estatal, auto-organizada, ou paralela ao Estado, que acaba por interferir na vida pública ou sustentar seus interesses diretos.

Essa nova esfera pública não-estatal, que incide sobre o Estado, é constituída pelas organizações locais, regionais e nacionais que promovem sua auto-organização por interesses particulares (desde a atenção para doenças até entidades de demandas tipicamente comunitárias) e podem ser mediadoras da ação política direta dos cidadãos por seus interesses, sob seu controle, sem amarrar-se ao direito estável que regula a representação política.

Os governos locais, governos das cidades, podem e devem ser palco da experimentação política à medida que combinarem o processo da democracia representativa (prefeito, vereadores, secretários) com formas democráticas diretas de caráter voluntário.

Isto poderá gerar uma nova relação Estado-sociedade, articulando a representação política com a mobilização já existente na sociedade, que acontece independentemente da decisão estatal.

⁹Secretária nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer – Ministério do Esporte.

Trata-se de compartilhar uma nova concepção de Estado, a partir da nova relação Estado-sociedade, abrir o Estado a estas organizações sociais e à participação do cidadão isolado, particularmente àquelas organizações que são auto-organizadas pelos excluídos, admitindo a tensão política como método decisório e dissolvendo o autoritarismo do Estado tradicional, sob pressão da sociedade organizada.

Esse movimento conscientemente orientado por decisão política transformadora indica uma co-gestão política, estável e não-estável, por meio da qual a legitimidade da representação é permanentemente regenerada pela democratização radical das decisões.

Estas decisões são devolvidas à comunidade em forma de políticas, ações governamentais, que conferem identidade aos participantes do processo e se ampliam na sociedade, alterando o cotidiano da cidade e interferindo na compreensão política da sua cidadania.

O esporte e o lazer vêm ganhando importância enquanto políticas públicas há bem pouco tempo. Tanto é verdade, que a partir dos anos 90 é que pesquisas e livros abordando esta temática aparecem com mais consistência e diversidade, trazendo consigo um número cada vez mais crescente de experiências setoriais públicas nos âmbitos municipal, estadual e federal.

Até recentemente, acreditava-se também que gostar de esporte era suficiente para assumir cargos diretivos e desenvolver políticas públicas para a área. Aos poucos, isto foi mudando e passou-se a entender o esporte e o lazer como setores importantes para o desenvolvimento social e a necessidade de investir neste conhecimento. O atual governo ao criar o Ministério do Esporte, dá um passo significativo nesta direção.

Falar em políticas de esporte, lazer, cultura e educação é, sem sombra de dúvida, falar em desenvolvimento humano. Quando alcançarmos os objetivos mais gerais destas áreas como a garantia do acesso, a qualidade da universalidade, certamente teremos contribuído significativamente para o desenvolvimento do cidadão brasileiro.

A relevância dos avanços na gestão democrática com participação e controle social registrados nas I e II Conferências Nacionais de Esporte (2004 e 2006, respectivamente) e que resultaram nas diretrizes para a consolidação da Política Nacional de Esporte e Lazer, bem como a reestruturação do Conselho Nacional do Esporte, a aprovação do Estatuto do Torcedor, a regulamentação da Lei Agnelo/Piva, a criação da Bolsa Atleta, os Projetos de Lei como a Timemania e a Lei de Incentivo ao Esporte demonstram a vitalidade

do mais novo Ministério. Entretanto, são os programas sociais como o Segundo Tempo e o Esporte e Lazer da Cidade que apresentam maiores possibilidades de ampliar a oferta de atividades esportivas, recreativas e de lazer, combatendo todas as formas de discriminação, na busca da inclusão social e da qualidade de vida, marcas do Governo Lula.

A Secretaria Nacional do Desenvolvimento do Esporte e do Lazer foi criada em 2003, tendo como prioridade o Programa Esporte e Lazer da Cidade, que possui duas áreas de atuação: o funcionamento de núcleos e a Rede CEDES, formada pelos Centros de Desenvolvimento e Estudos do Esporte Recreativo e do Lazer, que visam estimular e fomentar a produção e a difusão do conhecimento científico tecnológico, voltadas à gestão da área, buscando a qualificação e a formação continuada dos gestores destas políticas públicas

A ação funcionamento de núcleos de esporte recreativo e de lazer do Projeto Social do Programa Esporte e Lazer da Cidade atua com recursos de ordem nacional e de emendas parlamentares, voltados para o desenvolvimento de atividades de esporte recreativo e de lazer para crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e portadores de deficiência e necessidades especiais, e implementados através de convênios formalizados com Estados, Municípios, Distrito Federal, IES (Instituições de Ensino Superior) e Organizações Não-Governamentais.

Ao realizar a 1ª Reunião Nacional dos Agentes do Programa Esporte e Lazer da Cidade, a Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer possibilitou o encontro, a troca de experiências, a busca da consolidação da identidade nacional de todos os atores que constroem, no dia a dia, o Programa para dialogar sobre os caminhos percorridos, as dificuldades e avanços de cada uma das pessoas, nesse cotidiano, apontando formas de superação.

Importante também foi contar com a participação de representantes do Ministério da Educação, através dos membros do Programa Escola Aberta, do Ministério da Cultura, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome e de diversos setores do Ministério do Esporte, já que acreditamos na gestão política que tenha como um de seus princípios fundamentais a intersetorialidade. Potencializar e integrar o impacto positivo das políticas sociais são condições necessárias para garantir a superação da fragmentação, bem como harmonizar e equilibrar o planejamento e a execução das políticas setoriais, superando as sobreposições entre os diversos programas através do diálogo permanente entre os Ministérios.

Esporte, lazer, cultura e educação nos programas federais, formação e perfil dos agentes comunitários, inclusão social e animação sociocultural são temas relevantes que foram tratados no

transcorrer das atividades da Reunião Nacional, bem como prestação de contas, contratos e compras, avaliação, monitoramento e controle social.

A 1ª Reunião Nacional dos Agentes do Programa Esporte e Lazer da Cidade contou com a participação de 22 Estados, 71 entidades que representaram cerca de 151 municípios e os mais de 400 Núcleos de Funcionamento do Programa Esporte e Lazer da Cidade, 13 Núcleos da Rede CEDES e a representação de 9 Estados onde o Programa Escola Aberta do Ministério da Educação está implantado. Nossa reunião alcançou seus objetivos, não apenas por ter chegado ao número de 531 participantes, mas pela diversidade e qualidade das representações. Ficou comprovado que a participação requer muito mais do que a presença física e o grupo demonstrou uma postura crítica e comprometida perante o Programa, privilegiando não só a produção e a auto-estima individual mas, principalmente, a coletiva, ressignificando os valores e sentidos que atribuem à sua ação política, no desenvolvimento das políticas sociais no campo do esporte, da recreação e do lazer.

Destacado também foi o espaço dos relatos de experiências que trouxe a real dimensão do nosso Programa a partir do olhar de quem faz, apontando seus limites e seus avanços, na busca da construção do esporte e do lazer como "Políticas de Estado". Contar com a participação e a integração de pesquisadores que acumulam produção de conhecimento relacionado ao esporte e lazer, interagindo com os responsáveis diretos pela existência destas políticas, nos diversos municípios em que o Programa está implementado, foi um salto de qualidade para a gestão dos mesmos.

Grande parte da riqueza e diversidade do Programa Esporte e Lazer da Cidade está contemplada na produção dos volumes I e II desta publicação.

Acreditamos que nada refletiria melhor este processo do que reunir e publicar os resultados construídos por aqueles que dele fizeram parte. Mais do que números e estatísticas, este material traz artigos produzidos por gestores, consultores, estudiosos da área e quadros da Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer, a partir de suas vivências.

Esta atenção com o registro e a publicação das experiências e referenciais não é gratuita. Temos a convicção da exata dimensão do significado histórico das ações desenvolvidas nestes quatro anos em prol do esporte e do lazer, enquanto políticas públicas, significado este que poderá ser melhor dimensionado quando for avaliado no processo histórico.

Módulo I – Palestras

Práticas Corporais na Comunidade: Pensando a Inclusão na Perspectiva do Gênero¹⁰

Maria do Carmo Saraiva¹¹

Refletir sobre as práticas corporais na comunidade¹² abre um leque de perspectivas que se relacionam com seus fins, seus meios e seu significado social e, nisto, estão as perspectivas do lazer, da formação, da inserção social e outras possíveis. Pensei muito em como eu poderia encaminhar uma reflexão sobre o tema dessa mesa, que é muito amplo e abarca com especificidades que, mesmo estando em relação, como é o caso de gênero e etnia, na perspectiva da inclusão, não são necessariamente abordadas conjuntamente em meus estudos. De fato, venho estudando questões de gênero e, não tenho como objetos centrais de estudo as questões de raça e etnia.

Todavia, dei-me conta de que a proposta de se refletir as possibilidades de inclusão social, contidas nas perspectivas, tanto de gênero como de raça e etnia, abarca com elementos de análise que são comuns a todas essas categorias, como é o caso de igualdade e diferença, em se refletindo, por exemplo, aparência física e aptidões. Estou me referindo às preconceituosas representações que se estabeleceram culturalmente, ao longo da história sobre as diferenças física entre homens e mulheres, e entre brancos e negros, por exemplo. Contudo, como lembra Rosana Barbosa (2005, p.155) "a classificação baseada na aparência é contextual no sentido de o reconhecimento da cor ter por referência outros atributos e sinais relativos ao prestígio social e à posição socioeconômica dos indivíduos, o que lhe confere, portanto, um caráter também relacional".

Nesse sentido, assim como o conceito de gênero tem um caráter relacional, referindo-se à masculinidade e à feminilidade socialmente convencionadas, em contraste com a noção de sexo que define homem e mulher pelo seu equipamento biológico, entendemos que as representações de raça e etnia são convencionadas socialmente por associações partilhadas de certos valores, atitudes, expectativas e comportamentos, que levam a identificação de indivíduos em um determinado conjunto, conforme os interesses de determinada sociedade. No entanto, conforme Michel Paty, outro autor que analisa discursos sobre raça, "nossa sociedade e nossa civilização, a não ser

¹⁰ Mesa temática Esporte e Lazer da Cidade: uma proposta inclusiva e a abordagem de gênero, raça e etnia.

¹¹ Professora do departamento de Educação Física da UFSC, doutora em Motricidade Humana.

¹² A discussão das práticas corporais na comunidade torna-se ímpar neste momento, tendo em vista a proposta (e seus princípios) do Programa Esporte e Lazer da Cidade, organizado e coordenado pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer – Ministério do Esporte. Neste caso, estamos falando de práticas corporais desenvolvidas e organizadas pelos agentes comunitários deste Programa, nas localidades onde funcionam seus núcleos.

que se destruam e se neguem, estão fundadas na idéia de que os homens, diferentes por natureza ou por cultura, são iguais em sua essência, isto é, em seus direitos e em seus deveres fundamentais. Trata-se de uma decisão de alcance político fundada sobre uma escolha axiológica, uma escolha de valores” (PATY, 2005). Nesta citação, eu só trocaria a palavra “homens”, por “seres humanos”, para não implicar parcialidade de gênero e para destacar a humanidade de todos os seres, seja na perspectiva de raça, gênero ou etnia.

Sendo assim, entendo que podemos pensar alguns pressupostos elaborados sobre a perspectiva do gênero, que podem servir à análise da construção/desconstrução de práticas sociais na perspectiva, também, de etnia e raça. Estou falando, por exemplo, dos termos anteriormente mencionados como igualdade e diferença, termos que podem caracterizar posições estratégicas no desenvolvimento das políticas de igualdade de gênero e de igualdade racial. Vale reafirmar que a discriminação de sexos e o racismo são construções sociais, ao longo de diferentes épocas e lugares, operando através de campos subjetivos e objetivos de construção do poder e do preconceito.

Nas teorias de gênero, Joan Scott (1999) considera os dois termos, igualdade e diferença, princípios organizadores para as ações políticas e eles têm constituído um debate, que busca esclarecer como *igualdade* e *diferença* não podem constituir uma oposição binária: aquela em que o discurso pela igualdade elimina todas as diferenças reais e necessárias, que caracterizam as singularidades individuais e humanas – e que precisam ser atendidas quando pensamos em práticas esportivas e de lazer; ou aquela em que o discurso pela diferença (singularidade), inadvertidamente, permite que se eliminem as condições de igualdade social. Segundo Scott, os debates indicam que a igualdade é o caminho a seguir, com muito cuidado, no trato da diferença, já que a experiência tem mostrado que a neutralidade pode ser defeituosa e o acento da diferença pode acentuar o estigma do desvio. Igualdade e diferença não podem ser discutidas dicotomicamente, para não estruturar uma eleição que se torna impossível e não podemos esquecer que numa política de igualdade não podemos renunciar à diferença que é justamente o que chama para o atendimento da população de mulheres, de negros e pardos, de homossexuais, etc.

Tomando-se os exemplos das práticas corporais, esportivas ou de lazer, talvez possamos nos aproximar melhor dessas considerações no campo da formulação e planejamento de práticas inclusivas.

Todavia, eu gostaria, aqui, de tecer as considerações mais especificamente na perspectiva do gênero e voltada para a prática da dança, já que este é o “território” em que tenho pesquisado, conside-

rando-se este como exemplo do que pode ser pensado para todas as outras práticas esportivas e de lazer a serem oferecidas/fomentadas na comunidade.

A dança pode ser oferecida, por exemplo, como formação, tanto em classes de escolas formais para crianças, quanto em classe de dança de salão para adultos, assim como pode ser, em quaisquer dessas práticas, lazer, e ainda, ser oferecida como atividade regular ou temporária num clube, associação ou instituições similares. Podemos considerar a dança na comunidade do ponto de vista da oferta e apreciação do espetáculo, das diversas iniciativas que promovem uma "cultura de apreciação" da dança e muitas outras possibilidades. Vamos fazer então um "recorte" desse universo e tratar o tema apenas do ponto de vista da "oferta" das práticas de dança como formação e/ou lazer. Seja como for, a pergunta é como podemos democratizar e viabilizar a dança para meninos e meninas, homens e mulheres, não-bailarinos e não-bailarinas na sociedade contemporânea?

Essa é uma das questões que, entendo, deve também perpassar os planejamentos sobre o lazer e a educação na vida contemporânea, e em consonância com as profundas transformações que a ótica feminista, os estudos das mulheres e os estudos de gênero desencadearam na sociedade atual. O que a dança na comunidade tem a ver com isso?

A análise de um mundo em transformação também envolve a compreensão da existência de um mundo masculino hegemônico, que nos legou, pelo menos os últimos dois mil anos de história, num sistema que, entre outras coisas, infantilizou a sociedade, distribuiu o trabalho e os papéis de cada ser – incluindo de homem e mulher –, delegou poderes sobre os corpos humanos, condicionando a corporalidade-funcionalidade desses corpos num mundo técnico, e determinou as formas de controle e de rendimento, inclusive, da expressão corporal na sociedade moderna.

Nesse contexto, a dança desenvolveu (também condicionada) uma imagem e um papel: a dança tornou-se, e ainda é, feminina e seu papel tem sido o de expressar a sensibilidade do mundo feminino. A dança é um dos poucos espaços onde as mulheres têm extrema visibilidade, no entanto, este não é um espaço de poder e trazer homens para um espaço de não-poder, pode ser, talvez, a outra mão da via, ao lado do empoderamento das mulheres.

Vejam rapidamente um dos desdobramentos desse papel e imagem da dança nas últimas décadas. Com o desenvolvimento técnico da mídia, desenvolve-se um universo de informação e divertimento, no qual, naturalmente, a pessoa, na atualidade, vê-se envolvida. A televisão, o rádio, a indústria da música, as revistas produzem espa-

ços de vivência imaginários, nos quais as sensações, necessidades, fantasias, desejos de expressão que não têm lugar na vida cotidiana se deixam supostamente satisfazer. A força de influência da indústria cultural no modo de vida – inclusive sobre os imperativos de expressividade a serem consumidos e as atitudes corporais – modela a dança, como se sabe, e tende a ligá-la às imagens de erotismo e beleza, atributos historicamente identificados à mulher.

Nesse jogo de sensações, necessidades e desejos de expressão que não têm lugar na vida cotidiana, a mídia ajudou, é verdade, a popularizar a dança e, conseqüentemente, a abrir espaços para “outras” manifestações – ou a manifestação do “outro” – no enlevo da dança: sem dúvida, hoje, dançam mais rapazes e homens no contexto da dança teatral, pelo menos no âmbito amador, do que há algumas décadas atrás. Mas e na comunidade? Quais as experiências que têm acontecido com a tentativa de inclusão dos homens nas práticas de lazer institucionais ou alternativas na sociedade?

Partimos do pressuposto de que o mundo em transformação necessita de uma transformação das relações entre homens e mulheres, que seja mais visceral do que abrupta, como tem sido a mudança de mentalidade social nas últimas décadas, porque no bojo da relação pode se encontrar a aproximação aos mesmos universos. Visceral porque a dança se configura como “um outro modo de viver”, uma experiência senso-perceptiva (consciência corpórea) que estreita a ligação da pessoa consigo mesma e com o diferente de si, uma experiência plástica de relacionar-se com a realidade – que se opõe à forma como até aqui tem sido construído o mundo de sensações/não-sensações, pautado pela racionalidade técnica da sociedade industrial e tecnológica. Nisso, entende-se uma possibilidade de mudança na atitude humana e, conseqüentemente, na relação do ser com os outros seres. A oferta da dança na comunidade, assim, deve perspectivar essa diferença. Agora, não se conseguem mudanças significativas em atitudes milenares da noite para o dia e perguntamo-nos o que a oferta da dança na comunidade tem feito por isso?

De inúmeras experiências da dança nas escolas e nas instituições universitárias com que temos nos ocupado em pesquisar e das informações correntes sobre a dança nos clubes, nas associações, nas escolas de dança, etc., sabemos que os homens lá são minoria, quando não totalmente ausentes. Se a dança se constitui, pelo menos “em dançando”, um outro modo de viver, ela não pode ser também mais um conduto da fragmentação humana, na ruptura de identidade que se conforma no “vir-a-ser” cultural de cada pessoa. Se o mundo de vida de cada pessoa pode comportar a estruturação de uma identidade, falo aqui de mudanças que se dão “em processo” e não em situações traumáticas.

São notórias as histórias de homens, rapazes e meninos que gostariam de dançar, mas não tiveram oportunidade ou, se o tentam, sentem-se marginalizados daquela identidade cultural de referência do mundo masculino. Propomos, então, que a dança na comunidade deve proporcionar esse olhar não discriminatório ao "outro", a partir de estratégias co-educativas e metodológicas que não acentuem a ruptura.

Isso nos leva a procurar colocar em foco "o quê" os cursos, as aulas regulares e outras modalidades de funcionamento da oferta da dança que percorrem a vida social têm oferecido para homens e mulheres, rapazes e moças, crianças em geral, ou seja, os conteúdos e as metodologias.

Por que as classes de dança continuam cheias de meninas? Por que a maior presença de homens se dá nas danças de salão e nas danças folclóricas? Por que nos "grupos de dança" amadores, pelo menos no Brasil, somente as danças pop, especialmente suas vertentes de *Street* ou *Funk*, têm grupos massivos de meninos e rapazes? Sabemos que a raiz das respostas está na *identificação de movimento* e do caráter dessas danças com um mundo masculino. Consideramos isso um bom começo, mas pode-se duvidar ainda das possibilidades de oferta de conteúdo e da condução metodológica nas vivências oferecidas no âmbito do lazer em geral, no que tange a mudar a visão da dança, em todas as suas formas de manifestação na sociedade.

Em princípio, penso que a mudança deverá se dar na educação – o mundo global e multicultural que se vive hoje precisa de seres aptos para "outra" forma de viver – e, especialmente, no percurso do ensino formal, mas sendo a educação um processo de vida, ela se faz, também, no contexto cultural.

Como proposta inclusiva, no nosso campo de trabalho, temos investido na proposta da improvisação como método e conteúdo da aprendizagem da dança, abarcando um contexto que, apesar de aberto à comunidade, atinge mais especificamente uma comunidade acadêmica (universitários). Torna-se uma população limitada para referências a tantas outras instâncias de aprendizagem e vivência da dança na sociedade, mas constitui "uma realidade" da análise da relação de gênero na e com a dança. Observações na escola, todavia, também ajudam a reforçar certos indicativos da problemática em questão.

Concomitantemente, temos investido na proposta da co-educação, como uma prática pedagógica que problematiza o sentido das relações estabelecidas entre homens e mulheres, entre diferentes e entre iguais; um processo que busca, assim, entender as verdadei-

ras diferenças e igualdades entre seres humanos; um processo que questiona o que é estereótipo, preconceito e discriminação. Com isso, a co-educação é um processo de desconstrução dos processos de dominação e de construção da solidariedade, da cooperação e de participação, que pode levar a um novo consenso e a um novo agir (SARAIVA, 1999).

Temos clareza que não é um processo de construção de “iguais” formais: a humanidade, na qual todas as pessoas são iguais em direitos, não pode deixar de lado a diversidade humana e se abster de formular/planejar processos e espaços diferenciados, quando necessários, para as experiências singulares; em outras palavras, não podemos regressar aos dias em “que a história do ‘homem’ era a história de todas as pessoas, quando as mulheres estavam ‘esquecidas pela história’, como diz Joan Scott (1999, p. 219).

Nos rastros dessa fala, quero lembrar então, da importância da linguagem, enquanto um sistema que constitui sentido e mediante o qual se organizam práticas culturais, e da importância de se prover espaços de maior participação da mulher. Relativo à linguagem, precisamos, por exemplo, deixar de referir-nos às mulheres como “eles”, ao falarmos no plural, uma forma que tem reforçado valores e espaços de poder masculino na nossa sociedade.

Voltando às possibilidades da dança enquanto prática inclusiva, não sou ingênua de pensar que bastam arranjos e estratégias metodológicas que “democratizem” o trato pedagógico dessas práticas, se não pensarmos nas questões de espaços citadinos onde elas são/serão oferecidas. De forma geral, temos percebido que o planejamento da ampliação da participação deve focar a implantação das práticas nos locais das populações em questão. Que isso passe por uma formação de gestores e gestoras, de educadores e educadoras, que terão a possibilidade de trabalhar em suas comunidades, é um dos objetivos, como estamos desenvolvendo, por exemplo, com a dança, incluso no projeto da Rede CEDES¹³, investigando e formando, junto às professoras e aos professores do município, as estratégias possíveis com a dança.

Relativo às estratégias de democratização e inclusão possíveis, a nossa aproximação e vivência da dança e com a dança permite vislumbrar algumas ações concernentes com uma proposta de inclusão dos homens, que propõe que aqueles possam se sensibilizar, num espaço de não-poder, às vivências dos/as discriminados que são, basicamente, mulheres, minorias étnicas e homossexuais.

¹³ Refiro-me ao projeto “Dança e formação para o lazer: investigando conteúdos e metodologias”, este um subprojeto do projeto componente da Rede CEDES, intitulado “Práticas corporais no contexto contemporâneo: esporte e lazer ressignificados da cidade”, desenvolvido na UFSC.

Finalmente, porque lidamos com uma área em que os estereótipos a partir “do movimento” ainda são muito fortes, e que, a partir da configuração de papéis de gestão, ainda é muito masculina, gostaria de lembrar que não é o fato de ser mulher que torna todas as mulheres iguais (COSTA, 2001), assim como não é o fato de ser homem que torna todos os homens iguais, fazendo isso com que necessitemos refletir as formas como se vive cada uma dessas condições, para providenciar as transformações possíveis nas perspectivas do gênero, de raça e de etnia. E acredito na capacidade e potencialidade do Programa Esporte e Lazer da Cidade em abraçar este desafio, não apenas nas ações e atividades desenvolvidas em seus núcleos, mas na formação de seus agentes e professores e na disseminação destas idéias entre gestores públicos e privados de esporte e lazer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, R. M. *Da concordância à ação: reflexões sobre raça, etnicidade e saúde na América Latina*. Rev. bras. Ci. Soc., Oct. 2005, vol.20, no.59, p.155-158. ISSN 0102-6909.
- COSTA, D. M. *Capacitação de líderes femininas: reflexões sobre a experiência do IBAM*. Estudos Feministas.CFH/CCE/UFSC, vol 9, nº 1, 2005. pp. 213-224.
- PATY, M. *Os discursos sobre as raças e a ciência*. Estud. av. [online]. 1998, vol. 12, no. 33 [cited 2006-08-31], pp. 157-170. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141998000200012&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0103-4014. doi: 10.1590/S0103-40141998000200012
- SARAIVA, M. C. *Co-educação física e esportes: quando a diferença é mito*. Ijuí/RS: UNIJUÍ, 1999.
- SCOTT, J. W. *Igualdade versus diferença: os usos da teoria pós-estruturalista*. Debate Feminista. Cidadania e Feminismo. Edição Especial. Metis, Productos Culturales S.A. de C.V. México. 1999. p. 203-222.

O Esporte e Lazer da Cidade e as Fases da Vida

Eneida Feix¹⁴

Ao pensar a “vida” de uma cidade, direcionada para ações públicas de esporte e lazer, tomo como referência a história de Porto Alegre, pioneira em recreação pública no Brasil, que neste ano completa 80 anos de trabalho realizado pela Prefeitura Municipal.

Dessa forma, ao iniciar esta explanação, não poderia deixar de prestar homenagem ao precursor de todas essas atividades que, de forma ordenada, desenvolvemos até hoje, o professor Frederico Gaelzer.

O pioneirismo do esporte e lazer como política pública no Brasil.

ALTO DA BRONZE¹⁵

Athos Damasceno Ferreira

Que é daqueles lampiões
que espiavam de dentro do tufo das árvores velhas,
o ingênuo colóquio dos noivos
nas salas das casas fronteiras à praça?...
As crianças brincavam de roda na rua risonha
que foi o princípio da linda cidade açoriana...
De cima – as estrelas botavam reflexos vagos nos vidros
dos graves sobrados
com largas portadas e muros cobertos de heras...
Debaixo os humildes e tristes casebres
erguiam, medrosos, olhos vazios das janelas
até a nobreza dos altos beirais solarengos...

¹⁴ Professora de Educação Física, mestre em Ciências do Movimento Humano pela ESEF/UFRGS, professora da Secretaria Municipal de Esportes Recreação e Lazer de Porto Alegre, professora do curso de Educação Física da UNIVATES/ Lajeado (RS).

¹⁵ FERREIRA, Athos Damasceno. Poemas da minha cidade. 2. ed. Porto Alegre: Globo 1944, p.6.

Andei tantas vezes por estes caminhos!...
E via as crianças brincando de roda
e via o ingênuo colóquio dos noivos que eram vigiados
cuidados
olhados
por todos os lados...
E via que, às vezes, cruzavam a praça deserta
senhores austeros, com fraque de alpaca e calças balão...
Diziam que eram maçons,
senhores de alta linhagem
que vinham de estranhos congressos,
falavam baixinho
e viam mistério em todos os cantos...
Depois se perdiam nos ângulos rasos das ruas.
Agora, o silêncio me diz tanta coisa,
me dá a presença amorosa de tantos destinos ausentes!...
Na praça deserta
as árvores velhas se encolhem na sombra
as folhas cochicham...
E no fundo esbatido do céu cor de cinza
as torres da Igreja das Dores
assistem e velam o sono cristão da cidade...

O primeiro Jardim de Recreio¹⁶ de Porto Alegre, também primeiro no Brasil, localizado na praça General Osório, conhecida como Alto da Bronze, foi idealizado, como deixamos sugerido anteriormente, pelo professor Frederico Gaelzer. Influenciado pela formação nos Estados Unidos e mobilizado por um movimento internacional de valorização da recreação e lazer como meio de melhoria da qualidade de vida das grandes cidades da América e da Europa, Gaelzer trabalhou por 35 anos, sempre se dedicando a coordenar e implantar programas e projetos na capital gaúcha.

¹⁶ FEIX, Eneida. Relatos da pesquisa contidos na dissertação de mestrado: Lazer e cidade na Porto Alegre do início do século XX: a institucionalização recreação pública. ESEF/UFRGS. 2003.

No “Jardim de Recreio” existia, entre outras coisas, “Jardim de Infância”, biblioteca, vestiários femininos e masculinos, quadras esportivas e pracinha para crianças com vários equipamentos. Posteriormente, estes locais de recreação se multiplicaram em mais seis, que funcionam até hoje com escolinhas infantis. São eles: Praça Pinheiro Machado, Praça Florida, Praça Dr. Montauray, Praça Jayme Telles, Praça Garibaldi e Praça São Geraldo. Por outro lado, os espaços de áreas verdes na cidade formaram uma rede de novas praças, grandes parques, balneários e centros comunitários.

Naquela época, havia o entendimento de se construir a praça perto de uma escola para que as crianças e os jovens fizessem recreação, brincassem em turno alternativo, aprendessem esportes, praticassem a leitura e se relacionassem. Desenvolviam-se, também, atividades no turno vespertino para contemplar o lazer do trabalhador, além de eventos culturais como teatro, apresentações da Banda Municipal e festas temáticas, notadamente, as da Primavera e das Nações. Aconteciam, ainda, campeonatos interpraças mobilizando as famílias, o que revelava autêntica conotação de conagração e interação com as comunidades de outras praças e regiões.

A coordenação deste trabalho ficava a cargo do Serviço de Recreação Pública (SERP). Os princípios que norteavam o Serviço eram alicerçados em ideais democráticos e progressistas, conforme a “Plataforma para um Programa de Recreação Pública” publicada, em 1951, na Revista de Ensino¹⁷, elaborada pelo professor Gaelzer. Seu conteúdo incluía as possibilidades, necessidades, abrangência, fins, organização, recursos humanos e financeiros, conforme o que segue:

- 1º- Em todas as municipalidades, com seus distritos urbanos e rurais, deverá haver um programa de recreação para o povo em geral – crianças, jovens e adultos.
- 2º- Programas convenientes para recreação devem ser planejados para os doze meses do ano.
- 3º- Estes programas devem ser organizados de tal forma que vão ao encontro dos interesses e das necessidades do indivíduo e do grupo.
- 4º- Educar, a fim de que haja compreensão do “uso meritório das horas de lazer”, tanto nas escolas, como na família.
- 5º- Um plano completo das horas de lazer requer a ação

¹⁷ Revista do Ensino, Recreação pública, Prof. F. G. Gaelzer, setembro de 1951, Porto Alegre. p.44.

de todos os órgãos públicos e privados; incluindo mesmos grupos patrióticos, religiosos, sociais e outros que tenham recursos e possibilidades de executá-los.

- 6º- O plano municipal de recreação deve resultar do mais completo uso de todos os seus recursos e integrado em todos os demais serviços.
- 7º- Sempre que possível, os órgãos federais, estaduais e municipais deverão conjugar os seus esforços para aquisição e uso das instalações recreativas.
- 8º- Estas por sua vez, públicas ou privadas, devem ser planeadas na base de arrabalde, distrito e município; a fim de proporcionar a todo o indivíduo o máximo de possibilidade.
- 9º- Os órgãos de educação, do urbanismo, dos parques e jardins e da recreação devem cooperar em um único planejamento para aquisição, desenvolvimento e uso das instalações recreativas.
- 10º- As escolas devem favorecer, tanto quanto possível, as necessidades recreativas de seus alunos e planeadas para servirem, efetivamente, de centros cívicos sociais.
- 11º- Os parques devem ser planeados, incluindo neles meios para desenvolver os desportos e os jogos recreativos apropriados às crianças, aos jovens e aos adultos.

Nesta plataforma havia, também, a preocupação com a formação e a qualificação dos funcionários da recreação pública, demonstrada pelos itens abaixo:

- 12º- Os funcionários do serviço de recreação devem ter um preparo profissional e predicados pessoais que os qualifiquem para os seus trabalhos especializados.
- 13º- Cursos e concursos, como meios de preparo e classificação, devem ser adotados a fim de garantir funcionários aparelhados para a profissão, com qualidades pessoais que assegurem a execução perfeita dos programas.
- 14º- Todas as entidades que laboram no setor da recreação devem ter, entre os seus diretores, pessoa

habilitada para assumir a responsabilidade destes programas.

A interface com a sociedade era valorizada, tanto no sentido de apoio financeiro, quanto na compreensão da importância da recreação para a comunidade, conforme princípios descritos a seguir:

- 15º- Sociedades e associações profissionais devem cooperar nas realizações da recreação pública e compreender os seus objetivos.
- 16º- O Estado deve criar em sua legislação os dispositivos que habilitem a todos os municípios de planejar, financiar e administrar um programa adequado de recreação pública.
- 17º- A recreação pública deve ser financiada por taxas especiais e dirigida por um serviço especializado.
- 18º- Organizações privadas e particulares, que fomentam a recreação, devem ser auxiliadas financeiramente pelos governos.
- 19º- É obrigação de todos os órgãos que executam programas de recreação propugnar por criar uma compreensão perfeita de sua grande significação social, de seus préstimos e oportunidades.
- 20º- O serviço de recreação, potente e ativo, deve ser continuamente valorizado, devido a sua indiscutível contribuição para o enriquecimento da vida do indivíduo e da comunidade.

Gaelzer possuía uma visão de planejamento avançada para a época, manifestando a preocupação de articulação com a sociedade civil, valorizando o trabalho comunitário e voluntário. Esta "Plataforma" pôde servir e ainda serve como referência no planejamento de políticas públicas de lazer para as cidades, devido a sua atualidade e abrangência.

O trabalho iniciado pelo professor difundiu-se ao longo destes 80 anos, culminando com a criação de várias praças e parques na cidade. A partir do pioneirismo de Gaelzer e do esforço das gerações subseqüentes, viabilizou-se uma cultura de utilização permanente destes espaços pela comunidade porto-alegrense em seu tempo livre.

Sob os cuidados da Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer, estes serviços atendem anualmente em torno de um milhão de pessoas, das diversas faixas etárias, tanto em trabalhos sistemáticos como assistemáticos.

De qualquer ponto de vista que se queira considerar, é importante que os municípios desenvolvam políticas públicas de lazer, sendo que o trabalho resultante destas políticas deve ser realizado pelo órgão responsável em efetivar os respectivos programas, a partir das demandas e necessidades das comunidades, com atividade direcionada para todas as faixas etárias, sem discriminação de qualquer espécie.

A cidade e o espaço - viabilização de bem viver

Sobre diversos aspectos, pois interfere na qualidade de vida de todos os cidadãos. Nos planos de desenvolvimento urbanos, a ocupação dos espaços, das áreas verdes e a viabilização de todo e qualquer equipamento de lazer são aspectos que devem merecer a maior atenção, respeitando o desejo, a cultura local e as necessidades da comunidade. Do contrário, seria quebrar a paisagem urbana e até mesmo a harmonia da vida em comum.

Macedo (1973), de maneira filosófica e até poética, aborda o tema do espaço aberto de outro modo, fazendo uma analogia com o ser humano e sua própria vida:

Ver um espaço aberto e senti-lo como um ser vivo [...]. E quando dizemos que ele também tem um espírito que se transmite de geração em geração, tomando de cada uma vivências preciosas para transmiti-las ao futuro, estamos identificando homem e espaço numa só missão cultural e histórica. Aos poucos todos vão percebendo que a história do espaço repete a história do homem, ou reflete, ou acentua, ou a amplia. Como a caixa do violino o faz com o som produzido nas cordas. E a caixa dos atabaques com o som percutido na pele que a reveste¹⁸.

Sobre a importância dos espaços abertos na cidade, seus surgimentos e transformações reveladores da cultura local, Macedo enuncia:

[...] viveram pessoas que os quiseram de determinada forma para determinado fim. A relação entre a finalidade

¹⁸ MACEDO, Francisco Riopardense de. Porto Alegre História e Vida da Cidade. Porto Alegre: UFRGS. 1973, p.142.

e a forma do espaço revela um momento da cultura – de uma cultura local – que é também o reflexo da luta pela vida e pelo progresso. Essa relação oferece eloqüente correspondência entre o homem e o espaço porque, de certa forma, um explica o outro. A história do espaço conta a história do homem. Por isso, ao visitá-lo nos ligamos ao passado e à nossa formação. Somos uma parte da evolução urbana quando queremos um espaço daquela forma ou de outra especial¹⁹.

Viver, apropriar-se, entreter-se, contemplar, brincar e jogar têm sido práticas dos cidadãos, ao longo da história das cidades, nos espaços abertos, como seus jardins, praças, campos de futebol e parques. Cada parque, cada praça, guarda nas suas árvores, recantos, equipamentos, os sons de risadas, os cheiros de pipoca e algodão doce, perfume das flores, as lembranças de gente que foi criança e que hoje já é idoso.

Considerando “a cidade como uma grande escola”, Antanas Mockus²⁰, filósofo e prefeito de Bogotá por duas vezes, teve atuação marcante e transformadora na capital colombiana. Mockus afirma que “governar uma cidade implica em produzir muitas aprendizagens e que, para produzi-las, existem estratégias mais válidas que outras. O prefeito mobilizou a comunidade para construir Bogotá como um lugar onde se aprendem normas; onde se pode aprender e agir coletivamente; como um lugar onde se mudam alguns sonhos, e, finalmente, onde se educam emoções, interesses e razões.²¹

O fato é que nós, cidadãos, precisamos interferir, sim, em nossas cidades! Torná-las pedagógicas, ou seja, envolver-nos como parte do seu corpo, sermos responsáveis pela sua integridade, mantê-la viva, pulsante de alegria, de bem-estar, de solidariedade. Possibilitar vida de sujeitos mais felizes e menos abandonados, mais amorosos e menos violentos, mais criativos e menos submissos, mais sonhadores, menos desesperançados!

Políticas de esporte e lazer podem contribuir para melhorar a vida das pessoas nas cidades e democratizar possibilidades de acesso à cultura em todas as dimensões.

Richard Sennett (2001), falando sobre os corpos nas cidades, faz uma pergunta interessante a respeito do espaço, referindo-se à questão das pessoas que muitas vezes se tornam passivas e isoladas

¹⁹ Ibidem, p.97.

²⁰ Filósofo, Doutor Honoris Causa pela Universidade de Paris.

²¹ MOCKUS, Antanas. A cidade como uma grande escola. In: Publicação: GEMPA. Porto Alegre. 2005.

nas relações urbanas. “Então, o que devolverá o corpo aos sentidos? O que poderá tornar as pessoas mais conscientes umas das outras, mais capacitadas a expressar fisicamente seus afetos?”. O próprio autor responde: “Obviamente, as relações entre corpos humanos no espaço é que determinam suas reações mútuas, como se vêem e se ouvem, como se tocam ou se distanciam”.

O autor mostra que a concepção e conformação das cidades contemporâneas foram isolando mais as pessoas, com a criação de condomínios fechados, o distanciamento da vida do centro, as aglomerações nos bairros mais populares e periferias, bem como pelas desigualdades entre pobres e ricos que ocupam espaços diferentes. Segundo Sennett:

A falta de contato entre as pessoas se evidencia pela dispersão geográfica das cidades contemporâneas, aliadas às modernas tecnologias para entorpecer o corpo humano. Esta situação levou alguns críticos da nossa cultura a consignarem uma divisão profunda entre o presente e o passado. [...] As massas de corpos que antes aglomeravam-se nos centros urbanos hoje estão dispersas, reunindo-se em pólos comerciais, mais preocupadas em consumir do que com qualquer outro propósito mais complexo, político ou comunitário²².

A partir do diálogo com estes autores, bem como de vivências e reflexões acumuladas ao longo de 30 anos como profissional do setor, considero a cidade como um corpo vivo, com suas “artérias” que são ruas, avenidas e estradas de acesso. Possui seus “órgãos” que representam o modo de viver da sua população e atividades produtivas. A cidade é dirigida por seu “cérebro”, através dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, que atuam juntamente com os cidadãos, no direcionamento de seu cotidiano e desenvolvimento. Uma cidade precisa ser alimentada pelo sonho e pela concretização das mais legítimas aspirações de seus habitantes, o que se faz pelo planejamento conjunto do Estado e da sociedade civil organizada.

O lúdico que humaniza o ser na cidade

O ser humano precisa do lúdico para se desenvolver, pois, desde criança, através do brincar, vai entendendo o seu mundo, lidando com seus medos, aprendendo seus limites, relacionando-se

²² SENNETT, Richard. Carne e pedra - O corpo e a cidade na civilização ocidental. 2ª ed.- Rio de Janeiro: Record, 2001, p.17.

com o outro, resolvendo situações-problema e criando novas possibilidades.

Muitos autores contemporâneos definem o lúdico como um estado de prazer, com razão própria de ser, contendo em si mesmo o seu objetivo. As crianças brincam por brincar, seu interesse vem de uma motivação interna de curiosidade e experimentação, podem se sujeitar às regras externas, mas jamais vão brincar sem desejo. Santo Agostinho em "Confissões", in: Revista Correio da UNESCO (1991), já referenciava o lúdico como eminentemente educativo no sentido em que constitui a força impulsora de nossa curiosidade a respeito do mundo e da vida, princípio de toda a descoberta e de toda a criação.

A visão de lúdico e a importância do ato de brincar já eram valorizados na antiguidade; ultrapassam os tempos, permanecem nas culturas, mantendo-se os jogos e as brincadeiras de caráter universais. Existem referências do século I dC quanto à utilização de jogos e brinquedos como cavalo de pau, par ou ímpar, cara ou coroa, carrinhos de madeira, montagem de casinhas (MEDEIROS, 1975).

Conforme Ariés (1981) na França, 1601, já eram relatadas as brincadeiras que Luis XIII utilizava na primeira infância: o cata-vento, o pião, as cartas, o xadrez, miniaturas de madeira e jogos de bola.

As crianças do oriente ou ocidente brincam com os mesmos brinquedos: a pipa, as rodas cantadas, o cabo de guerra, as sapatas ou amarelinhas. Naturalmente, existem algumas brincadeiras próprias de cada região, em função de características de clima, relevo e cultura.

Com o advento da era da informática, os brinquedos virtuais aparecem tomando conta de quase todo o tempo livre das crianças. Não nos cabe rejeitá-los; no entanto, precisamos possibilitar vivências lúdicas corporais em vários ambientes e espaços, com materiais e equipamentos múltiplos, que vão efetivamente contribuir para o desenvolvimento infantil de forma plena e integral.

Segundo Bousquet, in: Revista Correio da UNESCO (1991), o impulso lúdico – também chamado de impulso de curiosidade ou de exploração – dá à espécie e ao indivíduo evidente vantagem de seleção natural; afirma, também, que a capacidade e o hábito de explorar ao acaso o meio-ambiente resultam em situações de instrução e enfrentamento de imprevistos.

De fato, o que diferencia o homem das outras espécies é a sua imaturidade neurológica e funcional. Nasce despreparado até para respirar. Diferente dos outros animais, ele precisa amadurecer, dos atos reflexos aos conscientes e dirigidos. Nas relações sociais, ele sai

da simbiose materna para a individualidade e vida em grupo. Mas o fantástico, quando se pensa na condição vulnerável e de maturação do ser humano, nos primeiros anos de vida, é que esta vai permitir-lhe possibilidades imensas de adaptações, criações, associações, resoluções de problemas e interferências no seu cotidiano (FEIX, 2000).

Huizinga (2001) refere-se ao "homo ludens", dentre outras dimensões humanas, pois é no jogo e pelo jogo que a civilização surge e se desenvolve. O autor refere-se ao jogo como um fenômeno cultural de importância fundamental na vida das pessoas.

Abordando o ato de brincar, Santin (2001) afirma que não restam dúvidas que este fenômeno é conhecido e pode ser observado numa infinidade de aspectos, de formas e organizações de como se manifesta e se concretiza na vida humana. O brinquedo é visto como a ação de um sujeito criador que denuncia uma mudança radical do comportamento habitual de um ser vivo.

Conforme Schiller, in Santin (2001), é incontestável o fato de que o indivíduo atingiu a condição humana para invenção do brinquedo... "De todos os estados do homem é o jogo, e somente ele, que o torna completo e desdobra de uma só vez sua natureza, sensível e racional... Quando o homem se encontra em um *estado de jogo*, poderá, através da educação estética que o leva a contemplar o belo, desenvolver-se plenamente em suas potencialidades intelectuais e sensíveis".

Assim sendo, para o desenvolvimento destas potencialidades, considero que a cidade deve ter espaços públicos como parques e praças, dotados de equipamentos para as diversas faixas etárias. Deverá, também, disponibilizar áreas verdes com pistas para caminhadas e atletismo. Além disso, a cidade deve oferecer "brinquedotecas", que são, em última análise, salas de brincar para as crianças, que propiciam momentos de prazer e desenvolvimento infantil; quadras poliesportivas; ginásio; canchas de bocha; salas multiuso para desenvolvimento de artesanato, culinária, dança, música, ginástica, teatro e grupos de convivência. É importante, também, a viabilização de um Centro Cultural com palco e auditório, biblioteca e museu.

Torna-se fundamental, ainda, que o município desenvolva projetos e programas que possibilitem a comunidade "brincar". As atividades podem ser direcionadas para crianças, jovens, adultos e idosos, além de eventos culturais como festas, teatro, festivais de dança e de música, gincanas, exposições, feiras, etc. O município, através de sua política de esporte e lazer, deve propiciar oficinas sistemáticas onde a comunidade possa aprender as diversas manifestações culturais, como a dança, a música, o canto, o teatro e as artes plásticas. Quantos talentos podem surgir, quantas oportunidades

de expressão criativas podem ser realizadas? Nas manifestações da cultura corporal são recomendadas oficinas sistemáticas de esporte, lutas, recreação e ginástica.

Quantos adultos experimentam, pela primeira vez, jogar um esporte como vôlei ou basquete? Quantos idosos podem se revelar dançarinos, músicos e atores? Quantas meninas e meninos podem se realizar no esporte e nas artes revelando suas habilidades?

Só se pode gostar daquilo que a gente conhece. Portanto, as experiências vividas são fundamentais para futuras escolhas de ocupação do tempo livre!

O lazer e o esporte como direito do cidadão e dever do Estado

O lazer cada vez mais se impõe como necessidade na vida das pessoas, assim como o trabalho. A culpa do "ócio" começa a desaparecer gradativamente e o reconhecimento do uso do tempo livre, com alegria e prazer, vai se concretizando como processo de realização humana.

Segundo Dumazedier (2000), as três funções mais importantes do lazer são o *descanso* pós-fadiga do trabalho, o *divertimento*, que é representado pela recreação, e o entretenimento, ligado ao tédio da rotina e finalmente o *desenvolvimento* como construção individual e social.

Nelson Marcellino (2000) conceitua o lazer como "cultura entendida no seu sentido mais amplo, vivenciada-praticada, consumida ou conhecida no tempo disponível (fora das obrigações de trabalho, da família, da religião, da política partidária), que guarda determinadas características, como a 'livre' adesão e o prazer, e propiciam condições de descanso, de divertimento e de desenvolvimento, tanto pessoal quanto social".

Acrescentaria, ainda, nesta tentativa de conceituação, a possibilidade do *devaneio* e a realização do *desejo* proporcionadas pelo lazer enquanto parte indissociável do processo de consecução dos nossos sonhos! Isso porque o devaneio é que nos mobiliza a busca dos nossos desejos, viabiliza e ajuda a impulsionar nossas ações. Partimos do imaginário para a criação das nossas necessidades e relações com a vida. Segundo Luiz Alberto Py (2003), "temos a possibilidade de intervir em nossos devaneios sempre que desejarmos".

As possibilidades de satisfação, que os momentos de lazer propiciam, suscitam-me imagens emocionantes de meu trabalho como professora, de situações que me certificam da importância da

alegria, das atividades lúdicas e esportivas para uma comunidade nas diversas fases da vida!

Vislumbro Gabriela, "cadeirante" de 9 anos, participando de uma colônia de férias, num bairro da periferia, junto com mais 250 crianças. O professor a pegou no colo e pulou com ela na "cama elástica". Ouço ainda seus gritinhos, vejo suas tranças voando e seus olhos estalados! O sonho e o desejo realizados! Quem imaginaria que a Gabriela pudesse pular numa cama elástica? Professores e crianças olhavam com emoção a cena ao redor da cama. Vieram as lágrimas junto com os nossos sorrisos, batemos palmas e Gabriela ficou muito feliz. Enfim, ela se igualava a outras crianças!

Outra imagem congelada é a participação de 300 idosos, no ginásio Tesourinha, jogando "basquete relógio", "câmbio" e "handebol por zona", esportes adaptados para a terceira idade. Lembro-me de homens e mulheres jogando com 60, 70 e até mais de 80 anos, com garra, coragem, alegria, virando criança, torcendo, chorando com a vitória, entristecendo-se com a derrota. Sempre ligados na estratégia de jogo e nas regras, com emoção, com espírito de grupo, com solidariedade, entendendo que uma equipe só funciona com a participação e que o jogo só acontece se tiver adversário. Corpos "velhos", mas cheios vida e energia, passaram o dia todo jogando! Tinham alguns que estavam pegando pela primeira vez numa bola de basquete, que nunca haviam jogado antes. A magia do jogo acontecia, o ginásio vinha literalmente abaixo com as torcidas. No final, o congraçamento, a premiação e as medalhas, destacando, merecidamente, a participação de todos.

Mais uma cena, que passo a descrever a seguir, me faz acreditar que "brincar" vale a pena! Estávamos realizando uma colônia de férias em um bairro de periferia, para crianças muito pobres, de idade de 7 a 12 anos. O primeiro dia era o momento de socialização e organização dos grupos. Cada grupo era composto de 28 a 30 crianças divididas por faixa etária. Estava trabalhando na coordenação, quando chegou um monitor, a certa hora, com os olhos arregalados, e me falou: "Não vai dar para deixar o Anderson ficar, ele não obedece, bate em todo mundo, não fica parado no grupo! Vamos ter que excluí-lo da colônia". Eu olhei ao redor, lá estava o guri, correndo, empurrando os outros. Fui atrás dele, corri muito, consegui pegá-lo. Ele me olhava só de cantinho. Agitado, pedia que o largasse, que não queria ficar! Abaixei-me, olhei nos seus olhos, abracei-lhe firme e falei no ouvido: "Fica conosco, vai ter coisas divertidas, vamos brincar muito, ir ao teatro e passear no Lami para tomar banho no Lago Guaíba! Precisamos que tu cooperes e obedças para ficar na colônia. Eu acho que tu consegues!". Logo veio o monitor, pegou-lhe

pela mão, entregou-lhe a bandeira do grupo e saíram para brincar... O guri tinha desejado ficar conosco, participou de tudo, foi o líder da turma! A diretora da escola veio me agradecer pela inclusão do Anderson, tinha acontecido um milagre, ninguém tinha conseguido essa "façanha" antes. Era filho de traficante, tinha um irmão preso, sua única relação com o mundo dava-se pela mão da violência, pela falta de amor! Intervimos nesta relação, mostramos outras formas de conviver. Creio que, de algum modo, colaboramos para a formação de Anderson, na medida em que, tenho certeza, ninguém esqueceu este momento, muito menos ele.

Embora o acesso ao esporte e ao lazer seja definido como direito fundamental, reconhecido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU) e pela Constituição Federal de 1988, no seu artigo 217, as necessidades primárias, como habitação, saúde, educação, alimentação e trabalho ainda são priorizadas pelos governos municipais, em detrimento do lazer, que fica em segundo plano.

Na maioria das cidades aumentam os cinturões de miséria, o êxodo rural, o inchaço populacional e o desemprego. Apesar de todos estes problemas que a sociedade capitalista tem gerado, ainda o lúdico, o brinquedo, o jogo, o esporte, as festas e o lazer acontecem e devem ser valorizados.

O lazer é necessário, sempre há um tempo para o futebol, para o carnaval, para um bate-papo. Esse tempo de lazer existe na vida das pessoas, independentemente da classe social. O que irão variar são as condições de vida e a forma de realizá-lo. Alguns com maior poder aquisitivo viajam, vão ao teatro, ao cinema, compram brinquedos e freqüentam clubes. Outros se restringem a ver televisão, participar de festas, jogar com os amigos ou ir ao futebol. Ainda existem diferenças de acesso ao lazer entre homens e mulheres, os quais possuem tempo disponível que são culturalmente desiguais. Pouco tempo sobra para as mulheres, pois elas executam uma jornada dupla de trabalho, ficando o divertimento em segundo plano.

Políticas públicas devem contemplar possibilidades variadas de lazer, nas suas diversas atividades, respeitando a diversidade social, cultural e econômica.

O lazer está cada vez mais conotado como mercadoria e não como sua essência de estado de ser. O direito ao lazer é incondicional a todos, independentemente da classe social, religião, idade e sexo. Portanto, ele deve ser praticado com a máxima liberdade e desprendimento possível.

O esporte, como uma das atividades de lazer, tem sido um componente importante na vida das pessoas e das cidades.

Conforme Santin (2001), "o esporte hoje faz parte da cultura do movimento humano; enquanto fator decisivo no processo de socialização do ser humano possui funções socioculturais e políticas". Para o autor, a sociologia do esporte vê este como uma atividade lúdica que participa intensamente da criação do imaginário humano, ajudando a integrar cada indivíduo na dinâmica social.

Hoje, o esporte é fenômeno social cada vez mais emergente e característico das sociedades contemporâneas.

O esporte tem várias dimensões, chegando até a ser utilizado como mercadoria muito rentável. Possibilita a ascensão social, o sucesso, a fama, o espetáculo, a formação de atletas, a identificação com ídolos, gera emoções e faz o enriquecimento de alguns. Entretanto, o esporte também pode propiciar o doping, a violência, a derrota, a corrupção, a decepção, a frustração, a exclusão e até a morte, dependendo do modo como for manejado.

O esporte ainda pode ser festa, conagração, superação de limites, desenvolvimento, educação, aprimoramento, aprendizagem de regras e técnica. Pode viabilizar a liberdade, a vitória, a beleza, a solidariedade, a inclusão e a universalização.

Penso que o esporte é um meio riquíssimo de inclusão social, de oportunidades múltiplas de aprendizagens e desenvolvimento humano. É uma linguagem da cultura corporal que pode interagir na vida das comunidades e promover vivências de relações ricas e solidárias.

Santin (2001) ainda relata: "as significações dadas ao movimento humano e desenvolvimento do corpo nas atividades esportivas estão intimamente associadas às experiências existenciais e às práticas do mundo social".

Para o autor, os espaços esportivos, assim como o espaço de trabalho, guardam relações diretas com a vida individual e social. Na visão da antropologia, o esporte mostra a vinculação existente entre as manifestações lúdicas do ser humano enquanto criações simbólicas que garantem o seu distanciamento do comportamento animal e inauguram o processo de sua humanização como expressão de harmonia, arte e beleza.

Tenho a convicção de que a vivência do esporte pode ser para qualquer idade e para qualquer pessoa, independentemente de suas limitações físicas, emocionais, mentais ou de faixa etária, basta criar situações de acessibilidade e propiciar vivências prazerosas.

Com entendimento de que o esporte e o lazer podem ser um fator de desenvolvimento humano, além de uma linguagem de cons-

truções individuais e coletivas, acredito que as cidades devem investir muito na democratização destas práticas, em todas as dimensões: espaços, recursos humanos, formação e educação, projetos e programas para todas as idades, além de vários eventos com apoio e parcerias das mais diversas instituições.

A importância da comunidade em interagir nos espaços públicos de lazer, com utilização plena e democrática, é fundamental. Isso possibilita melhor qualidade de vida, a busca do prazer, dos relacionamentos, da saúde, das aprendizagens, da prática esportiva e da recreação.

O esporte e o lazer devem estar à disposição da comunidade, com políticas públicas para gerir, fomentar, manter, criar espaços e organizá-los, na dimensão adequada, na cidade. Cabe ao cidadão demandar e participar dessa política em todas as instâncias, exercendo a cidadania e utilizando-se de um direito constitucional para viabilizar o lazer e o esporte em todas as fases da sua vida. Quando entendemos que nossa vida pode ser uma procura baseada na participação, solidariedade e amizade, aumentam as possibilidades de encontrarmos a felicidade, nos diz Py (2003).

Como Py, só tenho a desejar felicidades a todos e que cada um de nós nos responsabilizemos pela felicidade nossa e dos outros cidadãos!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. 2 ed. Rio de Janeiro: L.T.C., 1981.
- ATHOS, D. F. *Poemas da minha cidade*. 2 ed. Porto Alegre: Globo 1944, p.6.
- DUMAZEDIER, J. *Lazer e cultura popular*. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- FEIX, E. *Lazer e cidade na Porto Alegre do início do século XX: a institucionalização da recreação pública*. Dissertação de mestrado, ESEF/UFRGS, 2003.
- _____. *Reflexões sobre o lúdico: o ato de brincar*. In: RODRIGUES, R. P. O brincahão uma brinquedoteca itinerante. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- HUIZINGA, J. *Homo ludens*. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- MACEDO, F. R. *Porto Alegre história e vida da cidade*. Porto Alegre: UFRGS. 1973.

- MARCELLINO, N. C. *O lazer na cidade: lazer uma questão urbana*. Texto da palestra de seminário do grupo de trabalho: cultura, esporte, lazer e turismo. Prefeitura Municipal de Porto Alegre: fevereiro de 2000.
- MOCKUS, A. *A cidade como uma grande escola*. Porto Alegre: GEM-PA, 2005.
- REVISTA CORREIO DA UNESCO, julho de 1991. *Brincadeiras e jogos*, n 170, p.5 artigo "Um Oásis de felicidade", de Martine Mauriras-Bouquet, p 14.
- SANTIN, S. *Educação física da alegria do lúdico à opressão do rendimento*. Porto Alegre: edições Est, 2001.
- SENNETT, R. *Carne e pedra - O corpo e a cidade na civilização ocidental*. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- PY, L. A. *A felicidade é aqui: lições de antiga sabedoria*. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

Educação Intergeracional: Privilegiar o Lazer para Possibilitar o Diálogo Cultural entre as Gerações

Professor Doutor Edmundo de Drummond Alves Junior²³

RESUMO

Defendemos a democratização do acesso aos esportes e ao lazer, bem como o uso de seus equipamentos, de forma a contemplar as mais diversas gerações. Procuramos neste artigo trazer à discussão alguns elementos que consideramos primordiais para a compreensão de propostas que podem ser inseridas na abrangência do campo da pedagogia social. Integramos alguns conceitos como o de animação cultural, lazer, promoção da saúde, cultura corporal e intergeracionalidade em nossas sugestões de intervenções práticas que não se restringirão ao espaço não-escolar, mas que podem e devem ser problematizados no espaço escolar. Aceitamos a possibilidade de atuarmos enquanto educadores pela ótica do educar pelo e para o lazer. Parece-nos hoje um salutar desafio para os responsáveis pela elaboração das políticas públicas atuar com o lazer numa perspectiva de integrar as diversas gerações evitando a formação de guetos isolados. No nosso entender, estas preocupações têm marcado as sugestões dos gestores de diversos projetos como o Vida Saudável e o Esporte na Cidade, capitaneados pelo Ministério do Esporte.

Palavras-chave: envelhecimento, estudos do lazer, animação cultural, intergeracionalidade.

INTRODUÇÃO

Considerar o envelhecimento da população brasileira enquanto problema social do momento recebe influência das mais diversas, e a questão do desequilíbrio entre jovens e velhos na configuração das pirâmides etárias é um dos mais marcantes. A transição demográfica por que vem passando o Brasil impôs a reflexão quanto ao envelhecimento da sociedade brasileira e as relações intergeracionais. Parece ser comum ouvirmos que conflitos geracionais, desrespeito e incompreensão dos jovens com relação aos mais velhos e também dos mais velhos com relação aos mais jovens são fatos que, de forma diuturna, têm grande repercussão nas relações sociais. Temos como objetivo principal apresentar o que nos levou a defender a inclusão de intervenções intergeracionais no campo da

²³ Doutor em Educação Física, professor da Universidade Federal Fluminense, coordenador do Grupo de Pesquisa Envelhecimento e Atividade Física, pesquisador do grupo ANIMA.

educação física e do lazer considerando a emergência da discussão sobre a formação de "comunidades geracionais"²⁴. Acreditamos que se existe afastamento entre as gerações e preconceitos mútuos de jovens e velhos isso se deve à pouca reflexão dos mais diversos educadores sobre a construção de preconceitos, que entre outros incluímos o "ageísmo"²⁵, que seria um preconceito que toma como base a questão da idade. Para atingir os nossos objetivos neste artigo, procuraremos desconstruir o uso comum que se dá às idades cronológicas para classificar alguém ou mesmo impor comportamentos. Isto fica mais claro quando se observa os diversos estereótipos que envolvem alguém que acumula muitos anos de vida e que em um determinado momento é categorizado como um velho.

A partir do uso comum que se dá à noção de geração, Claudine Attias-Donfut (1988) já observava que: no quadro demográfico ela é quantificável e fica envolvida no sentido de "coorte", que significaria um determinado número de pessoas nascidas num mesmo intervalo de tempo. Numa perspectiva etnológica, a noção de geração é limitada pelo sentido de filiação, tendo uma função classificatória. Considerando que a noção de geração não é nem quantificável nem codificável, aceitando-se que sua qualificação seja entendida como uma "união espiritual", faz-se necessário de imediato dissociá-la da noção de idade.

Consideramos que diversas construções sociais contribuem para a formação de indivíduos preconceituosos com relação à velhice e ao envelhecimento. Os "ageismos" a que somos confrontados no decorrer da nossa existência, acabam sendo fruto de uma não-preparação para enfrentamento do curso normal da vida. A aceitação das diversas divisões da vida em etapas marcadas pelo corte cronológico é um sinal do controle social exercido sobre o que envolve a juventude, o envelhecimento e a velhice.

Temos há algum tempo incluído estas discussões no âmbito de nossas intervenções como professor de educação física, seja atuando no âmbito escolar como o no não-escolar. É através do uso deste tempo social que é o de lazer, que defendemos a intergeracionalidade em espaços que até bem pouco tempo não coabitavam jovens e velhos que podem em diversas situações ter objetivos semelhantes.

²⁴ Carreras (2002) considera a geração uma construção e que será através das relações sociais que elas se identificam e sua compreensão será através de um tempo vivenciado. O mesmo autor usa as palavras de Mc Clusky que reconhece que as gerações mesmo separadas por marcas sociotemporais e experiências diferenciadas possuem elementos comuns. Entretanto, o que mais vai definir uma "comunidade geracional" não serão os elementos comuns e compartilhados, nem vir a ter acordo em assuntos diversos. Trata-se enfim de uma comunidade de diferentes, daí devemos ter sempre em mente que a homogeneidade de um grupo como o dos idosos é mera ilusão sendo uma construção muito bem arquitetada o modelo de envelhecer tipo "terceira idade".

²⁵ Preconceito fundamentado em idades cronológicas que podem tanto ocorrer dos jovens para os mais velhos como destes últimos para os primeiros (HOOYMAN, 1993).

Tomando como exemplo os centros de convivência para idosos e aposentados, que nada mais é do que um espaço associativo que busca oferecer atividades diversas voltadas para idosos e aposentados, são raros aqueles que já superaram as amarras de uma idade cronológica qualquer para definir quem pode ou não participar²⁶. Consideramos como um elemento bastante limitador o uso de uma idade cronológica, e não temos encontrado muita discussão sobre a importância de se democratizar o acesso às diversas atividades, incluindo as atividades físicas, a todos que têm tempo disponível, que buscam os mesmos interesses culturais²⁷, independentemente da geração a que pertençam ou de uma idade cronológica predefinida. Temos também procurado questionar o que se passa na escola no ambiente formal das aulas de educação física, onde o melhor exemplo é o ensino público noturno e que tem na mesma sala de aula pessoas das mais diversas gerações. Como o professor de educação física tem encarado esta situação? Integrando em suas atividades propostas intergeracionais ou se esquivando desta proposição, endereçando sua atividade prática para um determinado grupo, descreminando em geral os mais velhos? Em um curso de educação física escolar buscamos sensibilizar professores de educação física à discussão da intergeracionalidade além de sensibilizar os alunos às questões relacionadas aos diversos preconceitos, entre eles os relacionados à idade cronológica. Nosso desafio é pôr em prática os princípios da "educação intergeracional" e como usar a animação cultural.

Acreditamos que ao considerarmos uma proposta que vise a integração, contribuiremos para que os mais jovens venham a conviver melhor com os mais velhos num sistema de respeito e de troca constante de conhecimentos que evidentemente deve ocorrer nos dois sentidos, já que consideramos que os jovens também podem contribuir para com os mais velhos.

Paradoxos de uma sociedade que se recusa a envelhecer

As previsões apontam para os próximos anos um acentuado crescimento e, principalmente, um grande desequilíbrio entre o número de pessoas idosas e o restante da população. Caminhamos a passos largos para sermos um país que terá uma maioria de velhos, será que estamos nos preparando para tal fato? Concretamente com os dados já disponíveis podemos fazer uma prospecção a partir dos jovens que hoje estão em nossas escolas que, neste ano de 2006,

²⁶ A partir dos exemplos franceses que abandonaram o modelo associativo universidade para terceira idade para universidade do tempo livre ou de todas as idades, temos procurado ampliar o acesso dos projetos associativos para idosos que estamos envolvidos ver por exemplo (ALVES JUNIOR, 2001).

²⁷ Como interesses culturais, temos os físicos, artísticos, intelectuais, manuais, sociais e até mesmo os turísticos.

têm mais de 12 anos. Eles farão parte, em 2050, de um conjunto de pessoas que viverão num país em que a população será constituída de 27% de pessoas com mais de sessenta anos e 22% tendo menos de 20 anos (ALVES JUNIOR, 2004). Estes dados por si só impõem diversas reflexões desde a organização das cidades, aposentadoria, educação, trabalho, saúde e lazer. Anne Marie Guillemard (1986), que vem estudando as políticas públicas relacionadas aos aposentados e aos idosos, defende que mais do que se pensar numa política voltada para um grupo específico devemos ter políticas claras no que toca o envelhecimento da população.

Para pensar numa proposta intergeracional que integre idosos e aposentados com outras gerações, é fundamental considerar o processo do envelhecimento, como sendo algo normal, multifatorial e multidiferencial, considerando a velhice destino de todos que vivem muitos anos. A recusa em aceitar este processo e o medo das mazelas da velhice e da certeza da inevitabilidade da morte que se torna mais próxima contribuem à sua negação, e diante dos temores que se instalam, elabora-se um processo de camuflagem da velhice que se perpetuará, como se ela fosse sinal de fraqueza, declínio, resultado do acúmulo de doenças. Na verdade, esta forma de encarar o envelhecimento são sinais de uma sociedade que há muito, privilegia o jovem, o belo, o forte ou aqueles que, independentemente da idade cronológica, detêm algum tipo de poder. Nossa proposta enquanto profissionais da educação visa contribuir na desconstrução da velhice enquanto algo desprezível, negativo e repugnante. Entretanto, alertamos que não temos um discurso messiânico ou salvacionista, lembrando que não devemos cair ingenuamente na armadilha que é a de achar que esta etapa da vida é um dos melhores períodos a serem vividos²⁸.

Para que tenhamos mudanças, devemos lutar para romper as barreiras impostas por uma sociedade que só se interessa pelo cidadão enquanto dele pode explorar sua força de trabalho ou que ainda tenha algum recurso a ser captado: seja através da indústria farmacêutica, dos planos de saúde e de previdência social, de empréstimos e, entre outros, destacamos também a potente indústria do turismo e do entretenimento. No entanto, para a grande maioria, ainda é comum ouvir falar dos idosos e velhos aposentados pelo lado jocoso, da inatividade de um período da vida sem atrativos. Na verdade, uma ardilosa preparação para crermos nestas verdades é passada desde a nossa infância quando tomamos contato com histórias infantis que nos ensinam que beleza, bondade e dinamismo

²⁸ Querendo homogeneizar um modelo de envelhecer, políticos e outros aproveitadores das conseqüências do fenômeno da “transição demográfica” caracterizam o período como: “boa idade”, “melhor idade”, “idade feliz” e “feliz idade”, o que em outras épocas era simplesmente conhecido como velhice.

são qualidades dos jovens, sempre contrapondo a feiúra, a rabugice e a maldade que são os estereótipos dos velhos. Afinal, quem não se lembra como são as fadas (sempre jovens e belas), as bruxas (sempre feias e velhas) e o temor que muitos passaram a ter do “velho do saco” e dos “velhos babões”.

Em diversas ocasiões, procuramos discutir as atividades físicas enquanto que prática permanente, consideramos que isto seja um fato que a sociedade como um todo ainda não se decidiu por incluir na sua vida cotidiana. Por outro lado, provavelmente no discurso comum, as respostas pareceriam ser contraditórias, já que seria difícil encontrar alguém que não creia nos possíveis benefícios da prática de uma atividade física regular. Consideramos que este problema resulte de modelos de educação física que ainda estão no imaginário das pessoas e na maneira como a sua prática foi implementada num passado recente, principalmente no ambiente escolar. Durante muito tempo, a educação física praticada nas escolas ficava associada a determinados paradigmas que fugiam da sua verdadeira vocação, que, na nossa compreensão, deve ser a de contribuir à formação de cidadãos críticos, capazes de levarem para sua vida adulta os ensinamentos aprendidos no período escolar. Tendo um repertório de conhecimentos acerca do que entendemos como educação física, diversas manifestações de cultura corporal podem ser incorporadas de maneira consciente e equilibrada sem que elas sigam qualquer tipo de imposição social, respeitando a cultura de cada grupo e partindo das experiências de cada um.

Já chamamos de “pastoral do envelhecimento ativo” (ALVES JUNIOR, 2004) o simples receituário do manual do bom envelhecer, que inclui entre outras coisas o engajamento em diversas atividades como forma de postergar a tal da velhice, percebemos claramente neste modelo, a separação entre o considerado bom e mau envelhecimento, que se representa em ser ou não ativo, ser da terceira idade ou um velho. Consideramos que a simples indução a comportamentos ativos de jovens, a adultos e a todos que estão sendo confrontados ao processo do envelhecimento, não diminuirá a importância do problema social do momento, que é o afastamento das diversas gerações da prática efetiva de atividades físicas regulares.

Defendemos uma proposta de educação física que considere a reflexão sobre a cultura corporal, e que vise contribuir:

[...] para a afirmação dos interesses de classe das camadas populares, na medida em que desenvolve uma reflexão pedagógica sobre valores como solidariedade substituindo individualismo, cooperação confrontando a disputa, distribuição em confronto com apropriação,

sobretudo enfatizando a liberdade de expressão dos movimentos – a emancipação –, negando a dominação e a submissão do homem pelo homem (SOARES ET COL, 1992:40).

A prática da competição exacerbada ou de um modelo rígido que é encontrado em instituições militares, impostos como modelos únicos, de certa maneira impediu durante muito tempo que muitos, hoje velhos, tenham uma boa lembrança da educação física escolar, já que ela não priorizava a participação daqueles que dela mais precisavam: os menos habilidosos, os que trabalhavam, os que tinham prole e os que tinham alguma necessidade especial. O desafio deve ser no sentido também de superar uma educação física que tem como modelo único o esporte, segue estritamente o que está nas regras oficiais, incentivando exacerbadamente a competitividade como se isto fosse inerente ao ser humano. Questionamos também uma educação física que não é capaz de sair das amarras do imediatismo, com fim em si mesmo, propostas cujo sentido parece ser de uma satisfação momentânea, longe de uma reflexão sobre o que ela pode contribuir para o resto da vida fora da escola. Daí consideramos fortemente as propostas de que tenham apoio nos estudos do lazer (MELO E ALVES JUNIOR, 2003).

A formação de uma nova geração de idosos e aposentados

No campo do envelhecimento, podemos falar da “estratificação das idades” (MARKIDES E MINDEL, 1986:29) que segundo seus autores pode ser percebida mais como um modelo de envelhecimento do que uma teoria propriamente dita, já “que sua perspectiva não é a de oferecer uma explanação teórica da adaptação à velhice” e sim “dar maior ênfase à importância da história do indivíduo e à mudança do meio ambiente social”.

No modelo, percebe-se duas formas fundamentais de estratificação das idades: a idade podendo limitar as habilidades do indivíduo para desempenhar determinados papéis; e a sociedade, diferentemente, repartindo direitos, papéis, privilégios e oportunidades, tendo como base uma determinada idade. A perspectiva do modelo põe em evidência a questão da estratificação das idades na sociedade, sendo:

[...] uma maneira de olhar as relações entre gerações e ao mesmo tempo revelar a possibilidade de que sucessivos coortes, de pessoas idosas, de meia idade e jovens,

possam ser diferentes criaturas sociais tendo em vista as suas mais diferentes experiências (BAUM E BAUM, 1980:25).

Se por um lado houve no século XX uma verdadeira revolução no que toca a longevidade, por outro, as estruturas por idade não acompanharam no mesmo ritmo as alterações, conforme o que vem sendo anunciado para o século XXI, quando será cada vez mais crescente o número de pessoas idosas tanto competentes e motivadas como potencialmente produtivas. Sendo assim, certamente elas "não poderão se acomodar por muito mais tempo às estruturas que não lhes dão nenhum papel" (RILEY E RILEY, 1991:7).

Foram analisados pelos autores dois tipos de estrutura por idade, uma considerada tradicional, cuja ruptura advém de uma subdivisão baseada em idades, e outra que considera a importância da integração das idades e que poderia teoricamente reduzir as diferenças da "ruptura estrutural". Para eles (p:6), uma "ruptura estrutural" passa a ser considerada "através do desequilíbrio entre as forças e as capacidades potenciais do número cada vez maior de pessoas que viveram muitos anos [...] e a ausência de papéis produtivos ou carregados de sentido...".

Na subdivisão baseada em idades, os papéis sociais são divididos em três partes: aposentadoria com a primazia dos lazeres, o trabalho para os considerados adultos e a educação para os jovens. Nesse modelo banal, originário de um tempo mais antigo, a aposentadoria seria muito próxima da morte e haveria uma dificuldade adaptativa a novos modos de vida. Ele se fundamenta no declínio que se acentua com o decorrer dos anos e acaba fortalecendo concepções que podem ser consideradas "ageismos". Seria uma divisão considerada prática para a sociedade, pois não possibilita muitos questionamentos. Já na integração das idades, seria possível ter diferentes papéis em todas as estruturas e, tanto na escola, no emprego, como nos lazeres, as pessoas estariam integradas.

Nem os adolescentes nem os aposentados estarão excluídos dos locais de trabalho em razão da sua idade [...]. Grandes possibilidades de lazer fora do trabalho são oferecidas mesmo para as pessoas de idade média [...]. Graças a essa integração de idades, poderíamos caminhar em direção a essa reconstrução dos percursos da vida, objeto de inúmeros debates, visto que os indivíduos, durante toda sua vida, poderiam alternar os períodos de educação e de lazer (RILEY E RILEY, 1991:8).

Mesmo que possam ser observados alguns sinais de que estaria havendo uma intervenção sobre as estruturas, que teria como objetivo aproximar as pessoas independentemente a idade, seja no trabalho, na educação ou no lazer, os exemplos observáveis dessa integração ainda são raros na sociedade moderna. O que não tem impedido que reforcemos propostas que visem a educação intergeracional como forma de superar os mais diversos preconceitos que afastam as gerações destas integrações.

Claudine Attias-Donfut (1988) se interessou em discutir a formação das gerações. Ela apontou que, nas sociedades tradicionais, um sistema de diferentes classes de idade servia para marcar as posições que cada membro vai ocupar. Isso era regido por códigos bem ritualizados. Já na sociedade ocidental, diferentemente, isso só vai ocorrer em regulamentações formais e de algumas instituições, sendo as normas de idade bem mais flexíveis, não impondo uma delimitação formal das fases da vida. Ao se falar das "idades da vida", devemos estar atentos ao fato de que elas não são reguladas por um sistema rígido e universal, existindo diversas modificações sociais que se produzem no ciclo da vida. É nesse ciclo que somos capazes de projetar nossa duração individual numa duração coletiva, e, de uma maneira "socialmente definida", fazer com que esses tempos estejam em conformidade. Ainda com a autora, será essa "duração coletiva" que vai moldar um espaço que lhe é próprio, simbolizado como "espaço geracional".

Num ciclo considerado mais linear, os indivíduos se organizam por compromissos mais em longo prazo e, em alguns casos, com uma certa rigidez, fazem projetos diversos, seja para as atividades profissionais, familiares ou educativas: o ciclo da vida vem a ser a referência, com seu desenvolvimento contínuo, linear e progressivo se projetando em direção às futuras gerações (GAULLIER, 1988). O ciclo da vida se cronologizou, de maneira que para cada idade acaba existindo uma cultura diferente – isto pode ser observado na divisão em que se determina um tempo destinado à formação, outro à produção e finalmente o que é destinado à aposentadoria. A entrada em cena de um novo tipo de aposentado, assalariado pertencente à classe média e que teve considerável aumento de sua longevidade, fez com que esse esquema dividindo a vida em três etapas acabasse sendo comprometido.

Xavier Gaullier (1992; 1999) argumentou que passávamos por um período de transição, de tensões múltiplas, produzidas a partir da passagem desse modelo linear para um outro mais flexível e original que decorre das novas relações entre trabalho e tempo disponível. De que maneira poderíamos então interpretar os diferentes

comportamentos e atitudes das pessoas idosas e aposentadas em relação ao emprego do seu tempo disponível? Poderíamos considerar uma nova maneira de ser idoso e aposentado como um fenômeno de idade ou como de geração? Por que ainda encontramos no Brasil resistência a propostas intergeracionais como aquelas que já ocorrem em outros países há algum tempo²⁹?

Observações desenvolvidas tanto pelas ciências sociais como a partir das evoluções demográficas deram um novo perfil para a temática sobre as gerações. Nesse sentido, Claudine Attias-Donfut (1988; 1991) problematizou o simbólico do que pode significar uma geração, merecendo dela reflexões sobre a história, a memória coletiva e os tempos sociais. No seu livro, foi feita uma interessante revisão histórica do conceito mítico de geração e uma análise mais aprofundada sobre a noção de geração, chegando mesmo a ser proposto a desconstrução de alguns dos seus usos mais comuns.

Evocação da vida, da morte, da reprodução, a noção de geração introduz no meio dos grandes problemas do homem a sua peregridade e a finitude; ela está no centro das reflexões sobre a organização dos homens na sociedade; sobre a marca que ele recebe de seu tempo, sobre seu posicionamento no espaço e no tempo [...] a noção de geração só se define em relação a um contexto que lhe dá sentido: ela só pode estar sendo compreendida se ela se inscrever num projeto teórico no qual ela tira sua significação (ATTIAS-DONFUT, 1988:17).

W. Dilthey³⁰ observou a importância de se confrontar um tempo quantitativamente mensurável com um outro vivenciado, que só pode ser analisado qualitativamente; vindo a falar de uma contemporaneidade, que nada tem a ver com o cronológico. A concepção de Dilthey sobre o significado de geração se fundamenta numa temporalidade que é concreta, dependente da combinação de condições sociohistóricas. Segundo Attias-Donfut (1988:36), "a existência do indivíduo enquanto tal resulta da unidade de experiências passadas e presentes. Essas experiências situadas historicamente assentam os alicerces da noção de pertencimento a uma geração".

Karl Mannheim é outro autor que ilustrou os encaminhamentos teóricos de Donfut, ele seguiu uma abordagem sociológica, considerando como fundamental o problema das gerações para melhor compreender as mudanças sociais. Ele fala da "posição social" como determinista para o acesso aos "produtos culturais da sociedade",

²⁹ Parece-nos ser bastante esclarecedor o exemplo da Universidade do Tempo Livre de Rennes (Alves Junior, 1994) que, como outras, trocou o critério de acesso baseado numa idade cronológica e passou a adotar a proposta intergeracional estando aberta a todas as idades.

³⁰ Citado por Attias-Donfut.

o que nos leva a refletir sobre o aumento da participação de idosos e aposentados no meio associativo, como também na prática de atividades físicas realizadas por idosos dentro ou fora desses ambientes.

Reconhece-se a existência de uma geração na coincidência com os fenômenos sociais e fatos históricos marcáveis, e, nesse sentido, também introduz a questão dos tempos sociais. De maneira que ao se levar em conta a abordagem das práticas sociais como possibilidade de se discutir as gerações, podemos considerar que a sua definição social

[...] se produz nas fronteiras da memória coletiva e da história contemporânea, contribuindo para a estruturação contínua do tempo social, pela definição do presente, do passado e do futuro [...] a geração não é deduzida da história, mas ela se constrói construindo a história (ATTIAS-DONFUT, 1988:168).

Buscando outras relações entre educação e intergeracionalidade através de uma proposta prática que inclua os interesses culturais do lazer.

No ano de 1982, a ONU em seu plano de ação já admitia a importância da intergeracionalidade. Em 1993, a união dos países europeus promoveu a discussão da solidariedade entre gerações. O objetivo principal do evento foi discutir a solidariedade entre as diversas gerações, considerando-a como um fato proveniente das novas relações sociais (WALKER, CRAEYNES, 1993) já em curso naquele continente. O ano de 1993 foi então denominado pelos países da comunidade européia como "ano das pessoas idosas e da solidariedade entre as gerações". No evento, foram discutidas oficialmente as estratégias que deveriam ser assumidas pelos países membros. Enfatizou-se o que de certa forma já vinha sendo proposto anteriormente, como, por exemplo, a integração dos idosos e aposentados em propostas associativas que levassem em consideração a "intergeracionalidade". Nesse sentido, um grande passo foi dado no sentido de assumir a dificuldade de se usar parâmetros fundamentados em idade cronológica para definir quem pode ou não participar de atividades associativas que envolvem idosos e aposentados.

Carreras (2002:33) organizou uma publicação que tratava da educação intergeracional e, sobre ela, o autor fala de sua emergência e atual entrada no campo acadêmico. Ao fazer uma revisão sobre a educação intergeracional, ele pôde perceber o alcance e a ambição da proposta, que vai:

[...] propiciar interações intergeracionais, relações entre gerações, trocas sociais, incorporando as pessoas no seu tempo, resistindo contra as discriminações e a ausência de vínculos, buscando, como consequência, novos vínculos sociais tanto para jovens como idosos, adolescentes e adultos, que, na sociedade da mundialização e da globalização, ficam cada vez mais excluídos (marginalizados e inadaptados) dos benefícios oriundos das mesmas. Através da educação intergeracional e dos programas intergeracionais, ocupa-se um novo espaço na educação social, que trabalha visando facilitar a compreensão das novas exclusões e, ao mesmo tempo, abordando estas questões, não só em função de uma só categoria ou setor – os idosos –, mas sim, pensando em todos os grupos sociais que ainda permanecem nessa situação, por qualquer fator que seja, e que desejem reincorporar-se ou juntar-se à construção de novos vínculos sociais.

Estamos de acordo de que a educação intergeracional venha facilitar a transmissão de valores e tem como intenção ir além do casual encontro entre diversas gerações, mas principalmente possibilitar a troca de conhecimentos nestes momentos. Nela estarão envolvidos desde sentimentos, percepções e produtos culturais (MORENO, LOPEZ, LOPEZ, 2004: 120). Nesta publicação, encontramos uma outra definição do conceito de educação intergeracional escrita agora por Garcia Miguez que assim se expressou:

[...] a educação entre gerações é um diálogo de culturas que parte de campos motivacionais semelhantes, e tem como intenção descobrir os valores simbólicos capazes de enriquecer os projetos de vida dos mais diferentes grupos.

Para transformar a sociedade a intervenção dos profissionais da educação tem um papel a desempenhar e não pode ser feita de forma acrítica. Sendo assim, levar a pensar no homem e a sociedade na qual estamos inseridos é a principal tarefa do educador comprometido com as mudanças. Se detectarmos sinais de desrespeito ao cidadão e principalmente aos que envelhecem, devemos elaborar estratégias para superar esta deficiência seja ela no espaço escolar como no não escolar.

Temos sido defensores da proposta intergeracional, mas ainda verificamos que essa compreensão vem sendo mais bem trabalhada

em outros países do que no Brasil³¹. Percebemos que é grande o número de iniciativas, tanto em âmbito das organizações governamentais como das não-governamentais e as de cunho privado, que adotam critérios ambíguos já que argumentam que suas propostas visam diminuir os preconceitos e/ou promover a integração dos idosos à sociedade³². Na verdade, eles se mantêm segregativos, constituindo verdadeiros “guetos de idosos”, achando que a intergeracionalidade passa pela intervenção de animadores mais jovens. Temos diversos exemplos que ocorrem no Brasil de propostas associativas que não admitem nem a discussão da entrada de outras gerações³³.

Mudar os estigmas que levam alguém a manipular o sistema de idades pode ocorrer no espaço escolar, aproveitando que nela já convivem jovens, adultos e idosos nas mesmas salas de aula nos cursos noturnos. Temos neste espaço uma possibilidade de estabelecer a interação entre estas gerações, através de uma prática de educação física diferenciada da tradicional, fundamentando esta nos princípios do lazer. Através dele e da animação cultural, sugerimos que ele seja experimentado fora dos muros escolares e deste período. Procuramos mostrar as múltiplas possibilidades, sensibilizando o indivíduo a novos gostos, a outros olhares no que se refere aos esportes e ao lazer.

Tem sido de nosso interesse discutir a preparação para o envelhecimento levando em consideração as possibilidades dos professores de educação física que estão atuando nos diversos espaços geracionais como escolas e associações das mais diversas. Defendemos que as atividades físicas devem ser incorporadas à prática cotidiana dos alunos, extrapolando o período escolar, por toda vida, sendo importante fazer uma reflexão sobre o lazer enquanto direito e necessidade social (MELO E ALVES JUNIOR, 2003).

Sendo assim educar pelo e para o lazer torna-se uma tarefa da escola e a educação física pode desempenhar um papel preponderante. O envelhecimento enquanto um processo inexorável e multidimensional merece ser abordado multidisciplinarmente e a escola e o espaço associativo podem ser um excelente local para pôr em prática novas propostas educacionais. Desmistificar o envelhecimento, superar as barreiras geracionais e desdramatizar o esforço físico pelos mais velhos é o que sugerimos. Temos clareza que “en-

³¹ É interessante registrar que nas próprias leis destinadas a atender os idosos, como a 8.842 (BRASIL, 1997) e o Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003), vemos a questão da intergeracionalidade posta como uma das alternativas capazes de diminuir os preconceitos entre velhos e jovens como se cada um não tivesse nada a acrescentar ao outro.

³² Em geral as associações voltadas para idosos e aposentados usam como base um critério que também consta na lei, ou seja, que no Brasil é considerado idoso, ou alguém da terceira idade, quando atinge os 60 anos de idade.

³³ Acreditamos que serão a proposta e a maneira como ela é desenvolvida que farão a diferença no momento de uma escolha de alguém por uma atividade proposta em ambientes associativos.

velhecer com cidadania” numa sociedade ainda bastante desigual provoca muitas incertezas, fazendo com que a velhice seja uma etapa da vida bastante temida. Levando em conta que uma sociedade competitiva em excesso só considerará o homem enquanto produz, procuramos desmistificar o envelhecimento discutindo a sociedade com os jovens e velhos procurando estimulá-los ao diálogo intergeracional. Por que não pensar numa proposta que privilegie o educar pelo e para o lazer? Este é um desafio que temos procurado traduzir em conteúdos temáticos que regularmente desenvolvemos³⁴.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES JUNIOR, E. D. *A pastoral do envelhecimento ativo, tese de doutorado*. Programa de pós-graduação da Universidade Gama Filho, 2004.

_____. *O idoso e a educação física informal em Niterói*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1992.

_____. *L'Université du temps libre du pays de Rennes un révélateur d'un modèle social du vieillissement, DEA, Histoire, Civilisation et sociétés*. Rennes: Université de Rennes, 1994.

_____. *O grupo de caminhada ecológica alternativa de vida*. II Seminário “O lazer em debate”, 11 a 13 de maio, coletânea, Universidade Federal de Minas Gerais, 2001, p. 146-152.

_____. *Construindo um programa de prevenção de quedas que seja capaz de influir na vida ativa de pessoas com necessidades especiais: preparando-se para um envelhecimento saudável*. In: Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, 2001, Anais, Caxambu: CBCE, 2001, CD-Rom.

_____. *Atividade física e saúde, perspectiva para o século XXI: preparando os jovens para o envelhecimento saudável*. In: III Semana da Educação Física, esporte e lazer, Universidade Gama Filho, 01 a 04 de outubro de 2001, 37-45.

_____. *Envelhecimento e atividade física: diversos olhares sobre a prevenção de quedas*. Niterói: GEF/ANIMA/Brazilfoundation, 2006.

ATTIAS-DONFUT, C. *Generations et âges de la vie*. Paris: PUF, 1991.

³⁴ Voltado à formação daqueles que atuam no espaço escolar, temos a responsabilidade da disciplina “a escola preparando para um envelhecimento saudável” que visa preparar quadros que vão atuar com as questões que viemos de pontuar (ALVES JUNIOR, 2001b); sem a intenção de esgotar as possibilidades, deixamos aqui alguns outros exemplos, como o do projeto de prevenção de quedas desenvolvido na Universidade Federal Fluminense, denominado “Prev-quedas: Prevenindo as quedas hoje evitará que o próximo a cair seja você” e o projeto “Envelhecimento sem tropeços” em curso na Universidade Federal do Rio de Janeiro (ALVES JUNIOR, 2006).

- _____. *Sociologie des generations*. Paris: PUF, 1988. BRACHT, V. Educação física e aprendizagem social, Porto Alegre : Magister, 1992.
- BAUM, M.; BAUM, R. *Growing old*. N. Jersey: Prentice-Hall, 1980.
- BRASIL. Lei 8 842, de 04 de janeiro de 1994. Direitos da Terceira Idade, Rio de janeiro: Auriverde, 1996.
- _____. Estatuto do Idoso, Lei 10741, Brasília: DF, 2003.
- CARRERAS, J. S. *Pedagogia social y programas intergeracionales: educacion de Personas Mayores*. Malaga: Aljibe, 2002.
- GUILLEMARD, A. M. *Le declin du social*. Paris: PUF, 1986.
- GAULLIER, X. *La deuxième carrière*. Paris: Editions du Seuil, 1988.
- _____. *Le risque vieillesse, impossible paradigme*. Sociétés Contemporaines, (10), p. 23-45, 1992.
- _____. *Les temps de la vie*. Emploi et retraite Paris:Esprit, 1999.
- HOOYMAN, R. N.; KYAK, A. H. *Social gerontology: a multidisciplinary perspective*. Boston: Allyn and Bacon, 3 ed., 1993.
- MALKES, R. *As novas velhas caras da política israelense*. Jornal O Globo, 30/04/2006, cad mundo p. 34.
- MARKIDES, K. S.; MINDEL, C. H. *Aging & Ethnicity*. London: Sage, 1986.
- MELO, V. A. ALVES JUNIOR, E. D. *Introdução ao lazer*. São Paulo: Manole, 2003.
- MISHARA, B L.; RIEDEL, R. G. *Le Vieillissement*. Paris: Press Universitaire de France, 1985.
- MORENO, M. B.; LOPEZ, M. D. F.; LOPEZ, J. M. *Gerontogagia, educacion em personas mayores*. Granada: Universidad de Granada, 2004.
- PAZ, S. F. *Dramas, cenas e tramas. A (situ)ação de fóruns e conselhos do idoso no Rio de Janeiro*. Tese de doutorado, Universidade de Campinas, 2001.
- RILEY, M. W., RILEY JR, J. W. *Viellisse et changement des rôles sociaux*. Gérontologie et Société, n. 56, p. 6-13, 1991.
- SOARES ET COL. *Metodologia do ensino de educação física*. São Paulo: Cortez, 1992.
- WALKER, A.; CRAEYNEST, D. *Les attitudes des Européens face au vieillissement et aux personnes âgées*. Europe Sociale, Bruxelles, p. 33-40, 1993.

Qualidade de Vida na Velhice³⁵

Silene Sumire Okuma³⁶

A longevidade humana aumentada nos dias atuais é uma realidade. Entretanto, ela pode ser vista como uma situação ambígua, pois, se por um lado temos a possibilidade de desfrutar de mais anos de vida, por outro, corremos o risco de viver em meio à incapacidade e dependente de outros, na medida em que o avançar da idade aumenta também a probabilidade de ocorrência de doenças e prejuízos à funcionalidade física, psíquica e social.
(Paschoal, 2002)

Como qualquer outra fase do desenvolvimento, o envelhecimento comporta crescimento e declínio. Em alguns domínios do comportamento, como o físico, as perdas parecem ser preponderantes, resultando em várias mudanças, algumas bastante aparentes, outras nem tanto. São mudanças associadas à idade que afetam praticamente as células de todos os nossos órgãos e sistemas. Embora sejam mudanças não aparentes, elas são consideradas normais e não estados de doenças. Não ficamos doentes porque ocorrem mudanças normais à medida que envelhecemos, mas a probabilidade de ficarmos doentes aumenta, pois nos tornamos mais vulneráveis às doenças, que são combatidas mais facilmente na juventude (HAYFLICK, 1996).

Tanto uma velhice patológica quanto uma velhice plena de satisfação dependem da história de desenvolvimento e de envelhecimento, que é marcada por influências genéticas e ambientais, psicológicas, socioculturais e incidência de doenças durante o envelhecimento normal. Assim, podemos entender o envelhecimento como uma experiência heterogênea, dependente de como cada pessoa organiza seu curso de vida, levando-se em consideração tais circunstâncias.

Mesmo ocorrendo perdas típicas desta fase da vida, as investigações científicas têm mostrado que é possível melhorar ou adaptar alguns comportamentos para que se possa fazer frente às deman-

³⁵ Capítulo resultado dos trabalhos realizados na Reunião de Gestores do Programa Esporte e Lazer da Cidade, nos dias 31 de agosto, 01, 02 e 03 de setembro de 2006, em Brasília (DF).

³⁶ Professora de Educação Física, doutora em Psicologia pela USP e professora aposentada pela Escola de Educação Física e Esporte da USP.

das da vida. Assim, se as pessoas envelhecerem com autonomia e independência, com boa saúde física, desempenhando papéis sociais, permanecendo ativos e desfrutando do senso de significado pessoal, a experiência de bem-estar pode acompanhá-las durante toda a sua velhice e na maior parte dela. Consideramos, portanto, que o aumento da longevidade que o homem vem conquistando não tem muito valor se ele, ao ter seus anos de vida prolongados, não desfrutar de ótima qualidade de vida, mantendo-se distante de um espaço social, em relativa alienação, inatividade e sem possibilidade de continuar seu desenvolvimento. Há necessidade de que, mesmo na velhice, as pessoas se mantenham ativas, em contato com novidades, aprendendo coisas novas, e mantenham papéis sociais, integrando-se a contextos sociais que lhes sejam significativos, de modo a preservarem o sentido de vida. Assim, sugere-se a manutenção de atividades sistemáticas, pois estas possibilitam, além do convívio social, o compromisso e a responsabilidade social, condições fundamentais para a preservação do significado existencial.

Sabe-se, atualmente, que a qualidade de vida humana é determinada por condições objetivas e subjetivas (NERI, 2001). Fazem parte das primeiras as competências comportamentais da pessoa, as condições físicas do ambiente, a disponibilidade de serviços de saúde, lazer e educação, o nível de renda, as características de suas redes sociais e o apoio recebido delas, os índices de urbanização e alfabetização da sociedade, dentre outros. As condições subjetivas referem-se a como as pessoas experienciam estas condições, observadas nos seus relatos e opiniões sobre as condições objetivas de que dispõem, sobre o grau de satisfação que elas lhes trazem e sobre seus efeitos no seu bem-estar, em particular, e no de sua coletividade. Assim, *bem-estar* relaciona-se ao domínio das percepções, das expectativas, dos sentimentos e dos valores, refletindo a avaliação pessoal sobre o conjunto e a dinâmica das relações entre todos os componentes que promovem uma qualidade de vida ótima.

Uma das condições para que as pessoas tenham qualidade no seu viver é ter atividades, de modo que possam preservar suas habilidades e seus papéis sociais, os quais dependem, antes de tudo, de sua saúde, força, mobilidade e vigor. Considerando que o processo de envelhecimento por si só pode ser uma constante ameaça à manutenção de tais condições, é que a atividade física surge como uma necessidade para preservá-las, pois é específica para este fim. Vale ressaltar que ela tem importante papel não só na preservação da saúde, da força e da vitalidade do idoso, mas em outras dimensões, o que será visto a seguir.

A atividade física como atividade para preservar a saúde e a funcionalidade física do idoso

Atualmente, os profissionais de saúde reconhecem o papel preventivo da atividade física e suas implicações na qualidade de vida das pessoas, merecendo destaque que o oposto da atividade física é o sedentarismo, cujos efeitos negativos são fartamente retratados pela literatura (ACMS, 1998), em particular sobre as estruturas musculoesqueléticas (VITTA, 2001). Huang et al (1998) observaram que quanto mais ativa é a pessoa menos limitações físicas ela tem, concluindo que a atividade física é um fator de proteção funcional, não só na velhice, mas em todas as idades.

Os recursos físicos, proporcionados pela saúde e aptidão física em boas condições e funcionalidade física preservada, dão à pessoa bem-estar físico, que é fundamental para praticamente todos os eventos de vida e as demandas do cotidiano. Goldstein (1995) afirma que quando a pessoa torna-se fisicamente mais fragilizada e quando há mais doenças, há, provavelmente, menos energia para lidar com o stress. A autora levanta a maior probabilidade das pessoas saudáveis lançarem mão de estratégias mais eficazes para lidar com uma mesma situação do que pessoas mais fragilizadas.

Outrossim, idosos sedentários, por responderem muito pouco as exigências de movimento, seja por limitações de doenças e/ou de capacidade funcional, vivem desconfortavelmente e com limitações corporais importantes, tendo dificuldades ou incapacidade para realizar atividades simples da vida diária, tornando-se dependentes de terceiros. As perdas de possibilidades de uso do corpo aumentam, gradativamente, o medo de movimentar-se, levando a pessoa a sentir menos disposição e ânimo para realizá-las, e conduzem à sensação de aprisionamento no próprio corpo (MONTEIRO, 2001). Ao contrário, o bem-estar e a disposição geral, mais a aptidão física e a manutenção do desempenho das atividades da vida diária, levam a sensações corporais agradáveis, como conforto, relaxamento e ausência de dores e de cansaço, maior disposição, alteração de quadros de doenças, com supressão ou diminuição do uso de medicamentos, o que mantém a condição de eficiência, independência e autonomia. Este quadro leva o idoso a ser ativo e predisposto à ação, além de viver o sentimento de domínio e controle da própria saúde, reforçando ou fazendo surgir um sentimento de autoconfiança e prazer através da apropriação de si (OKUMA, 1998).

Ter melhor saúde objetiva (física e mental), percepção da boa condição de saúde (saúde física percebida) (MARTIN ET AL, 1996) e a manutenção da capacidade motora (OKUMA, 1998) são condições que se transformam em recursos importantes para o idoso

não só se recuperar de doenças, cirurgias, dentre outros quadros clínicos que podem se apresentar, mas também enfrentar situações hostis do meio ambiente. Ele tem mais reservas físicas que idosos sedentários, o que diminui suas chances de tornar-se uma pessoa fisicamente dependente, condição que predispõe, enormemente, a estados afetivos negativos. Devemos destacar as palavras de Neri (2001 a) sobre a incapacidade para o desempenho para as atividades instrumentais da vida diária, que não significa impedimento necessário para a continuidade do funcionamento cognitivo e emocional, mas pode afetar este último. Afirma, ainda, que as dificuldades do idoso em realizar as atividades da vida diária, devido a problemas físicos, ocasionam dificuldades nas relações sociais com outras pessoas e na manutenção da autonomia, trazendo prejuízos à saúde emocional. A autora também aponta para os baixos níveis de saúde na velhice que se associam com altos níveis de depressão e angústia e com baixos níveis de satisfação de vida e bem-estar subjetivo. Vale destacar a importante relação que se estabelece entre a manutenção da aptidão física, aptidão funcional e saúde com as habilidades sociais e a capacidade de resolver problemas que devem ser preservadas ao máximo, pois são importantes na manutenção do funcionamento social, que dá para o idoso sentido a sua vida, sentimento de controle, reduzindo sua vulnerabilidade a situações de stress.

Frente a este quadro é que vemos destacada a importância da prática da atividade física regular pelo idoso. De acordo com o último posicionamento do American College of Sports Medicine (ACMS) sobre exercício e atividade física para idosos (ACMS, 1998), a participação em atividade física regular elicia respostas favoráveis que contribuem para um envelhecimento saudável. Sua prática regular constitui-se numa modalidade de intervenção para reduzir/prevenir numerosos declínios funcionais associados à idade, tendendo a gerar impacto socioeconômico, pois seus efeitos sobre a qualidade de vida global, o humor e a saúde percebida levam a um grau de independência dos idosos e reduzem a demanda por serviços médicos (VITTA, 2001). O ACMS (1998) ressalta que, mesmo que a atividade física nos idosos não promova sempre aumento nos tradicionais marcadores da performance fisiológica e de aptidão física como consumo máximo de O_2 , capacidade oxidativa da mitocôndria, composição corporal, dentre outros, ela aumenta o status de saúde (redução nos fatores de riscos para doenças crônico-degenerativas) e de capacidade funcional. Assim, os benefícios associados com a atividade física regular contribuem muito para a saúde, para a manutenção da capacidade funcional, da independência e, conseqüentemente, para a qualidade de vida dos idosos.

A relação entre saúde e funcionalidade física e bem-estar psicológico na velhice

Além dos efeitos acima analisados, a atividade física tem efeitos psicológicos importantíssimos. Talvez estes sejam os seus principais efeitos, visto que são as percepções subjetivas os principais preditores de como o indivíduo atribui qualidade à sua vida (NERI, 1993). O bem-estar físico objetivo está relacionado à ausência ou a mínimos graus de doença, incapacidade e desconfortos musculoesqueléticos, sendo um dos mais poderosos preditores de bem-estar psicológico. Embora as pesquisas ainda não sejam abundantes, ACMS (1998) aponta que o envolvimento com a atividade física regular também provê benefícios psicológicos relacionados à preservação das funções cognitivas, diminuição de sintomas depressivos e comportamentais; aumento do senso de controle pessoal, de auto-eficácia, de bem-estar e de satisfação com a vida. Vitta (2001) levanta pesquisas que sugerem que doença e incapacidade física são importantes causas de declínios no bem-estar físico e psicossocial em todas as idades.

A Organização Mundial de Saúde (WHO, 1997) aponta vários benefícios da atividade física como resultado imediato, durante ou após sua prática, ou como resultado de mais longo prazo. Dentre os efeitos imediatos arrola os seguintes: relaxamento, redução do estresse e da ansiedade e melhora no estado de ânimo. São indicados como efeitos de longo prazo: aumento do bem-estar geral, melhora na saúde mental (depressão e ansiedade), melhora nas funções cognitivas, no controle e performance motora e aquisição de novas habilidades.

Em relação aos efeitos da atividade física sobre os mecanismos do *self*, Berger e McInman (1993) apontam que estudos sobre a relação atividade física/satisfação de vida mostram que os sentimentos positivos de auto-imagem, autoconceito e auto-estima são prevaletes em tal relação, favorecendo a regulação de tais mecanismos. Outra variável psicológica que tem sido estudada como determinante do comportamento para a atividade física, ou tem sido identificada como mecanismo mediador potencial de bem-estar, que pode explicar os efeitos da atividade física nos seus vários aspectos psicológicos é a auto-eficácia. Para McAuley (1994), é importante considerar que a atividade física aumenta a percepção da eficácia, sugerindo sua viabilidade na mediação de outros efeitos físicos e psicológicos. Berger e McInman (1993) e Mihalko e McAuley (1996) entendem que sentimentos de auto-eficácia, quando presentes na prática da atividade física de idosos, levam-nos a sentirem-se competentes e capazes de lidar com as demandas do meio, aumentando sua interação consigo e sua auto-estima.

A relação entre dimensão social e atividade física na velhice

A maioria dos estudos que analisa os efeitos da atividade física no processo de envelhecimento foca os seus benefícios fisiológicos e psicológicos, sem que seja dada grande atenção às implicações sociais que ela acarreta. A experiência profissional tem mostrado que, para muitos idosos, esta é a dimensão que mais os motiva a fazer atividade física e a manter sua adesão a um programa (CHOGAHARA E COLS., 1998).

A Organização Mundial de Saúde (WHO, 1997) indica efeitos socioculturais da atividade física obtidos em curto e longo prazo. Como efeitos de curto prazo, o idoso (1) sente-se habilitado para manter sua independência e autonomia, preservando um papel mais ativo na sociedade e (2) aumenta a interação social e intercultural. Os efeitos de longo prazo referem-se a (1) melhorar sua integração na sociedade, podendo contribuir com seu meio social; (2) fazer novos amigos e conhecidos, ampliando a rede social; (3) manter e adquirir novos papéis sociais; (4) fazer e manter contatos intergeracionais, favorecendo a modificação da visão estereotipada sobre a velhice e o velho de todas as gerações.

A maior parte dos programas de atividade física tem como uma de suas características o trabalho em grupo. De acordo com Okuma (1998), tal condição propicia aos seus participantes a possibilidade da interação social e, mais do que isto, significa a possibilidade de afiliação a um grupo, o que gera o sentimento de pertença (TURNER, 1984). Isto permite ao idoso ter uma identidade, que é a do grupo, sentir e ter compromisso com algo e com pessoas, viver o sentimento de confiança, sentir reforços sociais provenientes do grupo, estimular-se a competir e sentir apoio de lideranças (MARTIN E COLS., 1996; LANG E COLS., 1998). Um grupo aumenta a segurança e a eficiência de cada um, diminui a angústia, elicia o sentimento de poder e possibilita apoio moral (ZAJONC, 1974), propicia sentimento de proteção e interdependência (GOLDSTEIN, 1995) e permite a troca de afetos (OKUMA, 1998).

Assim, a relevância da atividade física nos aspectos sociais refere-se às oportunidades que ela oferece para o relacionamento com o outro, o ter amigos, o companheirismo, as vivências de afeto, essenciais para a natureza social do homem. Ainda, um grupo proporciona a possibilidade da comparação social, condição fundamental para aprender sobre si e/ou confirmar tal conhecimento, o que permite a regulação do autoconceito, no caso particular da atividade física, o autoconceito físico, além de levar à motivação para mais realizações. Tudo isto é de especial importância, pois significa para o idoso vivenciar a familiaridade e a confiança, sentimentos básicos

do sentido existencial, além de reafirmar a própria existência (OKUMA, 1998).

Ademais, a atividade física, ao atualizar os idosos sobre as possibilidades de seu corpo, favorecendo uma interação com o ambiente sem medo e com eficácia, e dando-lhes maior disposição para agir, faz com que o estereótipo social internalizado de idoso alquebrado e incapaz seja abandonado, pois constatam que não é a velhice que os incapacita, mas uma forma inativa de ser e de viver. Assim, à medida que as pessoas permanecem fisicamente ativas, ou recuperam suas possibilidades corporais e de movimento, percebem que são diferentes do modelo de ser velho socialmente estabelecido, rompendo com uma visão negativa sobre si e sobre seu envelhecimento (OKUMA, 1998).

Por fim, sendo a atividade física uma prática de realização pessoal, que favorece a autonomia do idoso e permite-lhe continuar com a construção de seus projetos, mantendo-o em sintonia com o tempo presente, ela se configura numa prática de educação permanente e como tal lhe proporciona o sentido da continuidade, da não interrupção de seu processo de desenvolvimento como pessoa.

Conclusão

O inexorável processo degenerativo causado pelo envelhecimento pode ser diminuído em sua velocidade através da prática regular da atividade física, além dela possibilitar um melhor controle das doenças crônico-degenerativas, que leva a potencializar a saúde e a funcionalidade física do idoso. Tal condição permite que ele mantenha suas habilidades sociais e sua capacidade de solucionar problemas, preservando seu espaço social e sua inserção neste. Manter-se socialmente ativo é uma das condições essenciais para a manutenção da satisfação com a vida e regulação de emoções positivas, indicadores do bem-estar subjetivo na velhice. A inter-relação de todos estes aspectos permite concluir que a atividade física é uma atividade que pode potencializar condições positivas de envelhecer, postergando o surgimento de quadros adversos para uma velhice mais avançada, permitindo que o idoso viva o maior tempo possível em condições satisfatórias física, social e psiquicamente.

Vale ressaltar que de nada vale todo o conhecimento já produzido acerca dos efeitos benéficos da prática sistemática da atividade física para os idosos, se eles não tiverem acesso a esta prática. Por esta razão é que Projeto Vida Saudável surge como uma das ações do Programa Esporte e Lazer da Cidade do Ministério do Esporte, preocupado em atender este segmento etário, de acordo com sua

especificidade. Entendemos que o incentivo aos idosos para praticar atividade física é antecedido pela oferta de espaços públicos que os motivem para isso, o que o Projeto Vida Saudável busca fazer, dando oportunidades para que eles se mantenham fisicamente ativos e, assim, possam usufruir de um envelhecimento com mais qualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMERICAN COLLEGE OF SPORTS MEDICINE. *Position stand on exercise and physical activity for older adults*. Med Sci Sports Exerc 1998; 30:992-1008.
- BERGER, B.; MCINMAN, A. *Exercise and the quality of life*. In: Singer, R.; Murphey, M. e Ternnant, L. (Eds.). *Handbook of research on sport psychology*. New York, Macmillan Publishing Company; 1993. P. 729-760.
- CHOGAHARA, M.; O'BRIEN COUSINS, S.; WANKEL, L.M. *Social influences on physical activity in older adults: a review*. J. of Aging and Physical Activity 1998; 6: 1-17.
- GOLDSTEIN, L.L. *Stress e coping na vida adulta e na velhice*. In: NERI, AL.(Org.). *Psicologia do envelhecimento*. Campinas, Papirus; 1995. P. 145-158.
- HAYFLICK, L. *Como e por que envelhecemos*. Rio de Janeiro, Campus, 1996
- HUANG, Y.; MACERA, C.A.; BLAIR, S.N.; BRILL, P.A.; KOHL III, H.W.; KRONENFELD, J.J. *Physical fitness, physical activity, and functional limitation in adults aged 40 and older*. Med Sci Sports Exerc 1998; 30: 1430-1435.
- LANG, F.; STAUDINGER, U.; CASTERSEN, L. *Perspectives on socio-emotional selectivity in the late life: how personality and social context do (and do not) make a difference*. J of Gerontology: Psychol Sciences 1998; 53B: P21-P30.
- MARTIN, P.; POON, L.; KIM, E.; JOHNSON, M. *Social and psychological resources in the oldest old*. Experimental Aging Res. 1996; 22: 121-139.
- MCAULEY, E. *Physical activity and psychosocial outcomes*. In: C. Bouchard; R. Shephard & T. Stephens (Eds.) *Physical activity, fitness, and health. International proceedings and consensus statement*. Champaign, Human Kinetics Publishers; 1994; P.551-568.
- MIHALKO, S.; MCAULEY, E. *Strength training effects on subjective*

- well-being and physical function in the elderly*. J. Aging and Physical Activity 1996; 4 : 56-68.
- MONTEIRO, P. P. *Corpo: imagem e transformação*. Revista Kairós. Gerontologia, NEPE-PUC-SP 2001; 4 :83-93.
- NERI, A. L. (Org.) *Qualidade de vida e idade madura*. Campinas, Papirus, 1993.
- _____. *O fruto dá sementes: Processos de amadurecimento e envelhecimento*. In: Neri, AL. (Org.) Maturidade e velhice. Trajetórias individuais e socioculturais. Campinas, Papirus, 2001b.
- _____. *Velhice e qualidade de vida na mulher*. IN: Neri, AL. (Org.). Desenvolvimento e envelhecimento. Perspectivas biológicas, psicológicas e sociológicas. Campinas, Papirus, 2001a.
- OKUMA, S.S. *O idoso e a atividade física. Fundamentos e pesquisa*. Campinas, Papirus, 1998.
- RUSKANEN, J.M.; RUOPILLA, I. *Physical activity and psychological well-being among people aged 65 to 84 years*. Age and Aging 1995; 24 :292-296.
- RYUSHI, T et al. *Effect of resistive knee extension training on postural control measures in middle aged and elderly persons*. J. Physiol. Anthropol. Appl. Human. Sci. 2000; 19:143-149.
- SHEPHARD, R. *Aging, physical activity, and health*. Champaign, Human Kinetics, 1997.
- SPIRDUSO, W. *Physical dimension of aging*. Champaign, Human Kinetics, 1995.
- TAAFFE, D.R.; MARCUS, R. *Musculoskeletal health and the older adult*. J. Rehabil. Res. Dev. 2000; 37:245-254.
- TURNER, J. *Social identification and psychological group formation*. In: Tajfel, H. The social dimension. London, Cambridge University Press, 1984.
- VITTA, A. Bem-estar físico e saúde percebida: Um estudo comparativo entre homens e mulheres adultos e idosos, sedentários e ativos. Tese de Doutorado. Campinas, UNICAMP. 2000.
- WHO, World Health Organization. *The Heidelberg guidelines for promoting physical activity among older persons*. J. Aging and Physical Activity 1997; 5 : 2-8.
- ZAJONC, R. *Psicologia social*. São Paulo, EPU. 1974.

Esporte e Lazer da Cidade: Formação e Desenvolvimento de Quadros³⁷

Nelson Carvalho Marcellino³⁸

Os processos de formação de profissionais para atuação na área do lazer vêm ganhando cada vez mais espaço no Brasil, em decorrência da demanda verificada no mercado, em franca expansão. Além da inclusão de disciplinas específicas, em cursos de graduação, como Educação Física, Turismo e Hotelaria, entre outros, já começam a surgir os primeiros cursos específicos de graduação e um número razoável de cursos técnicos.

Na sua grande maioria, no entanto, esses processos de formação procuram “preparar” o chamado especialista tradicional, a partir de uma visão abstrata de lazer. Na vinculação com o esporte, percebe-se ora a ênfase numa vertente ligada à educação física escolar, ora ao chamado treinamento esportivo. Quase sempre é o mercado o regulador do tipo de profissional a ser formado, vendo o lazer e o esporte como “mercadorias” a serem consumidas no tempo disponível, inclusive de uma perspectiva de controle social.

No entanto, é preciso que se tome cuidado ao vincular formação e desenvolvimento de pessoal com políticas públicas na área de lazer e esporte. Para uma política pública na área – alicerçada em valores de participação popular e de contribuição, no plano cultural, para o exercício da cidadania –, como é o caso do Projeto Esporte e Lazer da Cidade, é fundamental o processo de formação e desenvolvimento de quadros para atuação, na perspectiva de reversão de expectativas da própria população, qualificando a demanda por serviços públicos – inexistente para determinadas parcelas da população, ou viciada pelos valores da indústria cultural, em amplos setores.

Minha experiência com formação e desenvolvimento de quadros para atuação na área do lazer e esporte é bastante anterior ao início de minhas atividades na universidade, inicialmente no curso de Turismo e, posteriormente, no de Educação Física, com passagens pelas Ciências Humanas e pela Filosofia. Remonta aos idos de 1975, quando iniciei minhas atividades como animador sociocultural

³⁷Texto redigido a partir da publicação “A formação e desenvolvimento de pessoal em políticas públicas de lazer e esporte”, In: MARCELLINO, N. C. (Org.). Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte. Campinas, Papirus, 2003.

³⁸Sociólogo, doutor em Educação, livre docente em Educação Física – Estudos do Lazer, docente do mestrado em Educação Física da Faculdade de Ciências da Saúde, da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), coordenador do Núcleo do Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer (Rede CEDES), do Ministério do Esporte, líder do Grupo de Pesquisas do Lazer (GPL) e pesquisador do CNPq.

– ou orientador social, para usar o termo da época – no Serviço Social do Comércio (SESC), Administração Regional do Estado de São Paulo.

Naquela organização, trabalhava inicialmente nas então chamadas Unidades Móveis de Orientação Social (UNIMOS), que desenvolviam ações, onde o SESC não tinha Centro Cultural, com a estratégia Ação Comunitária, necessitando assim, capacitar profissionais e voluntários locais, para o desenvolvimento dos trabalhos.

Essa experiência, de cerca de oito anos, contribuiu significativamente tanto para a minha vida acadêmica, para a prática docente em sala de aula e para os trabalhos de extensão, quanto para os trabalhos de consultoria, em políticas públicas, onde a formação e o desenvolvimento de quadros têm sido um dos pontos basilares de ação. Frutos dessa vivência, foram elaborados seis cursos, cujas “apostilas” estão disponíveis no site do Grupo de Pesquisas em Lazer (GPL), que lidero³⁹.

Conforme sempre coloco, quando abordo a questão, repito aqui, que o tema formação/atuação profissional sempre esteve presente entre as minhas preocupações, culminando nos anos de 1994 e 1995, com a realização de dois fóruns de debates, com essa temática, que coordenei, realizados em conjunto com a Faculdade de Educação Física da UNICAMP e o Serviço Social do Comércio, Campinas (SP). O último deles, de âmbito internacional, com o apoio da ALATIR. O primeiro deles está disponível em livro⁴⁰, e o segundo em disquete⁴¹. O objetivo dos dois fóruns foi de ensinar discussões sobre o mercado de trabalho, na área específica do lazer, e a relação com a formação profissional requerida, colocando uma oportunidade para o debate entre as principais agências empregadoras, em termos de suas expectativas, e as agências formadoras, em termos de seus objetivos, de uma perspectiva crítica.

Assim, as colocações que faço aqui, não podem estar desvinculadas das minhas vivências e publicações na área específica de formação e desenvolvimento de quadros, e na mais abrangente, de políticas públicas, onde organizei duas publicações⁴².

³⁹ As apostilas: Capacitação de animadores socioculturais, Formação de agentes esportivos, Capacitação de grupos de interesse, Formação de grêmios de escolas, Formação de grêmios de empresas, e Lazer e educação estão disponíveis no ícone “textos produzidos pelo grupo”, do site www.unimep.br/gpl.

⁴⁰ MARCELLINO, N. C.(Org.). Lazer: formação e atuação profissional. 4 ed. Campinas, Papirus, 2001.

⁴¹ Fórum de debates: informação profissional em lazer, FEF-UNICAMP, Campinas, 25 e 26 de maio de 1995.

⁴² Políticas públicas setoriais de lazer – o papel dos municípios. Campinas, Autores Associados, 1996, e Lazer & Esportes: políticas públicas, 2ªed., Campinas, Autores Associados, 2001.

É preciso enfatizar:

1. Que estamos tratando de políticas setoriais: E, nesse sentido, não se pode perder de vista o contexto mais amplo, onde elas se inserem. Dessa forma é impossível tratá-las de forma isolada, sem atentar para os programas de governo em geral e para as políticas sociais, de modo particular.
2. Que estamos tratando apenas de um dos componentes das políticas públicas na área – a formação e desenvolvimento de quadros para atuação. Conforme já colocado, em publicação anterior, falar numa política de lazer significa falar não só de uma política de atividades, que na maioria das vezes acabam por se constituir em eventos isolados, e não em política de animação como processo; significa falar em redução de jornada de trabalho – sem redução de salários, e, portanto, numa política de reordenação do tempo, numa política de transporte urbano, etc.; significa, também, falar numa política de reordenação do solo – urbano, incluindo aí os espaços e equipamentos de lazer, o que inclui a moradia e seu entorno; e, finalmente, numa política de formação de quadros, profissionais e voluntários para trabalharem de forma eficiente e atualizada. Resumindo: o lazer tem sua especificidade, inclusive enquanto política pública, mas não pode ser tratado de forma isolada de outras questões sociais⁴³.

Aqui, estamos tratando desse último aspecto, mas é fundamental que não se perca de vista o contexto social mais amplo, e a amplitude das Políticas Públicas no setor⁴⁴.

Se formos examinar as origens remotas do profissional que atua na área, no mundo ocidental, a partir do momento histórico da diferenciação lazer/trabalho⁴⁵, vamos encontrar nas variadas denominações, como “chefes de prazer”, “consultores de lazer”, “recreacionistas”, “líderes recreacionais”, “monitores”, “animadores”, “agentes”, etc., uma forte tradição ao “praticismo”, que acaba desaguando em cumprimento de tarefas – “tarefismo”, como uma visão parcial e limitada da abrangência do lazer (muitos profissionais trabalham com lazer, ainda hoje, e não têm consciência do seu objeto de trabalho, e até mesmo têm vergonha de se identificar como profissionais

⁴³Trato do assunto, de modo mais amplo, em Lazer & esporte: políticas públicas.

⁴⁴A partir de agora, quando me referir às Políticas Públicas de Lazer, estarei considerando também as de Esporte, considerado como um dos seus conteúdos, ainda que sua esfera possa ser mais abrangente, envolvendo o trabalho esportivo, no caso do esporte de alto rendimento, ou de representação.

⁴⁵E, para isso, podemos recorrer a ARIES (1976), na sua Pequena contribuição à história dos jogos e brincadeiras, aliada à análise que efetuo em Lazer e educação.

da área), com ranços alimentados numa certa visão "funcionalista" do lazer, nas suas quatro nuances: romântica, moralista, compensatória e utilitarista⁴⁶, o que leva a ações que instrumentalizam o lazer a serviço de grupos ou da ordem dominante, com forte carga de moralismo, e mesmo de vigilância.

Em pesquisa realizada em Campinas (SP), pudemos verificar que esse ranço de moralismo e vigilância ainda está presente hoje na ação do profissional da área, principalmente daqueles ligados ao setor público, e, o que é pior, em decorrência da situação geral de insegurança que reina nas nossas cidades, é reivindicado pela população (MARCELLINO, 2002). Dessa forma, quando questionadas da validade da animação sociocultural, em centros culturais e esportivos, mantidos pela Prefeitura, a população em geral sente a necessidade de professores de educação física, enquanto promotores de "iniciação esportiva", e para manter a ordem, quando da realização de atividades. E, até onde foi possível detectar, as reivindicações sobre o lazer físico-esportivo são muito ligadas a uma possível característica "instrumental", de uma perspectiva "saneadora", "moralizante" ou "terapêutica", quanto à violência, ou mesmo "sadia", uma vez que foram detectados muito "interditos" sobre o uso de drogas pelos usuários dos equipamentos públicos.

Isso nos coloca frente a questões extremamente importantes, quer enquanto agências formadoras de profissionais da área, quer como órgãos gestores de políticas públicas, ligadas à reversão de expectativas verificadas no senso comum, quanto:

1. Aos próprios "valores" do lazer, de modo geral, e do esporte, de forma específica;
2. A atuação dos profissionais da área, em especial do mais tradicional, o professor de educação física.

E, em se tratando da atuação profissional em lazer, é preciso que não se isole a atuação do profissional mais ligado ao atendimento direto à população, do que inspirado em Dumazedier (s/d), chamo de estrutura de animação, composta por:

1. Animadores socioculturais dirigentes – de competência geral mais apurada;
2. Animadores socioculturais profissionais de competência específica, sem deixar de lado, no entanto, a competência geral, e funcionando, no caso de políticas públicas, como educadores, e não como "mercadores", como é quase regra

⁴⁶ Examinando o assunto, entre outros textos, em Lazer e educação.

em amplos setores da indústria cultural;

3. Animadores socioculturais voluntários⁴⁷, necessários para a vinculação com a cultura local – anseios, aspirações, gostos, etc. – da população que se pretende atingir; e
4. Quadros profissionais de apoio – pessoal de atividade meio, administrativos e operacionais –, que precisam estar conscientes da área onde trabalham e do serviço final prestado.

No caso dos profissionais, os processos de recrutamento, seleção e desenvolvimento devem estar atrelados à área de atuação (lazer e esporte, em sentidos abrangentes), mas é fundamental a ênfase no significado do serviço público, nos valores que orientam a política geral de governo, nos que dão base de sustentação à política setorial da área, e na necessidade de articulação com as demais políticas setoriais. Para isso, é imprescindível uma fase de sensibilização dos profissionais chamados “de carreira” e dos novos que se engajarem no processo.

É fundamental, também, pela própria abrangência do lazer, que se trabalhe com equipes multiprofissionais, em busca da interdisciplinaridade, ou, naquelas administrações onde a questão do lazer estiver afeta a vários órgãos (departamentos, ou secretarias), que se busque a integração de ações, procurando superar os “feudos”, e mostrando que o trabalho integrado é um elemento facilitador da ação, e não de duplicação de esforço profissional.

O animador sociocultural tem diferentes formações, e isto é extremamente necessário, pela própria abrangência da área cultural. São professores de educação física, arte-educadores, profissionais de turismo, de hotelaria, etc., que:

1. Dominam um conteúdo cultural;
2. Têm vontade de dividir esse domínio com outras pessoas, devendo para isso:
 - a) Possuir uma sólida cultura geral, que lhes dê possibilidade de perceber a interseção/ligação do seu conteúdo de domínio com os demais;
 - b) Exercer, quotidianamente, a reflexão e a valoração, próprias da ação dos educadores, e que os diferenciarão dos

⁴⁷ Desde que ele seja “devidamente capacitado nos aspectos específicos e gerais de uma política de esporte e lazer”, tornando-se “peça fundamental para a implementação de programas que superam a tradicional prática na área, marcada pelo distanciamento entre as ações desenvolvidas e a cultura local” (PAIVA, 2003, p. 165).

“mercadores”, da grande maioria da indústria cultural; e

c) Ter o compromisso político com a mudança da situação em que nos encontramos, atuando dessa perspectiva.

Além de dar vida aos programas e projetos, o pessoal que compõe esses quadros representa, também, a possibilidade de garantia de continuidade das políticas para além dos mandatos.

Nesse sentido, e também para a busca da ligação entre a ação técnica e a base da população, minimizando os riscos de atuação dos “especialistas”, é necessário o trabalho voluntário.

Capacitar e desenvolver uma estrutura de animação, composta de animadores profissionais (de competência específica e geral) e de animadores voluntários, é o desafio que se apresenta para órgãos gestores de políticas públicas na área. Devo enfatizar, mais uma vez, que a busca deve ser de um novo especialista, atuando em equipes multiprofissionais, procurando o trabalho interdisciplinar, a partir de uma visão concreta do lazer, aliando competência técnica, sólida cultura geral e exercício constante da reflexão sobre a ação desenvolvida, consubstanciada no compromisso com a mudança, através da exploração das amplas possibilidades de se trabalhar no plano cultural, de uma perspectiva democratizada.

Enfatizo, ainda, que a ação a ser buscada é a do educador e não a do “mercador”. E essa tarefa deve incluir:

1. Processos de recrutamento e seleção em consonância com os valores que regem as políticas públicas;
2. Fases de sensibilização aos valores norteadores da política;
3. Cursos de formação e desenvolvimento (que incluam teoria do lazer e do esporte, significado e valores de políticas públicas em geral e na área, técnicas e processos de formação de multiplicadores, planejamento e repertório de projetos e atividades);
4. Reuniões técnico-pedagógicas periódicas; e
5. Intercâmbios (estágios, participação em congressos, grupos de discussão, organizações profissionais e científicas, etc.).

Uma das alternativas é a parceria com universidades, aliada aos incentivos à autoformação continuada, tanto para o desenvol-

vimento de quadros profissionais, quanto para o de voluntários, a serem engajados em movimentos mais amplos, constituídos de núcleos, que possam fazer intercâmbios de experiências.

Entretanto, essa situação não é própria de todas as universidades, em quaisquer regiões do país. Em recente pesquisa⁴⁸, efetuada em cidade média do interior do estado de São Paulo, foi constatada, por análise documental, tanto na Instituição de Ensino e Pesquisa, com curso de Educação Física, quanto nas organizações do mercado de trabalho (clubes e hotéis)⁴⁹, uma percepção não atualizada do campo do lazer, do ponto de vista conceitual e como campo de atuação, de suas possibilidades para além do descanso e do divertimento, incluindo também o desenvolvimento pessoal e social, podendo contribuir para a transformação do indivíduo em pessoa, e desta em cidadão. No mesmo estudo, pôde-se verificar, através de pesquisa de campo, que o entendimento que o aluno ingressante tem da área é o do senso comum, com algumas especificidades da realidade da sua cidade, e que não são verificadas alterações significativas comparativamente aos concluintes, a não ser que esses demonstrem um entendimento mais ligado ao mercado profissional, ainda assim limitado e restrito, quase sempre à função de monitoria (atendimento direto à população), e sobretudo ao setor privado (também relacionado à realidade local). Quanto aos profissionais, o entendimento permanece limitado, ainda que mais articulado, e sem a percepção da possibilidade de "desenvolvimento" da área. As respostas dadas pelos profissionais demonstram que eles parecem bem integrados às suas funções, com poucos destaques para pontos negativos no seu desenvolvimento e muitos pontos positivos. Tanto entre os alunos (ingressantes e concluintes), quanto entre os profissionais, há poucas respostas preocupadas com o conhecimento específico sobre a área, o que nos faz enfatizar a importância da relação teoria/prática como condição para superação do "tarefismo".

Portanto, há muito a ser feito na área de formação e desenvolvimento de quadros, para que a situação seja alterada, e ela é um dos principais elementos de uma Política de Esportes e Lazer.

É dessa perspectiva até aqui colocada que vejo a formação e o desenvolvimento de quadros dentro do Programa Esporte e Lazer na Cidade. Da perspectiva da animação sociocultural, a partir da estrutura de animação já especificada anteriormente.

⁴⁸ MORENO, T. S. Lazer/Recreação e Formação Profissional. Dissertação de mestrado em Educação Física. Unimep. Piracicaba, 2005.

⁴⁹ A cidade não contava com Política Pública de Esporte e Lazer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARIES, P. *História social da criança e da família*. 2 ed., Rio, Zahar, 1976.
- DUMAZEDIDER, J. *Questionamento teórico do Lazer*. Porto Alegre, CELAR, s.d.
- MARCELLINO, N. C. *Lazer e educação*. 9 ed. Campinas, Papirus, 2002.
- _____. *Lazer: informação e atuação profissional (Org.)*. 4 ed. Campinas, Papirus, 2001.
- _____. *Políticas Públicas Setoriais de Lazer – O papel das Prefeituras (Org.)*. Campinas, Autores Associados, 1996.
- _____. *Lazer & esporte: políticas públicas (Org.)*. 2 ed. Campinas, Autores Associados, 2001.
- _____. *Lazer e qualidade de vida*. In: MOREIRA, W.W.(Org.) *Qualidade de vida: complexidade e educação*. Campinas, Papirus, 2001.
- _____. *Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte (Org.)*. Campinas, Papirus, 2003.
- _____. *Eu corpo – o que gosto, o que posso, o que faço* . In: MOREIRA, W.W.; SIMÕES, R. *O Esporte como fator de qualidade de Vida*. Piracicaba, Editora da UNIMEP, 2002.
- MORENO, T. S. *Lazer/Recreação e Formação Profissional*. Dissertação de mestrado em Educação Física. Unimep. Piracicaba, 2005.
- PAIVA, J. L. *Por um voluntariado local*. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). *Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte*. Campinas: Papirus, 2003.

A Cidade, o Cidadão, o Lazer e a Animação Cultural⁵⁰

Prof. Dr. Victor Andrade de Melo⁵¹

INTRODUÇÃO

O sol nasce e ilumina
As pedras evoluídas
Que cresceram no lugar
De plantas destruídas
(...)

E a cidade se apresenta
Centro das ambições
Para mendigos ou ricos
E outras armações
(...)

A cidade não pára
A cidade só cresce
O de cima sobe
O de baixo desce

A cidade se encontra
Prostituída
Por aqueles que a usaram
Em busca de saída⁵²

⁵⁰ Este artigo é uma versão de dois outros estudos: “Espaço, lazer e política: desigualdades na distribuição de equipamentos culturais na cidade do Rio de Janeiro”, escrito em conjunto com Fábio de Faria Peres; e “A cidade, o cidadão, o lazer e a animação cultural”.

⁵¹ Professor de mestrado em História Comparada/IFCS e da Escola de Educação Física e Desportos, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, coordenador do grupo de pesquisa “Anima”: Lazer, Animação Cultural e Estudos Culturais. Maiores informações sobre o grupo podem ser obtidas em: www.lazer.eefd.ufrj.br.

⁵² Extrato da letra “A cidade”, de Chico Science.

Começamos citando um dos compromissos do Programa Esporte e Lazer da Cidade, conforme anunciado no sítio do Ministério do Esporte:

[...] a implementação do projeto social denominado Esporte e Lazer da Cidade, voltado para a consolidação do esporte e do lazer como direitos sociais e, portanto, como política pública de governo que viabilize e garanta o acesso da população brasileira, em todos os seus segmentos (criança, adolescente, jovem, adulto, idoso, bem como pessoas com deficiência e com necessidades educacionais especiais), a ações contínuas de esporte e lazer que respondam às necessidades localizadas nesse campo da vida social.

O objetivo deste artigo é tentar contribuir com essa importante ação do Governo Federal através da apresentação e problematização de alguns conceitos, que julgo chaves para melhor embasar a proposta apresentada. O que esperamos não é conceder fórmulas lineares de atuação, mas destacar determinadas dimensões que parecem importantes para serem consideradas por gestores e educadores envolvidos com as iniciativas de intervenção que hoje já se espalham por todo o país.

Iniciaremos nosso debate tentando posicionar as questões relacionadas ao esporte e ao lazer no cenário contemporâneo de reconfiguração das cidades. Certamente aqui uma ressalva deve ser feita, já que são bastante heterogêneas as características dos municípios na realidade nacional. É certo que as considerações que aqui apresento são mais facilmente identificáveis nas metrópoles e grandes complexos urbanos, mas não creio que as localidades menores estejam descoladas ou alijadas do que buscarei apresentar. Basta lembrar que em nosso país já temos 81% da população vivendo em áreas urbanas, que o sinal de televisão já chega a 98% das cidades e que já temos maior número de aparelhos televisivos do que de eletrodomésticos tradicionais, como geladeiras por exemplo. Cresce também rapidamente o número de pessoas que acessa a internet, seja por possuir computador em casa ou em função dos projetos de inclusão digital que já grassam pelo Brasil.

A partir dessa discussão, buscarei abordar mais diretamente as polêmicas e os desafios que se apresentam para os profissionais de lazer, já que assim considero os educadores envolvidos com o Programa Esporte e Lazer da Cidade, notadamente a questão da organização comunitária, da qualidade de acesso aos bens de lazer, das desigualdades de distribuição cultural pelas cidades. Ao fim,

busco apresentar a animação cultural como uma alternativa que pode conceder sentido e significado a nossa atuação, tendo em vista dar-nos uma contribuição para reverter o quadro apresentado.

Espero que essas contribuições possam ser úteis aos colegas envolvidos com o Programa e que seus limites venham a emergir do cotidiano, de forma que possam futuramente reconstruir as observações aqui apresentadas, dando seqüência, portanto, a uma postura dialética que deve caracterizar qualquer esforço intelectual que deseje ter um mínimo de honestidade profissional.

O esporte, o lazer e as novas configurações das cidades

Como compreender a relação do cidadão com a cidade nos dias de hoje? Como pensar a cidade como espaço múltiplo de lazer? Pode uma perspectiva de mediação cultural ajudar na construção de uma cidade mais inclusiva e de uma sociedade mais justa? De início somos instados a reconhecer que o futuro da cidade parece preocupante em um momento onde se percebe nitidamente um esvaziamento da esfera pública (ou pelo menos sua complicada reconfiguração) e um desgaste pronunciado do tecido urbano.

Para compreender melhor esse processo, devemos considerar as articulações entre aspectos econômicos e culturais, não crendo que se trata exclusivamente de um desdobramento de uma crise financeira que de alguma forma engloba todo o mundo. Não devemos aceitar que as discussões acerca da dimensão cultural do problema sejam negligenciadas, como bem alerta Negt⁵³:

Nunca se produziu tanto e de maneira tão eficaz como hoje em dia. Mesmo assim, as pessoas se preocupam dia e noite com problemas econômicos. Nunca se viu um fenômeno desse na história. O que sempre houve foi uma economia da escassez que dizia: quando formos ricos teremos tempo suficiente para nos preocupar com os problemas da cultura (p.18).

Os impactos nos momentos de lazer da população são inegáveis e intensos. Vale lembrar que as ocasiões de não-trabalho e as instituições organizadas pelos trabalhadores nesses momentos foram muito importantes no forjar de uma autoconsciência social, ocupando no passado relevante papel para as diferentes camadas sociais. Os estudos de E. P. Thompson, por exemplo, demonstram como os momentos de lazer e as associações de trabalhadores, in-

⁵³ NEGТ, Oskar. Espaço público e experiência. In: PALLAMIN, Vera (org.). Cidade e cultura: esfera pública e transformação urbana. São Paulo: Estação Liberdade, 2002. p.17-26.

clusive clubes, foram fundamentais para a autoconstituição da classe operária⁵⁴.

Na cidade do Rio de Janeiro, podemos observar alguns aspectos desse dismantelamento das formas públicas de lazer. Um dos exemplos é a queda de prestígio e a falência dos antigos clubes de bairro. Até a década de 1980, era comum que muitas comunidades locais possuíssem seu clube, sempre ativo e possibilitando oportunidades múltiplas de diversão e convívio social. Hoje em dia, um grande número de associações dessa natureza já não mais existe ou está em mau estado de conservação. Tal processo certamente traz repercussões negativas para as perspectivas de organização de redes de sociabilidade e solidariedade.

Outro exemplo notável é o declínio dos cinemas de rua. Em 1955, o Rio de Janeiro atingiu seu número máximo de cinemas, cerca de 190, espalhados por quase 50 bairros. Eram cinemas de bairro, com uma só sala de exibição e que tinham como público-alvo a comunidade dos arredores. Hoje, temos cerca de 160 salas de cinema, mas estas se distribuem somente por cerca de 20 bairros, normalmente organizadas no modelo de complexos cinematográficos (várias salas em um só cinema), localizando-se, na maior parte dos casos, em shoppings centers.

Perceptivelmente a noção de ocupação do espaço público sempre esteve mais voltada para os interesses dos grupos sociais ligados às elites econômicas, mas ainda assim havia possibilidades constantes para a participação das camadas populares. Tais possibilidades teriam desaparecido? O que terá havido nas últimas décadas, uma destruição completa da esfera pública? Nicolau Sevckenko⁵⁵ crê que não. O que para ele ocorre: "não é uma dissolução dessa esfera pública simultaneamente à esfera privada, mas um processo de circularidade pelo qual as duas tendem a estados de convergência e de diluição das suas fronteiras" (p.39).

Tecnologia e cultura

Para este autor, uma das explicações para isto pode ser encontrada no processo de transformação tecnológica cada vez mais intenso, notadamente a partir da década de 1970. Com isso, há uma privatização crescente das vivências cotidianas, com as pessoas se restringindo cada vez mais a seu espaço doméstico, utilizando os

⁵⁴ Procurei trabalhar tais dimensões em: MELO, Victor Andrade de. Lazer e camadas populares: reflexões a partir da obra de Edward Palmer Thompson. Movimento, Porto Alegre, ano VII, n.14, p.9-19, 2001/1.

⁵⁵ SEVCENKO, Nicolau. O desafio das tecnologias à cultura democrática. In: PALLAMIN, Vera (org.). Cidade e cultura: esfera pública e transformação urbana. São Paulo: Estação Liberdade, 2002. p.37-49.

equipamentos tecnológicos (televisão, vídeo, internet) como mediadores de seu contato com a realidade, o que acaba por reduzir sensivelmente as expressões humanas e afetivas. Para encaminhar uma tentativa de controle sobre as massas, vendem-se fantasias ir-realizáveis, simulacros do real, difundidos por uma mídia e por uma indústria cultural poderosas.

Se antes os valores eram construídos no contato pessoal na esfera pública, hoje assistimos a um processo diferente, onde:

Nossa percepção do real passa a ser a de que o espaço público é cada vez mais mediado por uma burocracia que impregna todos os seus poros e que é intransponível. As decisões são todas elas controladas por uma elite tecnocrática, cujo jargão tecnocientífico é impenetrável. E a política foi monopolizada por grupos e mecanismos de "lobyzação" que esvaziaram completamente tanto a capacidade de expressão quanto as aspirações locais, comunitárias ou coletivas (SEVCENKO, OP.CIT., p.40).

Mesmo que não devamos desconsiderar a força desse processo de privatização, não podemos investir na compreensão de que é uniforme ou monolítica essa tentativa de controle. Existem resistências e saídas, basta que as procuremos com calma, cuidado, ênfase e realismo, sem pessimismos ou otimismo exacerbados.

Na verdade, há um somente aparente paradoxo: a mesma indústria cultural, que difunde mormente uma visão restrita de cultura, também permite um fluxo jamais visto de intercâmbios. Tendo em vista os fluxos e contrafluxos, a visão de circularidade cultural parece ser mais adequada para considerarmos a problemática. Além disso, existem limitações claras nos projetos de controle, nunca realizáveis plenamente:

[...] seria radicalmente absurda a idéia de que a expansão das indústrias culturais significaria, *ipso facto*, a modelagem das mentes e dos comportamentos num só padrão: nem a influência sobre os receptores é tão automática, nem o resultado da interseção dessa influência com a ação dos receptores é tão uniforme⁵⁶.

De qualquer maneira, devemos reconhecer que o avanço tecnológico ampliou o alcance da indústria cultural, fazendo mesmo

⁵⁶FONTOURA, Carlos, SILVA, Augusto Santos. A cidade ao lado da cultura: espacialidades sociais e modalidades de intermediação cultural. In: SANTOS, Boaventura dos. Globalização e Ciências Sociais. Lisboa: 2001. p.419-474.

que a produção cultural muitas vezes se confunda com o consumo passivo de megaeventos, distribuídos e oferecidos a partir de um modelo global. As próprias leis brasileiras de incentivo à cultura, em vigor nos últimos anos, têm reforçado essa compreensão, só recentemente tendo surgido críticas mais contundentes a tal fato.

Ainda mais, nem todos podem participar desses eventos, que, muitas vezes contando mesmo com incentivos fiscais públicos, são organizados em locais de difícil alcance e com ingressos a preços proibitivos para a maioria da população.

A cultura é assim entendida, de forma limitada e equivocada, como:

[...] um conjunto de expressões que pode ser resumido no âmbito do entretenimento, do consumo e do agenciamento físico [...]. Um contexto, portanto, onde o reflexo prevalece sobre a reflexão, o signo prevalece sobre o símbolo e a virtualidade prevalece sobre a representação (SEVCENKO, OP.CIT., p.42).

As palavras de Walter Prigge⁵⁷ nos indicam desdobramentos desses fatos que têm impacto direto sobre a cidade: "Essa midialização estimula a tendência de privatizar os eventos culturais originalmente públicos e sua percepção estética. Com isso, reforça ainda mais a erosão progressiva dos ambientes públicos urbanos" (p.55). Como fica a cidade e seus espaços de lazer nesse contexto? Para uma minoria ligada às elites organizam-se espaços públicos privilegiados, onde, implícita ou explicitamente, definem-se as possibilidades de acesso. Hierarquiza-se e privatiza-se o espaço urbano.

Assim, mesmo que ainda existam muitos fluxos e contrafluxos entre o centro e a periferia, até mesmo em função das resistências das camadas populares e da ação da cultura de massas que busca transformar em lucro tudo o que for possível, temos que reconhecer que as cidades estão cada vez mais divididas, notadamente as metrópoles.

A cidade, o cidadão e o lazer

Nesse processo de diferenciação social, as possibilidades de lazer estão entre as primeiras negligenciadas para grande parte da população. Basta observar a distribuição geográfica das oportunidades de acesso a bens culturais pelas cidades. No caso do Rio de

⁵⁷ PRIGGE, Walter. Metropolização. In: PALLAMIN, Vera (org.). Cidade e cultura: esfera pública e transformação urbana. São Paulo: Estação Liberdade, 2002. p.51-58.

Janeiro, uma cidade que tem o “privilégio” (que, aliás, deveria ser de todas as cidades, não devendo nem mesmo ser um privilégio) de possuir uma vasta rede de teatros, cinemas, bibliotecas, centros culturais, etc. Estes se encontram exatamente em sua grande maioria nas zonas que congregam a população de maior poder aquisitivo (Centro e Zona Sul), ficando mais uma vez abandonadas as áreas mais afastadas.

Da mesma forma, temos que lembrar que as praças, os parques e os espaços públicos de lazer mais belos e cuidados estão nos bairros mais ricos da cidade. Além disso, há um claro processo de privatização, como o caso absurdo de cobrança de entradas até mesmo de quem sobe a montanha do Corcovado a pé e o preço excessivamente elevado do bondinho do Pão de Açúcar. Alguns locais, como as Paineiras, somente são alcançáveis por quem possui carro. Vale lembrar também que a maioria dos museus, muitos mantidos com recursos públicos, tem cobrada entrada, normalmente destinando somente um dia específico como gratuito.

As palavras de Molotch⁵⁸ ajudam-nos a entender os sentidos dessa diferenciação:

O processo de construção da cidade distribui esculturas, museus e edifícios de alto padrão, atraindo aqueles que têm condições de escolher onde viver, trabalhar, gozar sua afluência. As zonas favorecidas incorporam, como lugares, o capital cultural que forja não somente seu futuro privilegiado, mas reduz o futuro das áreas menos favorecidas.

Não se trata somente de “má distribuição geográfica”. Se assim o fosse, poderíamos argumentar: por que os habitantes das favelas situadas nas Zonas Sul e Central da cidade não freqüentam determinados espaços? Trata-se, na verdade, de uma questão de educação e de vontade política. Não podemos concordar com a compreensão de produção cultural como oferecimento de eventos esporádicos. Há que se investir em um projeto pedagógico contínuo e prolongado, que também procure despertar em cada indivíduo a compreensão de que mais do que consumidor de cultura é também produtor de cultura. Mais ainda, que entenda como um direito básico o acesso à multiplicidade de oportunidades que a cidade deve oferecer.

Obviamente que esse processo não traz problemas somente para os cidadãos das camadas populares, por certo os mais ex-

⁵⁸ Citado na página 67 do estudo: ARANTES, Otília Beatriz Fiori. Cultura e transformação urbana. In: PALLAMIN, Vera (org.). Cidade e cultura: esfera pública e transformação urbana. São Paulo: Estação Liberdade, 2002. p.59-72.

postos e atingidos por terem menos possibilidades de contrapor e minimizar seus efeitos perversos. Em função desse afastamento de cidadão e cidade, alguns problemas são bastante visíveis para todos, como a violência, por exemplo.

Desconsiderados pela cidade e fragmentados, de alguma forma segregados na periferia, os indivíduos reagem de diferentes maneiras e vemos acentuar-se o desgaste dos valores comunitários: "a individualização leva ao solapamento dos vínculos. Desligados dos contratos do estado social, os indivíduos sentem-se apenas usuários da cidade, sem estarem comprometidos com os problemas urbanos em geral" (PRIGGE, OP.CIT., p.53).

Isso não significa que as camadas populares não tenham alternativas de organização no âmbito do lazer. Vários são os estudos que demonstram que existem tais iniciativas e muitos indivíduos preocupados e envolvidos com projetos desta natureza. Contudo, em função do quadro social, tais iniciativas encontram muitas dificuldades, inclusive de continuidade e de organização.

A solução encontrada pelas elites, aterrorizadas por esses desdobramentos, é se fechar em espaços que possam conceder "condições de urbanidade" e "segurança", que oferecem todas as benesses para quem pode pagar, supostamente mantendo os ricos longe dos problemas sociais, a não ser quando deixam seus "mundos de sonhos" por algum motivo (trabalho, outra forma de lazer, etc.).

Assim sendo, devemos considerar que:

[...] hoje os estilos de vida urbana se reduzem a uma questão de preço. Por isso, a urbanidade parece ser produzível [...]; como marca estética, fica restrita a determinados fragmentos urbanos centrais nos quais "a gente" assume um comportamento urbano adequado: a "urbanidade" transforma-se em estratégia estética hegemônica para a revalorização de espaços centrais" (PRIGGER, OP.CIT., p.54).

Inserida nas preocupações de minimizar, e não solucionar, os problemas da cidade, podemos identificar uma série de propostas de intervenção paliativas para o espaço urbano, que surgem com o argumento, a princípio louvável, de "melhorar a cidade para todos", mas normalmente se estabelecem como maquiagens para tornar mais agradável a vida daqueles que já estão longe das periferias. Muitas vezes, tais remodelações são vinculadas a eventos internacionais que ocorrem na cidade, como se fossem um ganho secundário. Por exemplo, quando a cidade é sede de congressos, festivais,

encontros diplomáticos ou competições esportivas de caráter internacional.

Arantes (op.cit.) é uma das autoras que critica essa concepção de cidade-evento, cujas remodelações poucos ganhos trazem para o cômputo geral da população:

[...] não há paradoxo algum, antes involuntária coerência, num projeto de reestruturação do sentido original do "fazer cidade" (como se diz nos prospectos) movido a "ocasiões" sem significado urbano intrínseco, além da equivalência geral das boas oportunidades, em si mesmo indiferentes, desde que abram uma porta para a globalização, porta estreita por definição. Esse, sem dúvida, um dos traços do urbanismo dito de última geração: vive-se à espreita de ocasiões... para fazer negócios! (p.59).

Essa concepção se articula coerentemente com a lógica de entendimento da produção cultural como espetáculo de entretenimento, como estratégia de consumo fácil. Se antes as cidades já estavam imersas na lógica do acúmulo de capital e as iniciativas de controle da população estavam ligadas ao fortalecimento das estratégias de negócios, o que parece diferenciar este momento é o fato das cidades em si se estabelecerem como formas de negócios, compreendidas como uma mercadoria, muito ligadas à lógica do trabalho, afinal, a cidade não seria para a diversão (para isso há a casa) e sim para "ganhar dinheiro".

Daí haver poucos equipamentos culturais nas periferias, como já dissemos. Também não por acaso, muitas atividades de alguma forma ligadas ao *ethos* e aos desejos das camadas populares sofrem diversas formas de preconceito e intervenção. No Rio de Janeiro, vemos isso ocorrer com a Feira de São Cristóvão, que há anos acontece nas redondezas do Pavilhão localizado no mesmo bairro. A Prefeitura resolveu "organizar" tal Feira, o que modificou profundamente as características daquela organização com marcas comunitárias. Processo semelhante aconteceu com o Terreirão do Samba, que se organiza no carnaval, na Praça Onze, zona central da cidade⁵⁹.

A questão da qualidade do acesso

Podemos elencar pelo menos três dimensões de grande importância no que se refere ao acesso aos equipamentos e bens da

⁵⁹ Discuti tal assunto no artigo: MELO, Victor Andrade de. Terreirão do samba: resistência e contra-resistência no carnaval do Rio de Janeiro. *Licere*, Belo Horizonte, v.3, n.1, p.93-104, 2000.

cidade, inclusive os culturais: o aspecto físico (se há equipamento propriamente dito); o aspecto financeiro (se o valor cobrado e os gastos adicionais são acessíveis); e o aspecto relacionado à formação/predisposição (se há estímulo e intervenção pedagógica, mediação, que possibilite a compreensão dos significados das diversas manifestações culturais). Não adianta a cidade possuir uma infinidade de equipamentos públicos se as pessoas não são estimuladas a frequentá-los.

Como já visto, uma das peculiaridades da intensa midialização da cultura é a restrição de sua compreensão enquanto mercadoria a ser consumida em eventos, o que contribui para obliterar a auto-compreensão dos indivíduos enquanto agentes e não só pacientes do processo cultural, o que bem se presta a um processo de controle social.

Queremos reforçar a idéia de que o conceito de produção cultural não está somente relacionado à confecção de algum objeto, alguma obra. Trata-se também de uma postura crítica perante o que é consumido, o que é assistido. Cremos que há inclusive uma forte articulação entre a possibilidade de acessar o que tem sido socialmente produzido e o estímulo para que cada indivíduo se perceba como capaz de também produzir criativamente.

Tendo em vista este conjunto de reflexões, parece que discutir a distribuição de equipamentos culturais pela cidade pode ser importante para pensarmos as desigualdades e os desafios a serem assumidos. Na realidade nacional, essa perspectiva ganha uma conotação ainda mais relevante. Em linhas gerais, no Brasil pode-se identificar uma grande desigualdade na distribuição de equipamentos culturais. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 73,2% dos municípios brasileiros não possuem sequer um museu e apenas cerca de 7% possuem cinema. Em relação às bibliotecas públicas e às livrarias, a situação não é muito diferente: somente cerca de 10,9% possuem duas ou mais bibliotecas, sendo que apenas 35,3% possuem livraria.

O cenário apresentado, mesmo não sendo totalmente determinante no comportamento dos indivíduos, tem influência e representa a situação de desigualdade e exclusão que a cidade do Rio de Janeiro comporta.

O estudo da distribuição dos equipamentos e de sua relação com o desenvolvimento social se insere num contexto mais amplo, na medida em que aponta alguns desafios para a construção de uma sociedade mais igualitária e democrática. Afinal, "torna-se difícil imaginar a transformação da sociedade por meio da cultura se ela

não chega ao conjunto da população” (Brant, 2002, p.19)⁶⁰. Neste sentido, como afirma Hamilton Faria:

As políticas públicas de cultura devem, urgentemente, estimular o debate, as experiências e as vivências sobre valores e paradigmas, os comportamentos e sociabilidades urbanas, enfim, caminhos da construção do desenvolvimento humano e de uma cultura que tenha no seu horizonte o direito à vida em todas as suas manifestações (2003, p.35)⁶¹.

Não surpreende, então, que algumas prefeituras já estejam tomando as primeiras iniciativas para criar mecanismos de melhor distribuição cultural. O próprio Ministério da Cultura, não sem encontrar resistências, já desencadeou um processo de rediscussão das leis de incentivo à cultura, de forma a aumentar o seu alcance. Aliás, vale também lembrar que a ONU já apresenta como novidade no cálculo do IDH preocupações com a questão da diversidade cultural.

Também se destaca no Brasil o grande número de projetos desenvolvidos em comunidades de baixa renda que têm a cultura como mote de atuação, mesmo que estes, em grande parte, ainda utilizem como critérios de sucesso a inserção dos jovens na lógica da cultura de massa. Aliás, já se pode inclusive perceber uma maior valorização da temática lazer/cultura nos discursos de alguns líderes comunitários.

Já é um início, mas ainda é muito pouco. Clama-se, então, pela construção/elaboração de uma intervenção política ampla e plural que considere a dinâmica própria da cultura e que respeite, como condição fundamental, o debate público e democrático. Como bem assinala Enrique Saravia:

A política cultural poderá asfixiar ou proteger, ser eficaz, prejudicial ou inócua: tudo dependerá da sua adequação à comunidade, aos seus códigos e afazeres. Ou, mais especificamente, da sua sintonia com a estrutura cultural – perspectiva, crenças e valores –, com o processo cultural – comportamento, modos de criação, formas de relacionamento, – e a consciência de como os dois elementos – estrutura e processo – se influem e se modificam mutuamente. Essa sintonia, essa busca de

⁶⁰ BRANT, Leonardo. Mercado cultural: panorama crítico com dados e pesquisas e guia prático para gestão e venda de projetos. São Paulo: Escrituras, 2002.

⁶¹ FÁRIA, Hamilton. Políticas públicas de cultura e desenvolvimento humano nas cidades. In: BRANT, Leonardo (org.).

harmonia, é o grande desafio da política cultural contemporânea (2001, p.65)⁶².

A distribuição de equipamentos culturais na cidade do Rio de Janeiro

Considerando o quadro nacional, poder-se-ia a princípio afirmar que o Rio de Janeiro é uma cidade privilegiada por apresentar um espectro muito maior de opções de equipamentos culturais. Encontra-se dentre os 0,4% dos municípios brasileiros que possuem mais de cinco museus, dispõe de mais de 40 cinemas (com cerca de 147 salas) e mais de 100 teatros. Contudo, um olhar inicial apressado já nos permite perceber a permanência da situação de desigualdade na distribuição de tais bens pelo espaço desta cidade.

A cidade do Rio de Janeiro possui 159 bairros, divididos em 30 Regiões Administrativas (RA): Portuária, Centro, Rio Comprido, Botafogo, Copacabana, Lagoa, São Cristovão, Tijuca, Vila Isabel, Ramos, Penha, Inhaúma, Méier, Irajá, Madureira, Jacarepaguá, Bangu, Campo Grande, Santa Cruz, Ilha do Governador, Paquetá, Anchieta, Santa Teresa, Barra da Tijuca, Pavuna, Guaratiba, Rocinha, Jacarezinho, Complexo do Alemão e Maré. Por sua vez, tais regiões estão distribuídas em cinco Áreas de Planejamento (AP).

Como avaliar e compreender melhor tais diferenças em um município que apresenta características e condições sociais tão díspares? Como obter dados mais seguros que nos permitam identificar com mais clareza tal situação? Com este intuito, em sua dissertação de mestrado, Fabio de Faria Peres⁶³ elaborou parâmetros que permitem indicar, mesmo que de forma preliminar, critérios para avaliarmos a distribuição dos equipamentos culturais pelo espaço físico do município: o Indicador de Desenvolvimento e Acesso Cultural absoluto (IDAC-absoluto) e o Indicador de Desenvolvimento e Acesso Cultural relativo (IDAC-relativo e por unidade).

Sem desconsiderar a amplitude e a pluralidade que os conceitos "cultura" e "equipamento cultural" possuem, nem tampouco a relação com outros campos como educação, meio ambiente e saúde, Peres optou por analisar inicialmente a distribuição de seis equipamentos: bibliotecas, museus, centros culturais, parques e florestas, teatros e cinemas, o que não impede que pesquisas futuras considerem, além de outros equipamentos, outras manifestações culturais.

⁶² SARAVIA, Enrique. Política e estrutura institucional do setor cultural na Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai. In: Cultura e democracia. Cadernos do nosso tempo, Rio de Janeiro, vol.1, n.5, 2001.

⁶³ PERES, Fabio de Faria. Lazer e cultura popular na agenda local: mobilização e ação coletiva em Manguinhos. Rio de Janeiro: FioCruz, 2004. Dissertação (mestrado em Saúde Pública).

O Rio de Janeiro dispõe de 440 equipamentos, assim distribuídos: museus – 15%; bibliotecas – 10%; centros culturais – 10,9%; parques e florestas – 3,6%; teatros – 27%; salas de cinema – 33,4%. A distribuição destes equipamentos pela cidade revela uma expressiva desigualdade, na medida em que 23,9% do total estão localizados na AP1, 42% na AP2 e 15,9% na AP4, enquanto que 13,6% estão situados na AP3 e apenas 4,5% na AP5.

A distribuição no plano das Regiões Administrativas também revela desigualdades consideráveis: 23,3% das trinta RAs não possuem nenhum dos equipamentos pesquisados, enquanto que a RA Botafogo e a RA Lagoa possuem respectivamente 17,3% e 12,5%. Ao comparamos RAs com APs, a situação parece ainda mais alarmante: percebemos que a RA Botafogo e a RA Centro sozinhas concentram mais equipamentos que as AP3, AP4 e AP5.

Fica clara a diferença na distribuição total das oportunidades de acesso aos equipamentos culturais, observável inclusive se fôssemos analisar cada equipamento específico.

A partir dos dados apresentados, poder-se-ia questionar se a desproporção da distribuição de equipamentos se justificaria pela variação dos habitantes de cada região. Para entender melhor esse impasse, Peres desenvolveu o Indicador de Desenvolvimento e Acesso Cultural. Trata-se de um parâmetro que considera a variação demográfica e possibilita aperfeiçoar o evidenciar do cenário da distribuição dos equipamentos.

Deve-se ter em conta que o IDAC de modo algum expressa se uma determinada população é mais ou menos desenvolvida culturalmente do que outra; inclusive acreditamos que qualquer tentativa nesse sentido partiria de uma perspectiva limitada e etnocêntrica de cultura. O Indicador trata-se apenas de uma tentativa de revelar as desigualdades a que uma determinada população está sujeita no que se refere a facilidade ou não de acesso aos equipamentos culturais (considerando-se nesse caso o local de residência).

Matematicamente, este indicador consiste em dividir o número de equipamentos pelo número de moradores. Assim, o IDAC-absoluto varia de 0 a 1, onde 0 significaria que não existiria nenhum equipamento para a população e 1 significaria, numa situação utópica, que para cada habitante existiria um equipamento. Ou seja, quanto maior o resultado, maior é a presença de equipamentos culturais por habitante.

Vale destacar que o IDAC, ao incluir o número de habitantes de uma determinada região, revela um panorama diferente da análise da distribuição e concentração dos equipamentos. Por exemplo, a AP2 possui a maior concentração de equipamentos (42%), mas

está em segundo lugar se considerarmos o IDAC-absoluto. Isto se explica porque na AP1 se encontra a RA Centro, origem histórica da cidade, local muito importante política e culturalmente no passado, mas hoje pouco habitado. O Centro vem passando por um processo de revitalização cultural, inclusive recebendo uma série de incentivos para tal. Assim, por exemplo, possui o maior número de equipamentos do Rio de Janeiro (19,1%), disparado o maior número de museus e centros culturais (36,4 %), o segundo lugar em número de bibliotecas (13,6 %), entre outros.

Vejamos outra consideração interessante. Podemos perceber que na análise comparativa da distribuição e da concentração de equipamentos entre as AP3 e AP5, revela-se uma significativa discrepância entre elas (13,6% e 4,5% respectivamente). Elas se aproximam, entretanto, se considerarmos o IDAC-absoluto.

Indicador de Desenvolvimento e Acesso Cultural relativo ou por unidade (IDAC-relativo)

Assim como o IDAC-absoluto, o IDAC-relativo considera a variação demográfica de cada região. Entretanto, o IDAC-relativo possui o objetivo de evidenciar mais claramente a variação da oferta de equipamentos culturais entre as diversas regiões, ao considerar como referência aquela que está, por assim dizer, em situação mais privilegiada. Este indicador é obtido ao se dividir o IDAC-absoluto de uma determinada região pelo IDAC-absoluto da região referência (aquela que apresenta melhor IDAC-absoluto) e multiplicá-lo por cem.

Vejamos o caso das APs como exemplo. A AP1 será a nossa referência, pois apresenta o melhor IDAC-absoluto. Ao calcularmos o IDAC-relativo, temos os seguintes dados: a AP2 apresenta 47,6% do IDAC-absoluto da AP1, enquanto a AP3, a AP4 e a AP5 possuem respectivamente 6,5%, 26,2% e 3,3%. Ou seja, se considerássemos a AP1 como a área de planejamento "ideal" para que a distribuição dos equipamentos fosse equitativa, no que tange ao número de equipamentos ponderado pelo número de habitantes, as outras AP's estariam significativamente distantes desse "ideal", sobretudo a AP5 que possui uma defasagem de 96,3%. Resumindo: a AP5 está "distante" 96,3% do conjunto de oportunidades de acesso que a AP1 possui.

Tomemos agora um equipamento específico como exemplo: as salas de cinema. Neste caso, o IDAC-absoluto da AP4 é a referência. Deste modo, temos os seguintes IDACs-relativo: AP1 - 28,1%; AP2 - 63,3%; AP3 - 16,6%; e AP5 - 4,9%. Neste caso, podemos dizer que a AP2 é a área de planejamento que mais se "aproxima" do ní-

vel de oportunidade que a AP4 oferece, enquanto que a AP5 é a área que está mais “distante”.

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e a sua relação com a distribuição de equipamentos culturais

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), criado pelos economistas Mahbub ul Haq e Amartya Sen, é calculado a partir de variáveis que englobam três dimensões: saúde, educação e economia. O IDH varia de 0 a 1, sendo que valores mais altos indicam níveis superiores de desenvolvimento⁶⁴.

Aplicados a todos os países desde 1990, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, em conjunto com Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), calculou os IDHs de quase todos os bairros da cidade, tendo como base a renda familiar per capita (soma dos rendimentos dividida pelo número de moradores da residência), a expectativa de vida, a taxa de alfabetização de maiores de 15 anos e o número médio de anos de estudo da população.

Calcularam-se o coeficiente de relação linear entre os IDHs⁶⁵ e a distribuição dos equipamentos. No que tange ao total de equipamentos, segundo AP's, obtivemos a surpreendente correlação positiva de 0,906. Vale destacar que:

O coeficiente de correlação varia entre -1 e $+1$, inclusive, isto é, $-1 \leq r \leq +1$. Se r assume o valor de 1 , diz-se que as duas variáveis têm correlação perfeita positiva e se r assume o valor -1 , diz-se que as duas têm correlação perfeita negativa. Se r assume o valor 0 , não existe correlação entre as duas variáveis (a correlação é nula) (VIEIRA, 1980, p.51)⁶⁶.

Isto significa que há uma forte correlação entre o número de equipamentos culturais e o IDH. Em outras palavras, podemos dizer que nas APs que possuem maiores IDHs há uma concentração maior de equipamentos culturais. Isto não significa que exista uma relação de causa e efeito entre estas duas variáveis, apenas demonstra a “força” que mantém “unidas” estes dois conjuntos de valores.

Deste modo, podemos afirmar – utilizando o próprio conceito

⁶⁴ PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Desenvolvimento Humano e condições de vida: indicadores brasileiros. Brasília, 1998.

⁶⁵ Para o fim deste estudo tivemos que adaptar estatisticamente (através de média aritmética) alguns dos dados apresentados, já que os IDHs correspondem a cada bairro e não às APs.

⁶⁶ VIEIRA, Sonia. Introdução à bioestatística. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

etimológico da palavra correlação – que estas variáveis possuem uma relação em dois sentidos, isto é: uma em relação a outra (tanto do IDH para a concentração de equipamentos quanto da concentração de equipamentos para o IDH).

Já o coeficiente de relação entre o IDH e a concentração de equipamentos culturais das Regiões Administrativas é de 0,656 – evidenciando uma correlação média entre estas duas variáveis. Uma das explicações possíveis para a diferença entre os coeficientes é a dinâmica da população nas proximidades de sua residência, apontando, portanto, que o acesso físico aos equipamentos não é apenas determinado pela presença geográfica do equipamento no bairro de moradia.

A animação cultural: uma alternativa

Imaginemos que existam transportes adequados, preços acessíveis, condições para que a população da periferia acesse com qualidade os equipamentos culturais e um processo de educação constante: estariam resolvidos todos os problemas? Por certo que não. Primeiro porque não se trata somente de levar o povo da periferia para consumir a cultura do Centro, mas levar a cultura do Centro à periferia também. Depois, porque também se trata de romper qualquer fronteira artificial que exista entre a cultura da periferia e a do Centro. As pessoas precisam se entender enquanto produtoras de cultura e entender a cultura a partir da visão de circularidade e influências múltiplas. Logo, a cultura da periferia também tem que chegar ao Centro.

É necessário também questionar os sentidos de *status* e distinção que persistem insistentemente entre muitos daqueles responsáveis pela “cultura” na cidade (“produtores e promotores culturais”), sempre a desfilar seus vestidos elegantes e seus supostos hábitos refinados pelas *vernissages* e galerias de arte. A própria maneira como se organizam os equipamentos culturais se constituem em constrangimento para quem não pertence àquele “mundinho”. Aliás, é curioso como os “produtores e promotores culturais” se prestam bem aos papéis esperados pela ordem social, mesmo quando afirmem, somente nos discursos, o contrário. Enfim:

[...] não se trata de constatar a colonização da animação cultural (que, aliás, já nasceu colonizada, como o próprio nome indica) pela máquina de crescimento, mas, sobretudo, a operação inversa: o novo combustível sem o qual a coalizão não fabrica os consensos de que necessita, pois se trata de uma máquina ideológica acionada pelos que administram tanto a construção física quanto a ideacional dos recursos capazes de impulsionar o desenvolvimento

dentro e pelos "lugares" da cidade, apropriadamente denominados *urban imaginers* (ARANTES, OP.CIT., p.68).

Logo, uma boa alternativa e uma necessidade seria exatamente pensar com mais cuidado a questão da animação cultural. Há que se pensar em estratégias para reverter esse quadro. Há que se pensar em uma animação cultural diferenciada, que aponte para outras intencionalidades, opostas às em vigor. Pensar a animação cultural como uma tecnologia de intervenção que contraponha, sem negar, os usos atuais da tecnologia.

Como bem afirma Prigge (op.cit.), devemos pensar em um processo de mediação cultural que pressupõe:

[...] uma transformação da situação dos meios de produção cultural interativa, que são programados cada vez mais segundo critérios de empresas privadas; em vez disso deveria existir a possibilidade de fazer do consumidor privado de bens culturais um produtor público de cultura. Para chegar a esse ponto é necessário descobrir (...) interligações criativas entre a mídia virtual "privada" e o espaço "público" urbano que permitam o aproveitamento produtivo dos processos de midialização de ação global na cultura urbana (p.56).

Para satisfazer qualquer necessidade de uma definição mais clara e direta, tenho definida a Animação Cultural como uma tecnologia educacional (uma proposta de intervenção pedagógica), pautada na idéia radical de mediação (que nunca deve significar imposição), que busca contribuir para permitir compreensões mais aprofundadas acerca dos sentidos e significados culturais (considerando as tensões que nesse âmbito se estabelecem) que concedem concretude a nossa existência cotidiana, construída a partir do princípio de estímulo às organizações comunitárias (que pressupõe a idéia de indivíduos fortes para que tenhamos realmente uma construção democrática), sempre tendo em vista provocar questionamentos acerca da ordem social estabelecida e contribuir para a superação do *status quo* e para a construção de uma sociedade mais justa.

É uma proposta de Pedagogia Social que não se restringe a um campo único de intervenção (pode ser implementada no âmbito do lazer, da escola, dos sindicatos, da família, enfim, em qualquer espaço possível de educação), nem pode ser compreendida por somente uma área de conhecimento.

Mais do que uma definição única e absolutamente precisa de Animação Cultural, creio que seja necessário perseguirmos um “espírito”, uma inspiração que possa conduzir nossas ações cotidianas de intervenção. Tenho trabalhado com a possibilidade de pensarmos em um “espírito surrealista” para a Animação Cultural, não no sentido de reproduzir completamente o ideário do surrealismo (por exemplo, pretendo me afastar muito da idéia de “vanguarda”), nem tampouco o considerando restritamente como uma escola literária ou de artes plásticas, mas como:

[...] um movimento de revolta do espírito e uma tentativa eminentemente subversiva de reencantamento do mundo. Isto é, de reestabelecer, no coração da vida humana, os momentos “encantados” apagados pela civilização burguesa: a poesia, a paixão, o amor-louco, a imaginação, a magia, o mito, o maravilhoso, o sonho, a revolta, a utopia. Ou, se assim o quisermos, um protesto contra a racionalidade limitada, o espírito mercantilista, a lógica mesquinha, o realismo rasteiro de nossa sociedade capitalista-industrial, e a aspiração utópica e revolucionária de “mudar a vida”. É uma aventura ao mesmo tempo intelectual e passional, política e mágica, poética e onírica... (LOWY, 2002, p.9)⁶⁷.

Michael Lowy (op.cit.) argumenta que mais do que obras artísticas, o surrealismo é um espírito de insubmissão e de revolta que: “retira sua força positiva erótica e poética das profundezas cristalinas do inconsciente, dos abismos insones do desejo, dos poços mágicos do princípio do prazer, das músicas incandescentes da imaginação” (p.10). Desejamos, ao nos ligarmos a tal ideário, entender que quando falamos de revolução não estamos nos referindo simplesmente a uma palavra de ordem ou um discurso superficial e idealista. A grande contribuição da Animação Cultural é implementar uma idéia de revolução relacionada à quebra da monotonia e à construção de uma idéia radical de liberdade de escolha.

O animador cultural deveria se ver como um “pessimista revolucionário”. Ele sabe que seu trabalho não é fácil, sabe que suas conquistas são distantes e árduas, sabe que é ativo em um jogo desigual no qual possui condições mais frágeis, sabe de seus desafios cotidianos, mas segue acreditando que há necessidade de empreender combates contra a ordem estabelecida e crendo que tem uma contribuição efetiva a dar nesse processo, conjugando sonho e ação, poesia e subversão.

⁶⁷LOWY, Michel. A estrela da manhã: surrealismo e marxismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

Fica claro, portanto, que não estou a preconizar uma relação linear entre cultura e controle, mas compreendo isto como um processo de tensão e conflito constante. E é exatamente por tais embates que creio que há possibilidades de intervenção no âmbito da cultura, na medida em que se percebe um ajuste não completo, imperfeito, que deixa espaço para a transgressão.

Enfim, se cremos que um dos grandes problemas da atual ordem social é o distanciamento do cidadão de sua cidade, pelos motivos fartamente expostos, acreditamos também que um projeto de animação cultural pode contribuir para a superação dessa dissociação por meio das atividades de lazer.

Trata-se de contribuir para recuperar a cidadania do cidadão. O cidadão deve reconhecer que, da mesma forma que deve ter um compromisso com a manutenção e a construção do ambiente urbano (em todas as dimensões possíveis), também deve cobrar intervenções governamentais nesse sentido, não só de forma paliativa, mas estruturais nesse modelo de sociedade.

E se as atividades de lazer e o animador cultural não podem sozinhos dar conta desse intuito, por certo não podem ser negligentes no que se refere a sua possível contribuição. Seria tão questionável acreditar que por si só as atividades de lazer tenham um potencial suficiente para promover uma mudança da estrutura social, quanto acreditar que tais atividades se referem a uma prática desinteressada, sem conexão com a realidade e sem contribuição para a superação do *status quo*.

Módulo II – Oficinas

As Artes no Programa Esporte e Lazer da Cidade: A Experiência de Recife

Karla Juliana Pinto da Silva

1. O Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer

O Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer (Prefeitura do Recife) atua há cinco anos em bairros da periferia da cidade. Até meados de 2004, o Programa desenvolvia oficinas sistemáticas de cultura corporal com os segmentos da infância, juventude, adultos e idosos, vivenciando os jogos, os esportes, a ginástica, as lutas e as artes (dança, teatro, percussão e artes manuais). Hoje, o Programa tem convênio com o Governo Federal através do Esporte e Lazer da Cidade.

Tendo como finalidade “a educação dos sujeitos das camadas populares para transformação da realidade social na qual estão inseridos” (SILVA & SILVA, 2004), os Círculos utilizam o lazer como instrumento para a construção da *educação no e para o tempo livre*. O método didático adotado pelo Programa é o proposto por Saviani (1995). Esse método é dividido em quatro momentos: a prática social, a problematização, a instrumentalização, a catarse e o retorno à prática social.

A prática social consiste na articulação entre a experiência pedagógica, assim como os conhecimentos sobre a realidade acumulados pelo professor, e a compreensão da realidade social pelos alunos. A problematização é a identificação dos problemas ligados à realidade e dos conhecimentos necessários para resolvê-los através da prática social. A instrumentalização é a apropriação pelos alunos dos conhecimentos técnicos necessários para a resolução dos problemas identificados na prática social. O quarto momento é a catarse, ou seja, a transformação dos conhecimentos adquiridos em elementos ativos de transformação social. Consiste, portanto, no momento de criação. Por fim, há o retorno à prática social, onde a compreensão da realidade passa a ser mais completa tanto para o professor quanto para o aluno.

Segundo Silva & Silva (2004), a dança, para ser vivenciada numa “perspectiva de autodeterminação” precisa ser compreendida do ponto de vista técnico e simbólico. No Programa, ela se apresenta como um importante recurso pedagógico e de mobilização comunitária visto que é fator de valorização da história do povo, de desenvolvimento da capacidade expressiva e de fortalecimento da identidade social.

2. Arte-educação – conceitos norteadores

Desde a Grécia Antiga, a arte esteve ligada à educação. Um exemplo disso é a educação ateniense, baseada no princípio “Mente são, corpo são”, onde a música e a literatura estavam associadas às práticas esportivas como linguagens básicas da prática educacional. Apesar da idéia da arte como base para a educação ter sido defendida por pensadores clássicos, como Platão, somente no século XX, a arte-educação começou a ser fundamentada e difundida no mundo inteiro.

Segundo Camarotti (1999), o ensino da arte no Brasil “praticamente começou com a Missão francesa trazida por D. João IV, em 1816, e com a criação da primeira escola de belas artes”. Ainda de acordo com o autor, essas medidas não aproximaram a prática artística da maior parte da sociedade. Por privilegiar o culto à forma, à beleza e à cópia em detrimento da reflexão, o exercício da arte esteve ligado a poucos durante muitos anos.

Em 1973, começaram a funcionar no Brasil os primeiros cursos universitários para a formação de arte-educadores em cumprimento da lei federal nº 5.692, que inseriu o ensino da arte no currículo escolar. Apesar de tornar obrigatório a criação de licenciaturas em artes nas universidades brasileiras, essa medida não deu conta de “consertar” alguns erros históricos no campo da arte-educação. De acordo com Ana Mae Barbosa, o espontaneísmo das práticas artísticas pelos alunos continuou a ser confundido com criatividade e a educação artística acabou se tornando, em muitos casos, um instrumento para ensinar conteúdos de outras disciplinas ou para confeccionar cartões, murais e adereços simples de alguma data comemorativa.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais, entretanto, apontam as diretrizes para o ensino da arte considerando-a uma área de conhecimento própria, com conteúdos de suma importância para a formação do indivíduo e que deve ser trabalhada de forma libertadora. O ensino da arte, de acordo com os PCNs, deve se dar sob a triangulação da apreciação artística, do fazer artístico (instrumentalização técnica) e do questionamento da realidade através dessa prática.

Os Círculos Populares vêm trabalhando a arte numa perspectiva libertadora, reafirmando o Prof. Paulo Freyre que, citado por Camarotti (1999), diz: “Em todo homem existe um ímpeto criador. O ímpeto de criar nasce da inconclusão do homem. A educação é mais autêntica quanto mais desenvolve este ímpeto ontológico de criar”.

3. O trabalho com artes no Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer

3.1 O projeto-piloto: comunidade de Dois Irmãos

O Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer passou a atuar sistematicamente em cerca de vinte comunidades do Recife a partir de 2002. Enquanto a maioria das equipes de atuação dos núcleos era composta por professores de educação física, o bairro de Dois Irmãos recebeu também educadores de artes plásticas e visuais. A proposta inicial para a equipe de artes era que ela atuasse em parceria com os educadores de cultura corporal. Devido ao caráter experimental das atividades artísticas e de alguns elementos necessários à sua prática (local apropriado, concentração e trabalho mais introspectivo do que o requerido pelas atividades esportivas), foi construído um círculo de convivência de artes e, nos momentos de catarse, como construção de festivais, por exemplo, as linguagens esportiva e artística atuavam juntas.

As atividades desenvolvidas nesse núcleo abordaram conteúdos do desenho (gráfico e artístico), da pintura, da modelagem no barro, confecção de bonecos e adereços, construção de brinquedos, objetos utilitários e de decoração a partir de sucata. As temáticas sempre estavam ligadas à realidade da comunidade local, ao cotidiano dos participantes, e os resultados foram bastante interessantes do ponto de vista técnico e, sobretudo, do nível conceitual.

A escolha pelo trabalho com sucata foi, de certa forma, uma “imposição” da realidade que tínhamos naquele momento: éramos uma equipe de artes atuando numa diretoria de esportes que, por sua vez, estava começando uma política pública na cidade e tinha, portanto, limitações para a compra de materiais como tintas, pincéis, etc. Mesmo com a dificuldade, os participantes dos círculos de convivência em artes vivenciaram experiências novas como a modelagem no barro, pintura mural, pintura em tecido, entre outras com materiais de ótima qualidade e que nunca tinham sido manipulados pela maioria dos alunos.

3.2 Os momentos de catarse

Alguns momentos foram de grande importância para a reflexão de como se daria a continuidade do trabalho com a equipe de artes. Diante das superações atingidas na experiência piloto, as artes se apresentaram como um novo campo de possibilidades de atuação do Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer. Os momentos mais

significativos foram o Planejamento Participativo e os Festivais Temáticos.

A partir do Planejamento Participativo realizado com os segmentos da infância, juventude, adultos e idosos, passamos a refletir sobre os conteúdos a serem abordados nos círculos de convivência social. Ele consiste no planejamento coletivo (educadores e educandos) das atividades que serão desenvolvidas pelo círculo de convivência. De acordo com Silva & Silva (2004), o planejamento participativo:

[...] define-se pela problematização da prática social, pela identificação de interesses e do acervo de conhecimentos que o grupo possui, pela definição coletiva de objetivos e da construção da programação de conteúdos e eventos. É também o momento de divisão de responsabilidades na gestão do grupo e da organização das condições materiais para a continuidade do processo.

Nesse momento, os participantes demonstraram amplo conhecimento sobre o conceito de arte tanto que, ao serem questionados sobre o que queriam fazer nas Oficinas de Artes (como eram denominadas as atividades), além dos conteúdos relacionados às artes plásticas, artes gráficas e artesanato, os alunos enumeraram a dança, o teatro e a música como linguagens a serem vivenciadas durante as oficinas.

Já os festivais temáticos, realizados principalmente em datas comemorativas a nível local (na própria comunidade) e geral (encontro de todas as comunidades participantes do Programa), eram momentos muito ricos para as atividades, pois cada núcleo ficava encarregado de elaborar uma apresentação pública ligada à festividade.

O núcleo de Dois Irmãos, especificamente, contava com uma equipe de educadores com conhecimentos não só na área esportiva e de artes manuais, como já foi mencionado, como também na área de música (um dos professores era percussionista), dança (uma professora tinha formação de bailarina) e teatro (alguns professores já tinham passado por aulas de teatro). Isso contribuía para que a preparação para os festivais se tornasse uma grande festa em que todos os segmentos vivenciavam, durante algumas semanas, a dança, a música, confecção de adereços e o que mais fosse necessário à construção do evento. Com isso, a importância da diversidade das atividades de lazer foi reafirmada.

3.3 A proposta atual da equipe de artes

A equipe de artes do Programa Círculos Populares foi ampliada e, atualmente, atividades de artesanato, teatro, percussão e dança estão sendo desenvolvidas sistematicamente em cerca de vinte comunidades de Recife.

Na área do artesanato, materiais recicláveis e de fácil acesso continuam a ser utilizados como material predominante na criação de objetos artísticos e utilitários, e exposições dos trabalhos são realizadas com frequência. Nas oficinas de teatro, história da arte, elementos de performance e construção a partir da realidade dos participantes são vivenciadas nas oficinas sistemáticas. Nas atividades de percussão, os ritmos populares pernambucanos vêm se afirmando como elemento fundamental para o reconhecimento e a valorização cultural. Essas três linguagens foram reunidas em uma coordenação. A dança, entretanto, encontra-se sob uma coordenação separada no Programa devido à imensa demanda que essa atividade tem na cidade. No momento, a equipe de dança está voltada para a construção do espetáculo Coletivo Recife (título provisório), que vem servindo de base conceitual para a equipe.

4. Superações

A partir da experiência desenvolvida, algumas superações foram alcançadas:

- Exercício da arte-educação fora do ambiente escolar.
- Exercício da arte pelas camadas populares da população de Recife.
- Experimentalismo (no fazer artístico e educacional).
- A utilização da arte como instrumento de libertação e reflexão acerca da realidade.
- Desenvolvimento de tecnologias vernaculares para o fazer artístico (criação de instrumentos alternativos a partir de materiais de fácil acesso).
- Afirmação da arte como instrumento pedagógico a ser utilizado na educação no e para o tempo livre.
- Afirmação da arte enquanto instrumento de mobilização comunitária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SILVA, J. A.; SILVA, K. N. P. *Fundamentos da educação para o tempo livre*. Mimeo: Recife-PE. 2004.

CAMAROTTI, M. *Diário de um corpo a corpo pedagógico*. Ed. Universitária – UFPE: Recife-PE. 1999.

BARBOSA, A. M. *Arte-educação no Brasil: Realidade hoje e expectativas futuras*. Trad. Sofia Fan. Relato encomendado pela UNESCO à INSEA.

Parâmetros curriculares nacionais. Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF. 1997.

As Técnicas do Narrador

Ângela Barcellos Café⁶⁸

A arte de contar história é uma atividade que por milênios tem conservado seu poder de suscitar o sonho e a fantasia nos ouvintes. Este texto tem por objetivo fornecer subsídios (recursos da linguagem corporal) para que nós, contadores contemporâneos, possamos nos aperfeiçoar na arte da narrativa, conquistando ouvintes, em espaços cada vez mais diferentes, para nossa atuação e ampliando um público que não tem distinção de idade.

É muito importante deixar claro que os recursos abaixo citados não podem ser entendidos de forma isolada. Se assim os explicitamos, é somente para fins didáticos que propiciam uma melhor compreensão. Não podemos compreendê-los como regras fixas e sim como sugestões e possíveis caminhos a serem desvendados. O que prevalece é o bom senso, dependendo da história e do contador. Também não mencionamos o uso de recursos materiais, não por discordar dos mesmos, mas pela simples opção de utilizar somente o que o corpo presente pode oferecer.

** Este texto foi elaborado para ser utilizado em oficinas com a presença da professora.*

Respiração, Ritmo, Pausa e Silêncio

Respiração: Elemento gerador do som. Desenvolvida com o auxílio do músculo diafragmático, no sentido de ampliar tanto a resistência como o volume (projeção) da voz. Seu desenvolvimento é gradativo e por meio de exercícios diários e permanentes.

Ritmo: Busca-se uma variação de cadência para evitar a monotonia. Suas variações estão relacionadas ao texto (sobretudo na entonação), ao contador e à platéia. Buscar na entonação, na velocidade das palavras e nas pausas uma forma de envolver o ouvinte com curiosidade. Evitar que a história fique monocórdia.

Pausa e Silêncio: Também são responsáveis pelo ritmo sendo que a *pausa* é o tempo para o imaginário, a provocação de expectativas, o tempo para o ouvinte construir a imagem do que está sendo narrado. O *silêncio* é a necessidade do ambiente para que a

⁶⁸ Graduada em Educação Física (Esefego), especialista em Metodologia do Ensino Superior (UFG), mestrã em Estudos do Lazer (Unicamp), professora da Universidade Federal de Goiás (UFG), Escola de Música e Artes Cênicas, no curso de Artes Cênicas, pesquisadora do Grupo de Pesquisa: Cultura Popular, e contadora de histórias.

história seja veiculada sem dificuldades para o ouvinte interpretar, se emocionar e imaginar as ações da narrativa.

No exercício a seguir, vamos perceber que, à medida que cantamos durante o jogo, trabalhamos o apoio da voz na respiração e, conseqüentemente, no diafragma, pois dessa forma podemos cantar durante o exercício sem prejudicar as pregas vocais. O ritmo é trabalhado tanto na fala como nos movimentos, sendo que um tem influência sobre o outro. A pausa e o silêncio também são responsáveis pelo ritmo, são trabalhados e entendidos em conjunto nesta dinâmica e no trabalho do contador de histórias.

Exercício 1 - Preparação para a dinâmica: Inspire alongando ao máximo o corpo para cima, levantando também os braços e na expiração deixe-os caírem paralelamente às pernas (flexionando os joelhos), soltando todo o ar, com um som de alívio.

Exercício 2 Brinquedo cantado: Em círculo, um sai, fica de frente a outro, ambos pulam e batem as mãos, toda vez que cantarmos "uê", na música, sendo acompanhados por todos que permanecem em seus lugares, saltando sozinhos. Este outro sai do seu lugar para fazer o mesmo trocando de lugar com o primeiro e assim sucessivamente. Sempre que dois pulam e batem as mãos, os outros da roda também pulam e batem as mãos no ar, acompanhando o ritmo do grupo produzindo um único som.

A música será um guia para o (ritmo) pulo e a batida das mãos. Música: Oi - boi - ta - ta - uê, oi - boi - ta - ta - uê, oi - boi - ta - ta - uê, boi - tuc,- tuc - ê, boi - tuc,- tuc - ê.

Exercício 3 - Relaxamento: soltar a imaginação, por meio das pausas na condução do relaxamento.

Olhar, Gesto e Clima

Olhar: O olhar é ao mesmo tempo interior (imaginário e texto) e exterior (atento a tudo o que está em volta). Consiste no canal de comunicação e de aproximação do contador com o seu público. É um termômetro para o contador saber como se comportar e cativar os ouvintes.

Gestos: Os movimentos e gestos de uma história devem ser estudados e pensados no momento da preparação do conto, evitando o improvisado para não ter exagero ou inexpressividade. Cada um deve se conhecer corporalmente em seus limites corporais e expressivos, para escolher gestos que "combinam" com o contador, para que seja natural. São três qualidades de gestos, aos quais podemos

dirigir nossa atenção: *ilustrativos*, que demonstram e/ou reforçam uma palavra (normalmente os clichês do cotidiano); *enfáticos*, gestos fortes com o intuito de chamar a atenção, especialmente para aquele trecho da história; *sintéticos*, representados pela expressão individual, mostram-se na manifestação plástica do gesto, o enfeite que não pode ficar exagerado (afetado), pois depende de cada forma pessoal de interpretação.

Clima: O clima também constitui um elemento a ser trabalhado na história e está intrinsecamente ligado à adequação, como veremos mais na frente. Este representa o ambiente anterior e presente na história. Na preparação do espaço físico, uma curta distância entre o contador e seu público auxilia um clima de aconchego para uma narração. Locais com muita luz ou penumbra provocam climas diferentes. Um outro ponto importante é o clima da própria história. Alguns textos têm a necessidade de explicações anteriores, outros são apropriados para determinados ambientes, lugares e platéias.

Exercício 1 - Jogo da viúva: Dois círculos concêntricos, os de dentro sentados com uma cadeira vaga; os de fora de pé atrás de cada uma das cadeiras, de forma que formem pares (marido e mulher), em que um deles estará "viúvo", pois, a sua cadeira está vaga. O "viúvo" inicia o jogo piscando para qualquer um que estiver sentado. Este deverá se levantar rapidamente, antes de ser tocado por seu companheiro que está em pé com as mãos para trás. Se for tocado, permanece sentado. Se conseguir fugir, ocupa a cadeira vaga e quem o deixou escapar reinicia o jogo com uma nova piscada. Depois de um tempo, invertem-se os papéis. O jogo exige o exercício do "olho no olho".

Exercício 2 - Telefone sem fio com gestos: Todos em círculo de costas para o centro. Os dois primeiros se voltam para dentro, enquanto o primeiro descreve por meio de mímica uma cena curta. O segundo jogador observa com atenção, pois deverá reproduzir a mesma cena ao terceiro jogador, que repetirá para o quarto jogador e assim sucessivamente. Aqueles que já assistiram à cena poderão ficar voltados para o centro do círculo observando as modificações dos gestos realizadas.

Exercício 3 - Cartões com "Ditos Populares" distribuídos em duplas: Cada dupla deverá criar um clima, uma cena em que a frase faça sentido e possa ser descoberto pelos colegas que assistem.

Texto, Palavra Adequação e Voz

Texto: Para a escolha do texto, é preciso em primeiro lugar gostar do texto e querer contá-lo, em seguida, é preciso conhecê-lo profundamente e, para isso, pode-se dar atenção especial a quatro “formas de leitura”:

- **Estrutura:** Maneira pela qual o texto foi organizado. É preciso conhecê-la e dominá-la para se ter maior liberdade, no contar; cada autor tem sua forma própria que devemos respeitar.
- **Leitura vertical:** Entendimento minucioso do texto (subtexto), entrelinhas, características dos personagens e paisagens do texto; aqui temos subsídios para criação de gestos e posturas.
- **Partes:** Pensar cada parte com suas características próprias, variando o ritmo e a entonação, para não ficar cansativo.
- **Seqüência:** Ordem da estrutura do texto, devendo ser respeitada e mantida, para que a história não perca o sentido; o entendimento da estrutura da narrativa nos auxilia na preparação da história a ser contada.

Em relação à origem do texto, há uma diferença de tratamento entre o texto literário e o narrativo popular. Ao contar um texto literário é preciso respeitar a linguagem empregada pelo autor (decorar o texto, ou melhor, internalizá-lo de maneira que sua linguagem pertença ao contador, naturalmente). É necessário também conhecer o autor e saber o que ele queria dizer, qual o “clima” de suas mensagens. Já a narrativa popular pode ser recontada com suas palavras, pois sua origem é oral (cada um tem sua maneira de usar as palavras).

O contador deve deixar o texto entrar em seu corpo pelos cinco sentidos. Durante a contação, ele enxerga (em imagens) de verdade a história contada, dando maior veracidade à mesma. É isso que permite ao ouvinte entrar no mundo da imaginação e viver suas emoções.

Palavra: É o primeiro recurso que dispõe o narrador para o seu trabalho. O contador precisa estudar cada palavra, verificando seu significado no contexto da história. E pronunciar cada palavra com devida emoção, percebendo que a mesma tem forma, cheiro, cor, sabor... Ter cuidado com sotaques forçados, com terminações de palavras e frases, articulando-as e projetando-as de maneira que todos entendam sem esforço. Procurar neutralizar o sotaque sem

ficar forçado.

Adequação: É fundamental que haja adequação quanto à escolha da história para cada seção. O contador precisa conhecer o público e suas características para escolher um texto adequado, além de dar atenção aos seguintes aspectos ou condições:

- a) Local: Deve ser apropriado, com acústica suficiente para todos poderem ouvir o contador, sem esforços exagerados;
- b) Espaço: Distância entre o contador e a platéia pequena, para ficar aconchegante, o público deve estar acomodado com um mínimo de conforto, permitindo que enxerguem o contador; local arejado com luz suficiente para o tipo de história escolhida;
- c) Público: Cada público tem sua especificidade, é preciso conhecer as características do público (idade, tipo de eventos, interesse específico);
- d) Linguagem: De acordo com o público escolhido e com a história, com atenção à possibilidade de entendimento;
- e) Voz: Merece atenção e cuidados especiais; pode variar no tom, no ritmo e no volume;

Voz: É um elemento de enorme potencial a ser explorado. A voz é um atributo individual, com características de cada personalidade. Uma atenção especial na pontuação permite a construção da entonação, que é de fundamental importância na interpretação de uma história. Alguns cuidados e observações merecem atenção: a respiração deve ser trabalhada auxiliando na impostação da voz, além de ajudar no trabalho de variação do volume, a pausa e o silêncio, imprimindo certo ritmo à contação; o controle do volume de voz em função dos diferentes espaços de atuação; a adequação da voz aos personagens, variando o tom e/ou o timbre (fino, rasgado, forte); os cuidados com a voz e com a saúde e a higiene vocal são orientados por fonoaudiólogos, que alertam para a necessidade de manter as pregas vocais limpas e úmidas para o uso do aparelho fonador.

Exercício 1 - Estrutura do texto: 1º) Distribuir figuras em duplas para se criar o início de uma história (descrever o local, a época e os personagens da história). 2º) Grupos de cinco ou seis pessoas, distribuir um cartão com a descrição de uma cena fotográfica, para ser modificada pelos outros grupos, demonstrando que toda ação provoca uma reação e as histórias são feitas disso. 3º) Frases para completar, em forma de improviso, dando sentido de

final para uma possível história.

Exercício 2 - Palavra puxa palavra: Além de muitos exercícios de trava-língua, que todos conhecemos, devemos ampliar também nosso vocabulário. Em círculo (sentados), o orientador diz o nome de um dos elementos: água, terra, fogo e ar; cada um do círculo deve, sem quebrar o ritmo, dizer um derivado do elemento que está na roda. Exemplo: terra – tijolo, chão, plantação, montanha.

Exercício 3 - Adequação e voz: Distribuir cartões com uma frase e um personagem que exige uma característica na voz. Pedir para lerem criando uma característica para a voz do personagem, variando timbre, tom e sotaque. Exemplo: "Eu acho que vi um gatinho! Eu tenho certeza que vi um gatinho..." (Voz de passarinho – característica: voz fininha, aguda e alta).

Memória, Emoção, Espontaneidade/Criatividade

Memória: Quando observamos os aspectos da memória que interferem no trabalho do contador, percebemos a ligação interna ou afetiva, íntima e diretamente ligada ao interesse; daí uma das justificativas da importância da escolha do texto pelo gosto pessoal, ou seja, aquele que dá prazer, que emociona o contador. O interesse amplia as possibilidades para exercícios de *associação*. A memória está também diretamente ligada à atenção e, pela repetição, podemos exercitar a capacidade de fixar o conteúdo de um texto. Assim, os três fatores diretamente relacionados à memória são: *associação, repetição e atenção*. A afirmação de Warter Benjamim (1975) de que "*a relação ingênua entre ouvinte e narrador é dominada pelo interesse em conservar o que é narrado*" (p. 210) evidencia, ainda, que a própria relação contador-ouvinte pressupõe o exercício da memória de ambos.

Emoção: As emoções geralmente são expressas na face tal como são sentidas. A expressão facial e de todo o corpo possibilita e externalização da emoção do contador, provocada pelo texto. Quando o contador não consegue se envolver afetivamente com o texto, não conseguindo externalizar suas emoções, a veracidade da narrativa fica comprometida. Não acreditando nas próprias palavras, o contador não pode querer que seu público acredite, aceite e/ou entenda a história. É como se as palavras não tivessem sentido e se perdessem no meio de tantas outras. Há também uma necessidade de um controle, para não entregar essa emoção pronta aos ouvintes, inibindo-os de vivenciar seus próprios sentimentos. Um dos segredos é viver as emoções suscitadas pelo texto, sem exagerá-las. Outro ponto importante é considerar a responsabilidade da emoção despertada no ouvinte, pelo contador da história, que deve

ter conhecimento do poder que tem de lidar e suscitar emoções diversas. Um texto ganha vida quando começa a circular nos olhos de quem lê, na boca de quem conta e nos ouvidos de quem ouve. Nas histórias, tudo pode acontecer porque a verdade das histórias dura somente o tempo em que elas estão vivas, ou seja, quando estão sendo lidas ou contadas, elas permitem a vivência ilimitada de emoções.

Espontaneidade e Naturalidade: São conseguidas pelo domínio da história por meio da paixão pelo que se faz e do esforço para consegui-lo. Como diz Celso Sisto, “o contador de histórias é testemunha ocular daquilo que está narrando”, se ele não acreditar nas próprias palavras, o ouvinte também duvida (o texto fica inseguro, forçado). Quanto mais a história for repetida, mais internalizada, natural e espontânea fica sua narração. Às vezes, pensamos (sobretudo em sala de aula) que não podemos ficar repetindo as histórias. Ao contrário, quanto mais se conhece o texto, maior o domínio, maior a possibilidade de liberdade e credibilidade, facilitando e enriquecendo a interpretação, tanto do contador, como do ouvinte. A espontaneidade mostra-se como uma característica natural do narrador primeiro, aquele narrador de tempos antigos (que ainda existem mesmo que poucos), com origem na comunicação oral. É neles que buscamos referências.

Exercício 1 - “Burro 1”: Em círculo, o primeiro diz uma palavra, o próximo repete a palavra anterior, acrescentando uma outra que deve estar associada a essa primeira. O jogo segue com cada um repetindo todas as palavras ditas (na ordem), acrescentando sempre uma palavra nova que tenha relação apenas com o vocábulo anterior. Quem erra recebe um apelido e não pode sair do jogo. Deve redobrar sua atenção e ao final tentar dizer todas as palavras para retirar seu apelido.

Exercício 2 - Jogo das emoções opostas: Duas fileiras A e B, uma de frente para outra. O orientador diz uma emoção para a fileira A, enquanto os integrantes da fileira B orientam a expressividade facial e corporal de quem está tentando externalizar a emoção dita. Trocam-se os papéis.

Varição: dizer uma emoção a uma fileira enquanto a outra representa a emoção contrária. Exemplos de emoções: raiva, medo, alegria, dor, sensualidade, pavor, timidez, agonia, apatia, agitado, preguiça, sono, fome, indeciso, com muito calor, tenso, malicioso, agitado, lento, mandão, emburrado, impaciente, exausto.

Exercício 3 - Caso pessoal: Contar um caso pessoal, ou a história do próprio nome, tentando utilizar o máximo de recursos que conseguir, de preferência na terceira pessoa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. SP. Huicitec, 1993.
- BENJAMIN, W. *O narrador*. SP. Abril Cultural, 1975 (Os Pensadores).
- BETTELHEIM, B. *A psicanálise dos contos de fadas*. SP. Paz e Terra, 1984.
- BOAL, A. *Jogos para atores e não-atores*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 6ª ed. 2004.
- BROUGÈRE, G. *Jogo e educação*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1998.
- CAFÉ, A. B. *Dos contadores de histórias e das histórias dos contadores*. Goiânia, Cegraf/UFG, 2005.
- CARVALHO, A. [et al], organizadores. *Brincar(es)*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2005.
- COURTNEY, R. *Jogo, Teatro & Pensamento*. SP. Perspectiva, 2ª ed. 2003.
- KISHIMOTO, T. M. *O jogo, a criança e a educação*. Tese de Livre Docência, São Paulo, USP, 1992.
- KOUDELA, I. *Jogos teatrais*. SP. Perspectiva, 1998.
- MONTEIRO, R. F. *Jogos Dramáticos*. 3 ed. São Paulo, Agora, 1994
- NOVELY, M. *Jogos Teatrais: exercícios para grupos e para sala de aula*. SP. Papyrus, 1994.
- REVERBEL, O. *Jogos teatrais na escola: atividades globais de expressão*. São Paulo, Scipione Ltda, 1989.
- SANTOS, V. L. B. *Brincadeiras e conhecimento: do faz-de-conta à representação teatral*. Porto Alegre, Mediação, 2002.
- SLADE, P. *O jogo dramático infantil*. São Paulo, Summus, 1978.
- SISTO, C. *Leitura e oralidade*. Rio de Janeiro, 1993 (mimeo).
- SPOLIN, V. *Improvisação para o teatro*. 4 ed., São Paulo, Perspectiva, 2001 (a).
- _____. *Jogos teatrais: o fichário de Viola Spolin*. São Paulo, Perspectiva, 2001 (b).
- _____. *O jogo teatral no livro do diretor*. São Paulo, Perspectiva, 2001 (c).

Dança e suas Manifestações Culturais

Ms. Fátima Nogueira Gonçalves de Sousa⁶⁹

INTRODUÇÃO

A dança é a forma de expressão gestual mais antiga que se conhece, ela surgiu há muitos séculos quando os homens primitivos ainda buscavam seus primeiros movimentos na natureza.

Nesta época, já conseguiam expressar todos os seus sentimentos e emoções de uma forma simples e elementar. O homem buscava na natureza os movimentos realizados pelos animais, a partir daí passou a imitar o bater das asas de uma ave, o rastejar de uma cobra, o andar de um felino, entre outros. Foi a partir desses primeiros movimentos que o homem então começou a dançar.

A dança ajuda as pessoas a dar conta do próprio corpo e a usá-lo para expressar sentimentos internos. Cada ritmo carrega em seus movimentos aspectos de seu criador e da era em que foi criado. Por isso, a dança tem características regionais, sociais e políticas. Ela retrata a história da comunidade na qual o seu criador vive.

A dança pode ser uma forma de expressar um sentimento e pode contribuir para o crescimento da expressividade do bailarino. Ela estreita a relação entre platéia e público.

A dança reflete uma forma de expressão, com propósitos claros de comunicação, transmitidos através do corpo. Ela é um processo de comunicação de pessoa para pessoa independentemente da cor, do gênero, e da língua, dentre outros. Por isto, ela serve como um indicador do comportamento cultural e social do homem. Qualquer manifestação cultural deve atuar como meio de sociabilização das diferentes camadas sociais. Por isso, programas como o PELC (Programa de Esporte e Lazer da Cidade), através de suas oficinas, deveriam ser realizados sistematicamente. O PELC como é um programa de caráter nacional deve ser ofertado a todas as comunidades. Principalmente as danças folclóricas, pois elas se permeiam pela cultura local respeitando as existentes. Os agentes que trabalham com a comunidade, através deste projeto, devem receber continuamente orientações as quais irão focar a melhoria contínua da qualidade de vida visando o bem-estar, a promoção social e a inserção do sujeito na sociedade, consolidando sua cidadania.

⁶⁹ Centro Universitário do Leste de Minas Gerais – Unileste-MG.

Mitos da dança

Muitas vezes, a dança, por ser uma arte que trabalha com a expressão corporal, com o sentimento, com a estética e com a leveza, faz com que as pessoas criem mitos.

Estes mitos são na maioria das vezes sobre a sexualidade dos praticantes, sobre a idade ideal de iniciar a dança e o idoso na dança.

Para Batalha (2004), dançar é criar originalmente, comunicar intencionalmente, impressionar artisticamente, observar contemplativamente e criticar fundamentalmente. O corpo não é só forma anatômica e física é também sentido e significação.

Através da dança, existe a possibilidade de ocorrer uma explosão de identidades. Estas identidades são os gêneros e os estereótipos que dançam. Que corpos são estes? Como eles se comportam dentro desta arte chamada dança? Este é o grande questionamento para todos que trabalham com a dança.

A dança por ser uma arte presente em todos os lugares, consegue atingir todos os tipos de pessoas e classes sociais existentes. Portanto, ao longo de toda a sua história, sempre esteve em alta, devido ao fato de ser uma arte contagiante, que expressa emoções, desejos, interesses, sonhos e realidades, fazendo com que um bailarino mostre toda sua sensibilidade quando a interpreta.

Infelizmente quando se trata do aspecto "sensibilidade", a dança passa a ser alvo de muitos preconceitos, que só contribuem para o afastamento de bailarinos da classe masculina.

O preconceito do sexo masculino por praticar dança talvez se explique em um conceito errôneo da sociedade, que se diz moderna, quando se diz acreditar que a sensibilidade talvez seja apenas uma característica feminina e jamais masculina, pois o homem do ponto de vista da sociedade tem que ser submetido apenas a atividades "grosseiras", onde só assim a sua sexualidade não estará sendo colocada em jogo.

A dança é uma arte válida tanto para homens, quanto para mulheres, pois ambos são capazes de realizar movimentos com a mesma qualidade.

Se a dança corresponde com os ideais de uma sociedade, ela é considerada dentro desta visão como uma atividade normal ou é vista como comportamento excepcional de pessoas que atuam nos limites entre a aceitabilidade e a rejeição.

O termo "gênero" para Hanna (1999), além de ser um termo substituto de mulher, é também uma informação sobre o ser

homem. Sendo que estes dois seres, mulher e homem, não se encontram desassociados, isto é, o mundo da mulher está inserido no mundo do homem.

Não se deve estudar de forma isolada a questão da dança para o sexo feminino e a dança para o sexo masculino. Pois a questão da feminilidade de quem pratica a dança está diretamente relacionada à interação entre os dados biológicos e os valores culturais, que é em grande parte moldada pelo pensamento.

Sexo biológico é um fator que determina o estado social, enquanto gênero é um aspecto social conectado ao sexo. Os autoconceitos relacionados ao gênero são masculinidade e feminilidade. Masculinidade e feminilidade são aspectos sociais e assim independentes do sexo biológico. Alguém pode manter ambos os sexos no seu autoconceito, isto é, a androginia psicológica.

A realidade da dança é complexa, pois tanto a dança teatral quanto a lúdica estão inseridas na dimensão do mundo da arte. Como gênero artístico autônomo, a dança tem de ser estudada essencialmente na perspectiva da inter-relação da criação artística e atividade poética.

Assim dançar é criar um espaço virtual, ou seja, é elevar a dança a um sentido extraordinário, a um grande propósito de espetáculo que a partir de movimentos simples e naturais evolui para uma atividade mais complexa.

Para a autora Batalha (1999), a dança ao ser complexa, instável, variada, irregular, descontínua, invisível e virtual dificilmente se enquadra numa sistemática uniforme, regular, estável, hierarquizada e organizada em leis.

A dança para a criança é tão importante quanto o falar, o mover, o aprender a matemática e as demais ações aqui não citadas.

A dança para a criança deve ser trabalhada de forma lúdica. Ao dar aulas de dança para a criança, deve-se ter a preocupação de conhecer a criança, verificar seus anseios e necessidades com relação ao que ela quer praticar. Após estes levantamentos, elaborar um programa adequado para cada faixa etária.

Quanto à idade ideal para se dançar é relativo. Cada corpo tem uma maturação diferente da outra. O correto é não ter dentro de um mesmo ambiente, ou horário de aulas, faixas etárias muito diferentes uma das outras. Esta é a forma de padronizar ou obter menores diferenças entre a coordenação motora de um mesmo grupo de crianças.

Através das atividades da dança é possível que a criança evo-

lua quanto ao domínio de seu corpo, desenvolvendo e aprimorando suas possibilidades de movimentação, descobrindo novos espaços e novas formas de se movimentar. Superar e enfrentar desafios quanto aos aspectos motores, sociais, afetivos e cognitivos.

A dança não pode ser olhada somente no aspecto estético, ela pode e deve ser praticada também pelas diferentes camadas sociais e diferentes faixa etária. No Brasil, o número de idosos vem aumentando consideravelmente, tornando-se essencial a prática regular de atividade física para melhorar sua qualidade de vida e sua saúde. Por isso, o idoso tem procurado se inserir também nessa prática.

O idoso que pratica a dança tem grandes possibilidades de ultrapassar os limites, barreiras e preconceitos. Podendo assim construir um equilíbrio corporal, psíquico, de modo a sentir plenamente seu corpo e utilizá-lo através de expressões, de sentimentos e emoções.

O papel da dança folclórica

Desde a antiguidade, a humanidade já tinha na expressão corporal, através da dança, uma forma de se comunicar. São encontradas influências culturais dos países onde são dançados, seja como uma forma de expressão artística, como objeto de culto aos deuses ou como simples entretenimento.

O Renascimento Cultural nos séculos XV e XVI trouxe diversas mudanças no campo das artes, da cultura e da política. Por isso, a dança sofreu profundas alterações que já vinham se arrastando através dos anos. Nessa época, a dança começou a ter um sentido social, isto é, era dançada em festas da nobreza apenas como entretenimento e como recreação.

Com o passar dos anos, esta dança, a qual era chamada de "dança social" e era praticada somente pela alta burguesia, tornou-se acessível às camadas menos privilegiadas da sociedade, passando então a ser chamada de "danças populares". A partir do momento em que as danças são praticadas por outras camadas sociais vários estilos de danças e manifestações culturais surgiram.

Este fato histórico permitiu o surgimento das danças folclóricas. Dançar a cultura de outras regiões é conhecê-la, é de alguma forma fazer parte dela, é enriquecer a própria cultura. Realizar ou pesquisar a dança de um povo, é se abrir para ela e ser agente da união entre as regiões e as nações.

As imensas riquezas culturais existentes no nosso país são apresentadas de forma educativa e informativa, principalmente atra-

vés das danças folclóricas brasileiras. Através das práticas culturais como simpósios, apresentações, workshop, investimentos, dentre outros, que será permitida a continuidade dessas danças.

Danças folclóricas mineiras

Entender danças folclóricas requer um estudo amplo e aprofundado. No entanto, serão abordados apenas alguns aspectos desse estilo de dança especificamente de Minas Gerais.

Com sua própria diversidade cultural, em Minas Gerais, existem várias regiões que apresentam costumes diferentes, bem como danças específicas.

O jongo: É uma espécie de batuque que parece ter começado nas fazendas de café e que em Minas tem o nome de Caxambu. No jongo são usados instrumentos de percussão. Dessa dança, participam homens e mulheres, em pares ou em grupos, fazendo evoluções sensuais e fortes.

Dança da Zona da Mata, chamada de “mineiro-pau” ou “maneiro-pau”: Pode ser praticada por pessoas de todas as idades, cada uma portando um ou dois bastões, que são percutidos, individualmente ou em grupos, numa ordem que inclui duas batidas, três, quatro ou mais. Com uniformes coloridos e apresentando-se muito no período pré-carnavalesco, a dança costuma ter personagens como o boi, a mulinha e o Jaraguá.

O calango: Uma espécie de catira ou cateretê, realizado no norte de Minas, que não serve apenas para dançar, mas também para que os participantes possam mostrar seus dons de repentista e verzejador. O cateretê é dançado só por homens, em duas fileiras, sob a coordenação de dois violeiros, o mestre e o contramestre, os únicos que cantam, batem palmas com as mãos e sapateiam com os pés, enquanto evoluem, trocando de lugares entre si.

A dança de São Gonçalo: É normalmente apresentada por moças, com um rapaz, apenas, que representa o santo e que, conforme a lenda, ia todas as noites para as casas das meretrizes dançar com elas, pois, enquanto estivessem agindo assim, não estariam pecando. As dançantes portam arcos recobertos com papéis de seda ou crepom, com os quais executam uma rica coreografia, sob o comando do santo. No Médio do São Francisco, existe uma dança chamada de carneiro, em que os participantes (geralmente dois de cada vez) simulam, coreograficamente, uma briga entre carneiros, na base da marrada de ombros.

Festa do Divino: Lembra os tempos áureos do café, quando

os participantes vestiam fraques, cartolas, saias longas e coques artificiais de cabelo. Às vezes, os homens vestidos de mulher e as mulheres vestidas de homem. Os ritmos são de valsinhas e marchinhas antigas.

Ao contrário da Festa do Rosário, que era celebração dos negros, a Festa do Divino era considerada uma celebração de elite, porque foi implantada por influência dos portugueses, sendo promovida por casais brancos ricos da sociedade. Luxo e riqueza eram predominantes na realização da Festa na época imperial. Hoje, a comemoração parte desse caráter intrínseco, congregando todos os segmentos da sociedade, porém ainda trazendo o luxo.

A Festa é realizada em diversas cidades mineiras, resgatando toda a tradição portuguesa das procissões, onde as comunidades são devotas do Divino Espírito Santo, tendo-o como padroeiro. A Festa marca as comemorações da vinda do Espírito Santo sobre os apóstolos e, de acordo com o calendário da Igreja Católica, a Festa do Divino ou Pentecostes é celebrada 50 dias após a Páscoa.

Em Diamantina, a Festa do Divino é realizada no domingo de Pentecostes, sendo a maior e mais emocionante manifestação popular da cidade. O evento compreende duas partes importantes, com elementos religiosos e folclóricos.

A parte litúrgica é aberta com cortejo, no qual se destaca a figura de uma jovem moça, ou criança, que representa a corte imperial, acompanhada de sua família e de seu séquito.

A Festa é promovida tradicionalmente por grupos representativos da sociedade diamantinense, que elegem todos os anos um festeiro, o imperador, responsável por sua realização, geralmente no mês de julho.

A programação compreende principalmente a chamada folia, com um número variável de integrantes (imperador, imperatriz, pajens, alferes da bandeira e outros) que desfilam em procissão pomposa da casa do festeiro até a Imperial Capela do Amparo, acompanhados por uma banda de música.

No cortejo, observa-se a presença de três meninas, simbolizando as virtudes, com trajes em cores distintas que representam a Fé (branco), a Caridade (vermelho) e a Esperança (verde).

Os dons do Espírito Santo também estão presentes, representados por sete meninas vestidas de vermelho que carregam dizeres informando os respectivos dons: Entendimento, Ciência, Sabedoria, Conselho, Fortaleza, Piedade e Temor a Deus.

Doze meninas em túnicas azuis desfilam representando os

frutos do Espírito Santo: Castidade, Brandura, Bondade, Modéstia, Fé, Paciência, Caridade, Benignidade, Longanimidade, Gozo, Paz e Humildade.

Após a realização de missa solene, o cortejo do Divino retorna à casa do imperador, onde há outras comemorações e distribuição de doces, perdurando os festejos por dois ou três dias.

Cabe ressaltar que as Festas do Divino realizadas no Brasil são oriundas de Portugal, onde foram iniciadas pela Rainha Isabel, esposa do Rei-Poeta D. Diniz, no início do século V. Tem-se notícia de que, para angariar recursos visando a construção de uma capela em homenagem ao Divino, em Alenquer, Portugal, essa rainha teria organizado uma feira junto com a comunidade. Não é de se admirar a imediata aceitação da festa por outras aldeias até que ela viesse a ser legalizada pelo "Código Afonsino", em Portugal. Assim, o Divino Espírito Santo tornou-se um dos protetores da Coroa Portuguesa.

Desde os séculos XV e XVI, os negros já se congregavam nas irmandades de Nossa Senhora do Rosário, em Portugal. Inicialmente, a devoção à Santa era feita somente pelos brancos e se tornou popular com a famosa batalha de Lepanto, de 1571, em que a vitória dos cristãos sobre os mouros foi, de certa forma, atribuída à proteção da virgem.

A adoração dos negros a uma santa branca é cheia de histórias e lendas. Conta-se que, em um local da costa africana, a imagem de Nossa Senhora do Rosário teria aparecido nas águas do mar. Os brancos teriam ficado impressionados e feito homenagens para vê-la sair das águas. Tentaram de todas as formas, sem sucesso. Então, pediram ajuda aos negros. Ao tocarem e dançarem para a virgem, comoveram a santa, que veio para a praia.

Conforme alguns estudos, entretanto, parece que os padres dominicanos portugueses teriam utilizado a imagem da santa para catequizar os povos africanos em plena África. Os negros, assim que chegavam a Portugal, fundavam associações mais ou menos secretas, nas quais elegiam reis e rainhas para rememorar os reinados existentes em seus países de origem.

No Brasil, a devoção à Nossa Senhora do Rosário foi trazida pelos primeiros escravos, mas foi em Minas Gerais que as comemorações tiveram grande projeção.

Festas de Congado: Também chamadas de Reinado ou Reissado do Rosário. Tiveram início na antiga capital de Minas: Ouro Preto. Em Minas Gerais, as congadas integram a irmandade de Nossa Senhora do Rosário e se realizam em agosto, setembro e outubro, em homenagem à padroeira. Ela se compõe de duas partes: a litúrgica,

de conteúdo católico, incluindo missas e outros ofícios religiosos; e a folclórica, constituída pela subida do mastro, com realização de espetáculos pirotécnicos. São apresentados números musicais com a presença dos reinados e suas guardas.

Seus participantes vestem-se de branco, com um saiote de fitas multicoloridas e o rosário de lágrimas a tiracolo, da esquerda para a direita, e dançam ao ritmo das caixas e de chocalhos.

A Rainha Ginga desfila em préstito. Os congos formam dois grupos: do Rei Congo e do embaixador da Rainha Ginga, e, por meio de diálogos, realizam as embaixadas. Figuram no séquito príncipes, ministros, o general da rainha.

Os figurantes, com seus adornos multicoloridos, cantam, dançam e reproduzem o entrechoque das armas, conhecido como dança das espadas. As melodias são executadas por viola, cavaquinho, violão, reco-reco, pandeiro, sanfona, bumbos, triângulo, instrumentos que dão o ritmo de cada passagem.

O folguedo de Reinado do Rosário é antigo em Itapecerica, cidade localizada no interior em Minas Gerais. Era mantido inicialmente pela Irmandade do Rosário, proposta em 1818, e foi sucedida pela Associação de Nossa Senhora do Rosário, fundada em 1975, que dele se encarrega nos dias atuais.

A igreja de São Bento, em Itapecerica, é guardiã do estatuto da Irmandade do Rosário, aprovado em 1824, que comprova as ligações desta com o Reinado do Congo, mais tarde denominado Reinado de Nossa Senhora do Rosário. Ambos resultaram da soma de cultos africanos, com devoções da Igreja Católica Apostólica Romana. As Irmandades de São Benedito, Nossa Senhora das Mercês e Santa Ifigênia também exerceram influência nos Reinados antigos.

O Reinado começou há cem anos, é do tempo do cativo e compreendia, em seu início, o Mouro e o Moçambique. A primeira vez que o Reinado apareceu em Itapecerica foi por meio do Chico-Rei, que morava em Ouro Preto.

O local para a apresentação do Reinado de Itapecerica é a Praça de Santa Cruz, onde se encontrava o antigo cruzeiro de madeira, desgastado com o passar dos anos, no qual se via o oratório com a imagem de Nossa Senhora do Rosário, a figura mais importante do Reinado.

O Rei e a Rainha da Coroa Grande vão sempre na frente do cortejo, pelo destaque que lhes é atribuído. Cada santo comemorado tem seu rei e rainha, assim como um ou dois casais de príncipes. Conseqüentemente, essas figuras da nobreza são encontradas no

Reinado de Itapecerica, fazendo parte dos cortejos de Nossa Senhora do Rosário, de São Benedito, de Nossa Senhora das Mercês e de Santa Ifigênia.

As roupas dos nobres do Reinado de Itapecerica se assemelham, o quanto possível, aos trajes oficiais das cortes. Os sapatos e os cabelos seguem o mesmo estilo. O bom gosto, o capricho e os tecidos finos são empregados para homenagear os santos padroeiros.

A Folia de Reis: É uma festa religiosa que surgiu na Espanha, no início do século XIII, de lá foi para Portugal; os portugueses trouxeram-na para o Brasil, onde recebeu aprimoramento, tornando-se uma das principais peças do nosso folclore.

O Estado de Minas Gerais tornou-se o berço dessa modalidade. Existe Folia de Reis em quase todo Brasil, com certas variações, devido à extensão do nosso território. Embora a música e a dança sejam diferentes, o objetivo é sempre o mesmo: cantar, saudando o nascimento de Jesus.

Chegou ao Brasil no século XVIII e tinha como finalidade original divertir o povo, porém aqui no Brasil passou a ter um caráter mais religioso do que de diversão. A participação nas folias é motivada pelo pagamento de promessas ou para fazer pedidos ao Menino Jesus. Não é permitida a presença de mulheres integrantes dos grupos, mas elas podem acompanhá-los nas suas visitas.

As Folias de Reis andam à noite, no mister idêntico de esmolar para a festa dos Reis Magos. Desde a véspera do Natal (24 de dezembro) até a Candelária (02 de fevereiro), a Folia de Reis, representando os próprios Reis Magos, sai angariando auxílios. Percorrem-se sítios e fazendas, é a Folia de Reis de Caixa, Folia de Reis de Banda e Folia de Reis de Música. Com violões, cavaquinho, pandeiro, pistão e tantã, cantam à porta das casas, despertando os moradores, recebendo esmolos, servindo-se de café ou de pequena refeição.

Uma Folia de Reis é composta de 12 foliões: Embaixador (base), Contramestre (dueto), Contralto (tenor), Triple (soprano), Contratriple (quinteto), Tala (sexteto), Talinha (sétima), Porta-Bandeira, os Bastiões e alguns instrumentistas.

A Bandeira é confeccionada em tecido de boa qualidade, bordada à mão ou pintada a óleo, com as figuras de José, Maria e o Menino Jesus, os Reis Gaspar, Baltazar e Melchior. Hasteada em haste de madeira, de forma que, quando empunhada, fique à direita da pessoa que a ostenta, enfeitada com fitas coloridas e flores artificiais. Ela é venerada e reverenciada pelos foliões.

Os instrumentos são igualmente enfeitados com fitas de seda nas cores branca (cor do Menino Jesus, símbolo do céu), rosa (cor de São José, símbolo do amor e da paciência), amarelo (cor do ouro, símbolo da realeza), vermelho (cor do fogo do incenso, símbolo da purificação) e verde (cor da mirra, símbolo do sofrimento). A música é típica, os versos, tradicionalmente baseados nas escrituras sagradas, falam da anunciação, nascimento e adoração ao recém-nascido.

A poesia fica a cargo do Embaixador, responsável pela elaboração dos versos, além dos tradicionais, passada de pais para filhos através do tempo. A forma como essa poesia é executada durante as comemorações da Folia de Reis ocorre da seguinte maneira: a pessoa que faz a voz do Contralto canta duetando com o Contramestre, fazendo o som similar de tenor, é a ponte entre o som grave e o som agudo. O Triple, o Contratriple, o Tala e o Talinha são os fineiros, que fazem o prolongamento da voz, obedecendo, por seqüência, à escala musical.

Os Bastiões ou Palhaços fazem a parte cômica da Folia; além do conhecimento, precisam ter capacidade ou facilidade de trovar versos, porque fazem as mais diversas brincadeiras para os ouvintes: colocam dinheiro na bandeira, flores no chão, sobre o dinheiro e fazem cruzeiros de flores. Além de o Embaixador cantar saudando, cabe aos Bastiões ou Palhaços fazerem versos sacros e engraçados, prendendo a atenção dos ouvintes. Atualmente, as festas mais famosas em Minas Gerais, ocorrem em Sabará, Uberaba e Patos de Minas.

O folgado: É de influência indígena, encontrado em vários estados brasileiros, inclusive em Minas Gerais. Representa o rapto de uma bugrinha durante a colonização portuguesa. A vestimenta é de capim barba-de-bode ou capim-membeca, e o corpo pintado de azul. Os participantes utilizam violas, tambor, reco-reco, caixas, pandeiro e matraca.

Os caiapós: Representam o índio brasileiro catequizado pelos jesuítas, que foi associado à confraria de Nossa Senhora do Rosário. Apresentam-se ricamente vestidos, com adornos de penas nas pernas e nos braços, cocares, saiotes, levam nas mãos um arco e flecha. Este elemento faz papel percussivo na coreografia, pois marca o ritmo dos passos quando é realizado o movimento de esticar e soltar a flecha que, presa ao arco, faz barulho de estalo.

Nas cidades mineiras de Serro, Ferros, São Gotardo, Diamantina e Sapucaia de Guanhões, dentre outras, os participantes terminam seus números desenvolvendo a dança do pau-de-fita, na qual

realizam as figuras das trança-fitas, trança-lenços ou trança-cipós.

No sul de Minas, utilizam máscaras de cores berrantes e desenvolvem um enredo singular com a presença do cacique, que faz o papel do pajé, e de um curumim, que representa seu filho.

Os participantes marcham pelas ruas, em colunas de dois. Entrementes, saltam e gritam ao som da música. Procuram uma praça qualquer e fazem um círculo, sempre cantando e dançando. O cacique faz marcação com sua corneta de chifre. Cantam, dançam e, em um dado momento, um índio pequeno se lança ao chão, "morto". Em seguida, cai outro, também "morto". O círculo de dançarinos rodeia os mortos e os índios se debruçam no chão, ficando somente o cacique em pé, tocando a corneta. Os índios debruçados esconjuram os males que vitimaram os dois meninos. Obtêm êxito e os dois mortos ressuscitam. Satisfeitos, os caiapós terminam a cerimônia, retirando-se aos gritos e aos pulos.

A quadrilha: Faz parte das festas juninas e é uma das mais difundidas danças folclóricas do Brasil. O ciclo junino situa-se nas festas religiosas fixas de 13 a 29 de junho. Essas festas foram trazidas ao Brasil pelos portugueses e conservaram muitos elementos de velhas civilizações celtas, godas, dentre outras, em que as populações do campo festejavam a proximidade das colheitas. É importante lembrar que a quadrilha é uma dança característica dos caipiras, ou seja, pessoas que moram na roça e têm costumes muito pitorescos.

A quadrilha é dançada em homenagem aos santos juninos (Santo Antônio, São João e São Pedro) e para agradecer as boas colheitas na roça. Tal festejo é importante, pois o homem do campo é muito religioso, devoto e respeitoso a Deus.

Em quase todo o Brasil, a quadrilha é dançada por um número par de casais e a quantidade de participantes da dança é determinada pelo tamanho do espaço que se tem. A quadrilha é comandada por um marcador, que orienta os casais, usando palavras afrancesadas e portuguesas. Existem diversas marcações para uma quadrilha e, a cada ano, vão surgindo novos comandos, baseados nos acontecimentos nacionais e na criatividade dos grupos e marcadores.

Com relação às formações, as filas para "os cumprimentos" lembram a dança da corte. Já as colunas (processionais) para o "caminho da roça" e o "caracol" e os círculos em deslocamentos corais (os participantes vão e voltam ao centro do círculo) ou mesmo girando em roda lembram a dança dos camponeses.

As composições coreográficas, como a "reverência" nos cum-

primentos, o cavalheiro ajoelhado que segura a mão da dama que então gira ao seu redor, são movimentos das danças campesinas, como o salto executado no "olha a cobra" e a "ponte" pela qual o homem do campo perpassa no seu dia a dia. O "grande baile", onde os pares se enlaçam para dançar, encerra a quadrilha e é utilizado para que todos dançam festa adentro.

Como a dança caracteriza o homem do campo, os fazendeiros e os roceiros que festejam a colheita, os homens e as mulheres se vestem tipicamente. Eles de chapéus, cinturões e botas; elas com vestidos estampados em flores e babados que mostram na vivacidade de seus trajes brejeiros a alegria de quem comemora o bom resultado da colheita.

As quadrilhas encerram o divertido teatro denominado casamento na roça, diferente em cada cidade ou região. O acompanhamento musical das festas é feito basicamente com sanfona, viola ou violão. Dentre as músicas tocadas, destaca-se o "forró", nome genérico dado ao som vibrante e envolvente que incorpora ritmos como o xote, o coco, o baião, o galope, dentre outros.

CONCLUSÃO

Na dança, não importa qual o seu estilo, nada deve ser supérfluo ou passageiro, cada seqüência de passos ou gestos deve contribuir para uma completa expressão de idéias ou temas que se quer demonstrar. A dança desempenha um papel capital nas relações humanas, sendo ela própria uma escola do comportamento social e da harmonia do corpo.

A dança, como em tudo, acompanha a evolução social dos povos e vem sendo cada vez mais caracterizada por aspectos regionais, sociais e culturais. Portanto, é importante estudá-la de forma sistemática. Incluí-la nas ações educativas, sociorrecreativas e culturais visando através da sua prática a integração entre os cidadãos e a região onde vivem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATALHA, A. P. *Sistemática da dança I, projecto taxonômico. Faculdade de Motricidade Humana, Serviço de edições, 1495-688 Cruz Quebrada. A Triunfadora, Artes Gráficas, Lda. 1999 ISBN 972-735-059-3, pp 35-86.*

BREGOLATO, R. A. *Cultura Corporal da Dança.* São Paulo: Ícone editora LTDA, 2000.

- CAMINADA, E. *História da Dança*. Rio de Janeiro: Editora Sprint LTDA, 1999.
- CÔRTEZ, G. *Dança, Brasil!: Festas e Danças Populares*. Belo Horizonte: Editora Leitura, 2000.
- FELIPE, C.; MANZO, M. *O Grande Livro do Folclore*. Belo Horizonte: Editora Leitura, 2000.
- GIAVONI, A. *A interação entre os esquemas masculino e feminino do autoconceito: Modelo interativo*. Tese de doutorado, Universidade de Brasília, Brasília. 2000
- GIFFONI, M. A. C. *Reinado do Rosário de Itapecerica*. São Paulo: Associação Palas Athena do Brasil, 1989.
- HANNA, J. L. *Dança, sexo e gênero: Signos de identidade, dominação, desafio e desejo*. Tradução de Mauro Gama. Ed. Rocco, Rio de Janeiro, 1999. CDU – 316-74-793-3. pp 28 - 37.
- MARTINS, S. *Folclore: Teoria e Método*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1989.
- PORTINARI, M. *História da Dança*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira S/A, 1989.

Oficina "Gestão do Projeto"

Prof. Cláudio Gualberto⁷⁰

Em idos de globalização, são cada vez mais evidentes as melhorias proporcionadas à qualidade de vida humana, advindas do acesso às mais novas e modernas tecnologias, nos mais diversos segmentos. No entanto, embora possa denotar contra-senso, as pessoas nem por isso vivem de modo mais harmônico, ou mesmo mais igualitário, sobretudo, sob a ótica social. Mas o que fazer para mudar esta situação? Com certeza não há uma resposta definitiva para esta questão. Assim como é inquestionável a importância dos recursos tecnológicos modernos para o aumento da longevidade e para a notada melhoria da qualidade de vida humana, também não se discute a necessidade de se diminuir as diferenças sociais, econômicas e culturais entre as populações de todo mundo.

Incentivar práticas esportivas, culturais e de lazer nas suas mais diversas manifestações tem se mostrado uma alternativa exequível no processo de promoção da igualdade entre os povos e minimização dos quadros de desigualdades e de exclusão social. Não seria este, o argumento mais contundente para que organizações públicas, privadas e do terceiro setor da sociedade contemporânea invistam mais sistematicamente em projetos e programas que incentivem a prática regular de atividades esportivas, culturais e de lazer? E por que não pensar numa perspectiva lúdico-recreativa e fundamentada no acesso, enquanto direito social e não na lógica ilógica da seletividade delineada pelo campo do resultado, da performance atlética e naturalmente da exclusão daqueles que não conseguem atender a padrões de rendimento, ou seja, a grande maioria da população?

Dialogando com estudo da Organização das Nações Unidas (ONU), intitulado "Esporte como uma ferramenta para o desenvolvimento e a paz", o acesso ao esporte pode ser tido como uma importante ferramenta na promoção da igualdade entre os povos. Para Kofi Annan, secretário geral da entidade, o esporte tem *status* de instrumento catalisador para a promoção da inclusão social.

Na avaliação dos coordenadores deste estudo, o esporte, promovido de forma criativa, com o envolvimento de formadores de opinião, de organizações não-governamentais, governamentais e entidades privadas, pode trazer contribuições significativas para a

⁷⁰ Especializando em Lazer – UFMG, graduado em Educação Física – ICMG, coordenador geral do Consórcio PELC LIESPE/AMDI/INSTITUTO CENIBRA, Liga Ipatinguense de Esportes Especializados – LIESPE/MG. E-mail: claudio@fitnes.com.br.

solução de problemas crônicos da sociedade atual. O estudo da ONU ratifica outros estudos que sinalizam que o incentivo continuado a programas sistemáticos de esporte, cultura e de lazer pode contribuir para a melhoria do desempenho escolar, a diminuição dos níveis de discriminação contra mulheres, portadores de deficiência física e contra idosos, o encorajamento da tolerância e do respeito entre os homens, a promoção da saúde pública, a redução de diferenças étnicas, sociais e culturais, a sustentabilidade do desenvolvimento da economia local e a geração de trabalho e renda, e, ainda, o auxílio no tratamento de distúrbios psicológicos entre vítimas de conflitos sociais.

Talvez não só por estes motivos, mas por outros tantos que não tenhamos espaço para explorá-los, acreditamos na efetivação de iniciativas como o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC). Este Programa, que centra suas principais ações na democratização do esporte e do lazer, enquanto direitos sociais constitucionalmente assegurados ao cidadão brasileiro e prima pela valorização do esporte e do lazer como instrumentos de inclusão social, é extremamente significativo para a proposta de criação de uma Política Pública de Esporte e Lazer para um "Novo Brasil", que tenha como uma de suas marcas mais fortes a incessante busca pela redução dos indicadores de desigualdades sociais entre seus cidadãos. Num primeiro momento, dez municípios têm a responsabilidade de experimentar e diagnosticar a possibilidade de replicação desta nova proposta de abordagem do esporte e do lazer, como direitos sociais para a população brasileira. Eram eles: Bagé (RS), Caetés (PE), Castanhal (PA), Dionísio Cerqueira (SC), Imperatriz (MA), Ipatinga (MG), Ji-Paraná (RO), Juína (MT), Niterói (RJ) e Xapurí (AC).

Por intermédio da participação popular, a administração municipal de Ipatinga/MG, sempre discutiu com a população a definição das prioridades para uso dos recursos públicos, o que fez com que a cidade desenvolvesse um trabalho de provisão de infra-estrutura e serviços urbanos de forma equilibrada, buscando minimizar quadros de desigualdades sociais.

Como esporte e lazer sempre estiveram presentes nas ações indicadas pela população e conseqüentemente desenvolvidas pelas administrações populares, podemos garantir que a chegada do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), em Ipatinga (MG), ao final de 2003, é um marco na história do município, uma vez que suas diretrizes vão ao encontro do compromisso de desenvolver um plano permanente de políticas públicas na área de esporte e lazer. A parceria entre o Governo Federal e o poder público municipal possibilitou promover o intercâmbio entre as diversas camadas sociais,

principalmente as que se encontram em vulnerabilidade social, além de ampliar e qualificar o acesso ao esporte e ao lazer e proporcionar a inclusão social dos participantes.

Naquele momento, com um histórico de 12 anos de existência, o Programa Esportivo e Cultural 7 de Outubro, mantido até então exclusivamente com recursos próprios, atendia 2.715 crianças e adolescentes, um grupo de 20 pessoas com deficiência auditiva e 130 pessoas na terceira idade. O objetivo era melhor qualificar o atendimento já realizado e descentralizar o acesso, criando núcleos, anexos ao Centro Esportivo e Cultural 7 de outubro.

O Programa Esporte e Lazer da Cidade foi coordenado pelo Departamento de Esporte e Lazer da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, com o apoio da Secretaria Municipal de Governo e de Ação Social. Para tanto, foi constituída uma equipe interdisciplinar com técnicos da Prefeitura responsáveis pelo processo de planejamento e execução do Programa.

Foram realizadas parcerias com entidades da sociedade civil, para efeito de otimização dos recursos recebidos, ampliação do atendimento e conscientização da população de que esporte e lazer são direitos garantidos a todo cidadão. Dentre estes parceiros, podemos destacar: os Conselhos Municipais Constituídos, Associação dos Pais e Amigos do Sete (ASPAS), Liga de Esportes Especializados de Ipatinga, Grupos Organizados de Mulheres, Movimento da Terceira Idade e Associação dos Portadores de Necessidades Especiais.

Ainda na perspectiva convencional de um convênio restrito a isolada de uma administração municipal e junto ao Ministério do Esporte, acreditamos que o Programa Esporte e Lazer da Cidade tenha contribuído para o público atendido, para o exercício pró-ativo da cidadania, para a promoção da aproximação do poder público e a comunidade, e reduzir comportamentos de risco social e pessoal, diminuir a incidência de atitudes violentas no interior das famílias, resgatar a auto-estima dos participantes, além de favorecer a diminuição dos indicadores de vulnerabilidade e exclusão social.

A partir da experiência acumulada nas etapas preliminares do PELC no município de Ipatinga e considerando o hiato resultante da transição política instalada no município no início de 2005, organizou-se a primeira formatação consorciada para o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), reunindo 21 municípios da Grande Região Metropolitana do Vale do Aço, Estado de Minas Gerais. Dentre outros pontos, importante destacar que a iniciativa, além da presença do Governo Federal, representado pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer/Ministério do Esporte (SNDEL/

ME), reuniu ainda a sociedade civil organizada, representada por três diferentes entidades: Liga Ipatinguense de Esportes Especializados (LIESPE), Associação de Municípios pelo Desenvolvimento Integrado (AMDI) e o Instituto CENIBRA de Responsabilidade Social, fazendo figurar a iniciativa privada.

A proposta de reunir os municípios em forma de consórcio surge numa perspectiva de se viabilizar o acesso dos pequenos e médios municípios, localizados fora dos grandes centros urbanos, a programas e projetos do Governo Federal, imprimindo uma interiorização das ações do Ministério do Esporte, que passa a ter uma abrangência territorial até então inimaginável. Mais uma vez se tem um fator de diferenciação para o processo de organização de uma política pública de esporte e de lazer: escutar diferentes segmentos da população de um país de dimensões continentais como o Brasil, conhecendo, resgatando, respeitando e valorizando as manifestações locais e permitindo que crianças, adolescentes, jovens adultos, adultos, terceira idade e pessoas com deficiência passem a ter acesso qualificado ao esporte e ao lazer, enquanto direitos sociais.

Entre julho de 2005 e abril de 2006, nos 21 municípios consorciados, foram observadas as principais diretrizes do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), com a implantação e funcionamento de 63 núcleos de esporte recreativo e de lazer, onde pelo menos 23 diferentes tipos de atividades puderam ser vivenciados. Estes núcleos foram organizados e colocados em funcionamento pelas comunidades locais, utilizando-se de espaços públicos e privados, centros de convivência, salões paroquiais, centros comunitários, clubes esportivos e sociais, praças, quadras e campos.

Nas inúmeras ações comunitárias realizadas, onde destacamos a mobilização local e a participação de um voluntariado significativo, foram registrados quase 20.000 beneficiados em atividades assistemáticas como ruas de lazer, encontros da terceira idade, festivais de esportes, passeios, visitas a exposições culturais e excursões temáticas.

Para que pudéssemos ter uma melhor qualidade em todas as ações desenvolvidas ao longo dos primeiros dez meses do consórcio, foram fundamentais os módulos de capacitação a que foram submetidas as equipes de coordenadores e dos agentes comunitários. Foram dois módulos iniciais, o preliminar e o introdutório de capacitação, respectivamente desenvolvidos pela equipe de coordenadores remanescente da experiência à gente do Programa na administração municipal de Ipatinga (até abril 2005) e por consultores e membros da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer do Ministério do Esporte (SNDEL/ME). Posteriormente, foram realizados vários encontros que primaram pela continuidade do

processo de capacitação de coordenadores e agentes comunitários, trabalho este realizado com aproveitamento dos recursos humanos próprios.

Desde a implantação e início de funcionamento dos núcleos de esporte recreativo e lazer, por intermédio do consórcio PELC LIESPE/AMDI/INSTITUTO CENIBRA, muitas foram as ações desenvolvidas em prol da democratização do esporte e do lazer, sobretudo, para aqueles municípios de pequeno e médio porte, localizados geograficamente fora dos grandes centros urbanos e que integraram o primeiro consórcio municipal com esta finalidade específica:

- a) Formalização do Conselho Gestor do consórcio PELC LIESPE/AMDI/INSTITUTO CENIBRA, com representatividade das entidades gestora (LIESPE) e co-gestoras (AMDI e INSTITUTO CENIBRA);
- b) Intervenções diretas junto a cada Executivo Municipal, no sentido de se definir as condições preliminares básicas, necessárias para implantação e funcionamento dos núcleos de esporte e de lazer;
- c) Indicação dos agentes comunitários, para cada um dos 21 municípios consorciados, de acordo com a meta de atendimento estabelecida junto ao Ministério do Esporte;
- d) Capacitação dos agentes sociais de esporte e de lazer selecionados;
- e) Implantação e funcionamento regular de 63 núcleos (meta inicial = 40) de esporte e de lazer, gerando mais de 13.000 atendimentos/semana (meta inicial = 11.600) de crianças, adolescentes, adultos, terceira idade e pessoas com deficiência;
- f) Mobilização para a Etapa Intermunicipal e II Conferência Estadual do Esporte;
- g) Entrega de remessa de material esportivo do Projeto Pintando a Cidadania;
- h) Realização de atividades assistemáticas nos municípios consorciados, incrementando a participação popular e, por conseguinte, contribuindo para o aumento da abrangência das ações do Programa.

No entanto, como em qualquer caminhada, outros passos são necessários para que possamos continuar a contribuir para que o esporte e o lazer passem do discurso do direito social para vivências

práticas, acesso concretamente democrático. Com determinação, impusemos o novo desafio: ampliar qualitativamente e quantitativamente a abrangência das ações sistemáticas e assistemáticas do Programa Esporte e Lazer da Cidade. Os iniciais 21 municípios passam, a partir de 04 de julho de 2006, para 35 municípios consorciados, como resultado dos encaminhamentos do Conselho Gestor do Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC LIESPE/AMDI/INSTITUTO CENIBRA, apresentado e deferido pelo Departamento de Políticas Sociais do Esporte e do Lazer da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer (DPSEL/SNDEL/ME), reiterando a importância deste Programa do Governo Federal para os municípios consorciados.

Atualmente, já em novo formato, são 35 municípios consorciados, onde foram implantados novos núcleos de esporte recreativo e de lazer, totalizando 81 pontos de atendimentos, que somam mais de 29 mil/semana, para os quase 14 mil inscritos no Programa. Apenas nos dois primeiros meses, foram registrados mais de 9 mil beneficiados e uma estimativa de 18.550 beneficiados apenas no primeiro ciclo de atividades assistemáticas para os 35 municípios do consórcio PELC LIESPE/AMDI/INSTITUTO CENIBRA.

Assim como no primeiro momento, os novos núcleos foram organizados coletivamente com cada uma das comunidades, utilizando-se de espaços públicos e privados, presentes tanto no perímetro urbano como no rural dos 35 municípios, e que regularmente geram atendimentos a cidadãos das faixas etárias das mais diversas, da criança à terceira idade. As atividades esportivas, socioculturais e de lazer em suas manifestações diversas são realizadas em locais que se transformaram em centros de convivência daquelas comunidades, onde as pessoas podem optar por realizar oficinas diferentes, determinando assim um espaço democrático de encontro entre as pessoas. Podem ser praças de esportes, salões paroquiais, salas de entidades assistenciais, escolas e outros.

Os bons resultados observados não nos cegam quanto a necessidade de adequações circunstanciais para eventuais replicações da experiência vivenciada pelo Governo Federal, por intermédio do consórcio municipal sob a liderança da Liga Ipatinguense de Esportes Especializados (LIESPE), com apoio da Associação de Municípios pelo Desenvolvimento Integrado (AMDI) e do Instituto CENIBRA. Claro que alguns fatores podem justificar que o atual Governo Federal incentive a organização de outros consórcios municipais, favorecendo a abrangência das ações do Ministério do Esporte:

- Descentralização das ações Ministério do Esporte.
- Estruturação do Ministério do Esporte para difusão do Pro-

grama.

- Desburocratização do acesso aos programas do Governo.
- Capilaridade na distribuição de recursos públicos.
- Otimização da aplicação dos recursos empenhados: RH – capacitação – eventos.
- Intergeracionalidade das ações do Programa.
- Multidisciplinaridade dos agentes envolvidos.
- Intercâmbio entre diferentes realidades locais.
- Minimização dos recursos de contrapartida dos municípios consorciados.
- Incremento das iniciativas locais de esporte e lazer.
- Mobilização de outros atores socialmente responsáveis.
- Gestão integrada.

No entanto, é preciso revigorar alguns pontos que ainda expõem a fragilidade de uma proposta muito recente e que precisa mesmo se ajustar para uma maturação mais tranqüila:

- Logística organizacional: traslado sede-municípios consorciados.
- Debilidade na organização das responsabilidades quanto aos encargos trabalhistas decorrentes da prestação dos serviços de coordenadores, bolsistas e auxiliares.
- Limitação das ações contempladas no plano de trabalho – ME.
- Registro das atividades sistemáticas e assistemáticas.
- Gestão local do projeto.
- Distribuição dos materiais previstos no plano de trabalho – ME.
- Distribuição dos uniformes para atendidos pelo Programa.
- Qualidade nos materiais distribuídos aos municípios consorciados.
- Defasagem dos valores previstos para as bolsas de coordenadores e demais agentes do Programa.

Favorecer o acesso ao esporte e ao lazer para os municípios de pequeno e médio porte, geograficamente fora dos grandes centros, garantir a abordagem lúdico-recreativa, sob a ótica do direito social, sem o caráter excludente e, ainda por cima, contribuir decisivamente para que se caminhe no processo da construção de uma efetiva política pública para o esporte e o lazer no Brasil são os méritos que pudemos observar aos longos do período desde 2004 que estamos à frente das ações sistemáticas e assistemáticas propostas para o Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC.

Brinquedos e Brincadeiras Populares no Programa Esporte e Lazer da Cidade

Ms. Diná Teresa Ramos de Oliveira⁷¹

INTRODUÇÃO

As brincadeiras e os brinquedos populares são elementos constituintes da cultura de um povo. Eles, também, expressam um importante saber popular e lúdico das sociedades. Para o Programa Esporte e Lazer da Cidade, a manifestação das brincadeiras e dos brinquedos populares, muitos já presentes no dia a dia e na tradição das comunidades, constitui um tema valioso no trabalho a ser realizado pelos Núcleos do Programa.

Este texto visa explicar porque as brincadeiras e os brinquedos populares são tão importantes para o Programa Esporte e Lazer da Cidade e traz elementos para contribuir com o desenvolvimento destas atividades nas comunidades atendidas pelo Programa. Para tanto, em um primeiro momento, são apresentados alguns elementos provocadores de uma reflexão crítica sobre a importância do brincar. Depois, no segundo tópico, apontamos para o brincar, não só para as crianças, mas também para os jovens, os adultos e os idosos – entre eles, pessoas com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais. No terceiro momento, são confrontadas divergentes perspectivas sobre o brincar e apresentados, sob um olhar crítico, alguns elementos significativos para a atuação do agente social de esporte e lazer. Ao final, relembramos um pouco da história dos brinquedos e brincadeiras que fizeram e fazem parte da vida das pessoas e construímos um breve repertório de brincadeiras e brinquedos que poderão ser desenvolvidos nas ações do Programa Esporte e Lazer da Cidade.

Vale ressaltar que muitas brincadeiras citadas ao longo do texto puderam ser lembradas e brincadas na Oficina de Brinquedos e Brincadeiras Populares, realizada na I Reunião Nacional dos Agentes do Programa Esporte e Lazer da Cidade, que aconteceu em Brasília (DF), no período de 31 de agosto a 03 de setembro de 2006. Assim, este texto representa também o conjunto dos conhecimentos, dos

⁷¹ Professora de Educação Física (bacharel pela Unicamp e licenciada pela Unicsul), mestre em Educação Física pela Unicamp. Atualmente, é professora da Escola Superior de Educação Física de Jundiá (disciplinas: Recreação e Voleibol e Projeto de Pesquisa e Extensão sobre Brinquedoteca de Brinquedos Artesanais); docente na Universidade Anchieta – Jundiá (SP) (disciplinas: Cultura dos Esportes Coletivos com Bola e Produção de Textos e Uso de Novas Tecnologias da Informação); e capacitadora do Programa Esporte e Lazer da Cidade do Ministério do Esporte, na formação de agentes sociais de esporte e lazer com atuação junto às Prefeituras de Ipatinga (MG), Niterói (RJ), Volta Redonda (RJ), Bagé (RS), Espírito Santo do Turvo (SP), Paranapuã (SP) e Guarani D'Oeste (SP) e com o Convênio Liespe/AMDI/Instituto Cenibra (MG).

mais de setenta agentes, coordenadores e bolsistas que participaram com alegria e sabedoria da nossa Oficina.

Brincar! Por quê?

*Brincar é gostoso e traz felicidade.
(Nylse Helena Silva Cunha, 2001, p.13).*

As brincadeiras representam uma das manifestações lúdicas que fazem parte da vida das pessoas e das sociedades e são, portanto, um elemento representativo da cultura de um povo. Lembramos que, de uma forma ou de outra, com ou sem brinquedos, todo ser humano, sozinho ou coletivamente, brinca alegre e divertidamente de uma, duas, cinco, seis... de muitas brincadeiras ao longo da sua vida.

O lúdico, embora de difícil conceituação, é aqui considerado, a partir dos estudos de Marcellino (1997), como uma manifestação cultural. Após dedicar-se a refletir e analisar, em dicionários, enciclopédias e textos acadêmicos, a questão conceitual do lúdico, Marcellino (1997) afirma que as suas considerações prévias "reforçam minha [sua] posição de optar por uma abordagem do lúdico não 'em si mesmo', ou de forma isolada nessa ou naquela atividade (brinquedo, festa, jogo, brincadeira etc.), mas como componente da cultura historicamente situada" (p.24). E conclui afirmando: "Assim, o lúdico, como componente da cultura, também precisa ser visto dessa dupla perspectiva: como produto e como processo; enquanto conteúdo e enquanto forma." (p.25).

De nossa parte, exige compreender que é no brincar que o ser humano vivencia uma experiência lúdica, a qual não é exclusiva do brinquedo ou do brincar. Somente podemos apontar que nelas a manifestação cultural lúdica é possibilitada e pode ser identificada ou traduzida pela alegria, pelo riso, pelo entusiasmo, pelo prazer e pelo divertimento expressos pelos participantes daquele contexto histórico e cultural em seu brincar.

Nesta perspectiva, na vivência de uma brincadeira, estão a expressão e a produção cultural de um povo e nelas estão representados importantes saberes populares. De tal forma, a vivência de uma brincadeira constitui uma prática social. Isto porque, são os seres humanos, situados historicamente, que constroem as suas brincadeiras e brinquedos e que, diante de valores questionadores ou reprodutores da sociedade, atribuem sentido e significado a sua prática e vivem uma experiência lúdica, na qual, certamente se dá

uma aprendizagem social.

Diante desta compreensão e para o Programa Esporte e Lazer da Cidade, não só para as crianças, mas também para os jovens, os adultos e os idosos – entre eles pessoas com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais –, participar de brincadeiras⁷² ou brincar possibilita e permite, além do prazer e da diversão (da experiência lúdica), também, o convívio social permeado por novas oportunidades de aprendizagem e de trocas significativas de conhecimentos.

Brincar não é só para criança

Uma vez que o brincar é considerado uma atividade essencial à criança, é na importância do brincar na e para a infância que se concentra um forte foco de produções acadêmicas sobre o tema. Assim, muitos autores como Vigotsky (1984), Piaget (1983), Winnicott (1975), Friedmann (1996) dentre outros, ao investigar o brincar, voltaram seus estudos prioritariamente para a criança e vice-versa.

Ainda que nos interesse o brincar para todas as faixas etárias, vale ressaltar a contribuição de Vigotsky (1984), para o autor, é no brincar que a criança apreende o mundo e é, portanto, através do brincar que a criança amplia sua capacidade de conhecer a realidade, de com ela se relacionar e na qual se dá o seu desenvolvimento cognitivo⁷³ (VIGOTSKY, 1984).

Para Marcellino (1987, p.77) que trata não especificamente do brincar, mas da manifestação lúdica – expressa especialmente nas brincadeiras infantis –, o lúdico é considerado um meio de expressão para a criança, ou melhor, o seu meio de expressão fundamental.

Cunha (2001, p.13) apresenta outros argumentos para justificar, especialmente para as crianças, a importância do brincar. Afirma a autora que é brincando que: “a criança se desenvolve, exercitando suas potencialidades”; “(...) desenvolve a sociabilidade, faz amigos e aprende a conviver respeitando o direito dos outros e

⁷² Não é pretensão deste estudo discutir os conceitos jogo e brincadeira e, de tal forma, estas expressões foram utilizadas de maneira equivalente. Opto, ao longo do texto, pelas expressões brincadeira e brinquedo (este entendido como objeto, suporte e em alguns casos meios da brincadeira). Por outro lado, a expressão jogo, somente foi utilizada à medida que alguns dos autores que embasaram a discussão a trouxeram em seus escritos. Embora, concorde em se tratar de uma discussão importante – a qual é realizada por vários educadores, sociólogos, antropólogos, filósofos, psicológicos etc. –, não representa o foco do estudo em questão. O interesse maior está em compreender a importância e as possibilidades do trabalho com brinquedos e brincadeiras populares na esfera do lazer.

⁷³ Vários estudiosos dedicaram-se ao estudo do desenvolvimento cognitivo (estudo do desenvolvimento do pensamento e da capacidade de pensar de forma mais elaborada) e estabeleceram uma relação direta entre o brincar e o desenvolvimento cognitivo dos seres humanos. Dentre eles, destacam-se Jean Piaget e Lev Semionovitch Vigotsky.

as normas estabelecidas pelo grupo”; “(...) aprende a engajar-se nas atividades, gratuitamente, pelo prazer de participar, sem visar recompensa ou temer castigo”; “(...) experimenta o mundo ao seu redor dentro dos limites que a sua condição atual permite”.

Com isso, há de se admitir que uma criança que não brinca sofrerá uma série de prejuízos. Por outro lado, não podemos esquecer sobre o que perde, ou deixa de alcançar, um adulto que não brinca. Para nós, o brincar não é compreendido unicamente como uma atividade exclusiva da infância e sim uma manifestação humana, que pode e deve ser proporcionada e vivida por jovens, adultos e idosos.

Logo, o objetivo deste texto é propor e argumentar em favor do direito e do acesso ao brincar, especialmente na participação em oficinas de brincadeiras ou de produção de brinquedos, não só para crianças, mas para crianças, jovens, adultos e idosos juntos.

Com relação ao mundo adulto, alerta-nos Celante (2005) que, embora marcado por uma certa sisudez, nele (ainda bem), as brincadeiras também resistem e se manifestam. O autor explica que diferente dos dias atuais, em outros períodos da história humana, o brincar foi algo comum aos adultos e às crianças.

Diz ele: “Nos dias atuais, jogar ou brincar na idade adulta pode soar um tanto estranho. Contudo, tal comportamento não suscitava grandes reflexões, tampouco era motivo de reserva nas comunidades européias até meados do século XVII. Talvez pelo fato de o trabalho ainda não ter lhes tolhido todo o tempo disponível. Somente a partir de então, brincar passou a ser coisa de criança pequena, não mais cabível aos adultos sérios” (CELANTE, 2005, p.72).

Para nós, usando a expressão de Celante, não é estranho, aliás, não deveria ser, uma mulher de 30 anos, outra de 18, um jovem de 16 e outro de 50 anos brincarem de pega-pega (pique/cola), pular corda ou jogar joken-po (para citar alguns exemplos). Digo isso, porque em minha experiência com alunos de graduação de diferentes faixas etárias, ou ainda, em oportunidades diversas ocorridas nas formações de agentes sociais de esporte e lazer e de voluntários do Programa Esporte e Lazer da Cidade, isso é recorrente.

Ainda assim, reconhecemos que as crianças brincam muito mais que os adultos.

É sem dúvida, no período da infância (em nossa cultura) que, em tese, há mais tempo, espaço e condições para que o brincar ocorra. Por outro lado, é verdade também que, encontramos algumas crianças, jovens, adultos ou idosos que brincam pouco, às vezes nunca o fazem, ou brincam bem menos do que gostariam ou poderiam.

Será que você se lembra de alguma criança que, por algum motivo, não brinque? Sim, creio que você se lembre. Infelizmente, há crianças e também jovens que não têm a oportunidade de brin-

car de forma plena. Marcellino (1997), em seu livro *Pedagogia da Animação*, já nos alertava para o furto do lúdico na infância.

Segundo o autor, "a análise da criança inserida na sociedade demonstra que, de uma perspectiva mais geral, o que vem se verificando, de modo crescente, é o furto da possibilidade da vivência do lúdico na infância, ou pela negação temporal e espacial do jogo, do brincar, da festa, ou mesmo através do consumo "obrigatório" de determinados bens e serviços oferecidos como num grande supermercado" (1997, p.54).

Há crianças e jovens que, desde muito cedo, trabalham: muitas ajudam os pais no comércio familiar, trabalham na lavoura ou nos semáforos das cidades; há crianças que, além de cuidar dos irmãos menores, também realizam todas as tarefas domésticas; outras ficam trancadas dentro de casa enquanto os pais, que não têm com quem deixá-las, saem para o trabalho; muitas não têm lugar para brincar ou não têm brinquedos; há aquelas que estudam muito, porque "*precisam*" tirar notas altas na escola; há crianças muito ocupadas, pois os adultos enchem-nas de compromissos extra-escolares (curso de inglês, informática, natação, futebol, judô, etc.); há as que não têm com quem brincar; e, atualmente, há crianças "viciadas" em computador, em que o único brincar exige teclado e monitor.

Nesse sentido, compete não só ao Programa Esporte e Lazer da Cidade, mas também às políticas públicas de lazer, a compreensão de tal realidade. Espera-se que o acesso ao lazer, neste caso, na vivência lúdica do brincar e do brincar, seja estendido a todos os cidadãos. Porém, é necessário ressaltar de qual brincar estamos aqui nos referindo.

Para além do brincar: a atuação do agente, animador, voluntário, recreacionista, educador...

Encontram-se amplamente nas produções sobre o brincar e o jogo, inúmeras teorias⁷⁴ e argumentos que têm em comum a defesa e a importância da brincadeira. Mas é fundamental ressaltar que, do nosso ponto de vista, há muitas diferenças e mesmo divergências entre estes estudos, as quais precisam ser minimamente consideradas.

Os argumentos em defesa da promoção das brincadeiras afirmam que: "é brincando que a criança se prepara para a vida adul-

⁷⁴ Segundo estudos de Faria Jr (1996), as principais teorias sobre o jogo são: Teoria do Excesso de Energia; Teoria do Exercício Preparatório; Teoria Catártica; Teoria do Jogo Estimulante; Teoria Hórnica; Teoria da Recreação; Teoria da Rivalidade; Teoria do Jogo Infantil; e Teoria da Transfiguração.

ta”; “as pessoas quando brincam esquecem-se dos problemas”; “há um excesso de energia nas crianças que não pode ficar acumulado e, precisa ser liberado através do ato de brincar”; “brincar ajuda a relaxar, a *desestressar* e faz esquecer dos problemas”; “o brincar promove o desenvolvimento orgânico do ser humano”; ou ainda, “brincar ajuda a solucionar conflitos emocionais”, dentre outros.

Tais justificativas em defesa das brincadeiras trazem consigo um ponto de vista que contradiz a concepção de brincadeira que aqui assumimos. Nelas está presente uma visão funcionalista e instrumental do brincar. Isto é, se atribui ao jogo (ao brincar) um caráter passivo, conformista e de adaptação à realidade. A referência é pela manutenção da ordem social vigente a ser aceita de forma submissa e acrítica. Portanto, não há nelas preocupação com o questionamento e a mudança, bem como não há a defesa da alegria, do lúdico, do prazer, da vivência temporária do não-real, do não-usual e da fantasia – elementos centrais do brincar e que permeiam as atividades de lazer.

Para nós, o tempo de lazer e da manifestação do lúdico deve ser aquele no qual o brincar, além de ser um fim em si mesmo, também privilegia a vivência de valores questionadores, os quais, segundo Marcellino (1987), contribuam com as mudanças de ordem moral e cultural, necessárias para suplantar a estrutura social vigente.

Não se constitui uma novidade o fato de que vivemos em uma sociedade que, sem nos consultar, nos proíbe, coíbe, cerceia, limita. Para nós, uma forma de resistência a esse quadro é creditada à vivência da brincadeira, pois entendemos que tal realidade pode ser ludicamente contraposta e é passível de ser apropriada pelas pessoas. Assim, o brincar, ao invés de ser compreendido como uma fuga do real, um processo alienante, pode e deve ser visto como uma forma valorosa de resistência, visto que, à medida que estas experiências lúdicas, festivas e mais alegres ganham valor em nossa vida, nos é permitido identificar e refletir criticamente a dimensão que cotidianamente nos é negada.

Pimentel (2003, p. 17) aponta o jogo (brincar) como um elemento da cultura que, embora nos permita viver “fora” do cotidiano imposto, pode ser compreendido como um fator favorável à transformação, isto porque, segundo o autor, as experiências vividas no jogo podem nos impulsionar para questionar a realidade e nos levar a tentar mudá-la.

Nas brincadeiras nos é dada a oportunidade, negada em praticamente todas as demais esferas da sociedade, de viver o não-real. Desse modo, ao mesmo tempo, nos possibilita a contraposição ao

real e a sua apropriação. As brincadeiras representam uma esfera privilegiada para o sonho, para as aspirações e para os desejos esquecidos, que nos permitem viver um mundo mais mágico, alegre, espontâneo e intenso. Aquilo que, muitas vezes, não nos achamos mais no direito de ter e viver em nosso cotidiano ou já nos esquecemos de ser ganha terreno fértil nas brincadeiras que, um dia, brincamos.

É, portanto, o brincar – produção histórica, cultural e um direito humano – um importante meio de aprendizagem “crítica” social, no qual as tensões, os conflitos e as demais dimensões da realidade social manifestam-se, representando um campo privilegiado de promoção do desenvolvimento humano e de atuação do profissional do lazer.

Seja em uma rua de lazer, em um evento de final de semana ou em qualquer outra situação, o brincar deve ser reconhecido como um elemento representativo da cultura do povo brasileiro. Só que nele, também podemos presenciar certas características comuns ao modelo esportivo de alto rendimento, diversos valores, sentidos e interesses sociais antagônicos (opostos) e divergentes.

Nesse sentido, cabe um alerta ao agente, animador, recreacionista ou educador que trabalha com as brincadeiras, pois nelas observamos vários elementos característicos do modelo esportivo do alto rendimento (OLIVEIRA, 2002). Em muitas brincadeiras, igualmente ao esporte, identificamos:

- A competitividade exacerbada;
- A referência pela disciplina e pela ordem;
- A promoção ao respeito às regras e às normas de forma incondicional;
- Quando do jogo (brincadeira) competitivo(a), estar pautado no binômio vitória-derrota;
- A valorização do vencedor e a desvalorização do derrotado – fracassado;
- O uso de formas “permitidas” de força que, por vezes, põem em risco outros participantes;
- O individualismo (diferente de individualidade);
- O apagar do caráter lúdico (manifesto na alegria, no riso, no prazer coletivo).

De tal forma, é preciso criar as condições para que o brincar não represente mais uma forma de exclusão, discriminação ou reprodução de valores autoritários e antidemocráticos comuns à nossa

sociedade. Isto porque, nas brincadeiras populares, por vezes, observamos variadas expressões de preconceito e discriminação social – de cunho estético (de aparência), de gênero (masculino/feminino), étnico (regionalismos), de raça, de orientação sexual, de orientação religiosa, geracional (idade), da condição de saúde (mental, física), de classe social, etc. E, embora desagradáveis e complicadas, essas questões precisam ser refletidas, pois somente com uma atuação crítica e diante de um bom planejamento o brincar será, concretamente, uma experiência agradável, divertida, alegre e envolvente, isto é, uma experiência de prazer para todos e constituirá, de fato, uma oportunidade para o desenvolvimento humano.

Com isso, não podemos afirmar que só porque uma pessoa participou de uma brincadeira que ela terá se divertido e que identificará alguma forma de exclusão, violência ou contradição. É simples e “magicamente” improvável que tal vivência a leve a apropriar-se criticamente da sua realidade. Mesmo porque, a mera participação de uma pessoa ou grupo em uma brincadeira de rouba-bandeira (bandeirinha) ou queimada (queimado/caçador) e que teve, portanto, acesso a uma atividade de lazer não significa que esta tenha sido uma experiência prazerosa, democrática, participativa e justa. Nós – professores, agentes sociais, recreacionistas, gestores, voluntários – precisamos assumir o papel educacional que exercemos.

Segundo afirma o Programa Esporte e Lazer da Cidade, é em suas atividades – oficinas culturais, brinquedotecas, salas de leitura, projeções e debates de filmes, peças teatrais, ações voltadas à promoção dos jogos populares e de salão, danças regionais, contemporâneas, clássicas, artes marciais, capoeira, ginásticas, eventos, dentre outros – que as pessoas se encontram para desfrutar de seus momentos de lazer. A diversão e o prazer dos participantes são referências para o trabalho do agente social de esporte e lazer, mas também o seu desenvolvimento das pessoas. Afirma ainda o texto original, com relação às atividades desenvolvidas: “É nele[as] que tudo acontece. Crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos – entre eles, pessoas com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais – brincam, jogam e dançam. Dessa forma, assegura-se o convívio social com novas oportunidades de aprendizagem e de troca de conhecimentos”.

As brincadeiras não são em si nem revolucionárias ou passivas. O que podemos afirmar, fazendo coro com Pimentel (2003) e Marcellino (1997), é que as experiências que temos no tempo e espaço que permeiam o brincar trazem consigo a possibilidade da diversão, da crítica e da transformação. É o brincar no lazer de uma perspectiva crítica e criativa.

De tal modo, a atuação do agente social de esporte e lazer é

fundamental para a ampliação dos níveis de consciência. A referência é superarmos os níveis conformistas/não-críticos de consciência e assumirmos uma atuação voltada a promover a *ascensão* a níveis mais elaborados de consciência – isto é, para níveis crítico-criativos (MARCELLINO, 1987).

Então, é objetivo do Programa Esporte e Lazer da Cidade a promoção de um desenvolvimento, que não é físico ou motor, mas sim um desenvolvimento social. O que se pretende é mais do que entretenimento ou mera distração é a promoção de um lazer de qualidade. Afinal, para nós, pensar em brincadeira é sempre coisa séria.

Brincar de quê?

Além destas questões, há a necessidade de se recuperar as brincadeiras populares ou brincadeiras tradicionais. Estamos falando daquelas brincadeiras que fazem parte da sua vida, com as quais você e seus amigos participavam na infância e adolescência, brincadeiras com as quais seus pais, tios e avós também brincaram em algum momento de suas vidas, e que estão se perdendo ao longo dos tempos. À medida que não se ensina às novas gerações a brincar dessas brincadeiras, elas vão ficando esquecidas e é possível que, em algum momento, deixem de existir.

Essas brincadeiras constituem um importante acervo do conhecimento produzido na esfera lúdica, são parte da história de vida das pessoas, das comunidades, apresentam traços do processo de colonização, etc. Só que, o que se observa, segundo afirma Faria Jr. (1996), é que, com o processo de urbanização e industrialização as brincadeiras, os brinquedos cantados e os jogos perderam-se.

A transmissão dessas brincadeiras, em que os mais velhos, principalmente pela tradição oral, ensinam para os mais novos “as suas brincadeiras”, permite também uma reflexão sobre o passado, uma tomada de consciência sobre o presente e, quiçá, um olhar renovado para o futuro. Portanto, não se trata de um saudosismo ou de uma volta ao passado, mas sim de um conhecimento historicamente produzido e que, certamente, além de trazer novas alegrias e aventuras às atuais gerações, também nos permite compreender alguns dos elementos que constituem a nossa história.

Bem, já há argumentos suficientes para que se promova nos Núcleos do Programa Esporte e Lazer da Cidade o brincar no interior das oficinas. Vale lembrar que, nas oficinas que trabalham, especialmente, com a cultura corporal, o brincar também pode ser introduzido. Assim, é possível garantir que, nas oficinas de ginástica, de

dança, de lutas, de circo, de esporte, de hidroginástica, etc., haja também um momento para brincar.

Mas com quais brincadeiras o agente social de esporte e lazer vai trabalhar? Diria que esta é uma resposta, aparentemente, fácil. Quer ver?

Se você parar para pensar por algum tempo vai ter em mãos uma lista de brincadeiras e brinquedos que você conhece e que, provavelmente, já brincou. Mais ainda. Se você perguntar para as pessoas da comunidade, a lista será ainda maior. Então, antes de continuar a leitura pegue um papel e uma caneta e recupere nas suas lembranças os brinquedos com que brincou e as brincadeiras que lhe “impediram” de fazer a lição de casa e lhe uma renderam alguns puxões de orelha da sua mãe.

Mãos à obra

Pois bem, foi exatamente assim que chegamos à lista abaixo. Depois que fizer a sua lista dê uma olhadinha nesta aqui:

Brincadeiras: Amarelinha, Telefone sem Fio, Passa-Anel, Pega-Pega (piques/colas), Esconde-Esconde, Mãe da Rua, Alerta, Barra-Manteiga, Balança-Caixaão, Mãe da Mula (pula-sela), Queimada (bola-queimado/caçador), Rouba-Bandeira (pique-bandeira), Rouba-Monte, Paciência, Porco ou Burro (baralho), Pescaria (de Festa Junina), Elefantinho Colorido, Mês, Mímica, Cirandas (roda), Corre Cotia (lencinho atrás), Morto ou Vivo, Batata-Quente, Jogo da Velha, Coelhinho sai da Toca, Teatro, Casinha, Fazendinha, Cabo de Guerra, Detetive (Matador/*Killer*), Telefone de Careta...

Brinquedos (para brincar): Perna de Pau, Pé de Lata, 5 Marias (saquinhos/pedrinhas), Vai e Vem, Bexiga (balão ou bola de encher), Bilboquê, Boliche, Argola, Elástico (pular elástico), Roleta, Quebra-Cabeça, Bambolê, Boneca, Triciclo (Velotról), Bicicleta, Videogame, Tele-jogo, Bingo, Loto, Ludo, Damas, Trilha, Dominó, Massinha de Modelar, Baralho, Cubo Mágico, Elo Mágico, Aqua Play, O Construtor (de montar), Pega-Vareta, Corda, Iô-iô, Peteca...

Então, é só reunir as crianças, os adolescentes, os jovens, os adultos e os idosos – entre eles pessoas com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais – e começar a brincar. Mas não se esqueça de tudo o que foi falado antes, e lembre-se que o repertório de atividades precisa ser considerado para além de um rol de atividades, ou receitas de brincadeiras. Como afirmam Marcellino e col. (2005), o trabalho do animador sociocultural (aqui, agente social de esporte e lazer) não é de um “[...] mero cumpridor de tarefas, sem

embasamento e/ou reflexão, correndo o risco de anular as potencialidades criadoras de cada profissional e de fechar os horizontes de sua atuação, em conteúdo e forma”.

Com relação à escolha das atividades a serem desenvolvidas no interior de uma proposta de lazer, Marcellino e col. (2005), apontam que “acreditamos, tendo em vista os conteúdos do lazer, que o ideal seria que cada pessoa praticasse atividades que abrangessem os vários grupos de interesses, procurando, dessa forma, exercitar, no tempo disponível, o corpo, a imaginação, o raciocínio, a habilidade manual, o relacionamento social, o intercâmbio cultural e a quebra da rotina, quando, onde, com quem e de que maneira quisesse” (p.10)⁷⁵.

Lembre-se sempre: Todo ser humano, que um dia foi criança, sabe a delícia que é brincar. Alguns podem até ter se esquecido, e o nosso trabalho também consiste em ajudá-las a lembrar das brincadeiras que faziam, bem como promover com as pessoas um espaço estimulante para o desenvolvimento, a criação e a recriação de novas e antigas brincadeiras e brinquedos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CELANTE, A. R. *Pinóquio e a experimentação pessoal na infância. Reflexões sobre o jogo no processo socioeducativo*. In: Venâncio, S. & Freire, J. B. (orgs.). *O jogo dentro e fora da escola*. Campinas: Autores Associados. 2005. pp. 71-96.
- CUNHA, N. *Brinquedoteca: um mergulho no brincar*. São Paulo: Vetor, 2001.
- FARIA JUNIOR, A. G. *A reinserção dos jogos populares nos programas escolares. Motrivivência*. Florianópolis, v.8, n.9, p.44-65, dez. 1996.
- FRIEDMANN, A. *Brincar: crescer e aprender. O resgate do jogo infantil*. São Paulo: Moderna, 1996.
- MARCELLINO, N. C. *Pedagogia da Animação*. Campinas: Papirus, 1997
- _____. *Lazer e Educação*. Campinas: Papirus: 1987
- MARCELLINO, N. C. e col. *Repertório de Atividades de Recreação e Lazer*. Campinas, Papirus Editora, 2002.
- OLIVEIRA, D. T. R. *Por uma ressignificação crítica do esporte nas*

⁷⁵ Os interesses culturais do lazer estão organizados em: interesses artísticos, interesses manuais, interesses físico-esportivos, interesses intelectuais, interesses sociais e interesses turísticos. Esta divisão deve auxiliar o profissional do lazer na organização do seu trabalho e na busca da diversificação dos interesses.

aulas de Educação Física: uma intervenção na escola pública. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Faculdade de Educação Física da Unicamp, 2002.

MINISTÉRIO DO ESPORTE. *Programa Esporte e Lazer da Cidade*. <http://portal.esporte.gov.br/sndel/esporte_lazer/> Acesso em 02 Set 2006.

PIAGET, J. *A formação do símbolo na criança*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

PIMENTEL, G. *Lazer: Fundamentos, estratégias e atuação profissional*. Jundiaí: Fontoura: 2003.

VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

WINNICOTT, D. W. *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

Artes Marciais, Lutas e Esportes: Possibilidades de Novas Ações no Campo da Cultura Corporal em Projetos no Campo do Esporte e do Lazer

Prof^o José Ribamar Pereira Filho⁷⁶

1.0 INTRODUÇÃO

Partindo da premissa de que as possibilidades de construção de conhecimento no campo da cultura corporal são amplas. Apreciar o universo das lutas como uma destas perspectivas torna-se relevante à medida que podemos tematizá-lo a partir do seu resgate histórico, suas relações com as artes marciais, seu processo de esportivização e suas relações com diversas manifestações culturais.

O presente texto destina-se a contribuir com um conjunto de reflexões acerca das diversas possibilidades que estão colocadas para as ações sistemáticas desenvolvidas no interior de projetos no campo do esporte e do lazer.

Este está direcionado principalmente aos agentes sociais do esporte e do lazer que desempenham suas ações nos projetos apoiados pelo Programa Esporte e Lazer da Cidade da SNDEL-ME e do Programa Escola Aberta-ME.

Sua construção está baseada na apresentação e discussão de diversos conceitos que balizam os campos do esporte e lazer procurando caminhar ao encontro dos que mais se adequam as perspectivas teórico-metodológicas dos programas supracitados.

Seu objetivo limita-se a dar uma contribuição ao processo de reflexão dos diversos atores sociais que desempenham no seu cotidiano ações no campo das lutas sem terem tido a oportunidade de aprofundarem questões que balizam os referidos programas.

2.0 Os Programas Esporte e Lazer da Cidade e Escola Aberta suas interlocuções com os ordenamentos legais e bases teóricas no campo do esporte e do lazer

Através da criação de um conjunto de ordenamentos legais que estão presentes no interior da Constituição, artigos 6º e 217º, Leis Ordinárias como os Estatutos da Criança e do Adolescente, do

⁷⁶ Professor Assistente do Instituto de Aplicação – UERJ, professor da Rede Municipal de Ensino da Cidade do Rio de Janeiro e Faixa- Preta – 3º DAN - FJERJ

Idoso e também no interior da Lei nº853/89 que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, podemos presenciar que cada vez mais brota a necessidade de elaboração e implementação de políticas públicas capazes de garantir ações nos campos do esporte e do lazer.

Neste sentido, tivemos a grata satisfação de presenciar a criação do Ministério do Esporte que se estruturou a partir da perspectiva das dimensões do campo esportivo prevista na legislação vigente.

As limitações históricas existentes, no que tange a necessidade de uma interlocução para além do campo esportivo incorporando também as reflexões do campo do lazer, não foram impedimento para que no interior do Ministério do Esporte fosse criada uma Secretaria Nacional para o Desenvolvimento do Esporte e do Lazer (SNDEL) e esta patrocinasse uma ampliação no campo de atuação do Ministério do Esporte a partir da criação do Programa Esporte e Lazer da Cidade. Este possui como matriz teórica não a negação de outras dimensões do campo esportivo. Mas a priorização do chamado esporte recreativo como uma das dimensões que os projetos apoiados pelo referido Programa podem desenvolver através das chamadas ações sistemáticas e assistemáticas.

O Programa Esporte e Lazer da Cidade compreende que as pessoas no tempo liberado do trabalho, das obrigações profissionais, familiares, sociais, fisiológicas e religiosas têm o direito e podem vivenciar um conjunto de ações provenientes do que os estudiosos da área classificam como os interesses culturais centrais do campo do lazer. São eles: (a) Interesses Físicos (atividades onde prevalece o movimento); (b) Interesses Prático-Manuais (busca pela manipulação/transformação); (c) Interesses Artísticos (busca pelo prazer estético/sensibilidade); (d) Interesses Intelectuais (predomínio pela busca de informações, conhecimentos e explicações; geralmente ligado ao campo técnico); (e) Interesses Socioturísticos (procura pela interação social, relacionamentos e convívio social; busca por novas paisagens, pessoas e hábitos/costumes).

As diversas possibilidades que brotam neste campo seriam estimuladas e trabalhadas através do duplo aspecto educativo do lazer: educação pelo lazer – O lazer como meio; educação para o lazer – O lazer como fim.

A presente orientação reporta-se ao fato da necessidade de superarmos desafios. Precisamos tornar as atividades de lazer acessíveis a todos, de forma qualitativamente superior a que hoje encontramos. Não podemos deixar de conceber a intervenção no âmbito do lazer como algo que possa contribuir para superar essa lógica

social pautada na diferença e na desigualdade.

Neste contexto, é que problematizamos o espaço das chamadas lutas no interior de projetos que vão ao encontro do Programa Esporte e Lazer da Cidade.

Entendemos que este campo da cultura corporal circunscreve-se no interior dos interesses físicos – esportivos no campo do lazer, podendo ser uma ação sistemática no interior dos projetos à medida que esta se aproxime do chamado esporte recreativo e se distancie do que popularmente chamamos de artes marciais e também do chamado esporte de rendimento.

Aqui deixamos claro que não se trata de aprofundar um juízo de valor sobre as dimensões citadas anteriormente, mas de definição do campo de atuação que dialoga com as bases teórico-metodológicas do Programa.

3.0 – Artes Marciais e Esporte: O processo de Esportivização

A trajetória das artes marciais no Brasil se constitui num rico campo de reflexão em torno do processo de transformação das manifestações corporais observadas a partir do início deste século. Dialogando com Pereira Filho e Damázio (1996) que levantaram um conjunto de dados acerca do processo de esportivização do judô na cidade do Rio de Janeiro a partir da década de 40 e seu conseqüente distanciamento das artes marciais, podemos dizer que a referida modalidade esportiva caminhou ao encontro do que chamamos de esporte moderno. Compreendido como sendo:

Prática motora/corporal: (a) orientada a comparar um determinado desempenho entre indivíduos ou grupos; (b) regida por um conjunto de regras que procuram dar aos adversários iguais condições de oportunidade para vencer a contenta e, dessa forma, manter a incerteza do resultado; e (c) com essas regras institucionalizadas por organizações que assumem (exigem) a responsabilidade de definir e homogeneizar as normas de disputa, promover o desenvolvimento da modalidade com o intuito de comparar o desempenho entre diferentes atores esportivos (GONZÁLEZ E FENSTERSEIFER, 2005).

Todavia, ao analisarmos o universo das lutas, podemos afirmar que as mesmas flutuam entre propagar um conjunto de elementos técnicos capazes de garantir ao seu praticante máxima eficácia no que tange a manutenção de sua integridade física em situações que

o mesmo seja vítima de violência. E também dos chamados princípios do esporte moderno: escolha do melhor concorrente; registro da melhor performance; luta pela supremacia; competição exacerbada em busca da vitória; o recorde e a performance como objetivos centrais; regras padronizadas e imutáveis.

Ao apresentarmos tais questões, precisamos deixar claro que concordamos com a premissa de que não se trata de ser contrário à existência da dimensão do esporte de rendimento, mas de criticar a invasão desta – com seus princípios, códigos, sentidos e valores – em outras esferas de atuação (lazer e escola).

Neste sentido, a pergunta que se faz necessária é baseada na necessidade de refletirmos sobre como podemos dar acesso, através de ações sistemáticas no interior de projetos balizados pelas premissas do Programa Esporte e Lazer da Cidade, ao conjunto de conhecimentos sistematizados no campo das lutas sem cairmos na esparrela de propagarmos a criação de super-homens e/ou superatletas.

Desde o início, considero ser este campo um dos mais problemáticos pelo fato de contarmos no seu interior com um forte conjunto de representações que, por vezes, negligenciam os aspectos mais educativos, como também dão acesso a um conjunto de técnicas, que se utilizadas de maneira inadequada poderão causar danos irreversíveis ao chamado oponente.

3.1 – Lutas e Esporte Recreativo: tecendo possibilidades

Mesmo levando em conta todo o grau de complexidade presente no interior deste campo, tenho como premissa a existência da possibilidade de construção de ações pedagógicas no interior do referido campo que possam contribuir para aumentarmos nosso rol de possibilidades sistemáticas no interior dos projetos.

Digo, sistemáticas pelo fato de que, ao consideramos um conjunto de elementos físicos-técnicos-psicológicos presentes no interior do campo das lutas, defendemos a posição de que estas não devem ser vivenciadas de maneira assistemática, sob pena de ocorrerem danos aos praticantes que nada contribuirão para o alargamento do universo da cultura corporal dos mesmos.

Em se tratando de ações sistemáticas, estamos plenamente de acordo com as proposições presentes nas orientações do Programa baseado na perspectiva de que o esporte é uma criação humana. Como tal, pode ser redimensionado, recriado e reinventado de maneira a fazer com que seus praticantes: (a) sejam plenamente aten-

didados em seus desejos e necessidades, (b) usufruam de atividades prazerosas, solidárias e de enriquecimento cultural, (c) adquiram senso crítico e autonomia para suas escolhas, e (d) se sensibilizem e se comprometam com os problemas da sociedade brasileira.

Caminhar na construção de ações pedagógicas no campo das lutas que possam colaborar para o processo de formação e informação de novos adeptos dentro de uma perspectiva crítica pressupõe garantir que os mesmos possam ter acesso para além de um conjunto de técnicas de autodefesa ou, na pior das hipóteses, de ataques ao próximo pautado pela lógica de falta de valores éticos e morais que permeiam muitos campos da nossa sociedade.

As ações sistemáticas no campo das lutas precisam garantir o acesso a todas as dimensões que estão presentes no interior destas. Os aspectos técnicos, culturais e principalmente filosóficos precisam ser trabalhados dentro de uma perspectiva crítica, garantindo a possibilidade aos que vivenciam terem a compreensão de todo o processo histórico e suas respectivas evoluções que tem permeado as diversas manifestações no campo das lutas.

Não podemos esquecer também, que estas ações precisam estar alicerçadas por parâmetros cientificamente comprovados e que expressam o melhor caminho para o trabalho com crianças, jovens, adultos e idosos. As questões pedagógicas, psicológicas e fisiológicas devem ser tratadas de maneira unitária e com a máxima profundidade.

Tentando fazer aqui o exercício de exemplificação a partir da minha vivência em umas das possibilidades do campo das lutas que é o judô, apresento a proposta de que esta modalidade pode servir tanto para promover ações específicas para cada uma das fases da vida como também promover ações intergeracionais e de gênero. Ações específicas para crianças, jovens e adultos de ambos os sexos articulada com ações conjuntas para todos. Garantir que todos possam aprender, vivenciar e principalmente compreender todo o processo de criação de elementos técnicos e filosóficos desta manifestação, aliado ao diálogo com uma série de situações enfrentadas no dia-a-dia das pessoas, pode ser um bom caminho para o processo de construção de uma nova perspectiva de cidadania.

Poderíamos aqui lançar mão de uma série de exemplos no interior do judô ou de qualquer outra manifestação no campo das lutas, entretanto, o propósito desta contribuição é advogar a causa de que as manifestações no campo das lutas podem e devem ser desenvolvidas através de ações sistemáticas no interior de projetos pautados pela lógica do Programa Esporte e Lazer da Cidade. Todavia, estas ações devem ser orientadas a partir uma perspectiva que

as distanciam da lógica das chamadas artes marciais e do esporte de rendimento e as aproximem de uma perspectiva do chamado esporte recreativo, onde todos os praticantes terão acesso a todos os aspectos, vivenciando-os de acordo com os seus limites e possibilidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Senado Federal. Constituição da República Federativa do Brasil. (1988). Brasília: Centro Gráfico – Senado Federal.

_____. Lei nº 8.069, de 13/07/1990. Dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. (1990). Brasília: MAS.

_____. Lei nº.10.741, de 01/10/2003. Dispõe sobre o estatuto do idoso e dá outras providências. (2003). Brasília: MAS.

_____. Lei nº. 7.853, 24/10/89. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência. (1989). Brasília: MAS.

GONZÁLEZ, F.; FENSTERSEIFER, P. (org.). *Dicionário crítico de Educação Física*. Ijuí: Unijuí. 2005.

MARCELINO, N. C. *Lazer e Humanização*. Campinas: Papirus. 1983.

_____. *Lazer e Educação*. Campinas: Papirus. 1990.

_____. *Estudos do Lazer: uma introdução*. Campinas: Autores Associados. 1996.

PEREIRA FILHO, J.R; DAMÁSIO. *História do Judô na Cidade do Rio de Janeiro – Dados Preliminares*. Coletânea do IV Encontro Nacional de História do Esporte Lazer e Educação Física. Belo Horizonte: UFMG/EEF. 1996.

Oficina: Atividade Física, Esporte e Lazer na Terceira Idade

Daisy Cristina Fabretti Guimarães⁷⁷

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu o período de 1975 a 2025 como a era do envelhecimento, considerando a longevidade o mais importante fenômeno social dos últimos tempos. Alertou as nações para estudarem e se prepararem para as conseqüências socioeconômicas que deste fenômeno advinham.

O Brasil, assim como a América Latina, só percebeu este fato no final dos anos 80, assim mesmo mais por influência e preocupação acadêmica do que em planejamento sociopolítico. É bem verdade que a população mundial teve tempo para envelhecer, ou seja, um século de expectativa de vida crescente, enquanto que no Brasil passamos de 4,2% de idosos em 1950, para 8,3% em 2000, e seremos 15% em 2025, ou seja, aproximadamente 15 milhões de pessoas acima de 60 anos.

A necessidade de estabelecer políticas públicas para esta faixa etária passou a ser uma preocupação permanente. Com a proposta do Ministério do Esporte em criar o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), que se propõe a atender toda a comunidade, abriu-se espaço para organizar uma proposta para idosos.

Um programa de atividades para idosos necessita estabelecer alguns parâmetros importantes para atender às reais necessidades desta nova etapa de vida (OKUMA, 1998), como a busca da autonomia, auto-estima, bem-estar psicológico, saúde psicológica, auto-eficácia e interação social. Deve se acrescentar a independência física, inclusão social, participação e envolvimento político-social e o sentimento de pertencimento sociocultural.

O exercício físico é essencial para se manter uma boa qualidade de vida, pois as perdas são significativas, e se sabe que a inatividade causa mais danos que o processo natural do envelhecimento (MATSUDO, 1997). Um programa direcionado a suprir ou prevenir perdas maiores nos dá melhores condições de aplicar uma proposta eficaz com resultados a curto espaço de tempo. O planejamento de atividades e a prescrição de exercícios físicos passam por um trabalho básico de resistência aeróbica, de reforço e resistência muscular orientado, alongamentos e relaxamento. Uma boa avaliação física e funcional, dados pessoais levando em conta as experiências e vivências anteriores, o trabalho exercido durante a vida profissional, bem

⁷⁷ Professora de Educação Física e especialista em Gerontologia Social.

como suas reais necessidades físicas e emocionais.

O cuidado com as patologias próprias do envelhecimento e as suas conseqüências psicossociais estabelece um trabalho seguro e eficaz neste processo natural de vida. Segundo a autora e pesquisadora Sandra (MATSUDO, 2001), a questão da saúde funcional é relevante quando se trata da relação saúde, aptidão física e qualidade de vida, afirma que mais que a idade cronológica o estado funcional é determinante no processo do envelhecimento.

Seguindo orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS), que aprovou em sua II Assembléia Mundial sobre Envelhecimento, em abril de 2002, o Plano Internacional de Ação sobre o Envelhecimento, os modelos de promoção da saúde e prevenção de doenças (VERAS, 2006), que se traduz num conceito-chave, ou seja, na manutenção ou recuperação da autonomia e independência. Portanto, manter ativo e independente, passa a ser a base de programas que visem a qualidade de vida dos idosos. Assim também estabeleceu a Política Nacional do Idoso em 1994, quando descrevia em seu Capítulo IV, Artigo 10º, Item VII, letra E, para "incentivar e criar programas de lazer, esporte e atividades físicas que proporcionem a melhoria da qualidade de vida do idoso e estimulem a participação na comunidade".

Sobre o aspecto participação, é bom lembrar a importância do grupo e o que este dá suporte ao enfrentamento das necessidades psicossociais características desta fase de vida. O vínculo com o grupo de atividade física é um importante espaço de integração, interação e ativação social, tão necessário para a inclusão cidadã, onde o convívio e a participação, bem como as orientações de saúde física e psicológica, passam a ser uma constante. As atividades complementares às aulas de exercícios físicos devem fazer parte sistemática do Programa, bem como a conscientização do cuidado que cada um deve ter com suas condições de saúde e a prevenção para um envelhecimento bem sucedido, ou seja, a longevidade bem vivida.

Alguns aspectos importantes a serem avaliados: O que é necessário para manter a qualidade de vida de um idoso? (OKUMA, 1998).

Para manter-se fisicamente ativo

- Aumento da aptidão cardiovascular;
- Aumento da capacidade de reserva funcional;
- Educar-se para prevenir as perdas funcionais;

- Trabalhar a força e a resistência musculares localizadas;
- Amplitude de movimentos;
- Flexibilidade e agilidade;
- Manter ou aumentar as funções físicas;
- Manter-se independente;
- Prevenir doenças, incapacidades ou lesões que possam levar à fragilidade física;
- Informação sobre saúde e atividade física e oportunidades de praticá-la.

Outros aspectos importantes:

Para manter-se socialmente ativo

Integrar-se em atividades de:

- Lazer: Atividades que venham ao encontro do seu prazer de realizar ou participar, envolvendo várias áreas como: cultura, turismo, educação, trabalho e outros;
- Saúde: Acompanhamento médico periódico para tratamento e/ou prevenção. Alimentação adequada. Exercício físico regular. Terapias de apoio, quando necessário;
- Cultura: Buscar acesso a cinema, teatro, exposições, música, dança ou qualquer outra forma de expressão, como também participar de oficinas culturais de seu interesse. Produzir cultura;
- Educação: Adquirir novos conhecimentos. Participar de grupos de educação social, ativação cultural. Projetos que discutam a educação para o envelhecimento e encontros intergeracionais;
- Trabalho: Atuação como voluntário em ações sociais e filantrópicas, e/ou participação no mercado de trabalho, caso haja necessidade ou interesse;
- Política: Participar de instâncias decisórias pela causa do idoso, ou seja, conselhos de idosos, associações, congressos, conferências e outros que promovam o envelhecimento bem sucedido.

Para manter-se psicologicamente bem

- Buscar atender suas necessidades físicas, de lazer e participação;
- Buscar terapias de apoio;
- Enfrentar as mudanças físicas, psicológicas e sociais;
- Reconhecer suas limitações, mas não subestimar suas capacidades;
- Buscar novos projetos de vida e/ou tentar realizar os antigos;
- Descobrir novas habilidades ainda não exploradas;
- Integrar-se a grupos, participar e atuar;
- Descobrir novos amigos e parceiros de caminhada;
- Atuar em atividades que o satisfaçam verdadeiramente;
- Sentir-se útil para si e para os outros;
- Sentir-se importante para sua família, seus amigos e parentes;
- Participar de um trabalho filantrópico de importância social.

Atividade física e o idoso

- Conscientizá-lo da importância da prática de atividade física para uma melhor qualidade de vida;
- Estimular a prática regular do exercício físico;
- Descobrir, com a participação do idoso, qual a modalidade de exercício físico que mais lhe atrai;
- Prescrever atividades que atendam suas reais necessidades físicas e psicológicas;
- Alimentação + exercício + acompanhamento médico regular = saúde preventiva;
- Cuidado para não subestimar ou superestimar a sua capacidade física e psicológica.

O desafio maior na implantação de programas de atividades físicas, esportivas e de lazer para idosos parece estar na clareza do foco, na intenção de propostas, na promoção e prevenção da saúde física, psicológica, social, cultural e, mais ainda, espiritual. Não

cabendo só a criação, a implementação e o orçamento voltados a este atendimento, mas também, políticas públicas consistentes, desafiadoras, de longa duração, visando a população que envelhece, como a preparação para a fase de aposentadoria e redimensionamento do tempo livre. É preciso desencadear um processo político de esclarecimento e encaminhamento ao Estado e à sociedade das reais necessidades que provêm das conseqüências do processo de envelhecimento.

Portanto, está mais do que na hora de pensar e repensar, estruturar a sociedade para este fenômeno social da maior importância para humanidade, que é o enfrentamento do envelhecimento e seus desdobramentos. Busquemos ações, atribuições e competências, para que todos assumam sua parte, poder público, organizações sociais e sociedade em geral para estabelecer um caminho com ações imediatas e avaliações permanentes, com dinamicidade e objetividade.

Conteúdos trabalhados na Oficina da Terceira Idade I Encontro Nacional de Agentes do PELC, em 2 de setembro de 2006

A oficina apresentada neste I Encontro Nacional teve como tema principal: Atividades Físicas, Esporte e Lazer para a Terceira Idade, desenvolvendo os seguintes conteúdos:

1. Aspectos biopsicossociais do envelhecimento relacionados ao exercício físico;
2. Prescrição de exercícios e os cuidados necessários para esta faixa etária;
3. Gênero: o que e como trabalhar na terceira idade;
4. Exercícios de consciência corporal com técnicas de expressão corporal;
5. Dança, ritmos, movimentos criativos como estímulo a autoconfiança, auto-estima e interação social;
6. Dinâmicas corporais e a convivência em grupo. Planejamento de atividades físicas para grupos;
7. Relação e vínculo do professor com o aluno idoso.

Cada conteúdo era composto de uma abordagem teórica e de

atividades práticas. Os assuntos relacionados, abaixo, foram apresentados e debatidos com os participantes.

- Efeitos benéficos da atividade física na terceira idade;
- O que é importante para iniciar o trabalho: entrevista, ficha de anamnese e histórico de vida do aluno, avaliação médica, avaliação física e funcional, programa de atividades com a participação do aluno, reavaliação do programa com a participação do aluno;
- Ficha de anamnese com descrição de cada item;
- Planejamento e atividades para grupos de terceira idade.

O que é necessário para manter a qualidade de vida de um idoso?

- Atividade física e o idoso;
- Tipos de atividades físicas adequadas para o idoso;
- Prescrição de exercícios;
- Dinâmicas corporais e de grupo;
- Danças Circulares;
- Grupo de Convivência.

Pontos básicos que são considerados na ação nos clubes de idosos:

- Dança para idosos. O que trabalhar?
- Relacionamento professor x aluno.

As dinâmicas apresentadas e realizadas pelo grupo de participantes da oficina foram as seguintes:

Dinâmica corporal:

1. Apresentação em duplas. Dizer seu nome, de onde vem e qual a história de seu nome.
2. Questionário das idades. a) Que idade tem seu corpo? b) Que idade tem sua mente? c) Que idade as pessoas pensam que você tem? d) Que idade você gostaria de ter? e) Com que idade você se sente hoje? f) Qual sua idade cronológica?
3. Caminhar 2 a 2 conversando.

4. Caminhar 2 a 2, porém um guia o outro que estará de olhos fechados. Trocar a pessoa que estiver de olhos fechados, passando a ser guia.
5. Caminhar 2 a 2, porém um guia o outro que estará de olhos fechados. Com música, ou seja, promovendo um caminhar mais descontraído. Trocar o colega guia após o término da música.
6. Em dupla, parados frente a frente, realizar a técnica do "espelho". Um comanda a ação e o outro o imita, após trocar o colega que comanda.

As Danças Circulares vivenciadas foram:

Dança - Mãe Terra:

Mãe, eu te sinto sob os meus pés. Mãe, ouço teu coração bate e er

Mãe, eu te sinto sob os meus pés. Mãe, ouço teu coração bate e er

Reia, reia, reia, reia, reia reiô. Reia, reia, reia, reia, rei ei ôôô

Reia, reia, reia, reia, reia reiô. Reia, reia, reia, reia, rei ei ôôô

Dança da Vida (Música Minusses - Grega):

- a) Posicionamento para a dança: em círculo voltados para dentro, pés unidos, mãos dadas, sendo a mão direita por cima e a esquerda por baixo da do companheiro. Nota: o fato de estar em círculo, estarem unidos, contribui para deixar mais a vontade aquele que por acaso errar, pois a roda serve para ajudar, ir em frente, ajuda a dar apoio, respeitar os erros e acertos dos outros.
- b) Desenvolvimento da dança: Dois passos para a direita com a perna direita, unindo sempre os pés a cada passo. Significado: rotina, vida real, o dia a dia, acontecimentos. Dois passos para frente com a perna esquerda. Significado: interiorização, reflexão interna, estar voltado para si, pensar sua vida, pensar suas ações (pessoal, interna), o que cada um quer para si, reflexão na busca interior. Dois passos para trás com a perna direita. Significado: retorno à realidade, retorno às ações do dia a dia, retorno à terra. Um

passo para a esquerda com a perna esquerda. Significado: reflexão das ações, coisas negativas, o que acontece de ruim, avaliação das coisas negativas, coisas que fazem parte da sua vida.

Observação: No término da música, sugere-se que todos do círculo dêem um abraço no colega que esteja no seu lado direito e esquerdo, assim haverá um momento de confraternização e troca afetiva.

Música - Te ofereço paz (Walter Pine):

Observação: Esta música pode ser cantada dois a dois ou em círculo.

Te ofereço paz

(Mãos estendidas à frente com palmas das mãos abertas para frente)

Te ofereço amor

(Movimento de mãos de dentro para fora, na altura do peito)

Te ofereço amizade

(Fazer uma concha com ambas as mãos, uma para baixo e outra para cima, à frente do corpo)

Ouço tuas necessidades

(colocas as mãos atrás das orelhas)

Vejo tua beleza

(Dedos das mãos apoiados nas faces, abaixo dos olhos)

Sinto teus sentimentos

(Braços cruzados e mãos apoiadas no peito)

Minha sabedoria flui

(Com a mão direita acima da cabeça, realizar o movimento circular, desenhando uma espiral)

De uma fonte superior

(Unir as mãos junto ao peito em forma de prece)

E reconheço esta fonte em ti

(Virar as mãos para todos ou para sua dupla)

Trabalhemos juntos, trabalhemos juntos

(Dar as mãos a sua dupla ou colegas, se estiver em círculo)

Ao final, conclui-se com um debate sobre políticas públicas para a área de esporte, recreação e lazer para idosos e a inclusão de adultos em fase de preparação para a terceira idade no Programa a ser implantado pelo Ministério do Esporte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- SALGADO, M. *A Velhice: uma nova questão social*. 2 e. São Paulo, SESC – CETI, 1992.
- DIAS, J. F. S. *Atividade Física na Terceira Idade*. Santa Maria: Ed. Universidade Federal de Santa Maria – RS, 1989.
- OKUMA, S. S. *O Idoso e a Atividade Física*. Campinas, SP: Papyrus (coleção Vivacidade), 1998.
- NIEMAN, D. C. Dr. PH. *Exercício e Saúde. Como prevenir doenças usando o exercício como medicamento*. São Paulo: Manole.1999.
- MATSUDO, S. M. M. *Avaliação do Idoso – física e funcional*. Londrina: Midiograf. 2000.
- Lei federal nº 8842 - PNI – Política Nacional do Idoso – de 4 de janeiro de 1994.
- PALMA, L. e outras. *Lazer – qualidade de vida na terceira idade*. Passo Fundo: Ed. UPF. 1994.
- BOTH, A. *Fundamentos da Gerontologia*. Passo Fundo. Editora UPF. 1994.
- MOSQUERA, J. *Vida Adulta – personalidade e desenvolvimento*. 3 ed. Porto Alegre: Sulina. 1987.
- MATSUDO, S. M. M. *Envelhecimento e Atividade Física*. Londrina: Midiograf, 2001. 195p.
- HAYFLICK, L. Ph.D., *Como e porque envelhecemos: Tradução de Ana Beatris Rodrigues, Priscila Martins Celete*. Rio de Janeiro. Campus: 1997.
- Lei Federal nº 10.741, de 10 de outubro de 2003. Estatuto do Idoso. Ed. Senado Federal. Brasília, 2003.
- JUNIOR, A. G. F (et al.). *Atividades físicas para a terceira idade*. Brasília: SESI-DN. 1997.

- PY, L. e outros. *Tempo de envelhecer: percursos e dimensões psicossociais*. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2004.
- RODRIGUES, N. C.; RAUTH, J. *Os desafios do envelhecimento no Brasil*. In: Tratado de Geriatria e Gerontologia. Ed. Brasileira de Medicina Ltda, Rio de Janeiro, 2002.
- VERAS, R. *Envelhecimento Humano: ações de promoção à saúde e prevenção de doenças*. Brasil. In: Tratado de Geriatria e Gerontologia. 2ª Edição. Ed. Brasileira de Medicina. Ltda, Rio de Janeiro, 2006.

Capoterapia: a Ginga da Inclusão Social

Mestre Gilvan⁷⁸

Estima-se que o Brasil tenha oito milhões de capoeiristas. São centenas de associações, academias, organizações não-governamentais e projetos socioeducativos que têm na “arte da malandragem” o seu fio condutor. De prática marginal e reprimida até os primórdios da República, a capoeira passou à condição de um dos esportes mais praticados em nosso país. A capoeira venceu amarras, superou preconceitos e se consolidou como arte-luta de criação nacional que é, hoje, um dos principais símbolos da nossa cultura. Em todo o mundo, mestres de capoeira brasileiros divulgam a nossa arte e atuam como verdadeiros embaixadores da cultura brasileira.

Antes restrita às ruas e às populações marginalizadas dos grandes centros urbanos brasileiros, notadamente os negros, hoje a capoeira está presente nas universidades, nos centros desportivos, nos pátios escolares. Como prática desportiva, criou um importante mercado de trabalho para centenas de educadores e para uma legião de artesãos, que garantem o seu sustento com a produção de berimbaus, atabaques, cordas de gradação e artigos de vestuário e produtos literários (livros, dicionário) e audiovisuais (filmes, vídeos, CDs e DVDs).

Em todas as partes do nosso país e nos cinco continentes, o trabalho destemido de milhares de arte-educadores transformou a capoeira no maior esporte de massas do nosso país. Conciliando o ensino das técnicas e fundamentos da capoeira com a formação de valores éticos e morais, esses profissionais consolidam uma prática socializante que mobiliza crianças, jovens e pessoas da terceira idade.

O sedentarismo dos grandes centros, aliado às doenças cardiovasculares e respiratórias, é um dos grandes responsáveis pela mortalidade entre os mais vividos. O tratamento de doenças, como a aterosclerose e a artrite, entre outras, pode encontrar um importante auxílio na prática orientada de exercícios físicos.

A prática de esportes, com ênfase no seu aspecto terapêutico, tem se revelado como um poderoso instrumento para proporcionar o bem-estar físico e espiritual e a própria felicidade aos idosos, num momento tão particular de suas vidas, onde o convívio familiar lhes impõe um certo isolamento natural. A capoterapia, em particular, trabalhada na perspectiva de respeitar as condições físicas próprias

⁷⁸ O autor é mestre de capoeira e presidente da Associação Brasileira de Capoterapia.

de cada faixa etária e segmento social, fazendo do seu ambiente um pólo catalisador e irradiador de cidadania.

Ela foi implantada numa experiência-piloto em 1998 por meio de uma parceria eficiente dos capoeiristas com profissionais da área de saúde e com agentes comunitários, provocando uma verdadeira transformação na qualidade das pessoas que participam dessas atividades. Depois, a atividade se estendeu para instituições, como o Sesi, Sesc e Senac, e empresas do ramo de indústria e comércio do Distrito Federal.

As experiências desenvolvidas por grupos da terceira idade do Sesc, na Universidade Católica de Brasília, e por profissionais da saúde confirmaram a eficácia terapêutica da capoterapia como tratamento auxiliar do estresse, da hipertensão e do sedentarismo.

Desde 2002, a capoterapia participa da programação oficial do Encontro Nacional de Capoeira (Enca), organizado pela Associação de Capoeira Ladainha. A participação de grupos de terceira idade e de portadores de necessidades especiais nesse evento tem atraído a curiosidade da mídia e é objeto de estudos acadêmicos promovidos por estudantes de graduação e pós-graduação das principais instituições de ensino superior de Brasília.

Capoterapia: a redescoberta da vida saudável

Os multiplicadores da capoterapia realizam, em conjunto com os profissionais dos centros de saúde, diagnósticos do estado de saúde das pessoas que freqüentam a capoterapia, para monitorar atividade cardíaca, pressão arterial, glicose, dentre outros indicadores. São feitas reuniões bimestrais com os beneficiários da capoterapia e seus respectivos familiares, onde os mesmos têm a oportunidade de relatar os progressos que têm acontecido no campo da socialização – tanto no ambiente doméstico quanto no âmbito do grupo de capoterapia.

Além disso, os relatos mostram que, associada ao tratamento convencional, a capoterapia tem sido um importante aliado no tratamento de problemas como a depressão, a ansiedade, a solidão, o sedentarismo. Os depoimentos também indicam, notadamente no caso dos grupos de terceira idade, uma melhoria nas funções motoras, na flexibilidade muscular e na disposição para a atividade física.

Esse acompanhamento sistemático dos núcleos de capoterapia nos primeiros cinco anos de sua existência levou às seguintes constatações:

- a) 68% dos idosos que iniciaram suas atividades físicas na capoterapia permaneceram nessa ou em outras atividades físicas regulares;
- b) 42% dos idosos entrevistados afirmaram que reduziram a quantidade de medicação alopática ingerida;
- c) 85% dos praticantes relataram melhoras na auto-estima, no convívio social, nas dores articulares e musculares, na flexibilidade e na disposição física;
- d) Houve uma redução considerável, embora não quantificada, da gordura corporal e da frequência cardíaca;
- e) De modo geral, as pessoas atendidas relataram que houve uma estabilização de sua pressão arterial;
- f) Melhoria generalizada do nível de socialização, notadamente entre os homens, cujo nível de inibição sempre é maior no grupo;
- g) Construção de laços firmes de afetividade entre os multiplicadores e o grupo;
- h) Melhoria no relacionamento familiar e social;
- i) Aumento na motivação para participar de passeios, encontros e outras atividades de confraternização.

Um dos fatores que tem alavancado a capoterapia é o apoio que recebemos do Governo Federal. Depois de realizarmos apresentações e vivências em todas as partes do Distrito Federal e no entorno, conseguimos conscientizar muitos parlamentares da importância de se criar políticas públicas que estimulem o fomento da capoterapia.

Praticada há oito anos em diversos núcleos do Distrito Federal, a Capoterapia foi incorporada ao Programa Vida Saudável do Ministério do Esporte. Ao acolher essa proposta, o governo encontrou uma alternativa viável para cumprir os dispositivos presentes no Estatuto do Idoso, entre os quais o que garante a prática esportiva compatível com a condição física dos "mais vividos".

A partir desta realidade, o Ministério do Esporte incluiu a capoterapia nos programas destinados aos idosos. A primeira experiência nesse sentido será no âmbito do Programa Vida Saudável, destinado a atender a população de terceira idade, em cumprimento aos dispositivos presentes no Estatuto do Idoso. Aprovado pelo Congresso Nacional há mais de dez anos, o Estatuto prevê programas sociais que garantam o envelhecimento com dignidade.

A inserção da capoterapia no Programa Vida Saudável foi recebida com entusiasmo pelos profissionais capoeiristas e por dirigentes do governo. Na opinião de Andréa Nascimento Everton, Diretora da Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e do Lazer, a capoterapia só faz bem a quem a pratica.

A capoterapia é uma novidade no âmbito das políticas de atendimento ao idoso. Enquanto o sistema público de saúde tem que investir quantias fabulosas em tratamento e internação de idosos, para combater problemas como a osteoporose, a diabetes e a depressão, a capoterapia se viabiliza com investimentos infinitamente inferiores. Além disso, ao contrário dos tratamentos convencionais, a capoterapia concilia a atividade física com práticas lúdicas, como o canto, a brincadeira de roda e a integração grupal.

Em geral, as pessoas atendidas na capoterapia são de baixa renda. Entre eles, há os que usavam remédios rotineiramente e que, a partir da rotina de exercícios físicos, conseguiram reduzir o uso da medicação. A capoterapia une exercícios físicos leves a brincadeiras: cantar, dançar, bater palmas e executar alguns movimentos da capoeira são a base da capoterapia. Esses exercícios melhoram o fluxo sanguíneo e a musculatura e aliviam a mente.

Em 2005, demos um passo adiante no fortalecimento da capoterapia. Fundamos a Associação Brasileira de Capoterapia (ABC), entidade destina a difundir em nível nacional essa nova proposta. Um dos objetivos da ABC é qualificar capoeiristas, arte-educadores e profissionais de saúde e de educação física, para serem multiplicadores da capoterapia.

O processo de qualificação é feito num curso oferecido pela ABC. O curso é intensivo e dura cerca de oitenta horas. Os participantes recebem apostila de estudos e aulas práticas, nas quais vivenciam os conceitos e fundamentos que norteiam a capoterapia. Ao final do curso, os alunos são diplomados, registrados e habilitados para atuar em qualquer parte do Brasil, devidamente credenciados pela Associação Brasileira de Capoterapia.

Planejamento Participativo nos Projetos Sociais de Esporte e Lazer

*Patrícia Zingoni*⁷⁹

Grupos de interesses distintos vêem o esporte e o lazer de maneiras distintas, com entendimentos diferenciados. Para o mercado (setor privado), lazer e esporte recreativo são um negócio, artigo de consumo para poucos, componente da indústria do entretenimento, conjunto de atividades que divertem e relaxam – o lucro é econômico. Para o setor público (governamentais) e o terceiro setor (não-governamentais), são direitos sociais, portanto, possibilidades de todos e dever do Estado e da sociedade, são componentes da cultura, atividades de manutenção da saúde, atividades educacionais, sociais e formadoras – o lucro é social.

Então, à medida que o lazer é reconhecido como um direito social, é reconhecida também a necessidade de uma política social que o concretize. Política social neste trabalho é assumida como o conjunto de medidas e intervenções sociais que são impulsionadas a partir do Estado e que têm por objetivo melhorar a qualidade de vida da população e conquistar crescentes níveis de integração econômica e social, especialmente dos grupos socialmente excluídos (Comitê Social de Ministros do Chile, apud VILLALOBOS et al, 2000: 49).

Em última instância, a administração pública visa a elevação da qualidade de vida das pessoas. E o planejamento participativo fornece capilaridade e interação com a população, dando maior transparência e legitimidade à administração. Reforça os vínculos com os cidadãos e recoloca, a todo o momento, os problemas a serem atacados, para que a qualidade de vida seja elevada.

Portanto, a finalidade de um programa de esporte e lazer para o desenvolvimento humano conforme preconiza o Programa Esporte e Lazer da Cidade é mudar a realidade fazendo com que determinado grupo humano possa melhorar sua situação e aumentar suas possibilidades futuras, contribuindo com seu desenvolvimento e com o desenvolvimento do seu meio.

Um projeto de desenvolvimento nasce, então, como expressão da vontade transformadora. É um instrumento que permite mudar as circunstâncias de vida de um conjunto de pessoas. Por isso, o projeto está ligado à idéia de escolher um rumo, uma determinada

⁷⁹ Mestre em Educação pela Universidade São Marcos (SP), Prefeitura de Belo Horizonte e PUC/MINAS, membro do Centro de Estudos do Lazer (CELAR/UFGM).

direção entre várias possibilidades de materializar esta vontade em uma ação concreta.

As organizações em geral implementam sua política e seus programas por meio de projetos. Os projetos se apresentam no nível das ações concretas e são delimitados por objetivos no tempo e no espaço⁸⁰.

Por isso, um projeto precisa de dois tipos de decisões: uma relacionada com a determinação dos objetivos e outra relacionada com os instrumentos adequados para a obtenção desses propósitos. Portanto, será necessário não apenas desejar genericamente um maior desenvolvimento como também, decidir o que deve ser considerado prioritário a partir de uma determinada situação e como pretende-se obter isso.

O primeiro nível de decisão tem a ver com um âmbito no qual vão convergir a existência de um problema ou de uma necessidade, e a resposta, considerando as aspirações, desejos e motivações. No segundo nível, instrumental, serão decididos os elementos constitutivos do projeto e a sua estruturação. Nos projetos do Governo Federal deverão considerar-se também os seus critérios prioritários da ajuda, levando em conta que eles condicionam as contribuições que vão possibilitar a sua execução.

Na perspectiva finalística, um projeto de desenvolvimento visa satisfazer necessidades concretas e facilitar a expansão de potencialidades humanas. Na perspectiva instrumental, trata-se da aplicação de um método composto por um conjunto de técnicas que usa determinados recursos (verbas) para obter produtos (benefícios). Através do projeto, pretende-se mudar a realidade de acordo com critérios planejados com antecedência. É ao mesmo tempo uma metodologia de trabalho e um território formal apropriado para a ação. Assim, procura-se planejar e ordenar a intervenção usando um procedimento que possa ser identificado, examinado e avaliado.

Ao longo de anos de trabalho, as agências de cooperação, as instituições de desenvolvimento e as ONGs vieram aperfeiçoando os métodos e as técnicas de planejamento por meio de projetos.

O planejamento por meio da metodologia de projetos apresenta alguns inconvenientes que devemos considerar. Esses aspectos negativos estão relacionados com a realidade local que nem sempre é concordante com os esquemas previstos a nível nacional, derivados dos diferentes traços culturais.

⁸⁰ Na política do Ministério de Esporte, o Programa Esporte e Lazer da Cidade está agrupado em dois conjuntos. O primeiro está voltado para a implantação do projeto social denominado Esporte e Lazer da Cidade e o segundo está direcionado para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Esporte e do Lazer.

Portanto, é conveniente conceber projeto não apenas como um mecanismo bem desenhado, mas será necessário estabelecer comparações com o meio orgânico, considerando o projeto como um ser vivo, com um ciclo vital próprio, com raízes na comunidade de origem que o nutre e que deverá receber cuidado para dar os frutos desejados. Assumido o projeto pelos beneficiários que deverão se sentir ligados a ele, o objetivo final será transformá-lo em um instrumento de auto-realização para esses beneficiários e em uma oportunidade de expansão de suas possibilidades vitais, visando uma verdadeira "apropriação", que geralmente pressupõe progressos duradouros no desenvolvimento.

Nossa experiência aponta que a participação ativa dos beneficiários e das instituições envolvidas, a ação conjunta sempre que possível e a contínua busca de consensos são decisivas para o êxito das intervenções.

A participação popular constitui importante diretriz do Programa Lazer e Esporte da Cidade (PELC) da atual gestão. Como se sabe, os sucessivos governos populares, a partir da constituição de 88, vêm desenvolvendo, um conjunto de iniciativas para implementar e consolidar instâncias participativas na administração pública. O orçamento participativo vem sendo o instrumento mais visível deste tipo de iniciativa, mas o que se tem em vista é uma lacuna existente entre o desejado e o possível quando se busca a constituição de uma rede de participação popular nos programas de governo a nível municipal. Com a implementação do Projeto Social, que integra as ações estratégicas do PELC, esta rede se fortalece no âmbito local, envolvendo os setores sociais da área de esporte e lazer mais excluídos da cidade.

Este texto pretende fazer uma breve análise da participação popular em projetos sociais de esporte e lazer a partir das minhas próprias experiências. Em seguida, também de maneira bem sintética, focaliza o projeto e o Marco Lógico como instrumento metodológico para fazer das ações uma intervenção planejada.

Participação comunitária no planejamento das ações

As propostas participativas democráticas propõem o envolvimento dos beneficiários e dos parceiros em todos os passos da implantação e do funcionamento do projeto. A principal instância de participação prevista são os chamados Grupos Gestores ou Grupo de Referência ou Representantes formado por pessoas representativas das instâncias locais, grupos esportivos e culturais, poder público local, etc., que são escolhidos em reuniões locais e que geralmente

ficam encarregados de mobilizar a comunidade e contribuir com o sucesso do projeto.

Mas, muitos obstáculos surgem quando buscamos a participação nos projetos de governo. O relacionamento com as demais instituições públicas e privadas, associações comunitárias e classistas e conselhos de direito nem sempre é bem equacionado. As discussões são muitas vezes vagas, feitas em tempo relativamente curto, sem que haja prazo suficiente para o amadurecimento das propostas. As condições de vida precárias conduzem as discussões sobre o esporte e o lazer para os problemas considerados de maior importância no conjunto das necessidades básicas como emprego, moradia, saúde, educação.

Durante a oficina que ministramos no 1º Encontro Nacional dos Agentes do Programa Esporte e Lazer da Cidade, foi relatado pelos participantes que em alguns núcleos esta participação não ocorre sem conflitos e na medida desejada. Isto não deve ser considerado uma dificuldade exclusiva do PELC e sim um cenário real de muitos projetos de iniciativa governamental. No entanto, tais obstáculos não invalidam sua prática. Cabe aos seus gestores amadurecerem meios que permitam uma aproximação e um controle ainda maior por parte da população sobre a elaboração e execução do projeto.

É freqüente encontrarmos nos registros de projetos sociais relatos sobre a desconfiança da população em relação à real disposição do poder público em efetivar o conjunto de intervenções previstas, Indaga-se, no entanto, sobre um possível objetivo eleitoreiro dos programas propostos. Tal atitude de desconfiança, muito difundida no meio popular, pode nos ajudar a explicitar as dificuldades enfrentadas, principalmente no início, para mobilizar os moradores e obter sua disposição para participar.

Observa-se também que, durante o processo de planejamento e execução do projeto, a freqüência dos representantes da população é muito intermitente e que muitos dos membros originários dos grupos de gestão abandonam suas atividades de representação. Além das dificuldades impostas pelo cotidiano das pessoas, muitos dos que se afastam o fazem por não perceberem a oportunidade de auferir os ganhos imediatos que esperavam do programa, principalmente no que diz respeito ao emprego ou a uma atividade remunerada.

O desinteresse da população logo no início do planejamento pode se dar devido a deficiências de conhecimentos por parte dos gestores de metodologias de planejamento. Fazendo uso inadequado das técnicas didáticas encontradas nas metodologias participativas de projetos sociais, como o método ZOPP e Marco Lógico, muito

úteis no diagnóstico, planejamento, gestão e avaliação de projetos sociais. Cabe ainda ressaltar que muitas vezes nos deparamos com propostas de soluções com maiores dificuldades de se concretizarem, o que pode ser desestimulante principalmente para a participação adulta.

Nas últimas quatro décadas, houve amplo desenvolvimento de metodologias que subsidiam o planejamento, a gestão e a avaliação de projetos de investimento empresarial, que alcançou inclusive, complexos modelos matemáticos. O PMBOK é uma destas metodologias de gerenciamento de projetos consideradas como a fórmula para o sucesso dos projetos mercadológicos (PMI - Project Management Institute. *Guide to the project management body of Knowledge* - PMBOK. Edição 2000).

Já no campo das intervenções socioculturais, os reflexos do conhecimento sistematizado nessa área ainda são tênues. Isso acarreta a proposição de ações empreendidas, na maior parte das vezes, e, apesar das melhores intenções, sem uma análise criteriosa das condições para a consecução mais eficaz dos objetivos almejados e sem uma preocupação com a utilização mais eficiente dos recursos destinados ao programa. Além disso, por transposição das técnicas aplicadas aos projetos de investimento, existe um viés muito pragmático e economicista em muitas das metodologias utilizadas para a condução dos programas na área social.

Algumas agências de cooperação e autores procuraram desenvolver e divulgar metodologia de planejamento e gerência de programas que fossem instrumentos úteis e facilmente aplicáveis para ações socioculturais. Merecem destaque dois exemplos que, em um certo sentido, aproximam-se. De um lado, a Agência de Cooperação Internacional do Governo Alemão (GTZ) desenvolveu o método ZOPP (das iniciais de "Zielorienterte Projektplanung" em alemão, que significa "planificação de programas orientada para objetivos"); quase ao mesmo tempo, a Agência de Cooperação Norte-Americana (USAID) desenvolveu um instrumento semelhante de nome "Logical Framework" (Estrutura Lógica ou Marco Lógico). Ambos oferecem conceitos e uma abordagem prática úteis para a formulação de programas sociais, contendo elementos e instrumental que também contribuem para a gerência da implementação e da avaliação. Tanto o ZOPP como o Marco Lógico se autotransformam como instrumentos de gerência de programas (ZINGONI, 2005).

Apesar das dificuldades como as aqui apresentadas à participação, que se configura como uma forma de democratização das relações, são requeridas ao longo de todo o processo de planejamento e execução do projeto práticas de: debater, fazer escolhas

e tomar decisões, realizar manifestações, assumir decisões e responder pelas decisões. A participação se efetiva quando as idéias, ao circularem no grupo, provocam novas atitudes ou mudanças no cenário coletivo.

À medida que os projetos exigem objetivos, resultados e critérios da avaliação bastante claros, surgem espaços para expressões de interesses e visões diferentes e de negociações e construção de consensos, assim como o fortalecimento do protagonismo dos setores excluídos. A esse processo chamamos de empoderamento⁸¹.

As pessoas amadurecem com a co-responsabilização, não com assistencialismo que gera dependência, nem com posturas geradoras de silêncio.

O conflito configura-se como elemento constituinte do ambiente democrático e libertador, muitas vezes produzindo novas idéias e pontos de vista. São inerentes à experiência social, e a educação não se faz sem conflitos, incertezas ou riscos. O exercício de afinar a pessoa com sua realidade coletiva exige confrontos, negociações, frustrações, conquistas e crescimento.

A negociação surge como uma forma de administrar conflitos por meio do diálogo entre diferentes atores. Compreender a visão de mundo do outro, os problemas que enfrentam sua representação institucional e as restrições que condicionam sua ação. Experimentar um processo decisório por consenso é vivenciar formas alternativas de argumentação, é identificar as diferenças entre as reações individuais e em grupo, experimentar a influência do grupo em nossas decisões. A ausência de votação proporciona aos componentes do grupo a manifestação e a expressão de uma idéia que nos possibilita identificar os interesses em jogo.

A democratização das relações exige variadas formas de participação institucionalizada no escopo do planejamento e na sua condução. Para isto, faz-se necessário explicitar no projeto as instâncias de participação e de decisões previstas:

Diretoria colegiada: Uma forma de gestão que conta em sua estrutura com um gerente-executivo que forma com os integrantes da equipe de trabalho uma diretoria colegiada assegurando a descentralização das decisões.

Assembléias gerais e por segmentos: Reuniões que têm por objetivo tratar das questões de interesse público e/ou específico por categoria.

⁸¹ A idéia do empoderamento pressupõe a capacidade das pessoas de agenciar processos de autonomia individual e coletiva e de estabelecer articulações de natureza política.

Conselhos: Contam com representantes comunitários, em número proporcional por segmentos, que se reúnem em torno de uma causa.

Eleições das prioridades institucionais: Procedimento de consulta organizada e sistematicamente da comunidade para a determinação das prioridades institucionais e dos conteúdos pedagógicos.

Reuniões não-eventuais: Para discutir problemas comunitários que dizem respeito a todos, parceiros e não-parceiros.

Inserção em espaços democráticos do município ou do Estado (conselho de direitos, dentre outros): Tem por objetivo estabelecer a articulação necessária para elaboração, execução e avaliação de intervenções pela garantia dos direitos.

A participação é de fundamental importância para aumentar as chances de atingir os fins propostos. Armani (2003) destaca alguns elementos chaves na promoção de processos participativos. São eles:

- Construção de consensos coletivos sobre concepção de fundo e interesses que possam embasar o programa a ser desenvolvido.
- A realização de planejamento participativo visando a elaboração do programa e a definição, de forma conjunta e consensual, dos parâmetros (indicadores) pelos quais o avanço do programa será analisado.
- A definição dos papéis, responsabilidades e limitações dos diversos atores institucionais envolvidos no desenvolvimento da intervenção.
- A instituição de um ambiente de diálogo franco, com espaços de reflexão crítica e de aprendizagem contínua a partir da prática conjunta.
- A identificação e integração de outros participantes relevantes para o programa, de forma a dividir o trabalho e as responsabilidades e multiplicar a capacidade de fazer frente às demandas crescentes geradas por processos participativos.

Projeto social como um instrumento de planejamento

Todo projeto tem como resultado a prestação de serviços específicos ou a produção de determinados bens. Portanto, quando se pensa em projeto de lazer, pensa-se também em planejamento. Mas em que um projeto se diferencia de outros tipos de planejamento,

como o planejamento estratégico de uma organização?

Um projeto deve ser visto como o instrumento pelo qual a organização implementa seu planejamento estratégico. Portanto, as mudanças e os aprimoramentos possíveis e idealizados se concretizam na concepção e execução dos projetos. Em última instância, o conjunto de projetos é a “cara” da organização e de seus colaboradores, ou seja, o projeto traz a identidade para todos que dele participam.

Projetos, portanto, não existem isolados. Segundo Armani (2002, p. 18), eles só fazem sentido à medida que fazem parte de programas e/ou políticas mais amplas.

Isto é, tanto no setor público como no setor não-governamental, podemos identificar três níveis de formulação das ações: (a) o nível dos grandes objetivos estratégicos de ação (a política), (b) um nível intermediário em que as políticas são traduzidas em linhas mestras de ações temáticas e/ou setoriais (programas) e (c) o nível das ações concretas, delimitadas no tempo, no espaço e pelos recursos existentes, que possam realizar os programas e as políticas, ou seja, os projetos. A grande vantagem dos projetos é o fato de eles colocarem em práticas as políticas e programas na forma de unidades de intervenção concreta.

O futuro dos projetos sociais está fortemente vinculado a seu planejamento e a sua gestão. Gerir um projeto contido em um programa, que articula vários atores, que é financiado por várias fontes de recursos e que tem interfaces com outros projetos e serviços, certamente não é uma tarefa fácil. É necessário planejar cuidadosamente, monitorar a partir de indicadores previamente estabelecidos e avaliar seus resultados. Essas etapas são necessárias e são bem sucedidas quando são elaboradas no momento do planejamento.

Conforme nos ensina Armani (2003), os projetos também têm seu ciclo de vida. O ciclo expressa as principais fases que devemos percorrer em um projeto – a identificação, a elaboração, a execução e o monitoramento e avaliação –, como se pode ver logo abaixo.

Na prática, a relação entre estas fases não é tão linear quanto o esquema possa parecer, pois as atividades do ciclo do projeto formam um todo integrado e coerente, no qual os diferentes momentos representam etapas sucessivas e interligadas, necessárias para levar o projeto a cabo.

Fase de identificação

A fase de identificação é caracterizada pela identificação da

oportunidade da intervenção, delimitando-se o seu objeto, o seu público e o seu âmbito. Esta é a hora de identificar as hipóteses explicativas preliminares sobre a situação problema a ser enfrentada e as eventuais limitações institucionais que devem ser levadas em conta logo de início. Nesse momento, realiza-se também uma análise preliminar da viabilidade da idéia sobre os aspectos políticos, técnicos e financeiros.

Uma vez que a oportunidade da intervenção esteja claramente definida e a análise de viabilidade seja positiva, passamos ao estudo amplo e profundo da problemática em questão, ou seja, fazemos um diagnóstico do contexto no qual o problema está inserido.

Fase de elaboração

O processo de elaboração do projeto não é a mesma coisa do que redigir o documento de apresentação do mesmo. Redigir o projeto é, em verdade, apenas o último passo do processo de elaboração.

A fase de elaboração é caracterizada pela realização de diagnóstico, pela formulação do objetivo do projeto, pela proposição de resultados/produtos a serem alcançados, pela descrição de atividades, pela análise da lógica da intervenção, pela identificação dos fatores de risco, pela definição dos indicadores, meios de verificação e procedimentos de monitoramento e avaliação, pela montagem do plano operacional, pela determinação dos custos e da viabilidade financeira e, por fim, pela redação do documento do projeto.

Fase de execução

A fase de execução do projeto só será iniciada quando o projeto já tenha sido aprovado por todos os parceiros e uma vez que a maior parte dos recursos necessários tenha sido assegurada. Esta fase envolve o desenrolar das atividades e a utilização dos recursos com vista à produção dos resultados e ao alcance dos objetivos estipulados. É estruturada pelo processo de trabalho e de coordenação da equipe. Esta fase não será abordada neste módulo.

Fase de monitoramento e avaliação

A fase de monitoramento e avaliação é compreendida como concomitante à execução do projeto e após seu encerramento. Durante a execução, avaliam-se seu processo, gastos, execução financeira e administrativa e outras rotinas responsáveis pela ope-

racionalização das atividades e do plano de trabalho. Ao término do projeto, são avaliados os resultados atingidos, bem como, seus efeitos junto ao beneficiário do projeto.

Bem, já vimos que, antes mesmo de começarmos a redigir o plano do projeto, temos que decidir sobre muitas coisas. Para nos auxiliar nestas decisões, o *macete* é tentar responder a algumas perguntas básicas, que certamente nos darão subsídios para preencher os elementos que compõem qualquer roteiro de projeto social.

São essas as perguntas básicas:

- Quem somos e para que viemos?
- O que queremos fazer?
- Onde vamos desenvolver o projeto?
- Qual problema queremos superar ou qual demanda queremos atender?
- Quais os atores envolvidos com o problema a ser abordado pelo projeto?
- Para que realizar o projeto?
- Para quem vamos fazer o projeto?
- Como vamos concretizar o projeto?
- Quanto tempo temos para realizar o projeto?
- De que e de quanto precisamos para realizar o projeto?
- Como saberemos se o projeto vai dar certo?

Não obstante o fato de que se tem verificado inúmeros avanços no âmbito da elaboração e gestão de projetos nos últimos anos, há muitos desafios no horizonte. Um deles é superar a visão ainda muito difundida de que o planejamento da intervenção é aquele documento formal que serve fundamentalmente para contratar financiamento e prestar contas. Somente com a recente disseminação das técnicas de planejamento e dos debates sobre o impacto do trabalho social e as dificuldades para seu acompanhamento e avaliação, é que se começa a encarar o projeto como instrumento metodológico para fazer da ação uma intervenção organizada com melhores possibilidades de atingir seus objetivos⁸².

⁸² O passo a passo para o planejamento de ações sociais por meio de projetos pode ser encontrado nas bibliografias que foram utilizadas como referência neste texto e, particularmente, na área de esporte e lazer, no livro *Elaboração, Monitoramento e Avaliação de Projeto Social de Lazer*.

O planejamento é importante porque contribui fortemente para o sucesso e nos dá algum controle sobre o futuro. O planejamento não é estático, ou seja, não pode ser encarado como uma camisa de força. Assim, o planejamento é construído em cima de uma análise de cenário. Caso esse cenário modifique, o planejamento deve ser alterado e adaptado a essa nova perspectiva.

Quem não planeja corre risco muito maior de não saber o que fazer ou tomar decisões inapropriadas diante de um novo contexto. É aquela história: quem não sabe aonde vai, qualquer vento leva, inclusive, para o lugar errado. Entretanto, quem planeja sabe qual o impacto da mudança na sua organização e no seu trabalho e refaz o seu planejamento para atingir os resultados!

Marco Lógico como uma metodologia de planejamento de projeto social

O Marco Lógico é uma metodologia muito útil para o planejamento, a análise e o gerenciamento de programas. Sua maior contribuição na elaboração do projeto está em que ele oferece uma sucessão de passos lógicos encadeados, ao final da qual se tem um programa bem estruturado nas suas relações da causa e efeito. A equação básica dessas relações é então resumida numa matriz de 16 células, chamada de Marco Lógico (veja na página 181 a matriz do Marco Lógico). O Marco Lógico, apesar de apresentar limitações, é ainda hoje um dos mais completos métodos para o planejamento e gerenciamento de projetos (ARMANI, 2003).

Ele combina sofisticação técnica na sua elaboração com uma relativa facilidade de manuseio, que não requer matemática nem computadores. O Marco Lógico é bastante útil como método de construção coletiva dos principais parâmetros de um projeto – objetivo geral e específico, resultados, atividades, indicadores e fatores de risco ou condicionantes.

O Marco Lógico é recomendável, pois se baseia no método científico de pesquisa social, estruturando os projetos sobre uma cadeia de hipóteses acerca de relações de causa e efeito envolvidas no enfrentamento da problemática ou demanda em questão. Este tipo de metodologia apresenta além dos aspectos positivos alguns inconvenientes que devemos estar cientes.

Considerando que as metodologias e o contexto lógico dos projetos são resultados do racionalismo ocidental e de uma interpretação da realidade feita a partir de uma lógica causal, podem privilegiar-se abordagens mecanicistas frequentemente rígidas e limitadas, onde uma visão excessivamente linear do desenvolvimen-

to o identifica na prática com a solução de problemas. Portanto, é conveniente conhecer o planejamento do projeto não apenas como um mecanismo bem detalhado onde as partes estão perfeitamente encaixadas, será necessário estabelecer comparações com o meio orgânico, considerando o programa como um ser vivo, com um ciclo vital próprio com raízes na comunidade de origem que o nutre.

Outra limitação importante do Marco Lógico é que ele enfatiza mais o controle de resultados, efeitos e impactos, e bem menos dos porquês das mudanças observadas. Daí a importância de fazer uso de outras metodologias de planejamento, como a análise dos envolvidos, análise de problemas, estudo de alternativas de intervenção, procedimentos integrantes do método ZOPP de planejamento. É recomendado complementar a gestão com a sistematização da experiência, a qual enfatiza justamente os aprendizados do processo⁸³.

⁸³ Para saber mais sobre Marco Lógico, recomendamos as seguintes leituras: *Elaboração Monitoramento e Avaliação de Projeto Social de Lazer*, de Carla Ribeiro e Patrícia Zingoni – Brasília: SESI/DN, 2006; e *Como Elaborar Projetos*, de Domingos Armani – Porto Alegre: Tomo Editorial, 2003.

RESUMO NARRATIVO	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	FATORES DE RISCO
Objetivo Geral / objetivo de desenvolvimento / finalidade Objetivo hierarquicamente superior para o qual o objetivo do projeto contribui.	Indicadores de impacto Evidenciam até que ponto e como o projeto contribui para o alcance do objetivo geral.	Esta célula registra fontes de dados, informações e meios de coletas/registros para o indicador de impacto. Pode incluir fontes primárias (observações diretas, pesquisas, etc.), assim como fontes secundárias (informações recolhidas regularmente.)	Premissas sobre fatores externos (acontecimentos, condições ou decisões importantes) fora do controle do projeto, que podem condicionar a sustentabilidade (continuidade) dos benefícios gerados pelo projeto.
Objetivo Específico / objetivo do projeto / propósito Objetivo específico do projeto. Seu propósito. Representa o efeito direto a ser atingido como resultado da utilização dos produtos pelos beneficiários do projeto. Deve ter um só objetivo específico.	Indicadores de efetividade Evidenciam o grau de realização do objetivo específico. Devem incluir metas que refletem a situação ao finalizar o projeto. Cada indicador deve especificar quantidade, qualidade e tempo necessário para o efeito ser realizado.	Esta célula registra fontes de dados, informações e meios de coletas/registros para o indicador de efetividade.	Premissas sobre fatores externos (acontecimentos, condições ou decisões importantes) fora do controle do projeto, que podem condicionar o alcance do objetivo geral.
Produto / resultado imediato / componente São os produtos (serviços, obras, capacitações, etc.) a serem produzidos pelo projeto, como condição para realizar o objetivo específico. Devem ser expressos como trabalho terminado (sistema instalado, pessoas capacitadas, cursos realizados)	Indicadores de desempenho Evidenciam em que medida os resultados foram produzidos. Cada indicador deve especificar quantidade, qualidade e tempo necessários a entrega dos produtos.	Esta célula registra as fontes de dados, informações e meios de coletas/registros para o indicador de desempenho	Premissas sobre fatores externos (acontecimentos, condições ou decisões importantes) fora do controle do projeto, que podem condicionar o alcance do objetivo específico.
Atividades Conjunto de tarefas e procedimentos necessários para alcançar os resultados.	Indicadores operacionais Evidenciam até que ponto as atividades foram realizadas no prazo (cronograma), com os recursos e custos previstos (orçamento), e com a qualidade esperada.	Esta célula registra as fontes de dados, informações e meios de coletas/registros para o indicador operacional. São registros contábeis e financeiros onde se pode obter informações para verificar se o projeto gastou conforme o planejado e foi executado dentro do prazo.	Premissas sobre fatores externos (acontecimentos, condições ou decisões importantes) fora do controle do projeto, que podem condicionar a produção dos resultados.
Extraído e adaptado do livro Como Elaborar Projetos?. ARMANI, Domingos. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2003, p.38.			

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DOMINGOS, A. *Como elaborar projetos? Guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2002. Coleção Amencar.
- ZINGONI, P.; RIBEIRO, C. *Elaboração, monitoramento e avaliação de projetos sociais de lazer*. Brasília: SESI/DN, 2006.
- ZINGONI, P. Políticas públicas participativas de esporte e lazer; da congestão à co-gestão. *Motrivivência*, UFSC, n. 11, a. 10, set. 1998.

Ginástica Geral: Perspectivas no Programa Esporte e Lazer da Cidade

Nara Rejane Cruz de Oliveira⁸⁴

INTRODUÇÃO

A ginástica contemporânea foi construída a partir de determinados modelos, especialmente os Métodos Ginásticos Europeus do século XIX. A partir do século XX, o caráter competitivo passou a ser sua característica marcante, além da finalidade estética, que ganhou notoriedade especialmente a partir das décadas de 1980 e 1990, com o surgimento em massa de academias de ginástica.

No Brasil, assistimos no início deste século XXI a ascensão das ginásticas competitivas, em consequência do destaque de ginastas do país em competições internacionais, tanto na ginástica artística (olímpica) quanto na rítmica, modalidades consideradas tradicionais, em cujos pódios figuravam até algum tempo atrás apenas europeus e americanos. Por outro lado, a ginástica com finalidade estética, praticada especialmente em academias, tem ganhado grande espaço, com a promessa (nem sempre cumprida) de esculpir o corpo por meio de sua prática e promover saúde.

Sob estas perspectivas, a ginástica foi se consolidando na sociedade como prática elitizada, em dois sentidos:

- 1- Na prática competitiva, visto que se sobressaem apenas os melhores ginastas, que alcançaram o ápice da performance e atendem a determinados padrões;
- 2- E nas academias, visto que grande parte da população não possui recursos financeiros necessários para pagá-las.

Vale observar também que, mesmo em aulas de educação física escolar, nas quais a ginástica poderia ser abordada sob outras perspectivas, muitos professores optam por sua ausência, alegando falta de equipamentos e espaços necessários. Na realidade, grande parte desses professores, assim como a população em geral, confunde as modalidades gímnicas competitivas com a ginástica em si, contribuindo com a manutenção desta elitização⁸⁵.

Assim, entendemos que é necessário e urgente desmistificarmos a ginástica como prática para elites, discutindo as possibilidades

⁸⁴ Doutoranda em Educação pela USP, mestre em Educação Física pela UNICAMP, professora universitária em cursos de graduação em Educação Física, atualmente na rede particular de Ensino Superior na cidade de São Paulo (SP).

⁸⁵ Em pesquisa publicada anteriormente, discutimos esta questão de forma mais abrangente. Conferir Oliveira e De Lourdes (2004).

de sua apropriação como atividade vinculada ao lazer da população, sob perspectivas distintas das mencionadas acima. Neste sentido, este trabalho aponta a ginástica geral (GG) como prática capaz de democratizar o acesso à cultura corporal e ao lazer, especialmente no contexto do Programa Esporte e Lazer da Cidade.

Algumas palavras sobre a ginástica

A ginástica contemporânea pode ser caracterizada como um conjunto de práticas descendentes do século XIX, época do surgimento do Movimento Ginástico Europeu. Este Movimento se constituiu a partir das diversas e diferentes formas de se pensar os exercícios físicos em países da Europa, como Dinamarca, Áustria, Alemanha, França, Suécia e Inglaterra, sendo estes quatro últimos países os de maior destaque⁸⁶. Carmem Soares (1994, 1998), em suas obras, afirma que o Movimento Ginástico Europeu é fruto do pensamento científico da época, que desejava atribuir um caráter de utilidade aos exercícios físicos, com princípios de ordem e disciplina, contribuindo assim para o afastamento da ginástica de seu núcleo primordial: o divertimento. Neste contexto, houve uma tentativa de negação das práticas populares de artistas de rua, de circo, acrobatas, dentre outros, que apresentavam a ginástica como espetáculo, trazendo o corpo como centro de entretenimento.

No entanto, a origem da Ginástica é muito anterior ao século XIX. A denominação ginástica remonta ao mundo antigo, quando era compreendida como a arte de exercitar o corpo nu (em grego, *gymnos*). Eliana Ayoub (2003) aponta ainda que a origem etimológica do termo ginástica vem do grego *gymnastiké* – que significa a arte ou ato de exercitar o corpo para fortificá-lo e dar-lhe agilidade. Como arte de exercitar o corpo nu traz consigo a idéia do simples, do limpo, do livre, do desprovido de maldade, do puro. Para os antigos gregos, ginástica significava a realização de exercícios físicos em geral (corridas, saltos, lutas, etc.). Ou seja, grande parte dos exercícios que hoje praticamos e conhecemos (especialmente o atletismo e as lutas) tem sua origem com a ginástica.

Segundo Elizabeth Paoliello Machado de Souza (1997), a história da ginástica se confunde com a história do homem, pois se pode considerar que os exercícios físicos vêm da pré-história (quando possuíam finalidade utilitária, de sobrevivência), se afirmam na antiguidade (como arte de exercitar o corpo), estacionam na Idade Média (pois os exercícios físicos eram utilizados basicamente como

⁸⁶ Em seus estudos, a autora Carmem Soares (1994, 1998) faz uma ampla análise das características deste Movimento, explicitando suas finalidades, ideais e perspectivas. Para saber mais, conferir as obras citadas.

lazer dos nobres e preparação militar daqueles que lutavam nas Cruzadas empreendidas pela Igreja), fundamentam-se na Idade Moderna (quando a ginástica passou a ser valorizada como agente de educação) e se sistematizam no início da Idade Contemporânea (com a ginástica científica).

Mas qual a abrangência da ginástica na atualidade?

Em relação à Federação Internacional de Ginástica (FIG), são sete as modalidades de ginástica vinculadas: a ginástica olímpica feminina, a ginástica olímpica masculina, a ginástica rítmica, a ginástica aeróbica esportiva, os esportes acrobáticos, o trampolim e a ginástica geral. A ginástica geral é a única modalidade não competitiva. Aliás, cabe ressaltar que a FIG se dedica tanto ao esporte de competição, quanto ao esporte de demonstração, como a ginástica geral. Além das modalidades reconhecidas pela FIG, existem vários outros tipos de ginástica, como as ginásticas de academia – geralmente com finalidades estéticas – e, segundo Souza (1997), as de condicionamento físico, as fisioterápicas – utilizadas na prevenção ou auxiliando o tratamento de patologias –, além das de conscientização corporal – técnicas alternativas ou ginásticas suaves. Com a finalidade de uma melhor visualização, segue um resumo das características principais das modalidades constantes na FIG:

- Ginástica olímpica feminina – Provas: o solo (com fundo musical), a trave, as paralelas assimétricas e a mesa de salto. Modalidade olímpica. Principal evento: Olimpíada.
- Ginástica olímpica masculina – Provas: o solo (sem fundo musical), as argolas, o cavalo com alças, a barra fixa, as barras paralelas e a mesa de salto. Modalidade olímpica. Principal evento: Olimpíada.
- Ginástica rítmica – Modalidade restrita ao sexo feminino. Competições individuais e em grupo. Provas: bola, maça, fita, corda, arco. Modalidade olímpica. Principal evento: Olimpíada.
- Ginástica aeróbica esportiva – Originária da ginástica de academia. Competições individuais e em grupos. Não utiliza aparelhos. Engloba exercícios dinâmicos, explorando coordenação, força, flexibilidade. Não é modalidade olímpica. Principal evento: Campeonato Mundial.
- Esportes acrobáticos – Competições em grupos. Não utilizam aparelhos. Englobam exercícios de difícil coordenação, envolvendo acrobacias, elementos de flexibilidade e força.

Não são modalidades olímpicas. Principal evento: Campeonato Mundial.

- Trampolim – Competições individuais, exceto o trampolim sincronizado. São quatro provas: trampolim individual, trampolim sincronizado, duplo mini trampolim e tumbling. Envolve saltos e diversas acrobacias, de acordo com o aparelho utilizado. Modalidade olímpica. Principal evento: Olimpíada.
- Ginástica geral – Modalidade não competitiva, apenas demonstrativa. Combinação de elementos gímnicos com diversas manifestações culturais (dança, teatro, folclore, dentre outros). Principal evento: Gymnaestrada Mundial (Festival Internacional de Ginástica).

Podemos afirmar que a ginástica contemporânea, construída a partir dos modelos ginásticos europeus do século XIX, ganhou um caráter esportivizado especialmente a partir do século XX, com grande influência inglesa. Isto porque a Inglaterra foi o país precursor em imprimir caráter competitivo a várias manifestações da cultura corporal, processo intensificado no final do século XIX e início do século XX, como afirma Valter Bracht (2003).

Neste sentido, a ginástica esportivizada passou a ocupar grande espaço, com ênfase nas competições e resultados (muitas vezes a qualquer custo), na perspectiva de adestramento e mecanização dos movimentos, do individualismo, da padronização da cultura corporal.

Segundo Ayoub (2003), no caminho percorrido pela ginástica, diferentes modalidades gímnicas têm sido criadas. Entretanto, estes diferentes tipos de ginástica consolidados na atualidade possuem ligações diretas com as exigências da esportivização e com as pressões da indústria do lazer⁸⁷, que muito tem estimulado os modismos em relação às práticas corporais. Assim, a ginástica vem servindo para reforçar os estereótipos de corpo presentes na atualidade – o corpo escultural, “perfeito”, moldado nas academias ou ainda os esculpido em horas de treinamento nas ginásticas competitivas.

Porém, questionamos: será que precisamos aceitar apenas estes padrões impostos? Não se torna necessário, diante das constatações acima, pensarmos em outras orientações para as práticas corporais, especialmente a ginástica? A nosso ver sim, pois a ginástica, como elemento da cultura corporal, precisa ser tratada sob

⁸⁷A indústria do lazer e entretenimento ganha impulso no século XX, a partir do aperfeiçoamento dos meios de comunicação, como por exemplo, o cinema, a televisão, o rádio, os computadores como forma de entretenimento. Tudo isso foi se organizando e se transformando em uma grande máquina internacional de comércio, que quase sempre traz o lazer associado à alienação (MELO, 2003). As práticas corporais não deixaram de sofrer influências dessa indústria do lazer, ao contrário.

outras perspectivas, com outros olhares, democratizada. Nesse contexto, apontamos para a ginástica geral (GG) como possibilidade de resgatar a prática da ginástica para todos, numa perspectiva lúdica, desvinculada de modismos, retomando a idéia da "arte" e do prazer de se exercitar, orientada para as questões do lazer crítico, criativo e como direito social, assim como dos princípios norteadores do Programa Esporte e Lazer da Cidade.

Ginástica geral (GG)

O que é a ginástica geral (GG)? O que faz esta modalidade gímnica potencializar o acesso democrático à prática da ginástica?

De acordo com a Confederação Brasileira de Ginástica (2006), a GG é uma modalidade bastante abrangente. Está fundamentada nas atividades ginásticas, porém, integrando vários tipos de manifestações e elementos da cultura corporal, tais como danças, expressões folclóricas, jogos, dentre outras, expressos através de atividades livres e criativas. Tem por objetivo promover o lazer saudável, proporcionando bem-estar aos praticantes, favorecendo a performance coletiva, mas respeitando as individualidades. Não existe qualquer tipo de limitação para a sua prática, seja quanto às possibilidades de execução, sexo ou idade, ou ainda quanto à utilização de elementos materiais, musicais e coreográficos, havendo a preocupação de apresentar neste contexto, aspectos da cultura nacional, sempre sem fins competitivos.

Sendo sua principal característica a ausência da competição, entendemos que a GG pode proporcionar, além do divertimento e da satisfação provocada pela própria atividade (na medida em que busca o resgate do núcleo primordial da ginástica – o divertimento), desenvolvimento da criatividade, ludicidade, participação irrestrita, apreensão pelas pessoas das inúmeras interpretações da ginástica, busca de novos significados e possibilidades de expressão gímnica (AYOUB, 2003). As atividades são oportunidades privilegiadas, porque são geradas, criativa e espontaneamente, a partir da tomada de contato com o outro, da percepção e reflexão sobre as pessoas e a realidade nas quais estão inseridas. Está orientada para as questões educacionais e do lazer, para a prática sem fins competitivos, privilegiando a demonstração. Apresenta-se então dotada de um caráter de autonomia, liberdade, favorecendo o convívio em novos grupos, fazendo com que o indivíduo alargue as fronteiras do seu mundo, intensificando assim suas comunicações.

De acordo com a Confederação Brasileira de Ginástica (2006), os principais objetivos da GG são:

- Oportunizar a participação do maior número de pessoas em atividades físicas de lazer fundamentadas nas atividades gímnicas.
- Integrar várias possibilidades de manifestações corporais às atividades gímnicas.
- Oportunizar a auto-superação individual e coletiva, sem parâmetros comparativos com os outros.
- Oportunizar o intercâmbio sociocultural entre os participantes.
- Manter e desenvolver o bem-estar dos praticantes.
- Oportunizar a valorização do trabalho coletivo, sem deixar de valorizar a individualidade neste contexto.

Conforme Souza (1997), os princípios que norteiam a GG privilegiam o estímulo à criatividade, ao bem-estar, à união entre as pessoas e ao prazer pela sua prática. Sua riqueza está exatamente no princípio de privilegiar todas as formas de trabalho, estilos, tendências, influenciadas por uma variedade de tradições, simbolismos e valores que cada cultura agrega. Entendemos que a interação da GG com estes elementos da cultura pode incentivar os praticantes a explorar diversas “linguagens” culturais, ampliando suas experiências e conhecimentos acerca da diversidade cultural brasileira, por exemplo. Outras tematizações, porém, podem e devem ser trabalhadas, permitindo a criação e a ampliação do conhecimento relativo à ginástica associado às questões sociais.

Ayoub (2003) projeta algumas imagens da GG, no intuito de visualizar os pilares fundamentais que a sustentam, os quais estão ligados à concepção de GG da Federação Internacional de Ginástica (FIG), que, segundo esta autora, vem influenciando as ações na área em diversos países, inclusive no Brasil:

- Está situada num plano diferente das modalidades gímnicas competitivas, num plano básico, com a abertura para o divertimento, o prazer, o simples, o diferente, para a participação de todos. Ou seja, é irrestrita.
- O principal alvo é a pessoa que pratica, visando promover a integração das pessoas e grupos e o desenvolvimento da ginástica com prazer e criatividade. Portanto, a ludicidade e a expressão criativa são pontos fundamentais.
- Não possui regras rígidas preestabelecidas, pois estimula a amplitude e a diversidade, abrindo um leque de possibili-

dades para a prática da atividade corporal, sem distinção de idade, gênero, número e condição física ou técnica dos praticantes, música ou vestuário, favorecendo ampla participação e criatividade.

- Os festivais se constituem como sua principal manifestação, o que a vincula também ao artístico, ao espetáculo.
- Difere-se, portanto, das ginásticas competitivas, cujas principais características são: seletividade, regras rígidas pre-estabelecidas, caminham no sentido da especialização, da comparação formal, classificatória e por pontos, visando sobretudo o vencer.
- Uso irrestrito de todo e qualquer tipo de materiais (convencionais ou alternativos), favorecendo a criatividade e a descoberta de novas possibilidades de ação.

Ayoub (*idem*) aponta ainda que as diferenças entre a GG e as ginásticas competitivas não podem ser vistas de forma rígida e estanque, pois estas convivem interligadas na sociedade e exercem influências recíprocas uma sobre a outra.

No Brasil, existem vários grupos de ginástica geral, apesar de sua prática ainda ser pouco difundida. Assim, é imprescindível a veiculação de ações e projetos em prol da GG, no intuito de democratizarmos o acesso a esta prática e desmistificarmos a ginástica como prática de elites. Neste sentido, o Programa Esporte e Lazer da Cidade pode ser um espaço privilegiado para o desenvolvimento da GG, atendendo à demanda da população em relação ao esporte recreativo e de lazer⁸⁸.

Ginástica Geral (GG): como fazer?

A partir dos princípios de sua prática, como pensar concretamente o trabalho com a GG? Não existem receitas prontas, pois cada grupo possui características diferenciadas e cabe ao agente social de esporte e lazer identificar a melhor maneira de conduzir o aprendizado da ginástica. No entanto, a partir de nossas experiências, exemplificamos uma, dentre várias possibilidades, de estruturação de aulas de GG:

- 1º momento: Integração do grupo (por meio de jogos, brincadeiras ou outras atividades lúdicas);

⁸⁸ Conferir Manual de Orientação do Programa Esporte e Lazer da Cidade (BRASIL, 2006).

- 2º momento: Apresentação do tema da aula (sendo as atividades de GG tematizadas, podemos usufruir das relações com os temas transversais como etnia, gênero, dentre outros);
- 3º momento: Aprendizagem e desenvolvimento de elementos gímnicos: saltar, equilibrar, balançar, girar, rolar, trepar, dentre outros, além do desenvolvimento de ritmo e coordenação de diferentes elementos;
- 4º momento: Proposição de "tarefas" em pequenos grupos, de acordo com o tema, explorando diversas possibilidades de movimentos, sem materiais e com materiais (sejam eles convencionais ou alternativos), favorecendo a construção de pequenas coreografias;
- Finalização: Apresentações para os demais grupos.

Assim, buscamos privilegiar sempre o trabalho coletivo e a expressão criativa, na medida em que o grupo todo é responsável pela montagem da coreografia e não uma única pessoa.

Ayoub (2003) apresenta outra possibilidade de estruturação de aulas de GG, em três momentos:

- 1º momento: Os participantes entram em contato com o tema a ser desenvolvido em aula, explorando, criando e realizando diferentes possibilidades de ação;
- 2º momento: As atividades são propostas através de "pistas", para que os participantes solucionem os problemas apresentados e criem alternativas de ação, individualmente ou em grupo;
- 3º momento: As propostas que deixaram de ser trabalhadas nos dois momentos anteriores são agora trabalhadas, sem perder de vista a perspectiva lúdica. Os elementos ainda não contemplados são vivenciados pelo grupo. A finalização é feita com uma conversa sobre o conteúdo abordado.

Esta mesma autora ainda cita a proposta de trabalho do Grupo Ginástico Unicamp (GGU), um dos grupos de referência em GG no Brasil. Nesta proposta, a aula é dividida em dois momentos, considerando o incentivo e a valorização das experiências e interesses das pessoas:

- 1º momento: Aumento da interação social;

- 2º momento: Exploração dos vários recursos que o material pedagógico pode proporcionar, podendo ser utilizados materiais tradicionais ou não-tradicionais (como tecidos, jornais, garrafas de plástico, bambus, etc.).

Enfim, as possibilidades de organização do trabalho com a GG são muitas, e o sucesso de sua prática dependerá da organização do grupo, lembrando que o agente social de esporte e lazer tem o papel fundamental de estimular as ações do grupo de forma dinâmica, criativa e lúdica.

Ginástica geral no Programa Esporte e Lazer da Cidade

No Programa Esporte e Lazer da Cidade, o lazer é entendido como um tempo e espaço de vivências lúdicas e lugar de organização da cultura (BRASIL, 2006). Podemos dizer então que, neste contexto, a finalidade do lazer pode ser a de ocupação do tempo disponível de forma prazerosa com uma atividade prazerosa, que possa promover: diversão, prazer e convívio social. Assim, apontamos a GG como atividade voltada para o lazer, à medida que pode atender às finalidades acima mencionadas.

Segundo Nelson Carvalho Marcellino (2004), o lazer abrange uma variedade de atividades, além de interesses culturais, que podem ser classificados em: interesses físicos, práticos ou manuais, artísticos, intelectuais e sociais. Desse modo, podemos afirmar que a GG se insere no âmbito dos interesses físico-esportivos, em primeira instância, mas também está relacionada aos interesses artísticos e sociais. Isto devido à sua abrangência como atividade que tem por princípio vincular o prazer de se movimentar à arte deste movimento (na medida em que prima pela demonstração e não pela competição) e a integração de diferentes pessoas e grupos.

Marcellino (idem) aponta ainda que as atividades de lazer devem atender às pessoas no seu todo. Para tanto, é necessário que as pessoas conheçam as atividades que satisfaçam os vários interesses, sejam estimuladas a participar e recebam orientação que lhes permita a opção. Assim, a opção pela GG, como por qualquer outra atividade, deve ser consciente e não imposta, buscando incentivar a ampliação de interesses como: o conhecimento do próprio corpo, conhecimento coreográfico, ampliação dos interesses culturais via festivais de ginástica (por meio da relação entre os diversos grupos). Outros incentivos importantes dizem respeito: à promoção de uma prática de ginástica que amplie os interesses do ser humano como ser criativo, que produza sua prática e não somente reproduza; ao planejamento participativo, à auto-organização e ao trabalho co-

letivo; ao trato intergeracional e resgate da cultura popular nacional; à inclusão social, na medida em que não se busca quem é o melhor, mas sim a participação efetiva e coletiva. Todos esses elementos são privilegiados no Programa Esporte e Lazer da Cidade e pontos centrais também no trato com a GG.

Assim, visualizamos a perspectiva de implantação da GG nos diferentes núcleos do Programa Esporte e Lazer da Cidade em funcionamento nos municípios, bem como a organização dos festivais de GG como possibilidade de trocas de experiência, de aglutinação, de intercâmbios culturais e que os festivais não sejam somente organizados para a comunidade, mas com a comunidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AYOUB, E. *Ginástica geral e educação física escolar*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.
- BRACHT, V. *Sociologia crítica do esporte: uma introdução*. 2 ed. Ijuí: Unijuí, 2003.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO ESPORTE. PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE. *Manual de orientação*. Disponível em: www.esporte.gov.br. Acesso em 15/08/2006.
- CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE GINÁSTICA. *Ginástica geral*. Disponível em: www.cbginastica.com.br. Acesso em 15/08/2006.
- MARCELLINO, N. C. *Lazer e educação*. 11.ed. Campinas, SP: Papirus, 2004.
- MELO, V. A.; ALVES JÚNIOR, E. D. *Introdução ao lazer*. Barueri, SP: Manole, 2003.
- OLIVEIRA, N. R. C.; DE LOURDES, L. F. C. *Ginástica geral na escola: uma proposta metodológica*. In: Revista Pensar a Prática. V. 7, n.2. Goiânia: Editora da UFG. pp. 221-228.
- SOARES, C. *Educação física: raízes européias e Brasil*. Campinas, SP: Papirus, 1994.
- _____. *Imagens da educação no corpo: estudo a partir da ginástica francesa no século XIX*. Campinas, SP: Papirus, 1998.
- SOUZA, E. P. M. *Ginástica geral: uma área do conhecimento da educação física*. Tese (Doutorado em Educação Física), Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: 1997.

Organização Social do Conhecimento: um Diálogo com a Educação Popular a partir de Paulo Freire

*Robson dos Santos Bastos**
*Zaira Valeska Dantas da Fonseca***

INTRODUÇÃO

Na atualidade, o desafio de desenvolver políticas públicas de lazer, que visem a superação de uma lógica funcionalista e compensatória e que se dirijam à edificação de um processo de emancipação dos sujeitos, tem colocado em foco o debate acerca da intervenção do Estado em uma perspectiva de animação sociocultural para transformação da realidade. Assim, compreende-se que tais políticas devem ter por objetivo a educação dos sujeitos para uma prática reflexiva e contextualizada e que, portanto, dependem da ação direta dos atores sociais que lidam com a população nos programas de lazer.

Diante disso, não se pode esquecer da necessária efetivação de uma prática educativa que leve a este contexto de transformação. Para tanto, é indispensável a construção de estratégias metodológicas no sentido da organização social do conhecimento em questão, no qual aqui propõe-se a Educação Popular.

A proposta desenvolvida nesta oficina está baseada na experiência vivida pelo governo democrático-popular na gestão das Políticas Públicas de Lazer, no período de 2000 a 2004, na cidade de Belém, através da Secretaria Municipal de Educação/Coordenadoria de Esporte, Arte e Lazer (SEMEC/CEAL). Aqui serão apresentados os resultados da aproximação entre os debates, que permearam a gestão, entre a construção do currículo na escola e a construção e organização de conhecimento nas políticas de lazer para a cidade. Será evidenciada, a constante troca de saberes entre a educação e o lazer ocorrida através do projeto político-pedagógico da Escola Cabana⁸⁹, levando-se em conta que os programas de lazer desenvolvidos pela CEAL integraram este projeto de educação.

Pretende-se com esta discussão possibilitar aos agentes do Programa Esporte e Lazer da Cidade o acesso ao conhecimento produzido pelos diversos atores sociais envolvidos nos programas da

* Professor de Educação Física pela Universidade do Estado do Pará, especialista em Pedagogia do Movimento Humano pela UEPA, professor da rede estadual de ensino e membro do Instituto Cabano de Assessoria e Pesquisa em Educação Popular.

** Professora de Educação Física pela Universidade do Estado do Pará, especialista em Lazer pela UFMG, professora da rede estadual e municipal de ensino e membro do Instituto Cabano de Assessoria e Pesquisa em Educação Popular.

⁸⁹ Projeto político-pedagógico desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação em Belém no período de 1997 a 2004, a Escola Cabana representa em seu nome um dos mais legítimos movimentos populares que marcaram o século XIX no Estado do Pará, o Movimento da Cabanagem, que tomou o poder do Estado proclamando o fim da escravidão e das injustiças sociais.

SEMEC/CEAL, ao desenvolverem uma proposta de educação pelo e para o lazer através da educação popular. É importante ressaltar que se trata de uma construção coletiva entre gestores, educadores e cidadãos, portanto, permeada por conflitos que tornam a experiência inacabada e em permanente construção, assim, deve ser interpretada não como uma receita, mas como uma possível alternativa para superação dos dilemas impostos à sociedade pelo neoliberalismo, principalmente, em relação às práticas de lazer dos cidadãos e cidadãs.

Por que Paulo Freire?

A escolha pela Educação Popular se faz na perspectiva de que esta nasce do anseio das classes populares por uma sociedade mais justa e igualitária e se coloca como “um processo de formação política, dado na luta organizada e intencional e na participação dos sujeitos em seu próprio processo de libertação” (FONSECA, 2004, p. 193). As diversas possibilidades construídas pelos movimentos sociais e por governos democrático-populares mostram que, mesmo com o avanço do modelo de dominação hegemônico, esta pedagogia ainda resiste:

Seu diferenciador básico, com relação a outras concepções educativas, embora desdobrado em inúmeras correntes, foi o de ser engajado teórica e praticamente em processos que visavam o aprofundamento da democracia substantiva, a emancipação subjetiva, cultural, política e econômica das classes subalternas e o seu protagonismo nesses processos (PALUDO, 2001, p.181-82).

A possibilidade de construção de consciência crítica, apreensão e transformação da realidade, o respeito à autonomia dos sujeitos, a reflexão crítica sobre a prática, a convicção de que a mudança é possível, a coragem de correr riscos e aceitar o novo, a rejeição a qualquer forma de discriminação de que fala Paulo Freire levaram à opção política pelo trabalho com a educação popular através do Tema Gerador⁹⁰. Visto como uma organização social para a efetivação dos princípios acima mencionados, acredita-se que o caminho proposto pelo viés do tema gerador possibilita ao conjunto de animadores socioculturais uma maior aproximação com a realidade concreta dos cidadãos e cidadãs, no sentido de provocar um permanente diálogo entre estes sujeitos, com fins à ampliação de seus olhares, construção de novas explicações para a realidade na qual estão imersos e

⁹⁰ Pedagogia desenvolvida por Paulo Freire, inicialmente, no processo de alfabetização de adultos a partir da década de 60.

utilização de seu potencial de intervenção para transformação dela. Desse modo, a Educação passa a ser compreendida como uma “forma de intervenção no mundo” (FREIRE, 1996, p.110), aproximando-se de outros setores, indo além dos muros escolares para ocupar os mais variados espaços, explorando assim seu caráter mobilizador e transformador.

Contudo, construir a Educação Popular cotidianamente requer compromisso com a necessidade de mudança e um esforço para superar antigas práticas pedagógicas que historicamente reproduzem os valores do modelo hegemônico, e é neste ponto que se enfatiza a importância de alguns princípios para a concretização dela: o animador sociocultural precisa ter a consciência de que sua *práxis* é um processo de luta e formação política para libertação da classe trabalhadora; que deve reconhecer os saberes advindos da experiência vivida da população, pois, todos sabem e é preciso garantir a dialogicidade entre o conhecimento popular e o conhecimento sistematizado; que o processo é construído com a população e não para a população, devendo esta participar em todos os momentos e se sentir sujeita na construção da mudança; que sua ação visa a ampliação do olhar dos sujeitos sobre sua realidade para que ele próprio e com o coletivo se engajem na sua transformação; que seu trabalho deve considerar as identidades dos sujeitos garantindo o respeito às diferenças de gênero, etnia, idade, grupo social, religião, etc.; e por fim que sua intervenção deve ser planejada, refletida e avaliada a todo instante, reconhecendo em si mesmo o inacabado.

No momento em que os indivíduos, atuando e refletindo, são capazes de perceber o condicionamento de sua percepção pela estrutura em que se encontram, sua percepção muda, embora isto não signifique, ainda, a mudança da estrutura. Mas a mudança da percepção da realidade, que antes era vista como algo imutável, significa para os indivíduos vê-la como realmente é: uma realidade histórico-cultural, humana, criada pelos homens e que pode ser transformada por eles. (FREIRE, 1997, p.50)

O ponto de encontro

Por que falar em educação durante estas reflexões acerca do Programa Esporte e Lazer da Cidade? Porque é preciso compreender que o lazer, mesmo tendo sido originado por um processo de controle social para fortalecimento do capitalismo, é um produto da cultura e pode tornar-se, neste contexto histórico, um espaço para a vivência lúdica e criativa de um conjunto de bens culturais produzidos pela humanidade, como a dança, a arte, o jogo, o esporte, a música, e

outros interesses culturais, que levem os sujeitos a ressignificarem suas práticas culturais.

Quando se fala em lazer na sociedade atual, fala-se em divertimento como entretenimento, tornando os indivíduos meros consumidores de cultura, onde a indústria cultural, através da cultura de massa, acaba por determinar hábitos, costumes, interesses, normas, dirigindo a vida em sociedade em consonância com valores que, na maioria das vezes, destoam de uma perspectiva de emancipação, principalmente, das classes populares. É de fundamental importância lembrar que, como afirmam Melo e Alves Junior (2003), a construção de novos valores e representações culturais se dão em um campo de tensões, por dentro de estruturas de poder da sociedade, portanto, sujeitas a "processos claros de intervenção".

Mas também se fala nas vivências de lazer enquanto possibilidades de espaços de produção cultural, onde a capacidade criativa, mobilizadora e transformadora do ser humano seja o foco maior, de o lazer ser um campo de participação crítica e reflexiva dos sujeitos na sociedade para produção de novas normas, valores, hábitos, enfim, de uma cultura da igualdade, solidariedade, coletividade. Isto somente é possível caso se fortaleça o potencial educativo do lazer, no sentido de este também ser, tal qual a educação, um espaço de intervenção no mundo, portanto, campo de luta das classes populares para conquista de novos direitos a partir da vivência do direito ao lazer.

Daí que as políticas públicas de lazer podem se apresentar como realidade revolucionária, quando ousam alimentar-se da realidade contraditória vivida pelos diversos atores sociais que compõem o cenário da cidade. O que significa dizer que, para além de construir espaços, equipamentos e desenvolver atividades de lazer, é preciso mergulhar, entender costumes, tradições e formas de sociabilidade diferenciadas mantidas pelos diversos grupos que se apropriam de espaços, "pedaços" da cidade. (MATOS, 2001, p.124)

Assim, não se pode desconsiderar o Programa Esporte e Lazer da Cidade, enquanto um importante contribuinte na reinvenção das práticas de lazer da população, tendo nas práticas pedagógicas de seus animadores socioculturais, uma das trilhas que levará ao lazer como sendo "um tempo privilegiado para a vivência de valores que contribuam para mudanças de ordem moral e cultural. Mudanças necessárias para a implantação de uma nova ordem social" (MARCELLINO, 1996, p.15). E é neste ponto que o Lazer e a Educação Popular se encontram, convivendo em uma teia de relações e articulações, com o propósito da transformação da sociedade capitalista.

A trilha

Construir, cotidianamente, práticas pedagógicas em acordo com os princípios discutidos anteriormente, requer o engajamento através da organização intencionada. Desse modo, ousa-se aqui apresentar uma possibilidade de intervenção pedagógica, sem a pretensão de tornar-se modelo, mas com intuito de pôr à disposição esta experiência vivida.

Momentos Pedagógicos para articulação entre teoria e prática via Tema Gerador:

a) Reflexão sobre a prática

É o momento de debate sobre os limites encontrados, sobre as superações construídas, momento de avaliação acerca das intencionalidades propostas nas atividades. Deve reunir todos os sujeitos envolvidos, gestores, animadores socioculturais, população participante, familiares, sociedade civil organizada. A análise é fundamental do ponto de vista de quem está promovendo a política, mas também do ponto de vista de quem está tomando parte dela. Nem sempre os interesses da população são os mesmos dos gestores, não se deve esquecer que não há um dono da verdade, mas que elas devem ser postas em conflito, num movimento dialético, para construção de novos saberes.

b) Investigação da realidade

Ocasão em que os animadores socioculturais mergulham na comunidade, buscando coletar elementos, informações, falas, objetivando conhecer a realidade das classes populares, a partir de suas formas de ser, viver e pensar o mundo. Visa a compreensão e a transformação da realidade, a ruptura com o monopólio do conhecimento, tornando o animador sociocultural um pesquisador permanente. Momento de voltar o olhar para realidade onde estão imersos os sujeitos participantes, onde:

O patamar necessário dessa capacidade de olhar está vinculado, na perspectiva que acreditamos, a um nível de consciência crítica da condição de "estar no mundo", de conscientização das condições de vida, trabalho, de lazer, das classes populares as quais trabalhamos. O olhar atento e crítico vai selecionar situações, buscando entrar na "teia" social que constitui as relações do grupo (SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO /RS, 2002).

c) Seleção das falas significativas

Nesta etapa, fica presente a preocupação com a sistematização dos dados da realidade, que se mostram através das falas da

população, fazendo emergir o pensar, suas explicações sobre o cotidiano vivido, seus desejos e sonhos. As falas significativas trazem à tona a consciência do sujeito sobre o mundo e é a partir delas que o animador sociocultural iniciará o diálogo com a realidade. Para tanto, é necessário que se selecionem falas que possibilitem perceber os conflitos e as contradições sociais; falas que sejam significativas do ponto de vista da comunidade; falas explicativas que extrapolem a simples constatação; falas que envolvam a coletividade; falas que originalmente aparecem tal qual foram ditas, sem a intervenção do pesquisador.

Também se propõe à construção de uma rede de relações entre as falas, optando-se por uma que identificaremos como o Tema Gerador, que evidenciará o ponto de partida para a compreensão da realidade, o senso comum que, impregnado de valores, crenças, atitudes e costumes, carrega em si um conteúdo cultural, que necessariamente deverá ser discutido e debatido, em diálogo com o contra-tema, a visão contextualizada, ampliada e relacionada da realidade.

d) Construção da rede temática

Aqui se pretende realizar um exercício de contextualização da realidade local, com os aspectos da realidade global. Um processo onde o animador sociocultural se debruça sobre a caracterização da estrutura social, cultural e econômica, sua organização, mecanismos de controle, aspectos da infra e macroestrutura que determinam as condições de vida dos sujeitos. Momento de identificar os segmentos sociais relacionados às falas, aos conflitos, às contradições, estabelecendo relações entre os elementos, advindos das falas significativas, que irão compor a rede.

e) Seleção dos conhecimentos e organização das programações

Partindo da problematização em rede, parte-se para o momento de problematização das falas a partir de questões geradoras, que levem à percepção da contradição social presente na fala, que apontem o limite da explicação para a realidade investigada, que levem à descoberta de novas explicações e apontem para construção de superações da problemática em questão. Também é o momento de definir os temas a serem trabalhados, provenientes dos debates sobre os elementos materiais, culturais, políticos, sociais presentes nas falas, escolhendo os conteúdos/interesses culturais do lazer que se identificam mais com os aspectos anteriormente caracterizados, para enfim dividi-los entre as diversas oficinas.

f) Organização metodológica das práticas/plano de ação das oficinas

São muitas as possibilidades de organização do trabalho pedagógico específico das oficinas, a organização das atividades. O que está se propondo aqui é uma organização que dialogue com todo o processo acima descrito e possibilite no dia a dia a permanência da atitude contextualizada e refletida dos animadores socioculturais. Assim, seguindo o proposto por Delizoicov (2000), indica-se a estrutura a seguir:

- Escolha da fala significativa da rede temática/quadro de programação;
- Definição da intencionalidade da ação;
- Problematização inicial: apreensão pelo educador do significado dado pelo sujeito às situações de seu cotidiano, momento de retorno da fala para os sujeitos da realidade investigada, as questões geradoras levantadas na etapa anterior dão origem ao debate;
- Organização do conhecimento: é dado como o momento de desenvolver uma compreensão científica das situações que estão sendo problematizadas. Dispor os conteúdos/ interesses do lazer em diálogo com a rede temática, para a ampliação, propriamente dita da visão dos sujeitos sobre a sua realidade;
- Aplicação do conhecimento: momento de articulação entre o conhecimento trabalhado e a capacidade dos sujeitos de ir aplicando os mesmos no cotidiano das situações problematizadas, momento de construção coletiva das possibilidades de intervenção na realidade investigada.

Busca-se com isso tanto a apreensão do trabalhador social sobre os significados dados pelos sujeitos, à realidade em foco, a partir da interpretação e imersão destes no contexto vivido, quanto a apreensão dos sujeitos participantes dos conhecimentos produzidos e sistematizados historicamente em torno do lazer, que auxiliem no processo de mudança social.

Considerações Finais

Os passos para a construção desta práxis social podem aqui ser resumidos em quatro importantes momentos para auto-organização dos sujeitos e comunidades onde estão inseridos: a investigação, a problematização, a sistematização e o plano de ação. Sendo os mesmos interdependentes e com o mesmo grau de importância, pois, a ação requer conhecimento, o conhecimento requer reflexão, a reflexão gera consciência, a consciência gera organização para transformação.

Não há pretensão desta pedagogia de tornar-se o único meio, aprisionando a criatividade dos sujeitos, mas de ser exemplo de que é na humanidade que se encontram as respostas para explicar o que é de fato e o que pode vir a ser a vida em sociedade. A experiência tentada torna-se mais significativa pela ousadia da tentativa, do que pelos resultados ainda incertos. Dessa forma os passos dados, independentemente de seus alcances, precisam ser considerados como importantes iniciativas para um contexto de mudança.

Ainda que as políticas implementadas não tenham se enraizado a ponto de tornarem-se parte do Estado, elas serão imprescindíveis para um futuro de igualdade e solidariedade, por isso governos comprometidos com o povo, não devem se furtar à ousadia e à luta permanente em suas ações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DELIZOICOV, D. *Dinâmicas da sala de aula – Momentos Pedagógicos*. In: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. *Eventos de Formação Continuada*. Belém, 2001.
- FONSECA, Z. V. D. *Práticas pedagógicas inovadoras: uma troca de olhares com a Assistência Social*. In: NEVES, Rosa Helena et al (orgs.) *A reinvenção do social: poder popular e política de Assistência em Belém*. Belém: Paka-Tatu, 2004, p.185-204.
- FREIRE, P. *Educação e Mudança*. 21 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997 – (Coleção Educação e Comunicação).
- _____. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 14 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. – (Coleção Leitura).
- MARCELLINO, N. C. *Estudos do Lazer: uma introdução*. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.
- MATOS, L. S. *Belém: do direito ao lazer ao direito à cidade*. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho (org.) *Lazer e Esporte : políticas públicas*. Campinas: Autores Associados, 2001, p.117-139.
- MELO, V. A.; ALVES JR, E. D. *Introdução ao Lazer*. Barueri, SP: Manole, 2003.
- PALUDO, C. *Educação Popular em busca de alternativas: uma leitura desde o campo democrático popular*. Porto Alegre: Tomo editorial; CAMP, 2001.
- SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO RS. *Caderno Pedagógico Pesquisa de Realidade e Construção Social do Conhecimento*. Porto Alegre, 2002. (Versão Preliminar).

A Arte Marcial do Teatro do Oprimido com a Representação do Esporte

Geo Britto⁹¹

Meu nome é Geo Britto, sou Curinga do Centro de Teatro do Oprimido, CTO-Rio. Numa única frase, escrevi coisas que certamente não são comuns ao meio esportivo: Curinga e Teatro do Oprimido. Afinal o que essas palavras têm a ver com esporte e por que este artigo nesta publicação?

Primeiro, o Teatro do Oprimido, metodologia teatral, que faz 50 anos agora em agosto de 2006, criada por Augusto Boal, dramaturgo e teatrólogo, é um conjunto de exercícios, jogos e técnicas teatrais que visam a desmecanização física e intelectual de seus praticantes e, a partir disso, a transformação da realidade.

Atualmente, está presente em mais de 50 países dos cinco continentes, do Moçambique aos Estados Unidos, da Índia à Austrália, do Brasil à Hong Kong.

Pode ser confirmado no sítio internacional do Teatro do Oprimido: www.theatreoftheoppressed.org.

O Centro de Teatro do Oprimido-CTO-Rio (www.ctorio.org.br), que tem direção artística de Boal, é a principal referência do Teatro do Oprimido no mundo. É um centro de pesquisa e difusão, que desenvolve metodologia específica do Teatro do Oprimido em laboratórios e seminários, ambos de caráter permanente, para revisão, experimentação, análise e sistematização de exercícios, jogos e técnicas teatrais. Nessas atividades, são elaborados e produzidos projetos socioculturais, espetáculos teatrais e produtos artísticos, tendo como alicerce a Estética do Oprimido. Projetos que estimulam a participação ativa e protagônica das camadas oprimidas da sociedade, e visam a transformação da realidade a partir do DIÁLOGO e através de meios estéticos.

Por acreditarmos que todo ser humano é teatro – “O ser torna-se humano quando descobre o teatro” *Augusto Boal* –, nós fazemos teatro o tempo todo. Quando vamos à igreja ou à praia, escolhemos diferentes roupas para diferentes locais; quando falamos com nosso pai, namorada ou amigo, falamos com diferentes palavras e formas; quando nos movemos em direção a A ou B numa festa, demonstramos diferentes interesses.

Ou seja, todo ser humano usa as mesmas ações de atores/

⁹¹ Centro de Teatro do Oprimido, CTO-Rio.

atrizes profissionais e mesmo que não tenha consciência disso o faz cotidianamente. Se conscientes disso poderíamos enxergar melhor as estruturas e relações de poder que nos rodeiam.

O Teatro do Oprimido procura estimular a conscientização e a transformação. Através do Teatro-Fórum, encenamos no presente o passado com o objetivo de mudar o futuro.

Atualmente, desenvolvemos projetos para capacitar pessoas a multiplicarem essa metodologia em diversas áreas como educação, saúde e direitos humanos, entre outras. Os profissionais se apropriaram da metodologia e a utilizam criando cenas teatrais sobre as suas próprias questões.

Não levamos peças prontas ou impomos as temáticas a serem teatralizadas, são os próprios profissionais ou o seu público alvo, alunos, professores, usuários de saúde mental, presos, agentes penitenciários, entre outros, que, através de improvisações baseadas nas opressões que vivem, montam espetáculos de Teatro-Fórum para realizar diálogos com a sociedade buscando possíveis alternativas.

O Curinga é o especialista em Teatro do Oprimido e responsável pelas oficinas de capacitação e multiplicação.

Em uma perspectiva inovadora, o Ministério do Esporte convidou o CTO para ministrar uma oficina no Encontro PELC.

O CTO já havia ministrado oficinas na cidade de Recife no mesmo programa e, devido ao sucesso, foi chamado agora para este Encontro Nacional de Agentes Sociais de Esporte e Lazer

Foi muito interessante o fato de eu ser responsável por essa oficina. Meu pai e meu irmão são professores de Educação Física, e eu sempre fui, de certa forma, um atleta. Fiz esporte de maneira amadora, mas permanente, seja jogando o velho e bom futebol, ou mesmo quando criança e até o início da juventude, praticando judô, ganhando algumas medalhas e, no basquete, sendo bicampeão de Brasília. Depois já no segundo grau e início da faculdade, praticando triatlo. Hoje, continuo de certa forma um desportista procurando fazer atividades físicas.

Mais do que nunca acredito que a mente é mudada a partir do momento que se pode mudar as práticas corporais. Isso altera as idéias e vice-versa. Mudando a mente também se estimula que se altere o corpo, que, ao se tornar mais dinâmico, acredito que também provoque maior dinamicidade na forma e possibilidade de pensar.

Assim, acredito que o teatro e o esporte mesmo diferentes na forma têm muitos objetivos comuns.

Em nossas oficinas, fazemos exercícios, jogos e técnicas numa linguagem muito similar à do esporte, mesmo que não sejam exercícios físicos. Porque, para mim, não existem exercícios que possam ser considerados somente “físicos”, pois quando se altera o movimento do corpo se exige dele maior flexibilidade, mobilidade, também fazendo o mesmo com nosso cérebro, provocando nossos neurônios e sinapses.

O brincar também é uma atividade que está muito associada tanto ao esporte quanto ao teatro. Muitas atividades esportivas começaram como “brincadeiras”, como o basquete. E várias brincadeiras são utilizadas nas aulas de educação física como esporte, como o famoso “queimado”. No teatro, da mesma forma, muitas pessoas costumam dizer que se sentem novamente como crianças ao fazerem os exercícios e jogos teatrais. Revivem momentos da infância quando podiam criar à vontade fazendo suas brincadeiras, até chegar um adulto para dizer que “acabou a brincadeira, agora é sério. Este sério é acabar com a criatividade e ter, geralmente, que passar a seguir e reproduzir as mesmas velhas e autoritárias estruturas.

Dessa forma, acredito na maravilhosa possibilidade do Teatro do Oprimido poder ser utilizado pelos agentes sociais de esporte e lazer, ativando dois potentes instrumentos de transformação: o esporte e o teatro.

Um pequeno exemplo foi essa oficina que realizei em Brasília, para 25 pessoas de todo o Brasil – do Pará ao Rio Grande do Sul, de Minas Gerais ao Distrito Federal –, abrangendo 12 estados.

Foram quatro horas de muitas descobertas e aprendizado, através da Oficina Demonstrativa de Teatro do Oprimido com exercícios das quatro categorias da metodologia.

A primeira – Sentir o que se toca: Com exercícios onde o corpo é estimulado a assumir posições que normalmente não faz no cotidiano, o que nos deixa “enferrujados” e limitados a fazer muito menos do que nosso corpo é capaz. Um motorista exercita durante quase todo dia seus braços e pés, mas muitas outras partes do corpo ficam subutilizadas. Este é o espírito dessa categoria, estimular cadeias musculares que estão esquecidas.

A segunda - Escutar o que se ouve: Ouvir é biológico e, mesmo se não queremos, se não taparmos o ouvido, ouviremos alguém que estiver falando ao nosso lado. Mas temos uma audição seletiva, não ouvimos uma amada namorada da mesma forma que escutamos um autoritário professor.

A terceira - Estímulo de vários sentidos: Exercícios feitos de olhos fechados para estimular e provocar nossos outros sentidos

que muitas vezes são renegados ou não valorizados ao priorizarmos a visão.

A quarta - Ver o que se olha: Pois olhar é a ação biológica. Quando nascemos vemos tudo, ou seja, acabamos não vendo nada, pois o bebê não faz distinção de altura, largura e profundidade. Aos poucos, vai reconhecendo as pessoas mais próximas, seus movimentos, cores e assim por diante. Mas depois acabamos deixando de ver aquilo que é mais importante, engolidos pela quantidade de imagens que nos bombardeiam e sem compreender ou saber focar o que seria mais importante.

Em seguida, os participantes da Oficina puderam começar a sentir o gosto do teatro, através de um jogo de criação de personagem denominado *As Duas Revelações de Santa Teresa*, onde em duplas os agentes tiveram a oportunidade de vivenciar diferentes personagens, desde pais e filhos até situações de sua própria realidade como monitor e aluno, coordenador e monitor. Todos com extrema desenvoltura. Por quê? Porque representaram personagens de sua própria realidade.

Depois fizemos uma demonstração da técnica do Teatro-Fórum com Os quatro que marcham e um que dança, para a compreensão de como montar uma cena baseada em fatos reais, na qual personagens oprimidos e opressores entram em conflito, de forma clara e objetiva, na defesa de seus desejos e interesses. Nesse confronto, o oprimido fracassa e o público é convidado, pelo Curinga (o facilitador do Teatro do Oprimido), a entrar em cena, substituir o Protagonista (o oprimido) e buscar alternativas para o problema encenado.

Então, o grupo se dividiu em dois, para que cada um criasse uma cena de opressão conforme o modelo do Teatro-Fórum. Os dois grupos apresentaram duas belas cenas muito parecidas, mas com perspectivas diferentes.

Na primeira cena, um grupo de rapazes joga futebol num campo comunitário. Chega o agente social de esporte e lazer com um grupo de mulheres e idosos e solicita que possam também utilizar o espaço, já que os rapazes jogavam seu futebol há horas. Os rapazes deixam claro que aquele campo é de macho, menina e velho não jogam. E falam para o agente levar seu grupo para a caixa de areia localizada ao lado do campo.

O agente ainda tenta argumentar, mas acaba perdendo e vai para a caixa de areia com seu grupo.

Está criado o conflito. O que fazer? O Curinga pergunta à plateia (formada pelo grupo que montou a outra cena) quem tem uma

idéia para modificar a situação, realizar o desejo do agente que é garantir um espaço para o seu grupo de meninas e idosos.

Devido ao tempo, limitamos a três intervenções que são sempre o mínimo que procuramos fazer mostrando que uma só intervenção, por melhor que seja, pode dar a idéia de que é a certa, a verdade. Se fazemos duas, pode haver a comparação sobre qual é a melhor. Com três, abre-se um leque de possibilidades indicando que pode haver muitas outras.

Na primeira, foi usado o argumento de que os idosos teriam muito a ensinar aos mais novos na comunidade e os rapazes contra-argumentaram que eles representam a própria comunidade quando vão jogar contra um outro time.

Em outra, houve a tentativa de negociar meio tempo para os dois.

Na terceira, iniciou elogiando o grupo de rapazes dizendo que, por eles serem tão bons, seria uma honra que eles pudessem ensinar os idosos. A partir daí, houve um avanço com o grupo de rapazes indicando a possibilidade de um dia específico eles poderem usar o campo.

A segunda cena foi sobre uma agente social de esporte e lazer que fazia sua atividade com um grupo de jovens da comunidade através de futebol com times mistos – meninos e menina. Nesse momento, chega sua coordenadora e diz que isto não era possível, não se pode misturar meninos e meninas. A agente tenta argumentar que a atividade é importante para o grupo, as próprias meninas colocam a importância e até os meninos defendem a integração. Mas não tem jeito, a coordenadora impõe seu desejo e obriga a agente a dividir os grupos, com os meninos jogando bola e as meninas jogando queimado.

Nas intervenções (Fórum), tivemos a primeira alternativa que bateu de frente com a coordenadora dizendo que ela não podia interferir na atividade e ponto final.

A coordenadora disse que ela sofreria conseqüências.

Na segunda, outra pessoa afirmou não ver problema, pois nessa idade meninos e meninas têm mais ou menos a mesma força e algumas meninas são até mais fortes que alguns meninos. E se o problema é se machucar, tanto o queimado como o futebol podem prejudicar meninos ou meninas.

A terceira intervenção foi considerada muito interessante ao argumentar com a coordenadora que o fato das meninas estarem jogando com os meninos era muito importante, já que elas eram, em sua maioria, vítimas de violência sexual e doméstica onde mui-

tos de seus algozes eram do sexo masculino. E o fato delas estarem realizando uma atividade conjunta com outros meninos era fundamental para o empoderamento delas em relação a eles, uma vez que elas tinham baixa auto-estima e uma sensação de fraqueza quando meninos se referiam a elas. Assim, num jogo de futebol onde acontecem situações de igualdade estariam ensaiando e desenvolvendo, direta ou indiretamente, artifícios de defesa e de empoderamento para lidarem com pessoas do sexo masculino.

Ao final, para mim e creio que para os agentes, ficou ainda mais clara a potencialidade que o Teatro do Oprimido e o esporte podem ter conjuntamente. Muitos agradeceram e até revelaram que não queriam fazer a oficina, foram lá dar uma olhada, mas acabaram sendo conquistados quando começamos a fazer os exercícios e jogos teatrais.

É a magia do teatro e do esporte, dois instrumentos dinamizadores de grandes emoções. Se os dois fazem seres humanos chorarem de alegria e tristeza, imagina o que podem fazer juntos.

Prestação de Contas

*Luiz Carlos Fonseca*⁹²

A base legal da Prestação de Contas está esculpida no art. 70, parágrafo único da Constituição Federal com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998.

Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, guarde, arrecade, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.

Prestação de Contas consiste no conjunto de documentos comprobatórios das despesas efetuadas. Todo gestor público é obrigado a prestar contas dos recursos recebidos, sob pena de aplicação das sanções previstas em lei e de comprometer o fluxo de recursos, mediante suspensão de transferências.

Cabe ao CONVENIENTE, por meio da documentação que constitui a Prestação de Contas, demonstrar a boa e regular aplicação dos recursos recebidos, em conformidade com o Plano de Trabalho aprovado pela CONCEDENTE e, exclusivamente, na execução do objeto previsto no convênio celebrado.

Assim, ao término da vigência do instrumento que efetuou a transferência de recursos, deve o responsável pela aplicação dos recursos adotar as medidas cabíveis com vistas à apresentação das contas, e, fundamentalmente, observar o que se segue (IN 01/1997, art. 7º).

Os elementos constantes da Prestação de Contas permitem à concedente avaliar a legalidade dos atos praticados e a comprovação do efetivo cumprimento do objeto. A legalidade e a comprovação compõem as linhas de análise das contas pela concedente e a constatação de irregularidades pode resultar na rejeição das contas e instauração da Tomada de Contas Especial encaminhada ao TCU para julgamento.

A Prestação de Contas divide-se em duas fases. A fase externa, cuja responsabilidade é do conveniente e consiste no preenchimento dos relatórios necessários à apresentação à concedente, juntamente com todos os documentos fiscais e documentação referente à execução do objeto, fotos, reportagens, filmes e qualquer outro instrumento de comunicação que comprove o atingimento das metas e etapas previstas no plano de trabalho.

⁹² Coordenador do Setor de Prestação de Contas do Ministério do Esporte.

A fase interna é a fase em que o concedente avalia se o objeto foi cumprido e analisa sob o aspecto contábil e financeiro a regularidade da aplicação dos recursos transferidos ao conveniente. Esta fase divide-se em duas etapas a saber: a análise técnica e a análise financeira.

A análise técnica formaliza-se por meio da emissão de parecer técnico que deve conter informações suficientes e precisas para uma perfeita e completa avaliação técnica da execução do plano de trabalho, visando o atingimento do objeto e propiciando uma análise precisa da Prestação de Contas.

Os principais itens a serem abordados no parecer técnico são:

- Inconsistências entre o plano de trabalho original e o efetivamente executado;
- Alterações ocorridas no decorrer da execução (aprovadas ou não);
- Ocorrências relatadas por fiscalizações realizadas no decorrer da execução;
- Compatibilidade dos custos envolvidos na realização do objeto em relação aos custos propostos;
- Ganhos efetivos para a comunidade, objeto da execução do trabalho;
- Eficácia das ações programadas no plano de trabalho;
- Resultados alcançados em relação aos programados.

O parecer financeiro é elaborado pela área financeira da entidade concedente e visa apurar a correta e regular aplicação dos recursos transferidos, tendo como base o parecer técnico e a documentação fiscal apresentada de acordo com os ditames da Instrução Normativa STN/MF nº 01/97.

No parecer financeiro, os seguintes itens devem ser abordados:

- Comparação entre os itens propostos e os efetivamente executados;
- Valores executados por itens X valores propostos;
- Idoneidade/validade dos documentos fiscais;
- Alterações do Plano de Trabalho;
- Aplicação dos recursos no mercado financeiro;

- Depósito da contrapartida na conta específica do convênio;
- Identificação dos pagamentos efetuados X saque na conta específica;
- Individualização de pagamentos efetuados a pessoas físicas;
- Execução da contrapartida;
- Processo licitatório;
- Vinculação dos pagamentos/despesas ao objeto a ser executado.

Além dos itens acima também são levados em consideração os seguintes aspectos:

- Que tipos de comprovantes de pagamento foram utilizados (TED, DOC, cheques, depósito identificado, etc.);
- Conteúdo dos documentos fiscais (descrição correta dos produtos e/ou serviços adquiridos);
- Pagamento de despesas alheias ao convênio;
- Pagamentos realizados fora da vigência do convênio;
- Comprovação de despesas com notas fiscais emitidas pelo próprio convenente;
- Se o objeto foi alcançado com a utilização parcial dos recursos (proporcionalidade);
- Se constam comprovantes de devolução de recursos ou aplicação financeira não utilizados.

São obrigações do convenente:

- Restituir à concedente os valores transferidos, atualizados monetariamente a partir da data do recebimento, acrescidos dos juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Nacional, quando não for executado o objeto, quando não for apresentada devidamente a Prestação de Contas, ou quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa daquela prevista no instrumento;
- Restituir saldo de recursos, inclusive os rendimentos de aplicação financeira, à concedente ou ao Tesouro Nacional, conforme o caso, quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do instrumento (Lei nº 8.666/1993, art. 116);

- Recolher à conta da concedente o valor correspondente a rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e a sua utilização, quando não comprovado o seu emprego na consecução do objeto, ainda que não tenha feito aplicação;
- Recolher à conta da concedente o valor, atualizado monetariamente, correspondente ao percentual da contrapartida pactuada, não aplicada na consecução do objeto do convênio.

O órgão concedente tem, a partir da data do recebimento da Prestação de Contas, 60 (sessenta) dias para se pronunciar sobre a aprovação ou não da Prestação de Contas apresentada, sendo 45 (quarenta e cinco) dias para o pronunciamento da unidade técnica responsável pelo programa e 15 (quinze) dias para o pronunciamento do ordenador da despesa (IN STN 01/1997, art. 31).

Os documentos referentes às despesas devem ser mantidos em arquivo em boa ordem, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da aprovação da Prestação ou Tomada de Contas, do gestor do órgão ou entidade concedente, relativa ao exercício da concessão (IN STN 01/1997, art. 30, §2º).

Além disso, a Lei nº 8.443/1992 (Lei Orgânica do TCU), em seu art. 87, assegura o livre ingresso em órgãos e entidades sujeitos à jurisdição do TCU e acesso a todos os documentos e informações necessários à realização de seu trabalho.

A falta de apresentação da Prestação de Contas no prazo regulamentar implica na instauração de tomada de contas especial, o que, além das sanções aplicadas ao gestor, resulta em impedimento do recebedor dos recursos de beneficiar-se de novas transferências.

A autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deverá imediatamente adotar providências com vistas à instauração da tomada de contas especial para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano nos seguintes casos (Lei nº 8.443, de 16/07/92, art. 8º):

- a) Diante da omissão no dever de prestar contas;
- b) Da não comprovação da aplicação dos recursos repassados pela União;
- c) Da ocorrência de desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou

valores públicos; ou

- d) Da prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao Erário Público.

Em caso de denúncia, conclusão, rescisão ou extinção do instrumento, os saldos devem ser devolvidos, em no máximo 30 (trinta) dias, sob pena de instauração de Tomada de Contas Especial (Lei nº 8.666/1993, art. 116, § 6º).

A apresentação da Prestação de Contas final à concedente deverá ser até 60 (sessenta) dias após o término da vigência estabelecida em cláusula própria do convênio (Inciso VIII do art. 7º e § 5º do art. 28 da IN STN 01/97).

Caso o beneficiário não apresente as contas no prazo previsto, será concedido o prazo de 30 (trinta) dias para a apresentação ou recolhimento dos saldos, incluídos rendimentos da aplicação no mercado financeiro, à conta da entidade repassadora. Após esse prazo, se não cumpridas as exigências ou se existirem evidências de irregularidade de que resultem prejuízo ao Erário, o órgão de contabilidade analítica instaurará a competente Tomada de Contas Especial (IN STN 01/1997, art. 31, §§ 4º, 7º e 8º).

A Prestação de Contas parcial/final será analisada na unidade técnica responsável pelo programa que emitirá parecer sobre os seguintes aspectos:

- Técnico: Quanto à execução física e atingimento dos objetivos do convênio, podendo o setor competente valer-se de laudos de vistoria ou de informações obtidas junto a autoridades públicas do local de execução do convênio;
- Financeiro: Quanto à correta e regular aplicação dos recursos do convênio.

Aprovada a Prestação de Contas parcial/final, o Ordenador de Despesas fará o registro da aprovação no cadastro de convênio do SIAFI, fazendo constar do processo declaração expressa de que os recursos transferidos tiveram boa e regular aplicação e a encaminhará ao órgão de contabilidade analítica, o qual a examinará e, constatando a sua legalidade, efetuará o registro de homologação no SIAFI.

Constatada irregularidade ou inadimplência na apresentação de contas parcial, o Ordenador de Despesas suspenderá imediatamente a liberação de recursos e notificará o conveniente dando-lhe o prazo de 30 (trinta) dias para sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

Decorrido o prazo da notificação, sem que a irregularidade tenha sido sanada, ou adimplida a obrigação, o Ordenador de Despesas comunicará o fato, sob pena de responsabilidade, ao órgão integrante de controle interno a que estiver jurisdicionado e providenciará, junto ao órgão de contabilidade analítica, a instauração de Tomada de Contas Especial e registrará a inadimplência no cadastro de convênio do SIAFI;

Se a Prestação de Contas final não for aprovada e exauridas todas as providências cabíveis, o Ordenador de Despesas registrará o fato no cadastro de convênio do SIAFI e encaminhará o processo ao órgão de contabilidade analítica a que estiver jurisdicionado, para instauração de Tomada de Contas Especial e demais medidas de sua competência, sob pena de responsabilidade.

Prestação de Contas parcial

A Prestação de Contas parcial consiste na documentação a ser apresentada para comprovar a execução de uma parcela recebida (em caso de três ou mais parcelas) ou sobre a execução dos recursos recebidos ao longo do ano.

Quando a liberação dos recursos ocorrer em três ou mais parcelas, a Prestação de Contas parcial referente à primeira parcela é condição para a liberação da terceira; a Prestação referente à segunda, para liberação da quarta, e assim sucessivamente (IN STN 01/1997, art. 21, § 2º).

Conforme estabelece o art. 32 da IN STN 01/97, a Prestação de Contas parcial deverá conter:

- Relatório de execução físico-financeira (art. 28, inciso III, IN 01/97);
- Demonstrativo da execução da receita e da despesa, evidenciando os recursos recebidos em transferência, a contrapartida, os rendimentos auferidos da aplicação dos recursos no mercado financeiro, quando for o caso, e os saldos de recursos não aplicados (art. 28, inciso IV, IN STN 01/97 - vide Anexo IV);
- Relação de pagamentos (art. 28, inciso V, IN 01/97);
- Relação dos bens adquiridos, produzidos ou construídos com recursos da União (art. 28, inciso VI, IN STN 01/97);
- Extrato da conta bancária específica do período que se estende do recebimento da primeira parcela até o último pagamento e, se for o caso, a conciliação bancária (inciso VII,

art. 28, IN STN 01/97);

- Cópia do termo de aceitação definitiva da obra, quando o objeto do convênio for a realização de obras ou serviços de engenharia (art. 28, inciso VIII, da IN STN 01/97 - vide Anexo VIII); cópia do despacho adjudicatório e homologação das licitações realizadas ou justificativa para a sua dispensa ou a sua inexigibilidade, conforme o caso, com o respectivo embasamento legal quando o conveniente pertencer à Administração Pública (art. 28, inciso X, IN STN 01/97).

No caso dos instrumentos de transferências referentes ao atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, médica e educacional, além das peças citadas, deve ser apresentado, mensalmente, relatório de atendimento, que é condição indispensável à liberação das parcelas (IN STN 03/1993, art. 20).

Prestação de Contas final

A Prestação de Contas final constitui-se na documentação comprobatória da despesa, apresentada à unidade concedente ao final da vigência do convênio. O prazo para a apresentação da Prestação de Contas à unidade concedente é de até 60 (sessenta) dias após o término da vigência do convênio. (IN STN 01/1997, art. 28, § 5º).

A Prestação de Contas final do total dos recursos recebidos deve ser constituída de relatório de cumprimento do objeto, acompanhada dos seguintes documentos (IN STN 01/1997, art. 28):

- Plano de trabalho ou atendimento;
- Cópia do termo firmado, com indicação da data de sua publicação;
- Relatório de execução físico-financeira;
- Demonstrativo da execução da receita e da despesa, evidenciando os recursos recebidos em transferência, a contrapartida, os rendimentos auferidos na aplicação dos recursos no mercado financeiro, quando for o caso, e os saldos;
- Relação de pagamentos;
- Relação dos bens adquiridos, produzidos ou construídos com recursos da União;
- Extrato da conta bancária específica, no período que se estende do recebimento da primeira parcela até o último paga-

mento e, se for o caso, a conciliação bancária;

- Cópia do termo de aceitação definitiva da obra, quando o objeto visar a realização de obra ou serviço de engenharia;
- Comprovante de recolhimento do saldo de recursos à conta indicada pela concedente, ou DARF, quando recolhido ao Tesouro Nacional;

Obs.: A IN 0197 necessita de atualização tendo em vista a implantação da GRU para recolhimento de saldos ou devoluções.

- Cópia dos despachos adjudicatório e homologatório das licitações realizadas ou justificativa para a sua dispensa ou a sua inexigibilidade, com o respectivo embasamento legal.

Com a edição do Decreto nº 5.504, de agosto de 2005, estabelecendo a obrigatoriedade da utilização do pregão, preferencialmente na forma eletrônica, para entes públicos ou privados, na contratação de bens e serviços comuns, realizados em decorrência de transferências voluntárias de recursos públicos da União, decorrentes de convênios, bem como sua regulamentação através da Portaria Interministerial nº 217, de 31 de julho de 2006, será necessária a apresentação de documento que comprove, por ocasião da Prestação de Contas, que o conveniente realizou tal pregão. É nosso entendimento que a comprovação requerida poderá ser efetuada mediante encaminhamento da ata a ser lavrada por ocasião do pregão.

Módulo III

Tópicos Operacionais do Programa Esporte e Lazer da Cidade

Controle Social no Programa Esporte e Lazer da Cidade

Cláudia Regina Bonalume⁹³

Controle social sobre as políticas públicas é um tema que vem sendo muito debatido em áreas como saúde, assistência social e educação, principalmente a partir da década de 80 e, mais especificamente no Brasil, da constituição de 1988. No tocante às políticas públicas de esporte e lazer, falar em controle social ainda significa falar de experiências pontuais que estiveram ou estão em construção e, na maior parte dos casos, encontram dificuldades no que diz respeito às possibilidades de aprofundamento e, especialmente, de continuidade.

Longe de ter a pretensão de definir como o tema deve ser tratado no Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), o texto se propõe a trazer algumas referências, problematizações e hipóteses que venham a contribuir com o debate e, quem sabe, estimular o aprofundamento da relação entre o Programa e a população envolvida.

Observando-se o processo histórico, é possível perceber que o conceito de controle social vem evoluindo: o Estado controla a sociedade; a sociedade apenas contempla o Estado; a sociedade combate o Estado; a sociedade participa das decisões do Estado.

Para desencadearmos o debate acerca de como se dá esta participação no PELC, lançamos algumas questões:

- De que forma a sociedade civil pode interagir com o PELC?
- Que aspectos ainda dificultam uma efetiva implementação da participação da população na formulação, implementação e avaliação do PELC?
- Como ampliar o controle social, incluindo a população envolvida em todas as fases do processo?

O controle social no processo histórico mais recente

Podemos citar, no mínimo, três importantes conquistas da cidadania referentes à questão legal, nos três últimos séculos: no século XVIII, os direitos civis; no século XIX, os políticos; e no século XX, os sociais.

⁹³ Professora de Educação Física, especialista em Educação do Movimento, secretária municipal de Esporte e Lazer de Caxias do Sul 2003-2004, atualmente chefe de gabinete da Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer, Ministério do Esporte. E-mail: claudia.bonalume@esporte.gov.br.

O sistema liberal produziu um enorme distanciamento entre governantes e governados, ao defender a tese da necessidade de uma burocracia estatal especializada, a fim de decidir sobre questões complexas para as quais o cidadão não é considerado preparado.

A crise do capitalismo contemporâneo e a derrocada do Leste Europeu, nos anos 80, abriram espaço para a emergência das teses neoliberais de desmonte do Estado enquanto instância mediadora da universalização dos direitos e da cidadania. No caso do Brasil, as conseqüências mais visíveis foram o acirramento das desigualdades, a redução dos direitos sociais e trabalhistas, o aprofundamento dos níveis de pobreza e exclusão social, o aumento da violência e o conseqüente agravamento da crise social.

Com a intensificação do debate a respeito das políticas públicas, especialmente de cunho social, como o esporte e o lazer, dá-se início ao questionamento acerca do padrão histórico que caracterizou a implementação das mesmas até então (seletivo, fragmentado, excludente e setorizado), bem como da necessidade de democratização dos processos decisórios.

Assim, a década de 80 foi extremamente contraditória, pois configurou um período de aprofundamento das desigualdades sociais e, ao mesmo tempo, foi palco de avanços democráticos sem precedentes na história da política brasileira. A sociedade vivenciou, com o fim do regime ditatorial instaurado em 1964, um processo de democratização política, acompanhado de uma profunda crise econômica que persiste até hoje. A década ficou marcada pela participação como fato inédito na história. Movimentos sociais e populares criaram e ampliaram o espaço público e a democracia assumiu um lugar central no campo político a partir deste período.

É neste cenário que a discussão das políticas sociais entra na pauta, introduzindo oportunidades que, aos poucos, estimulam a participação de segmentos organizados da sociedade civil na formulação, gestão e controle social das políticas públicas.

A concepção de gestão burocrática defende a centralização do poder e a busca de soluções homogêneas para cada problema administrativo, porém, na atualidade, as questões que envolvem as políticas públicas exigem, cada vez mais, soluções diversificadas e criativas. A burocracia centralizada não dá conta de lidar com o conjunto das informações necessárias para resolver questões como criação e execução de políticas nas áreas sociais, ambientais e/ou culturais. Desta forma, o conhecimento acumulado pelos atores sociais passa a ser elemento importante inclusive na solução dos problemas de gestão.

A constituição de 1988 permitiu a incorporação de novos elementos culturais da sociedade, abrindo espaço para a prática da democracia participativa. O processo representou, no plano jurídico, a promessa de afirmação e extensão dos direitos sociais, ao estabelecer mecanismos de democracia direta como plebiscitos, referendos, projetos de iniciativa popular e conselhos de gestão setorial.

O controle social aparece inscrito na constituição com o sentido de participação da população na elaboração, implementação, fiscalização e avaliação dos resultados alcançados pelas políticas públicas. Para tal, precisa ser tratado como um processo contínuo e em permanente construção.

Mais especificamente no tocante ao esporte e ao lazer, a ruptura com a tutela do Estado sobre o esporte brasileiro passou a se concretizar no momento em que a referida Constituição tratou-o como "direito de cada um", garantiu autonomia às entidades e associações e colocou o lazer entre os direitos sociais (Título II, Capítulo II, artigo 6º). No que diz respeito à formulação de ações, encontramos no Título VIII, Capítulo III, Seção III, no Artigo 217, no 3º Parágrafo do Item IV: "O Poder Público incentivará o lazer como forma de promoção social."

Cabe fazer uma ressalva, que não vamos aprofundar aqui, ao caráter assistencialista, utilitarista e descomprometido ainda fortemente presente no texto da Constituição, no que diz respeito às políticas de lazer.

Com relação à descentralização das políticas públicas, importantes dispositivos foram definidos no sentido da criação de um novo pacto federativo. O Município passou a ser tratado como ente autônomo da Federação, transferindo-se, para o âmbito local, novas competências e recursos públicos com o objetivo de fortalecer o controle social e a participação da sociedade civil nas decisões políticas. Áreas como educação, saúde e assistência social já garantiram importantes conquistas neste sentido, uma vez que com a Constituição veio a regulamentação desta participação.

A história do esporte e do lazer acompanha a história da sociedade e, no caso do Brasil e do esporte, com forte presença do Estado brasileiro em suas questões. Além dos aspectos legais ocorridos no século XX, o processo de urbanização vivido pela sociedade brasileira no mesmo período criou necessidades e levou a população a começar a reivindicar, junto aos governantes, políticas públicas de esporte e lazer.

Refletindo acerca da democracia

A democracia é frágil como prática pela própria natureza de sua proposta: limitar e controlar o poder dos poderosos (COSTA, in Bravo & Pereira, 2002).

A democracia tem sua origem em movimentos que questionam as práticas sociais de exclusão, através de ações que geram novas formas de controle dos cidadãos sobre o governo.

Procurar desenvolver uma cultura de participação da sociedade na atual estrutura mundial é um trabalho difícil, pois significa atuar contra o individualismo possessivo e mercantilista que o neoliberalismo tem implementado. A globalização também atua como ameaça à democracia por alimentar a tensão permanente entre a prática política de movimentos populares e associações civis e os obstáculos criados pela institucionalidade com sua tendência de fazer prevalecer suas práticas.

Processos e meios pacíficos de controle ou ajustamento social pelos quais o Estado leva os membros da sociedade a adotarem comportamentos, idéias, relações e políticas competitivas com a lógica do sistema social do qual fazem parte (PEREIRA, 2002).

O Estado democrático precisa aprender a conviver com a participação da sociedade nos fóruns de discussão sobre decisões de interesse geral, sem abdicar de seu compromisso com o bem-estar dessa sociedade. Para isso, cabe ao Poder Público buscar a integração entre planejamento central, exercido pelo Estado, e controle democrático, exercido pela sociedade, uma vez que a participação é concebida como gestão coletiva das políticas, desde o planejamento, a fiscalização até a avaliação.

Ao tentarmos definir o que seria participar das decisões, encontramos diversas afirmações que se complementam:

- Autogovernar-se;
- Aprender a distinguir entre seus interesses pessoais e o interesse público;
- Cumprir as decisões das quais participou;
- Cooperar;
- Educar-se pela liberdade;

- Educar-se para a vida pública.

Desta forma, tudo indica que o procedimento democrático tem que ser um exercício coletivo de poder político, baseado em um processo livre de apresentação de razões entre iguais.

Nas democracias, o Estado precisa estar voltado para o agenciamento da vontade geral, para o interesse público e não para determinados grupos que estão no poder ou mesmo que são parceiros para que este poder se mantenha.

A importância da participação é reconhecida pela maioria dos autores e mesmo governantes, o que é questionado é sua viabilidade técnica e as formas de operacionalização, dada a magnitude, complexidade e burocratização dos sistemas políticos contemporâneos. Surge, então, a necessidade de criar e institucionalizar procedimentos democráticos viáveis.

Quando falamos em democratização, estamos tratando de um processo e não de um estado, processo este que deve articular os mandatos executivos e representativos com formas efetivas de deliberação em nível local. População e gestores devem estar juntos desde a elaboração das regras da participação que devem ser integradas e avaliadas, permanentemente, para evitar que sejam transformadas em processos de controle social organizados de cima para baixo, fazendo prevalecer os interesses de uma minoria.

A democracia participativa exige transparência entre a ação política e o resultado. Essa transparência depende da gestão eficaz das ações, da sua relação com os resultados e da capacidade de retorno das estruturas de delegação e representação, enquanto a intensidade da participação depende do desenho institucional e das regras de funcionamento das instâncias participativas.

A gestão eficaz das ações de participação depende de fatores como frequência, organização, duração dos encontros, acessibilidade, relação entre o investimento nas ações de participação e os resultados, entre outros.

A participação requer oportunidades igualitárias de acesso à informação e de capacitação, para que as discussões sejam feitas entre pessoas com entendimento claro das questões para a construção de alternativas e decisões que contribuam para o avanço coletivo.

Se a informação é imprescindível no processo de democratização, cabe aos gestores investirem no acesso à mesma, na sua difusão e inteligibilidade, ou seja, garantirem que a informação disponível seja informação acessível e não tão técnica que não possa ser compreendida pela população.

A ampliação da democracia para além da atuação das instituições requer também iniciativas dos atores sociais para transformar demandas e reivindicações particulares em questões coletivas capazes de se tornarem políticas públicas.

O poder é produto da capacidade humana de agir no espaço público e, através de suas ações, representar não apenas desejos individuais, mas aspirações coletivas expressadas pelos movimentos sociais e demais entidades da sociedade (BEZERRA, 2005).

Para avançar na construção de uma sociedade na qual todos se reconheçam e se respeitem como iguais, porque são cidadãos, é imprescindível a junção da democracia representativa a mecanismos que permitam a participação direta, como o OP (Orçamento Participativo), as conferências, as plenárias temáticas, as audiências públicas, os congressos, etc.

É mais difícil praticar a democracia direta, uma vez que não é possível colocar os usuários permanentemente envolvidos na discussão da política pública em questão, porém em determinadas circunstâncias é possível e muito importante.

Quanto menor for uma unidade democrática maior será o potencial para a participação cidadã e menor será a necessidade para os cidadãos de delegar as decisões de governo para os seus representantes. Quanto maior for a unidade, maior será a capacidade para lidar com problemas relevantes para os cidadãos e maior será a necessidade dos cidadãos de delegar decisões para os seus representantes (DAHL, 1998: 110, apud Santos 2002).

Falar em representação significa considerar, no mínimo, três escalas: a da autorização, via representação; a da identidade; e a da prestação de contas.

A tensão entre democracia participativa e representativa parece fazer parte constitutiva das democracias modernas, uma vez que a expansão de qualquer uma delas implica a redução da outra.

É possível combinar estas duas formas de democracia em articulação profunda se houver coexistência e complementaridade, ou seja, convivência de diversas práticas, organização administrativa e variação de formas de gestão, com o reconhecimento, pelos gestores, de que a participação, o controle social sobre o que é público e as deliberações coletivas podem substituir boa parte do processo de

representação e deliberação.

Só esta articulação poderá viabilizar um processo de democracia participativa, coibir práticas clientelistas-patrimonialistas, construir políticas públicas que contribuam para reverter a desigualdade e afirmar direitos.

É importante transformar as práticas locais de democracia, por mais simples que sejam, em elos de redes e movimentos mais amplos e, conseqüentemente, com mais capacidade de transformação, pois estes permitem a aprendizagem recíproca e contínua, considerando que não existem soluções que sejam válidas para qualquer contexto. Não se deve confundir o valor intrínseco da democracia com uma mera utilidade instrumental ou estaremos criando uma caricatura de democracia.

Existem barreiras à participação que impedem a acessibilidade, principalmente dos setores populares mais carentes e menos organizados, que têm dificuldades em participar. Para superá-las, é preciso investir no cidadão, construir formas de ação que facilitem a participação dos que mais precisam dela, combater os fatores que são indicados como nocivos à democracia: a burocratização, o clientelismo, a instrumentalização partidária, a manipulação das pessoas e/ou instituições participantes.

Para evitar os riscos oferecidos por estes fatores, a formação e a reflexão permanentes são indispensáveis. É preciso assegurar e fomentar o pluralismo e a tolerância nas diversas ações participativas, sem os quais a democracia participativa definha.

Podemos dizer que a distinção entre democracia como ideal e democracia como prática é a diferença entre o que se realiza e o que se deseja. É preciso buscar o que é possível, indo além do que existe na realidade atual.

Segundo Paulo Freire, uma proposta de trabalho democrático exige conhecimentos organizados, mas não cabe em pacotes pre-determinados, está em constante processo de descoberta, ou seja, é necessário refletir sobre a própria situacionalidade, na medida em que, desafiados por ela, agimos sobre ela de forma crítica. Os homens são porque estão em situação. Pensá-la é pensar a própria condição de existir.

Institucionalizar a democracia é um processo de construção e depende do que Paulo Freire denomina "paciência histórica".

O controle social nas políticas públicas de esporte e lazer

Embora o esporte e o lazer ainda não tenham garantido avan-

ços na legislação federal, com extensão a estados e municípios, que resultem na criação de conselhos e no repasse de recursos para estas políticas, como já ocorre em áreas como saúde, educação e assistência social, em alguns locais do país, esta organização já se dá como resultado da mobilização e participação popular.

Quando aproximamos mais a expressão participação popular do Programa Esporte e Lazer da Cidade, podemos afirmar que ela visa:

- Priorizar a participação ativa da população;
- Valorizar as manifestações esportivas de nossa cultura, buscando ampliá-las qualitativamente;
- Efetivar a apropriação de sua prática, de sua assistência e de seu conhecimento;
- Garantir o esforço de mobilização, organização e capacitação da população em busca da co-gestão entre grupos comunitários e o grupo gestor, na prática de lazer e, conseqüentemente, da autonomia.

Ou seja, construir o que Marcellino (1994) chamou de autonomia compartilhada:

As pessoas atuam como sujeitos nas suas comunidades, redefinindo sua existência e participando na construção de políticas públicas capazes de garantir a cidadania.

O PELC é feito por diversos atores que, no dia a dia, desenvolvem inúmeras ações voltadas ao público diretamente ligado a ele. Cada uma dessas iniciativas tem seu mérito e precisa ser valorizada, respeitando-se o papel, a ideologia e o espaço.

No intuito de garantirmos a participação e a construção coletiva, temos a ação comunitária como alternativa imprescindível para dar ao Programa um tratamento especial, que priorize a participação ativa da população e, sobretudo, valorize as manifestações esportivas de nossa cultura, buscando ampliá-las qualitativamente e garantir a apropriação de sua prática, de sua assistência e de seu conhecimento.

A inserção de sujeitos coletivos no processo de construção/realização transforma o lazer em veículo e objeto da cidadania, conquista e vivência do espaço público compartilhado, quando permite aos mesmos desvelar condições possíveis para superar a visão de lazer como produto de consumo, meio de conformismo e instrumen-

to de alienação.

A ação comunitária é uma alternativa operacional no PELC, entendida como esforço de mobilização, organização e capacitação da população em busca da co-gestão entre grupos comunitários e o poder público, na prática de lazer e, conseqüentemente, da autonomia. Para que essa ação gere as transformações desejadas, é preciso valorizar a participação consciente, crítica e criativa do sujeito no lazer. Esse processo geralmente passa por três etapas: a primeira é a de despertar a consciência para a necessidade de mudança; a segunda, transformar a necessidade em disposição e ação propriamente dita; e, como terceiro passo, provocar mudanças cognitivas, de ação, de comportamento e, enfim, de valores.

A educação popular mudou a ética de se fazer ciência, ou seja, primeiro a experiência e depois a conceitualização. Todo processo de conhecimento se dá dentro dessa ótica. O povo passa o conhecimento pelas mãos, pela vida, enquanto nós passamos pela área intelectual e racional (PEREIRA, 1996).

Podemos apontar como pontos chaves do trabalho comunitário: confiança mútua, clareza nos objetivos e disponibilidade de trabalhar com a comunidade e não para ela. Assim, uma alternativa de ação comunitária leva em conta a necessidade do conhecimento da realidade, dos interesses e aspirações de determinada população; a participação efetiva desta população no planejamento, organização, realização e avaliação das ações; e a integração com órgãos e instituições.

Algumas propostas, que se dizem comunitárias, mas se furtam dos princípios essenciais desse processo, reduzem a participação à mão-de-obra barata, explorada, que legitima a retirada do gestor através de uma falsa autonomia da sociedade. É preciso perceber que a verdadeira mobilização acontece quando a comunidade envolvida decide e atua com um objetivo comum para a solução dos problemas ou dos desafios que se apresentam, envolvendo mudança de valores e atitudes.

O profissional, neste trabalho, é educador social, dialógico, problematizador. Seu conteúdo é a devolução organizada, sistematizada e acrescentada, à sociedade, daqueles elementos que esta lhe entregou de forma desorganizada. Seus parceiros são as pessoas da comunidade dispostas a trabalhar como multiplicadoras, permitindo a ampliação da ação.

Desenvolver um Programa voltado para a maioria da popula-

ção, ampliando os espaços de participação da cidadania, criando canais de comunicação entre população e grupo gestor, estabelecendo novas relações e tratando o esporte e o lazer com novas perspectivas e possibilidades, é uma tarefa que exige muito mais que boa vontade dos executivos locais.

Mais do que oferecer atividades, o PELC visa criar condições para que o lazer passe a ser um valor indispensável na vida das pessoas, mudando a qualidade dessa vida e fazendo com que a população passe a buscar este direito, junto ao Poder Público.

Considerações Finais

A democratização do PELC exige abertura de canais de participação acompanhados pela crescente organização da população envolvida e apropriação dos diversos espaços de discussão. Para que isso ocorra, é imprescindível a consolidação de modelos de gestão que combinem democracia direta com democracia representativa, eficiência administrativa e qualificação das atividades.

Para alterar a tendência histórica de subordinação da sociedade civil ante ao Estado, é preciso que se permita e se estimule a atuação da população como interlocutora, dotada de representatividade e legitimidade, no processo de encaminhamento e tomada de decisões. Trata-se da construção de uma nova cultura política que consolide a participação da sociedade civil na gestão das políticas públicas em geral.

As experiências de controle social precisam permitir a aprendizagem fundamental de uma dada consciência democrática de valorização da participação ativa, que ajude e/ou estimule os gestores a se voltarem para os interesses dos setores populares, socialmente construídos. Trata-se do avanço da tradição autoritária para uma concepção democrática de esfera pública.

É a devolução da palavra e da ação a quem a história sonou o direito de constituir-se como sujeito na sociedade brasileira (RAICHELIS, 2000).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Z. W.; FRATI, M. (org.) *Democratização do Parlamento: alargando fronteiras da representação da participação popular*. Fundação Perseu Abramo, SP, 2005.

BEZERRA, F. *Cidadania, participação e parlamento*. In ABRAMO, Zilah Wendel e FRATI, Mila (org.) *Democratização do Parlamento*:

- alargando fronteiras da representação da participação popular.* Fundação Perseu Abramo, SP, 2005.
- BONALUME, C. R. *Políticas Públicas de Esporte e Lazer em Caxias do Sul: uma vivência construída coletivamente*, in Revista Participe, ano 5 n 8/9, 2005, Ed. Unijuí, Ijuí.
- COSTA, V. M. R. *Teoria Democrática e Conselhos de Política Social*, in BRAVO, Maria Inês & PEREIRA, Potyara A. P., (org.) *Política Social e Democracia*. RJ, Ed. Cortez UERJ, 2002.
- DOWBOR, L. *Governabilidade e descentralização*. In: Revista São Paulo, in Perspectiva, v.10, nº3, jul-set/1996.
- DUMAZEDIER, J. *Lazer e Cultura Popular*. 2000, Sp. Ed. Perspectiva.
- FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. 12 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- _____. *Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação*. In BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Pesquisa Participante*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- MARCELLINO, N. C. (Org.) *Políticas Públicas Setoriais de Lazer: o papel das prefeituras*. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.
- _____. *Capacitação de Animadores Socioculturais*. Campinas, UNICAMP, FEF, DEL; Brasília, D.F.: MED, SEED, PFDC, 1994.
- MOORE, R.; COSCO, N. *Vidas ricas em bairros pobres*. In: *Lazer numa sociedade globalizada*, São Paulo, SESC, 2000. 267 p.
- PEREIRA, P. A. P. *Necessidades Humanas: subsídios à crítica do Mínimos Sociais*. SP, Ed. Cortez, 2000.
- RAICHELIS, R. *Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social: caminhos da construção democrática*. SP. Ed Cortez, 2000, 2 ed.
- SANTOS, B. S. (Org.) *Democratizar a Democracia, os caminhos da democracia participativa*. Civilização Brasileira, RJ, 2002.
- TORRES, J. C. *Políticas públicas e sociedade civil. Sociedade civil como recurso gerencial*. in Rev. Serviço Social e Sociedade, nº 73, ano XXIV, março de 2003.
- VARGAS, P. *A Cidade que Queremos*. Governo e Cidadania: reflexões sobre o modo petista de Governar, SP, Ed. Fundação Perseu Abramo, 1999.
- VAZ, J. C. *Superando o Governo Centralizado*. In: PAULICS, Veronika (org).

Dicas: idéias para a ação municipal. São Paulo: Pólis, 2000, p.73-4.

II Conferência Municipal de Esporte e Lazer, Caderno de Resoluções, Caxias do Sul, Prefeitura Municipal, 2001.

I Conferência Nacional do Esporte, Texto Básico, 2004.

Acompanhamento, Monitoramento, Fiscalização e Avaliação no Programa Esporte e Lazer da Cidade

Prof^a Esp. Andréa Nascimento Ewerton⁹⁴

Início esse texto situando o Programa Esporte e Lazer da Cidade, para em seguida descrever pontos importantes da proposta de acompanhamento, monitoramento, fiscalização e avaliação realizada junto aos programas implementados no Ministério em especial a compreensão desta proposta pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer, responsável pela elaboração e implementação desse Programa.

O Projeto Social apresentado como uma política pública nacional de esporte e lazer ainda configura-se como **Política de Governo** – concebida e executada por uma gestão governamental sendo marcado seu tempo de duração a um mandato de governo – e não **Política de Estado** – concebida e executada pelo Estado em seus diversos níveis, configurada a partir dos direitos dos cidadãos e dever do Estado. Essa constatação é sem dúvida o maior desafio a ser percorrido pelo setor de esporte e lazer para superação de limites como: dotações orçamentárias pífimas e indefinidas, falta de vinculação dos gastos com esporte e lazer, descontinuidades das ações dentre outras. Esperamos com esse texto desnudar limites e possibilidades e abrir o debate para qualificarmos as políticas públicas de esporte e lazer.

Com vista ao aperfeiçoamento contínuo dos programas e projetos, otimização do correto uso dos recursos públicos investidos faz-se indispensável a implementação de uma política de ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO, FISCALIZAÇÃO E AVALIAÇÃO, pautada nos princípios fundamentais da administração pública: planejamento, coordenação, descentralização, delegação de competências e controle, bem como, nos princípios constitucionais: legalidade – todos os atos e fatos administrativos devem ser baseados em legislação; impessoalidade – não podem estar vinculados a interesse de caráter pessoal; moralidade – deverão ser revestidos de aspectos morais e culturais da sociedade; publicidade – amplamente divulgados para dar transparência aos procedimentos; e eficiência – ao utilizar recursos públicos que o problema seja atacado e resolvido tendo o resultado esperado pela sociedade atingido com eficiência, não abrindo mão da economicidade.

Nesse sentido, apresento nossa compreensão sobre cada di-

⁹⁴ Diretora de Políticas Sociais de Esporte e Lazer/DPESEL/SNDEL/ME.

menção dessa política, a saber:

1- Acompanhamento: Procedimento que possibilita um contínuo processo de análise da execução dos convênios, detectando incorreções e /ou dificuldades e procedendo as orientações para que sejam realizadas correções dos rumos, quando necessário.

2- Monitoramento: Procedimento que possibilita uma permanente identificação dos dados coletados através de relatórios e ou visitas institucionais, originando análise dos dados e verificação da evolução do cumprimento do objeto pactuado e das ações aprovadas no referido convênio.

3- Fiscalização: Fiscaliza-se legalidade e regularidade das receitas e das despesas públicas e verifica-se a economia, a eficiência e a eficácia, segundo critérios técnicos de gestão financeira, não deixando de lado a dimensão da execução física e dos cumprimentos dos objetos pactuados e do cumprimento dos princípios e diretrizes do programa que originam os repasses dos recursos. Fundamentalmente verificando a qualidade pedagógica das ações desenvolvidas.

Partindo da premissa da necessidade de definição de normas e procedimentos de fiscalização sistemática, coordenada, eficiente e responsável com atualização permanente, destacamos os princípios orientadores da fiscalização a saber:

- **Abrangência:** Este princípio tem a ver com o conteúdo dos relatos, que deverá mencionar os objetivos fiscalizados, definir o seu alcance e descrever a metodologia utilizada, deverá incidir sobre áreas importantes, contendo toda a informação relevante e necessária para a compreensão adequada e correta dos assuntos relatados e do que se recomenda, incluindo as conclusões e expressando de forma clara uma opinião sobre as constatações verificadas, sejam negativas ou positivas. Deve também ser mencionado o esforço desenvolvido pelo organismo para corrigir quaisquer deficiências observadas;
- **Clareza:** O relato deve ser facilmente inteligível e não conter ambigüidades. Deve ser redigido de forma clara e simples e os fatos serem expostos de forma exata e lógica para facilitar a sua compreensão;
- **Concisão:** O relato só deve ter a extensão necessária e suficiente para transmitir os fatos verificados e os resultados a que o fiscal chegou, as observações e recomendações devem, portanto, ser referidas de forma sucinta, mas equilibrada, sem deixarem de refletir, se for o caso, a existência de

obstáculos ao exercício de uma gestão da atividade de forma econômica, eficiente e eficaz;

- **Objetividade:** O relato deve ser objetivo, isto é, elaborado com toda a imparcialidade. Para que tenha a maior credibilidade, o fiscal deve apresentar os resultados de forma equilibrada e apropriada, devendo evitar qualquer tendência para adjetivar observações;
- **Exatidão:** O relato deve ser exato e, para tal, a informação apresentada deve ser confiável. As constatações e conclusões devem estar apoiadas em evidências competentes e relevantes, devidamente documentadas nos papéis de trabalho do fiscal;
- **Tempestividade:** O relato deverá ser emitido com prontidão para que a sua informação possa ser utilizada tempestivamente. É, por isso, essencial que no planejamento da ação se defina e delimite o prazo da entrega do relato da fiscalização, que é a base do relatório final.

4- Avaliação: Deverá ser processual dando conta de identificar de onde partiu, compreender o contexto deste lugar, resgatar aonde se propõe a chegar, identificar onde chegou e passar a compreender esse novo lugar e, a partir dessa análise processual, identificar a eficiência, a eficácia e a efetividade.

A essência do trabalho de avaliação é de acompanhar, observar e testar o desempenho de um programa para aprimorá-lo, daí a inter-relação entre acompanhar, monitorar, fiscalizar e avaliar.

A perspectiva de avaliação de políticas públicas em especial de projetos sociais tem sido um grande desafio aos gestores públicos e pesquisadores nas últimas décadas, vamos abordar esse assunto partindo de uma tendência de avaliação que distingue a avaliação sobre três aspectos: **efetividade, eficácia e eficiência**. Para isso, não os basta a identificação conceitual, mas fundamentalmente a contextualização desses conceitos com nosso Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC).

Oito anos de gestão pública em esporte e lazer me fazem concordar com estudos de Arretche (1996)⁹⁵, que define cada aspecto da avaliação:

1- Efetividade: Para realizar a avaliação desse aspecto deve-se partir do exame da relação entre implementação de um determi-

⁹⁵ Marta T.S. Arretche no artigo "Tendências no Estudo sobre a Avaliação".

nado programa e seus impactos e/ou resultados, ou seja, o sucesso ou o fracasso de um programa em termo de efetiva mudança nas condições sociais da população atendida pelo programa. A autora apresenta alguns limites desse aspecto da avaliação e aponta a avaliação de efetividade como a que menos tem sido implementada exatamente por esses limites. Destaca como limite: i) a dificuldade de demonstrar e mensurar os resultados desses impactos, que são em grande medida subjetivos; ii) a dificuldade de coletar as informações sobre as populações atendidas; iii) a dificuldade de isolar as variáveis e interferências para uma análise específica do efeito do programa em determinada comunidade; iv) dificuldades operacionais de uma pesquisa de campo.

No contexto do Programa Esporte e Lazer da Cidade, como analisar a efetividade? Nesses três anos e meio, tivemos dificuldades de articular a ação do projeto social com a rede de pesquisa (Rede CEDES) que poderia vir a ser um grande mecanismo de implementação de pesquisas com vista a avaliar essa efetividade. Tivemos dificuldades operacionais que limitaram nossa ação de educadores pesquisadores, quer seja nós aqui da SNDEL como de nossos agentes sociais na ponta.

Essas duas dificuldades nos trouxeram limites do sentido de realizar pesquisas de campo com vistas a captar a relação da implementação e resultados no que diz respeito, por exemplo, à melhoria da qualidade de vida dos atendidos em nosso Programa, à auto-organização da população em termos de demanda de esporte e lazer, e a outros impactos que o Programa busca alcançar.

Vale destacar que temos relatos que nos fazem acreditar nessa efetividade, porém de forma empírica, salvo algumas iniciativas provocadas por nossa formação em serviço, que possibilitaram às gestões locais de nossos convênios um belo trabalho de pesquisa-ação com coletas de dados em fase de sistematização pelas entidades, quando do envio dos relatórios de monitoramento.

Nossa proposta de formação em serviço aos agentes sociais e gestores do Programa (já abordada em detalhe nessa publicação em um texto específico para esse fim) tem apontado passos para superação dessas dificuldades, a partir do momento que difunde a idéia do educador popular e seu eminente caráter pesquisador, estimulando e orientando a construção de instrumentos e mecanismos para a realização da pesquisa-ação no sentido de superar o empirismo da avaliação de efetividade, ora apontado pelos relatos e relatórios encaminhados pelas entidades conveniadas junto ao Programa.

2- Eficácia: Para realizar a avaliação desse aspecto, deve-se

identificar a relação entre os objetivos e instrumentos de um dado programa e seus resultados efetivos, por exemplo, a avaliação das metas propostas e das metas alcançadas, os instrumentos previstos e aquele efetivamente empregado. A autora aponta esse aspecto como o mais aplicado em avaliação de políticas públicas, por ser o mais factível e menos custoso de ser realizado, porém apresenta como limite a confiabilidade e a precisão das informações.

No contexto do PELC, obtemos as informações nos relatórios de monitoramento e acompanhamento enviados trimestralmente pelas entidades; nas reuniões institucionais feitas presencialmente às entidades conveniadas; durante a realização dos módulos de formação em serviço dos agentes; nos relatórios de execução física e financeira enviados no momento de prestação de contas dos convênios, esses dados inclusive alimentam o Sistema de Planejamento e Gestão Oficial dos Programas do Governo Federal (SIGPLAN), utilizado para elaboração dos balanços e alimentação dos instrumentos de avaliação de eficácia dos programas, subsidiando a manutenção, redução ou ampliação dos programas.

Nesse contexto, nosso Programa tem se demonstrado bastante eficaz, pois as metas previstas estão sendo superadas, bem como o que podemos considerar como instrumento da implementação para alcance das metas, os núcleos, os eventos, as formações são efetivamente empregados. Temos como limite da eficácia a ação de controle social (também tratada em texto específico nessa publicação). Atentos ao limite identificado pela autora para essa avaliação de eficácia, no que se refere a confiabilidades e precisão dos dados, temos discutido mecanismos e instrumentos de qualificação para obtenção desses dados, o que nos levará a melhorar a confiabilidade e precisão dos dados obtidos e, por conseguinte, melhorar ainda mais a eficácia do Programa.

3- Eficiência: Para realizar a avaliação desse aspecto deve-se partir da relação entre o esforço empregado na implementação de uma dada política e os resultados alcançados. A autora refere-se à avaliação de eficiência como a mais necessária e a mais urgente a ser desenvolvida, em especial pela escassez de recursos públicos, exige-se maior racionalização dos gastos, objetivo fundante da eficiência na política pública. Comumente, ouvimos dizer da eficiência de uma política por sua efetiva otimização dos custos ampliando os resultados, sem necessariamente ter ampliado os custos, visto que paralelo à escassez de recursos os universos populacionais a serem atendidos são cada vez maiores.

No contexto do PELC, temos sido muito eficiente no sentido de ampliar a cada ano o número de pessoas beneficiadas (nosso prin-

principal indicador), sem o respectivo aumento nos recursos destinados ao Programa, contudo passos significativos ainda precisam ser dados no sentido de tornar mais eficiente o Programa no aspecto interno de gerenciamento, qualificando e aprimorando a equipe interna, tornando o Programa mais eficiente no sentido da comunicação com e entre as entidades, mais eficiente a coleta, a sistematização e a socialização dos dados e, fundamentalmente, mais eficiente no sentido de alcançar o aumento dos recursos destinados ao Programa em virtude de sua eficácia, eficiência e prevista efetividade.

Nossa reunião nos fez reafirmar uma compreensão de que a avaliação é um instrumento democrático e vamos fazer os esforços necessários para a implementação de uma política de avaliação de nosso Programa, com vista a influenciar se necessário sua reformulação e qualificação cada vez mais a serviço da construção da consolidação do direito ao esporte e ao lazer.

Entendemos e apontamos, na continuidade da atual gestão desse Programa, uma importante parceria com instituições e pesquisadores no sentido de proceder a uma avaliação externa para dialogar e subsidiar a gestão e a avaliação interna do Programa com vista ao seu aprimoramento. Compreendemos a necessidade de fortalecer os mecanismos de informação e de gerenciamento do Programa, definindo novos indicadores de desempenho a curto, médio e longo prazo, a fim de construir um Programa cada vez mais eficiente, eficaz e com efetividade comprovada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRETCHE, M. T. *Tendências no estudo sobre avaliação*. In: RICO, Elizabeth Melo (Org.) - *Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate*. São Paulo:Cortez:Instituto de Estudos Especiais, 1998.
- AMORIM, A. O. C. *C392 Celebração, execução e prestação de contas: Manual de Procedimentos*. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública. 2006.
- RICO, E. M. (Org.). *Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate*. São Paulo:Cortez:Instituto de Estudos Especiais,1998.
- COHEN, E. *Avaliação de Projetos Sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

Perfil e Formação dos Agentes Comunitários e a Organização do Trabalho Pedagógico

*Prof^a Andréa Nascimento Ewerton⁹⁶
Prof^o Marcelo Pereira de Almeida Ferreira⁹⁷*

*"Ninguém educa ninguém, ninguém se educa sozinho".
(Paulo Freire)*

Partindo da idéia de Paulo Freire de que ninguém educa ninguém, as pessoas se educam em comunhão, o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) entende que o processo de formação dos agentes não é apenas uma ação isolada e eventual, mas é parte integrante da construção do educador popular e das suas intervenções pedagógicas, quer no campo daquilo de denominaríamos "educação formal", quer no campo da educação não-formal

O diálogo entre o perfil e a formação dos agentes comunitários com a questão da organização do trabalho pedagógico não é apenas uma questão de semântica, mas um princípio central para a qualificação dos educadores e educadoras que atuam com o PELC, em todos os seus núcleos. E este diálogo se sustenta e se fortalece de maneira ímpar no tripé agentes-formação-trabalho pedagógico.

Trata-se, portanto, de restabelecermos um marco diferencial no desenvolvimento de atividades no campo do esporte e lazer, de tal maneira que o termo "oficina" não venha a ser usado apenas como uma *alcunha* pedagógica, mas que tenha fundamentação teórica sólida e reflexo na prática pedagógica e social não apenas de agentes comunitários, mas também das pessoas beneficiadas pelo PELC, tanto em sua porção social (o que denominamos de projeto social, ou seja, o funcionamento de núcleos de esporte recreativo e de lazer), como em sua porção científica (que se traduz no projeto de desenvolvimento científico e tecnológico e se expressa na Rede CEDES⁹⁸).

Os nossos agentes

Inicialmente, é importante destacar que o PELC, por seus princípios (o trato intergeracional, o trabalho coletivo e o planejamento

⁹⁶ Diretora de Políticas Sociais do Esporte e do Lazer/SNDEL.

⁹⁷ Coordenador geral de Apoio, Capacitação e Eventos Esportivos/SNDEL.

⁹⁸ Centro de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer, desenvolvido e organizado pelo Departamento de Ciência e Tecnologia da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer – ME.

participativo, o resgate e fortalecimento da cultura popular nacional, a gestão participativa), necessita construir localmente um perfil diferenciado e diversificado e que caminhe na direção da formação multiprofissional, para que o Programa alcance verdadeiramente aquilo que denominamos de “direito ao esporte e lazer”. A própria questão de atender à crescente demanda por esporte recreativo e de lazer, conforme prevê a missão do Programa, precisa dialogar e fortalecer(-se) (n)estes princípios. Portanto, se imaginarmos um perfil “monoprofissional” para o Programa, está claro que o mesmo não conseguirá atingir suas metas e, menos ainda, estruturar as bases de seus princípios.

Neste sentido, duas caracterizações nos parecem necessárias sobre os agentes comunitários que atuam com o Programa. Uma primeira, de caráter funcional, expressado na organização e planejamento de projetos que constituem os convênios com o PELC. Uma segunda, de caráter “real”, pois responde, por um lado, às funções para o desenvolvimento das atividades e oficinas do Programa em seus núcleos e, por outro, dialoga com a realidade local.

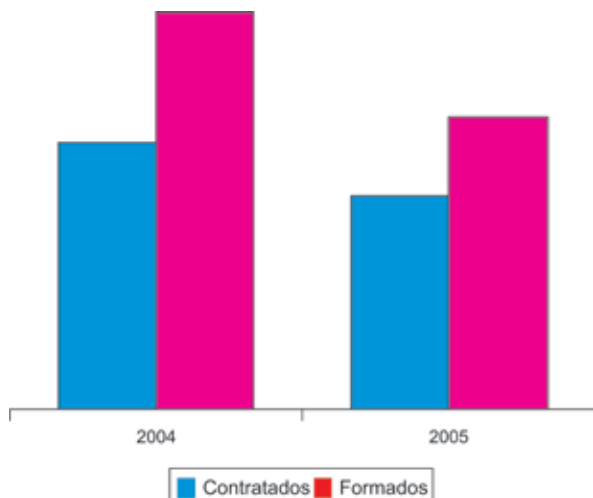
Sob o ponto de vista funcional, temos as seguintes especificações:

- Projeto Social: Coordenador geral, coordenador de núcleo, bolsista e agentes de serviços gerais. Somam-se a esses os professores, monitores, estagiários, etc., que são indicados como contrapartida em nossos convênios;
- Projeto Científico e Tecnológico: Pesquisadores e bolsistas.

Importante destacar também a importante participação de trabalhadores que atuam em ações pontuais ou não (muitas vezes voluntariamente), bem como as lideranças comunitárias para o desenvolvimento do projeto social, em especial. De qualquer modo, o PELC como um todo vem se caracterizando como um importante instrumento para estes trabalhadores de uma ação de geração de renda, de possibilidade de formação pessoal e de qualificação no campo profissional.

Para além destes elementos, e como ação ímpar do PELC (e de uma política pública no campo de esporte e do lazer), lançamos um olhar significativo para com a formação destes agentes. Sob o ponto de vista dos perfis descritos acima (o funcional e o “real”), foi possível ampliar a ação de formação continuada e em serviço não apenas àqueles agentes que atuavam institucionalmente no Programa (coordenadores, bolsistas e agentes de serviços gerais), mas também a esta frente de trabalhadores que atuava junto à entidade

conveniada (a exemplo de professores de rede municipal que, mesmo não vinculados ao PELC, eram convidados a participar das ações de formação) ou de trabalhadores outros que atuavam voluntariamente. E a importância desta ação ampliada se reflete no quadro abaixo, que demonstra que a quantidade de pessoas formadas foi, nos anos de 2004 e 2005, sempre superior ao número de pessoas contratadas para atuar no Programa.



Este quadro apenas ratifica a importância que o PELC dá a diversificação de seus agentes. Neste mesmo período, foi constatado que o perfil destes trabalhadores foi na seguinte ordem (entre jovens, adultos e idosos): (i) professores e estudantes de diversas licenciaturas (Educação Física, Pedagogia, Letras, História, Matemática, Artes) e áreas (Medicina, Assistência Social, Fisioterapia); (ii) estudantes secundaristas e de cursos de magistério; (iii) educadores populares e lideranças comunitárias; (iv) trabalhadores do campo⁹⁹; (v) praticantes de skate, hip hop, dança de rua; (vi) atores populares das mais diversas manifestações (teatro, dança, música, pintura, artesanato, etc.); (vii) atletas e ex-atletas, em um universo que incluía outros trabalhadores com outras formações.

Este quadro de formação dos agentes comunitários envolvidos direta e indiretamente no PELC nos dá a certeza do forte caráter "mobilizante" dos núcleos do PELC e o quanto isso nos leva a ter a certeza de que o próprio perfil dado ao núcleo do Programa

⁹⁹ O destaque aos trabalhadores do campo está sendo dado pelo fato de o PELC possuir núcleos ou convênios com entidades que possibilitaram o funcionamento de núcleos em áreas de assentamentos rurais e, conseqüentemente, envolviam – e formavam – trabalhadores rurais com experiência em educação, organização, mobilização, etc.

de Esporte e Lazer da Cidade só poderia funcionar por conta desta realidade. É o que nos leva a defender que o núcleo do PELC é o “onde e o quando” as pessoas (crianças, jovens, adultos e idosos – incluindo as pessoas com deficiência e com necessidades educacionais especiais) se encontram – de forma sistemática e assistemática (eventos) e que possibilitam o registro, o testemunho e a prática social de oficinas de todas as manifestações da cultura corporal, além das artes, da música e das letras, de eventos (Ruas de Lazer, Festivais, Colônia de Férias, Passeios), da própria identificação da comunidade e do fortalecimento dos laços de auto-organização em torno da própria comunidade.

É nesta linha de entendimento e reconhecimento do PELC que conseguimos caracterizar quantitativa e qualitativamente o Programa. A variável quantitativa se expressa, diretamente, por aquilo que o Programa financia, pelas ações as quais uma entidade (pública ou privada sem fins lucrativos) recebe recursos federais e os executa: a contratação dos agentes comunitários, a aquisição de material de consumo e de material permanente, a promoção de eventos de esporte e lazer e a formação continuada de agentes comunitários.

Mas essas variáveis quantitativas só ganham forma e força, sentido e significado, por elementos qualitativos, e que são protagonizados pelas comunidades atendidas e beneficiadas pelos núcleos: a amplitude da formação e a intervenção diversificada dos agentes comunitários, o resgate e a preservação da cultura local e o permanente diálogo e vivência do tradicional com o moderno, o fortalecimento da participação popular no funcionamento dos núcleos, a capacidade de atendimento do campo e da cidade, quer em sua expressão mais longínqua (comunidades ribeirinhas, assentamentos, aldeias, bairros periféricos, distritos, etc.) até sua expressão mais centralizada dos grandes centros urbanos.

É neste sentido, resgatando o próprio pensamento freireano, que fortalecemos o sentido e o significado da Educação Popular, que tenha como referência central não apenas os princípios do PELC já relatados e destacados neste, mas a própria questão do protagonismo crítico e consciente.

A questão que nos é colocada, já iniciando o diálogo do perfil dos agentes com a questão da organização do trabalho pedagógico, é: o que esperamos e identificamos na questão da Educação Popular? Destacamos as seguintes possibilidades:

1. A necessidade (não apenas para o PELC, mas para a comunidade como um todo) da construção de soluções coletivas, tanto no âmbito do andamento de uma oficina de esporte ou de jogo popular (na construção e reconstrução de suas

regras, do espaço do jogo, etc.), mas para os próprios problemas centrais da comunidade;

2. O fortalecimento da identidade local, que também se expressa, por exemplo, no andamento de uma oficina de dança ou de música, mas também no próprio sentimento de pertencimento da comunidade com sua história e sua realidade e a capacidade de modificá-la sem enterrar e/ou esquecer suas raízes;
3. O próprio resgate das expressões populares, em todas as suas linguagens, manifestações, e o permanente diálogo com o novo, com o moderno;
4. O fortalecimento da cidadania e da consciência crítica e coletiva, como expressão mais forte e significativa da libertação de um povo da alienação da indústria cultural e esportiva;
5. A (re)construção, por parte da comunidade, de sua relação com os espaços (principalmente públicos) de esporte e lazer, suas praças, seus parques, seus terrenos baldios, suas associações comunitárias, etc., no sentido de não mais ter que se adequar a estes espaços, mas adequá-los às suas necessidades culturais e esportivas; e
6. A (re)construção da relação com a vida pública e política de sua rua, comunidade, bairro e cidade.

Importante ser destacado que essas possibilidades (que não devem ser entendidas de forma ordenada) dialogam com seus limites: os valores coletivos de uma comunidade em relação aos valores individuais, próprios de uma sociedade capitalista, um tempo da política pública ainda distante do tempo das necessidades desta comunidade, a relação dos agentes comunitários com o senso comum sobre conteúdos e referencial metodológico no trato com oficinas de esporte e lazer, o perfil de “escolinhas esportivas” e de promoção de eventos esportivos competitivos das muitas políticas públicas no país seriam alguns destes limites.

Ainda assim, as experiências construídas pelos convênios, expressivamente os mais antigos, já nos apontam caminhos e expectativas de que estamos, com o Programa Esporte e Lazer da Cidade, no caminho certo. E um pilar importante deste caminho é justamente a formação continuada dos agentes comunitários, que passamos a tratar a seguir.

A formação local de agentes comunitários

O PELC vem trabalhando na perspectiva de fortalecer três níveis de formação dos agentes comunitários envolvidos direta ou indiretamente no funcionamento dos núcleos. São eles:

1. A formação local: Que acontece desde o foco de atuação do núcleo (no próprio local) e que se organiza de maneiras diferenciadas. A primeira, mais central e orientadora, é o Encontro de Formação, que acontece com a presença de consultor/a(es/s) do PELC, com carga horária de 32 horas e que trabalha temas centrais, e orientadores do trabalho pedagógico e de organização dos núcleos. Neste Encontro, abordam-se as características do Programa e da proposta local, além de ser realizado um planejamento estratégico e participativo de todas as ações do programa, assim como são introduzidos os principais conceitos trabalhados pelo Programa, sendo lazer, esporte recreativo, intergeracionalidade, inclusão, diversidade cultural e outros.

Este formato se repete ao final da vigência do convênio, neste caso, já construindo uma articulação entre os conceitos trabalhados no primeiro, identificando as convergências e as divergências e realizando um processo de avaliação a partir da identificação dos limites, possibilidades e avanços ocorridos no decorrer do convênio.

Além destes Encontros, o PELC trabalha na perspectiva da "formação em serviço", organizado pelos núcleos e pela coordenação geral do Programa onde ele está funcionando, organizado semanal ou quinzenalmente, conforme as condições objetivas e a auto-organização de cada região, envolvendo todos os agentes que trabalham nos núcleos, abordando temáticas específicas de acordo com a necessidade dos agentes sociais no desenvolvimento das atividades do Programa, contemplando estudos de caso, planejamento das atividades dos núcleos, oficinas temáticas, avaliação processual.

2. Formação Regional e Nacional: A 1ª Reunião Nacional dos Agentes do PELC é um exemplo edificante deste nível de formação. É numa ação como esta que fortalecemos e nacionalizamos as várias questões que garantem desde o aprofundamento de questões técnico-operacionais importantes (gestão, prestação de contas, planejamento, etc.), passando por questões estruturantes do funcionamento ampliado dos núcleos (planejamento participativo, organização social do conhecimento, o trato com o meio ambiente), até os temas e conteúdos centrais do Programa (dança, esporte, jogos e brinquedos populares, lutas, música, teatro, contação de histórias, etc.). Para além da realização desta ação nacional, o PELC vem experimentando ações de formação regionalizada, na perspectiva de

convênios estabelecidos sob a forma de consórcio¹⁰⁰. Neste sentido, capilarizamos e ampliamos o alcance do Programa, estruturando melhor suas variáveis quantitativas e qualitativas e aglutinando cidades diferentes de uma mesma região com a realização de Reuniões ou Encontros Regionais de Formação de Agentes Comunitários.

3. Formação à Distância: A proposta de formação à distância fazer parte do tripé de nossa proposta de formação, justifica-se pelo fato dessa metodologia, ou instrumento, ou mecanismo, ter se mostrado como uma alternativa necessária para atender à demanda de formação dos agentes envolvidos em projetos sociais, entendendo esses como educadores populares com a árdua tarefa de difundir o lazer como direito social. Tendo o Programa a meta de ampliar e descentralizar a implementação do acesso ao esporte e lazer num país de dimensão continental como Brasil, assim como, a velocidade como caminha a construção de conhecimento no mundo moderno torna a proposta de formação à distância um mecanismo necessário.

Convencidos disso é que estamos passando por esse processo de construção da proposta de formação à distância dos agentes sociais envolvidos no Programa, partindo das experiências exitosas existentes na área de projetos sociais e em especial da área de esporte e lazer.

Destacamos a figura do Tutor (orientador) sendo assumida pelos consultores cadastrados que hoje realizam as formações locais do Programa, podendo a formação à distância ser parte importante do módulo de ampliação, o que oportunizará um importante elo entre os conteúdos abordados no módulo introdutório e os conteúdos abordados no módulo de aprofundamento, e mais, pode se configurar com o aperfeiçoamento do papel desse consultor junto a entidade conveniada, através de sua atuação direta com os agentes sociais envolvidos.

Iremos construir uma proposta que vise romper com a abordagem pedagógica comportamentalista, para isso é fundamental que a formação reflita uma nova visão de ensino aprendizagem, através da familiarização de novas metodologias, possibilidades e recursos de comunicação.

A abordagem de aprendizagem como sendo dialética e processual, organizada a partir do estudo da realidade, para identificação

¹⁰⁰ A experiência de consórcios vem sendo executada em duas situações: (i) convênio com a União dos Dirigentes Municipais de Educação do MT (UNDIME/MT), que chega em 19 municípios, e (ii) Liga Ipatinguense de Esportes Especializados (LIESPE/MG), que chega a 35 municípios da região do Vale do Aço em Minas Gerais, com o funcionamento de 77 núcleos. A tendência é ampliarmos esta experiência de consórcios em todos os estados brasileiros a partir de 2007.

de onde precisamos iniciar o processo de formação, de que contexto falamos, qual o conhecimento acumulado, daí entrar numa fase de organização do conhecimento, disponibilizando os conhecimentos necessário para dialogar com a realidade encontrada, buscando chegar à aplicação do conhecimento, estimulando a construção de possibilidades do trato com o conhecimento com vistas a superação dos limites. Esse processo na formação à distância pode vir a favorecer uma aprendizagem colaborativa, num processo dinâmico e relacional.

Claro que precisaremos construir a proposta de formação à distância tendo consciência das dificuldades de sua operacionalização para muitas localidades e para muitos agentes que ainda não possuem mecanismos e instrumentos que facilitem o acesso a essa possibilidade de formação, o que nos fará buscar estratégias de conquistas dessas condições como parte estruturante na elaboração e execução da proposta com o foco em sua capilaridade a todos os envolvidos.

Neste sentido, temos neste tripé da formação dos agentes comunitários do Programa Esporte e Lazer da Cidade as condições necessárias para que o fazer pedagógico (quer nas atividades sistemáticas, quer nas atividades assistemáticas) ganhe sentido e significado no dia a dia dos núcleos. E o principal desta relação entre o pensar e o fazer pedagógico é que ele não se constrói de maneira hierárquica, não existe uma mão única na relação da formação do agente e de sua prática pedagógica e social. Essa construção é mútua e permanente e só poderia ser assim, levando-se em consideração os princípios do PELC. Se não o fosse, como trabalhar, por exemplo, os desafios e as superações no campo do trato intergeracional na relação com o resgate e fortalecimento da cultura local?

Para o PELC, é impossível pensar no desenvolvimento de uma oficina de dança, que resgate as manifestações locais e regionais (o cacuriá no Maranhão, o caboclinho em Pernambuco, o carimbó no Pará, o samba de roda no Recôncavo Baiano, o vanerão no sul, a Polka Paraguaia no Mato Grosso do Sul) sem fazê-lo numa perspectiva de trato intergeracional, sem se garantir o planejamento participativo no pensar e fazer pedagógico, sem dialogar, por exemplo, com o hip hop e a dança de rua, tão expressivos e próximos à juventude.

Neste ensejo, destacamos os conteúdos significativos que devem ser trabalhados na formação, no sentido de realmente indicar a estrutura central dos princípios tratados até o momento. No entender do Programa Esporte e Lazer da Cidade, a estrutura da formação (continuada e em serviço) dos agentes comunitários deve procurar garantir:

1. Conteúdos significativos no campo do esporte, da cultura, da dança, da luta, do jogo, do teatro, da música, das artes;
2. O estudo aprofundado das PESSOAS que vivenciam o núcleo de esporte e lazer: a idade, a comunidade, a história, as dificuldades;
3. A importância do diálogo com outras áreas do conhecimento;
4. A instrumentalização dos agentes: organização das atividades, o planejamento e os estudos regulares;
5. A pesquisa e a sistematização da prática social.

Na linha da coerência pedagógica da ação de formação dos agentes, destacam-se as possibilidades metodológicas para o trato desta estrutura de formação:

1. Cursos, oficinas e palestras – que se apresentam no cotidiano das ações da formação em serviço, no sentido de permanentes diálogos com os limites e as possibilidades do funcionamento sistemático e assistemático dos núcleos;
2. Atividades de campo – no sentido de ampliarem-se as ações dos agentes com a comunidade atendida e beneficiada pelo núcleo, com reuniões junto aos diferentes segmentos – etários, de interesse (peladeiros, grupos de dança popular, grupos de capoeira) –, bem como na participação das ações que a própria comunidade organiza e participa;
3. Registros e monitoramento (ações avaliativas) – procurando-se construir e registrar o fazer pedagógico do núcleo, desde as questões de planejamento das oficinas e dos eventos até a própria história daquela comunidade no funcionamento do núcleo, os resgates de suas manifestações populares, a constituição de associações representativas, a formação de times de futebol e/ou voleibol ou de grupos de dança, teatro ou música;
4. Intercâmbios entre núcleos, projetos sociais, entidades – mesmo num mesmo município, núcleos diferentes constroem experiências diferentes, por conta de suas necessidades locais, de sua geografia, de seus espaços. Mas importantes também são o diálogo e a construção de tempos e espaços de trocas com outros projetos sociais locais e/ou regionais;

5. A construção e a participação em eventos, encontros, seminários e congressos – no sentido de democratizar as experiências construídas nos núcleos, nacionalizando-as não apenas da perspectiva da divulgação, mas também sob o ponto de vista da experimentação em outras regiões.

Neste último ponto, em especial, fortalecemos a percepção própria da construção do conhecimento, desmistificando a relação de excelência científica e tratando a produção do conhecimento como algo inerente a quem está na prática social e pedagógica, no seu constante trabalho com a comunidade, com suas experiências corporais e culturais, no sentido próprio de instrumentar os agentes a organizarem, estruturarem e, até mesmo, publicarem suas experiências.

A central deste caminho de formação, estruturação e trato metodológico se traduz na própria **organização do tempo pedagógico**, que se expressa, portanto: (i) nas ações de formação (em todas as suas formas já apontadas neste); (ii) nas atividades sistemáticas e assistemáticas, em todos os seus passos (desde o seu planejamento e organização, passando pela sua vivência e a avaliação processual, garantindo o caminho da prática social à prática social); (iii) no processo de mobilização comunitária; (iv) na participação de todos os fóruns de consulta popular que venham a ser organizados – inclusive os que a comunidade venha a organizar; (v) na construção de momentos constantes de debates e palestras junto e com a comunidade. Para o PELC, esta organização do trabalho pedagógico é um tempo de se “manifesta” em vários tempos, mas sem deixar de garantir o partir da prática social (vivenciada entre os agentes e a comunidade), a problematização, a instrumentalização, a catarse e o retorno à prática social, que é novamente ponto de partida¹⁰¹.

Limites a serem superados e em superação

Tão importante quanto apontar os avanços do PELC no que diz respeito à formação dos agentes comunitários, é a indicação de elementos limitadores a serem identificados e reconhecidos no sentido de atentarmos-nos à sua superação. Neste sentido, destacamos a necessidade de:

1. Fortalecer a cultura do diário de campo, do planejamento e da pesquisa entre os agentes comunitários – ratificando

¹⁰¹ Em “SILVA, Jamerson Antonio de Almeida da; SILVA, Katharine Ninive Pinto. Círculos populares de esporte e lazer: fundamentos da educação para o tempo livre. Recife: Bagaço, 2004”, encontramos um significativo estudo sobre a questão da organização do tempo pedagógico.

o compromisso de também formar agentes comunitários pesquisadores;

2. A formação ir além do funcionamento do PELC, como já indicamos anteriormente, ao indicarmos as possibilidades de geração de renda, formação pessoal e de qualificação no campo profissional para os agentes do Programa;
3. A organização do trabalho pedagógico ter como premissa a questão do registro permanente das ações, dos obstáculos e das superações;
4. Garantir-se o diálogo concreto com a realidade local: a forma de organização da comunidade, a ação com os segmentos mais excluídos (a pessoa com deficiência, o idoso, e as comunidades afastadas);
5. Diálogo entre o projeto social do PELC e a Rede CEDES na construção dos conteúdos e dos princípios metodológicos.

Por fim, entendemos que o Governo Federal, pelo Programa Esporte e Lazer da Cidade, vem construindo bases sólidas no sentido de democratizar o acesso e, principalmente, a permanência da população brasileira – sobretudo aquela parcela mais carente de políticas públicas e de condições econômicas para sua sobrevivência – às práticas esportivas e de lazer de qualidade. É neste intuito que, não menos importante, o PELC desafia-se constantemente a cada novo núcleo organizado, a cada nova comunidade atendida, a aprofundar suas experiências e a construir bases sólidas no sentido de organização e mobilização comunitária.

Ciência, Tecnologia e Informação para o Desenvolvimento do Esporte e do Lazer

Carlos Magno Xavier Correa¹⁰²

Douglas Morato Ferrari¹⁰³

José Montanha Soares¹⁰⁴

“Assim, o que a ‘modernidade’ nos trouxe foi superposição perversa de antigas situações de desigualdade e miséria com uma ‘nova pobreza’ causada pelas novas tecnologias, aumentando maciçamente o desemprego e generalizando situações de precariedade e instabilidade no trabalho, aumentando o contingente daqueles que se tornaram ‘vulneráveis’ do ponto de vista social pela redução e/ou ausência de mecanismos de proteção social”.

(Laura T. Soares, 2003)

Há mais de três séculos, a humanidade vem sendo moldada pelo capitalismo, inicialmente mercantil, depois industrial e agora informatizado e globalizado. É necessário analisarmos que o salto tecnológico dado pela humanidade é visto até então como um fenômeno por si só positivo, pois é sinal claro de avanço e não pode ser refutado.

É inegável a melhora na qualidade de vida daqueles que podem usufruir de tais meios, mas não podemos esquecer que apenas uma pequena parcela da humanidade conheceu estes progressos tecnológicos. Uma outra observação, que achamos pertinente, é quanto à idéia de que a palavra sociedade muitas vezes soa como algo abstrato, vago, e que sua constituição não depende do desejo de homens e mulheres que, apesar de agirem sob normas e regras sociais impostas, também têm capacidade de mudá-las. Assim, cremos que o desenvolvimento tecnológico só ocorre na medida em que existam agentes humanos mediadores atuando de maneira a materializá-los. Todo o avanço ou atraso, tanto científico como tecnológico, é na sua essência avanço ou atraso social e humano.

Segundo Ianni (1996), no aspecto socioeconômico e tecnológico, por exemplo, o desemprego é a grande questão social. É um problema estrutural e genérico de todos os países desenvolvidos, cuja tendência é se agravar à medida que inovações nas áreas de

¹⁰² Coordenador geral de Tecnologia, Cooperação e Intercâmbio do Ministério do Esporte.

¹⁰³ Coordenador geral de Fomento à Produção do Conhecimento do Ministério do Esporte.

¹⁰⁴ Coordenador de Fomento ao Conhecimento Científico e Tecnológico do Ministério do Esporte.

eletrônica, microinformática, telecomunicações, organização do trabalho, gestão e outras dispensam cada vez mais o trabalho humano (pg. 291).

Chamamos atenção, portanto, que o avanço tecnológico não significa desenvolvimento humano e nem distribuição de riquezas, pelo menos não é isto que temos vislumbrado até então no contexto da "economia globalizada". Cada vez mais surgem máquinas que dispensam a mão-de-obra, gerando lucro e, ao mesmo tempo, desemprego em massa. Neste sentido, a sociedade industrial foi muito mais justa do que a tida "sociedade da informação". Com as transformações tecnológicas ocorrem também alterações sociais e o surgimento de novos problemas.

Segundo Duarte (2000), a história já mostrou que o "capitalismo não pode manter-se apenas lançando mão da repressão. Existe uma busca incessante de formas de disseminação da ideologia dominante e de disseminação de todo o tipo [...]". A tecnologia da informação tem de alguma forma sido perversa neste sentido, pois por mais que ecoe por todo o planeta as vantagens dos avanços tecnológicos da "sociedade da informação". No Brasil, a imensa maioria da população ainda se encontra bastante distante dos "paraísos informacionais". Ao analisar os números levantados pela Fundação Getúlio Vargas, deparamo-nos com grandes contrastes. Atualmente, segundo o Mapa de Exclusão Digital divulgado no início de abril/2003, pela FGV-RJ, juntamente com outras entidades, aproximadamente 12% dos brasileiros têm computador em suas residências e pouco mais de 8% encontram-se conectados à *internet*. E segundo Pochmann (1999), ainda com relação ao avanço das tecnologias informacionais, o Brasil, em 1999, ocupou o terceiro lugar no mundo em volume de desemprego aberto, representando 5,61% do total do desemprego mundial. Em 1986, ocupava a décima terceira posição em desemprego no mundo.

O mundo está passando por profundas mudanças em todas as áreas: política, econômica, cultural, social, tecnológica... e as organizações públicas, em todos os níveis, são afetadas por essas mudanças. Para continuar operando e cumprindo sua missão, elas devem se adequar aos novos tempos, inovando seu produto e reavaliando seu papel na sociedade. Qualidade, eficiência e eficácia, no ambiente competitivo de hoje, tornaram-se uma questão de sobrevivência inclusive para a administração pública. Sem estas características, torna-se difícil às instituições governamentais cumprirem suas responsabilidades socioeconômicas.

Este fato faz com que, "mesmo modificadas as estruturas econômicas, não tenha sido atingida e alterada plenamente a su-

perestruturando, mantendo-se, no processo capitalista latino-americano, elementos ideológicos, culturais e até relações sociais e produtivas próprias dos sistemas latifundiário, servil e escravocrata. Em segundo lugar, o *capitalismo 'industrial'* nasce, na América Latina, *subordinado à fase imperialista* (CF. LENIN, 1979), numa forma de colonialismo: a dependência tecnológica e financeira" (MONTAÑO, 2002, pg. 30).

É importante também atentarmos para o fato de que os valores culturais de um povo são construídos historicamente, a dependência econômica, política e em alguns aspectos culturais está fortemente arraigada a costumes de servidão e pouco protagonismo, ou seja, fomos nos constituindo como nação com diversas matizes culturais ineptas, ou com traços de pouca criticidade diante da realidade. Somos uma das maiores economias mundiais, mas, no entanto, temos uma sociedade estratificada de tal maneira que uma imensa maioria jamais encostou em um teclado de microcomputador. Não há uma pessoa neste mundo que não saiba a importância do ato de ler, bem como, não podemos negar que hoje o avanço tecnológico e as novas tecnologias são irreversíveis, no entanto, as pessoas têm que ter meios educacionais disponíveis para que possam acessar redes de computadores ligadas à *internet*. E ainda não basta isto, pois assim como na leitura, não devemos ler tudo que "vemos pela frente", notadamente a *internet* tem sido uma ferramenta muito mal utilizada, firmando-se muitas vezes como um instrumento de futilidade e preenchimento de tempo ocioso, e não uma ferramenta verdadeiramente educativa.

E, por sua vez, o lazer torna-se cada vez mais um espaço privilegiado para as mais profundas formas de alienação das consciências, isto é, "para as mais aviltantes formas de manipulação da subjetividade dos indivíduos, transformando-os em seres interiormente vazios, que só conseguem pensar, sentir e agir dentro dos estereótipos ditados pela última moda. A mesma sociedade – que tanto prega a individualidade, a autonomia, a liberdade e a criatividade como seus mais altos valores – opera nos indivíduos a mais brutal padronização e o mais brutal esvaziamento" (SAVIANI APUD DUARTE. 2000, p. 9).

Se se pretende tornar as tecnologias da informação acessíveis ao maior número de pessoas da população brasileira, é necessário combatermos as desigualdades de acesso a estes meios. É muito importante que as pessoas sejam levadas a perceberem, como atores sociais, sobre o significado positivo que a informação digital pode ter em sua vida.

Acreditamos que a exclusão socioeconômica desencadeia a ex-

clusão tecnológica, ao mesmo tempo em que a exclusão tecnológica aprofunda a exclusão socioeconômica. Para evitar que isto ocorra, a inclusão tecnológica deve ser fruto de uma política pública, com destinação orçamentária, a fim de que ações promovam a inclusão e a equiparação de oportunidades a todos os cidadãos. Neste contexto, é preciso levar em conta indivíduos com baixa escolaridade, baixa renda, limitações físicas e idosos, além de desenvolver ações prioritárias voltadas a crianças e jovens.

Faz-se necessário ainda o desenvolvimento de redes públicas que possibilitem a oferta de meios de produção e difusão de conhecimento. As escolas e universidades constituem componentes essenciais à inclusão digital, uma vez que diversos protagonistas (professores, alunos, especialistas membros da comunidade) atuam em conjunto no processo de construção de conhecimento.

Apontamos, em pleno século XXI, "para uma sociedade que passa a ser dividida entre quem detém a informação ou não. O conhecimento tecnológico permite dominar sociedades dependentes que se encontram submetidas às malhas de poder dos detentores deste conhecimento. O poder não é apenas de quem possui a informação, pois esta poderá ser adquirida através de medidas educativas adequadas. A dominação ocorre quando há possibilidade de controle da informação. Na sociedade informacional, os grupos que controlam a produção do conhecimento têm também condições de armazenar informações, construindo verdadeiros bancos de dados privados sobre outros grupos, nações, empresas, ramos da produção, pessoas, enfim, sobre o que for do seu interesse. Este controle permite dominar todos os que dependem do conhecimento tecnológico para se integrar ao mundo tecnológico" (SCHAFF, 1990).

Na sociedade brasileira, a informação é tratada como um bem para poucos, a sua difusão é tratada como capital cultural, ou seja, o acesso aos meios de produção cultural da humanidade continua sendo os meios de acesso dos privilegiados, dos que podem comprá-la.

E é sobre este contexto que devemos estar atentos, estendendo a compreensão da informação sob a ótica da sociedade capitalista, que, principalmente a partir do século XIX, ganha força e se expande por todo o mundo ocidental. Já no século XXI, a informação é gerada por outros, ou seja, os bens materiais não são palpáveis, visíveis, e sim abstratos.

Pensar nas tecnologias modernas como meio de popularizar e democratizar a informação no país, remete-nos inevitavelmente a reflexões: Em que sociedade vivemos? Quais seus projetos coletivos e ações para democratizar a informação digital? Que tipo de

sociedade desejamos? Certamente uma sociedade de participação e acesso justo e digno para todos.

É fundamental nos questionarmos sobre os rumos que este tipo de organização social vêm tomando, que caminho o coletivo desta organização realmente deseja trilhar, e, parafraseando Paulo Freire, colocamo-nos diante de um exercício de pensar o tempo, de pensar a técnica, de pensar o conhecimento enquanto se conhece, de pensar o que das coisas, o para que, o como, o em favor de que, de quem, contra que e o contra quem são exigências fundamentais de uma sociedade que quer ser tecnologicamente democrática, à altura dos desafios do nosso tempo.

Esporte e lazer: subordinação ou emancipação?

A cada dia, o setor público se defronta com novos desafios. O acesso à produção científica, voltada para o esporte e o lazer, de maneira não distinta ao contexto geral da sociedade brasileira, ainda se encontra bastante restrito às comunidades acadêmicas e aos espaços literários privados ou privatizados. Nesse contexto, torna-se imprescindível que as administrações públicas, em todos os níveis, estejam preparadas para enfrentarem estas mudanças contínuas, com vistas a cumprirem seus papéis.

O capital é a mola propulsora do sistema societal em que vivemos e, inevitavelmente, todas as formas de avanços científicos e tecnológicos orbitam em sua volta, são produtos do seu poder. Assim, assume uma dinâmica, um *modus operandi* totalizante que domina a mediação produtiva, econômica e tecnológica, articulado com um elenco, historicamente específico de estruturas, que estão ligadas institucionalmente por "práticas sociais" usualmente protegidas pelo próprio Estado. É um "sistema de mediações claramente identificável, que em suas formas convenientemente desenvolvidas, subordina estritamente todas as funções reprodutivas sociais – das relações de gêneros familiares à reprodução material, incluindo até mesmo a criação de obras de arte, o esporte, a educação, os meios virtuais e tecnológicos e o lazer – ao imperativo absoluto da expansão do capital, ou seja, da sua própria expansão e reprodução, como um sistema de metabolismo social de mediação" (ANTUNES, 2000, pg. 21).

Este mundo novo e cheio de portas abertas pelas "facilidades tecnológicas" parece não ser tão fabuloso assim. Quando avaliamos com mais cuidado o cenário no qual se apresenta, pois ele traz consigo uma imensa carga de ingerências políticas e econômicas, principalmente aos países em desenvolvimento, ingerências estas

que, agora, não se fazem mais via expansão territorial, pelo menos não como predominância, e sim, via informação de massa ou globalizada.

Mesmo com o grande avanço tecnológico, o mundo capitalista reserva suas ilhas de abundância, em contrapartida a oceanos de escassez e situações de vida que há muito se assemelham ao início do processo da revolução industrial, ainda no século XIX, nos países semiperiféricos.

Nas economias semiperiféricas, a especialização em torno das atividades da indústria de transformação resulta, cada vez mais, da migração proveniente da produção de menos valor agregado e baixo coeficiente tecnológico do centro capitalista, que requer a utilização de mão-de-obra a mais barata possível, além do uso extensivo de matéria-prima e de energia, em grande parte sustentada em atividades insalubres e poluidoras do ambiente, não mais aceitas nos países ricos (POCHMANN, 2001, Pg. 34).

A busca de uma sociedade que tenha como seu vetor maior a tecnologia da informação, não pode esquecer que o estágio em que nos encontramos, é fruto dos avanços do próprio capital, ou seja, é a transmutação da mesma sociedade industrial e pós-industrial, que sempre serviu às minorias no passado. Segundo o IBGE/2005, o número de analfabetos e analfabetos funcionais chega a 75% da população brasileira, com idade entre 15 e 67 anos. O estudo indica que apenas 25% da população brasileira têm condições de compreender o significado da sociedade informatizada.

A nosso ver, é fundamental a reflexão de Antunes, quando diz: "e quanto mais se avança na competição intercapitalista, quanto mais se desenvolve a tecnologia concorrencial, em uma dada região ou conjunto de países, quanto mais se expandem os capitais financeiros dos países imperialistas, maior é a desmontagem e a desestruturação daqueles que estão subordinados ou mesmo excluídos desse processo, ou ainda que não conseguem acompanhá-lo, principalmente pela ausência de base interna sólida (2000: 33).

A crescente popularização da informação, de maneira geral, lamentavelmente não tem acompanhado qualitativamente a sua disseminação e acesso que, via de regra, segue a simples divulgação e prática de atividades de consumo e alienação.

O esporte, o lazer e o conhecimento

Num mundo globalizado, com intensas e freqüentes inovações tecnológicas, não podemos falar em desenvolvimento sem destacar como “carro-chefe” o conhecimento e a gestão da informação, que devem nortear todas as áreas de atuação governamental.

Nesta perspectiva, consideramos como eixos estruturantes da gestão pública do esporte e do lazer, a produção e a difusão dos conhecimentos científico e tecnológico específicos do setor, buscando efetivar a integração das ações da ciência, tecnologia e extensão.

Tendo iniciado suas atividades no final do ano de 2003, os núcleos da Rede CEDES (Centros de Desenvolvimento do Estudo do Esporte Recreativo e do Lazer) estão constituindo, com o avanço dos projetos apoiados, uma rede eletrônica por onde transitam informações, em forma de texto, som ou imagem, encurtando as distâncias da transmissão do conhecimento.

Para tanto, foram investidos recursos destinados à compra de equipamentos, material de consumo, mas prioritariamente para a manutenção de bolsas para pesquisadores.

Como vetor de produção e difusão democrática de informação digital e científica, os Centros de Desenvolvimento de Estudos do Esporte Recreativo e do Lazer (Rede CEDES) estão trabalhando com um universo bastante amplo que vai desde a memória do esporte até as políticas públicas para o esporte e lazer, que, por meio da rede de computadores *internet*, estarão disponibilizando de forma gratuita o acesso aos trabalhos produzidos pelos núcleos CEDES em formato de livros digitais, artigos científicos, relatos de experiências, etc. Acreditamos ser este um passo primordial para a democratização real da informação para o público.

Acreditamos que a construção da Rede CEDES dá um passo importante para o acesso igualitário e socialmente justo à informação para a população brasileira que não dispõe de formas materiais e econômicas de acessar aos meios tradicionais de informação impressa sobre a cultura esportiva brasileira e, portanto, não podendo assumir qualquer regime de segregação de informações, por muitas vezes inacessíveis para a maioria da população.

O interesse na consolidação da Rede CEDES nasce justamente por sua importância como elemento transformador da realidade. Com certeza não o único, mas se faz peça importante num processo inevitável que avança no sentido da democratização do acesso à informação digital para aqueles que ainda dela não dispõem.

Após dois anos e meio, já nos foi possível caracterizar alguns temas recorrentes nas atividades dos grupos, abordados de forma diver-

sa, conforme a identidade e a aptidão das equipes de pesquisadores, onde verificamos o interesse e a atuação tanto no campo da pesquisa quanto em projetos de intervenção, constituindo os seguintes temas:

- Políticas públicas de esporte recreativo e de lazer;
- Lazer e cultura;
- Centros de Memória do Esporte e do Lazer;
- Centro de Documentação e Informação;
- Observatórios de mídia, do torcedor e de políticas públicas;
- Estudos sobre a educação física.

O atual estágio de evolução dos trabalhos dos núcleos já nos permite uma avaliação bastante positiva, tanto no aspecto qualitativo, traduzido no alinhamento dos temas aos interesses do aperfeiçoamento da gestão dos programas sociais esportivos mantidos pelo Governo Federal, e quantitativamente, no número de projetos apoiados em quatro regiões administrativas do país.

Numa proposta de gestão integrada às demais atividades do Ministério do Esporte, a Rede CEDES encontra possibilidades de compartilhamento nas ações orçamentárias destinadas a edição e publicação, realização de eventos científicos e tecnológicos e ainda em cooperação e intercâmbios nacionais e internacionais.

Merece destaque ainda as possibilidades de apoio às atividades dos centros de memória do esporte na órbita do CEDIME (Centro de Documentação e Informação do Ministério do Esporte), que já estão em curso com o objetivo de disponibilizar o acesso aos registros históricos do esporte e do lazer no país, por via digital.

Ainda relacionado à cadeia do conhecimento em perspectiva intersetorial, no âmbito da PDE (Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Extensão), a Rede CEDES já desenvolve projetos com apoio da FINEP-MCT, em pesquisas para o desenvolvimento, aplicação e transferência de metodologias e tecnologias inovadoras para o esporte.

As possibilidades e as alternativas aqui apontadas trazem contribuições importantes para subsidiar a formulação e o aperfeiçoamento de políticas públicas que devem, em última análise e primeiro plano, buscar o resgate da cidadania também pelo exercício dos direitos sociais "esporte e lazer", incluindo sua dimensão científica e tecnológica.

Talvez, o que poderíamos chamar de uma "cidadania esportiva

e de lazer”, (re)construída também pelo fomento a uma produção científica focada nas áreas de humanidades e ciências sociais do esporte e do lazer, e portanto voltadas para uma visão de corpo cultural e historicamente constituído: “corpo-máquina”, “corpo-gênero”, “corpo-étnico”, “corpo-alienado”, “corpo-deficiência”, “corpo-idoso”, “corpo-violentado”, etc. Os seres humanos não nascem com uma carga determinista nem social e nem biológica, mas, por via de regra, o que a sociedade capitalista tem depositado sobre estes corpos, principalmente através do trabalho abstrato, forja-os como corpos aleijados e brutalizados, inutilizando-os diante daquilo que essencialmente nos diferencia dos animais irracionais: o pensar, o criar, o sonhar! Não podemos nunca abandonar a idéia do corpo-poético, corpo-sensível, corpo-criativo, corpo-brincante. Mas de forma quase absoluta as “linhas de montagens” desta sociedade têm feito exércitos e mais exércitos de homens e mulheres profundamente distantes de sua essência.

Trabalhamos com um objetivo único, o de popularizar a Ciência e oferecer amplo acesso ao conhecimento nas áreas do esporte recreativo e do lazer. Contrapomo-nos ao tratamento mítico sobre o conhecimento científico, reforçado muitas vezes pelo comportamento academicista dentro das próprias universidades brasileiras, distanciando-as do seu genuíno papel, que é o de servir as “gentes”, como diz Paulo Freire, na perspectiva de um esforço sistemático e interdisciplinar de informação popular em esporte e lazer.

O sentimento que nos toma é de grande esperança e desafio. Andamos por “veredas” novas para um Ministério que ainda dá seus primeiros passos, mas que avança a cada dia, com a colaboração de sujeitos dispostos a unirem tecnologia a seres de carne e osso, transformando máquinas em ferramentas a serviço dos seres humanos, e não o contrário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.
- DUARTE, N. *Vigotski e o “aprender a aprender”: críticas as apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana*. Campinas, SP: Autores associados, 2000.
- FORRESTER, V. *O horror econômico*. São Paulo: Editor Universidade Estadual Paulista, 1997.
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

- FREITAS, LC. *Educação e sociedade*. Campinas, Vol. 23, n.80, setembro, p. 7-10, 2002.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Disponível em <http://www.fgv.br>. Mapa da Exclusão Digital 2003. Acessado no dia 23/09/2006.
- IANNI, O. *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 1996.
- IBGE. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 17/05/2005
- MÉSZÁROS, I. *A necessidade do controle social*. São Paulo: Ensaio, 1987.
- MNEMOSYNE, T; BURNHAM, T. F. *Sociedade da Informação: um conceito que implica relação de poder*. In. SILVA, Helena P. da; JAMBEIRO, Othon. Socializando informações: reduzindo distâncias. Salvador, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação: Edfuba, 2003.
- MONTAÑO, C. *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2002.
- OLIVEIRA, V. M. *Consenso e conflito da educação física brasileira*. Campinas, SP: Papirus, 1994.
- POCHMANN, M. *O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.
- SCHAFF, A. *A sociedade informática*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- SILVEIRA, H. F. R. *Um estudo do poder na sociedade da informação*. Ciência da Informação, Brasília, v. 29, n.3, p.79-90, set/dez. 2000.
- SOARES, L. T. *O desastre social*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- WERNECK, C. *Lazer, trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; CELAR-DEF, 2000.